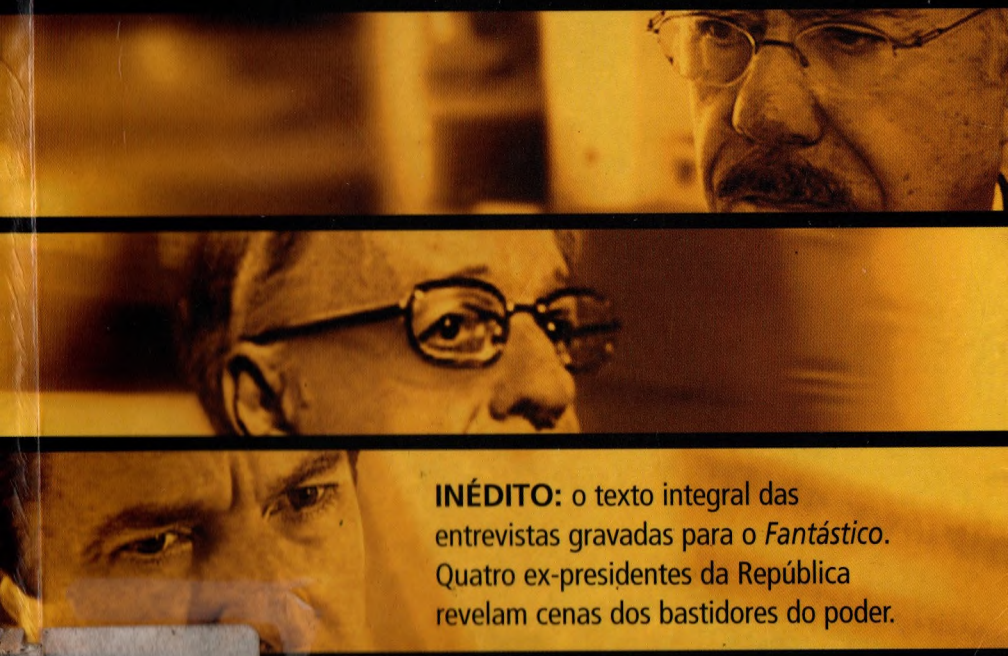
DOSSIÊ BRASÍLIA

OS SEGREDOS DOS PRESIDENTES

Geneton Moraes Neto



INÉDITO: o texto integral das entrevistas gravadas para o *Fantástico*. Quatro ex-presidentes da República revelam cenas dos bastidores do poder.

Você vai fazer uma fantástica viagem aos bastidores do poder, nas páginas de *Dossiê Brasília/Os Segredos dos Presidentes*. Que segredos os presidentes tiveram de guardar quando estavam no Palácio do Planalto mas hoje podem revelar?

JOSÉ SARNEY
"Descobrimos que havia um buraco onde se pretendia fazer uma experiência com a bomba atômica (...) Diante de nossas relações com a Argentina, eu teria de guardar essa informação profundamente."

FERNANDO COLLOR
"Fiquei sozinho em minha sala, no Palácio do Planalto. Todo o gabinete ficou na penumbra. O silêncio era absoluto. Ouvi, vindo do Congresso Nacional, aquele rumor forte. Disse: 'Estou perdido'."

ITAMAR FRANCO
"Dois deputados e um senador entraram no gabinete e disseram: 'O Congresso enfrenta uma crise muito séria. Há corrupção generalizada na área da comissão de orçamento. Quem sabe, você fecharia o Congresso?'"

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
"O presidente Clinton queria que o Brasil tivesse um papel mais ativo na Colômbi[illegible]o significava, no fundo, presença militar."

0444
Os segredo dos p[illegible]
070 M82s

ISBN 85[illegible]
9 788525 040589

"VOCÊ NÃO PASSA DE UMA 'COISA INVESTIGATIVA'"

*Joel Silveira**

Considero este trabalho de Geneton Moraes Neto da maior importância. Os depoimentos dos ex-presidentes são relevantes porque servirão para retratar com fidelidade absoluta a cara do poder no Brasil nos últimos tempos.

Cada pessoa – do mais humilde operário aos presidentes da República ouvidos no *Dossiê Brasília* – tem histórias que podem interessar a todos. O papel do repórter é descobri-las.

Por esse motivo, sempre me desagradou ver o repórter sentado na redação. As histórias que se transformam em notícia – a base essencial do jornalismo – estão, todas, na rua. E é na rua que o repórter deve estar. Se eu tivesse autoridade suficiente, proibiria Geneton – um grande repórter – de ficar sentado na redação. A proibição seria extensiva a todos os repórteres.

Cito um caso pessoal: durante quatro anos, fui copidesque da revista *Manchete*. Não suportei. Fui a Adolfo Bloch, diretor da *Manchete*: "Vou embora. Não suporto cometer os crimes que estou cometendo. Porque o editor é, antes de tudo, um criminoso. Pode me mandar para onde quiser. Só não fico na redação".

Eu já disse a Geneton Moraes Neto que ele não deve atuar apenas como editor de televisão, mas, principalmente, como repórter de campo. Deve tomar a mesma atitude que tomei. Que vá para a rua – o lugar de quem procura histórias.

Todos – sejam presidentes da República, sejam empregadas domésticas, sejam os mais humildes trabalhadores – terão histórias para contar.

Tivesse eu autoridade e competência, conclamaria: "Repórteres, saiam da redação! Vão para a rua, já!".

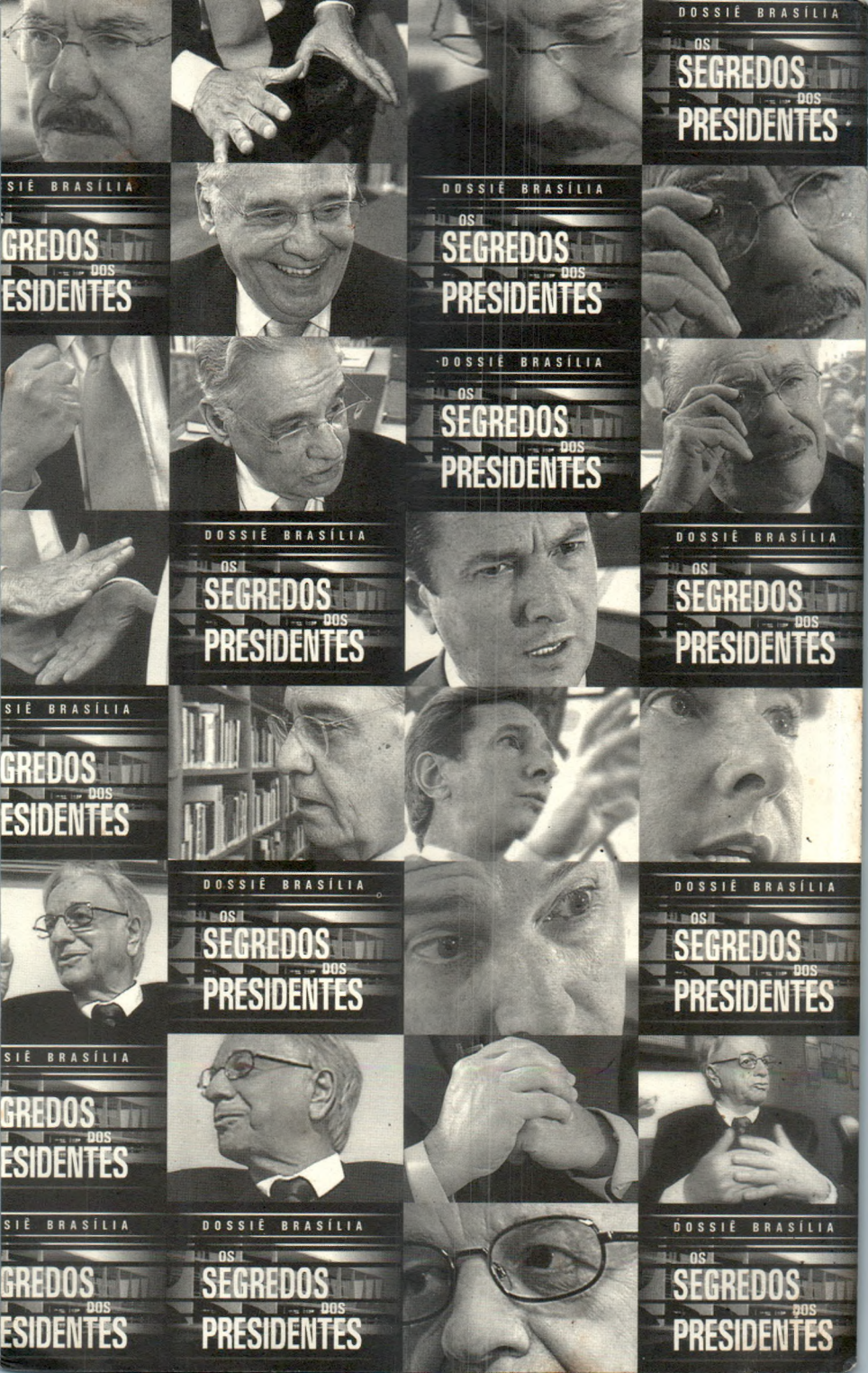
Costumo dizer, em conversas com Geneton: "Você não passa de uma 'coisa investigativa'! Não é mais do que isso! Quando você deixar de ser essa 'coisa investigativa', você deixará de ser repórter!".

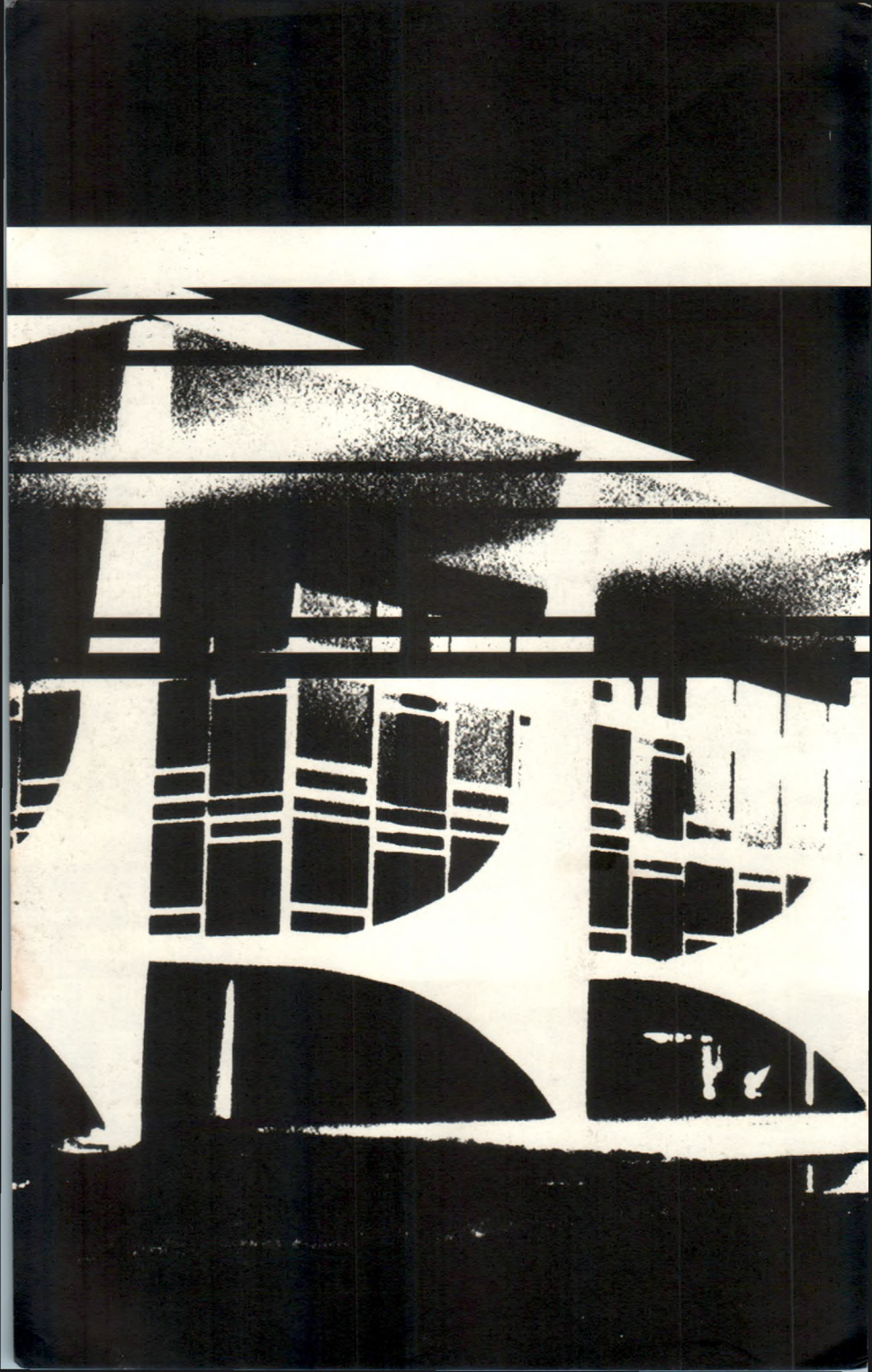
Por quê? Porque sempre digo – e repito – que todo repórter deve ser essencialmente uma "coisa investigativa". Afinal, o repórter não existe: o que existe é a notícia. O repórter é apenas aquela "coisa investigativa" que vai buscá-la, como fez Geneton, agora, com os presidentes.

(*) Um dos maiores repórteres do jornalismo brasileiro, Joel Silveira foi correspondente na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Ganhou de Assis Chateaubriand o apelido de "a víbora". Conheceu pessoalmente os presidentes Getúlio Vargas, Eurico Dutra, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Arthur Bernardes, João Goulart, Castelo Branco, Ranieri Mazzilli e José Sarney.

Foto: TV Globo/Zé Paulo Cardeal

Geneton Moraes Neto nasceu no Recife, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, em 1956. Começou a trabalhar como jornalista sob o regime de Garrastazu Médici, em 1972, no *Diário de Pernambuco*. É repórter e editor-chefe do *Fantástico*, na Rede Globo de Televisão. Tenta seguir o catecismo de Paulo Francis: "A morte é uma piada. A vida é uma tragédia. Mas, dentro de nós, mesmo no maior desespero, há uma força que clama por coisas melhores". Outras reportagens e entrevistas do autor: www.geneton.com.br

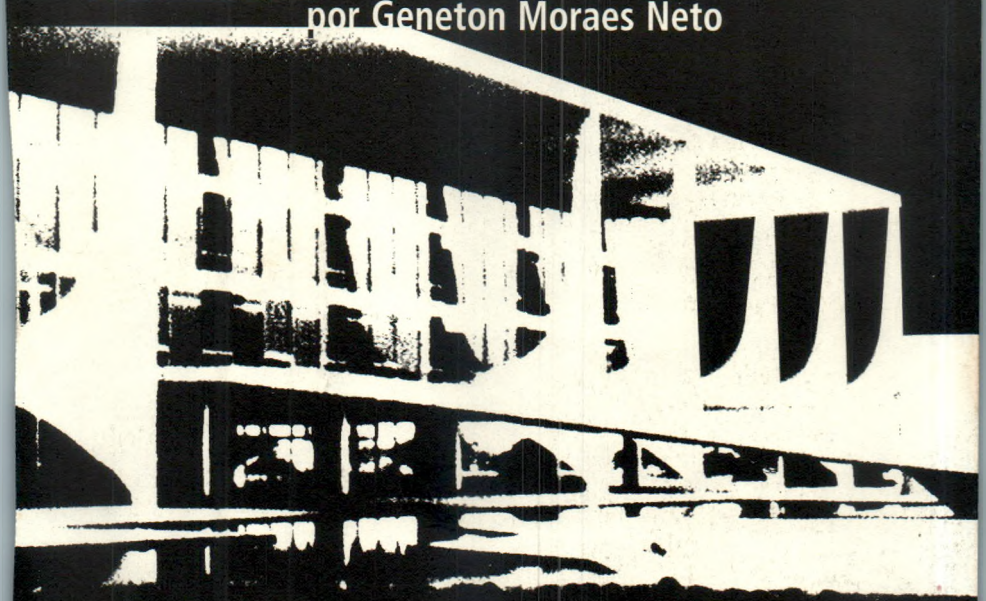

DOSSIÊ BRASÍLIA
OS SEGREDOS DOS PRESIDENTES



DOSSIÊ BRASÍLIA

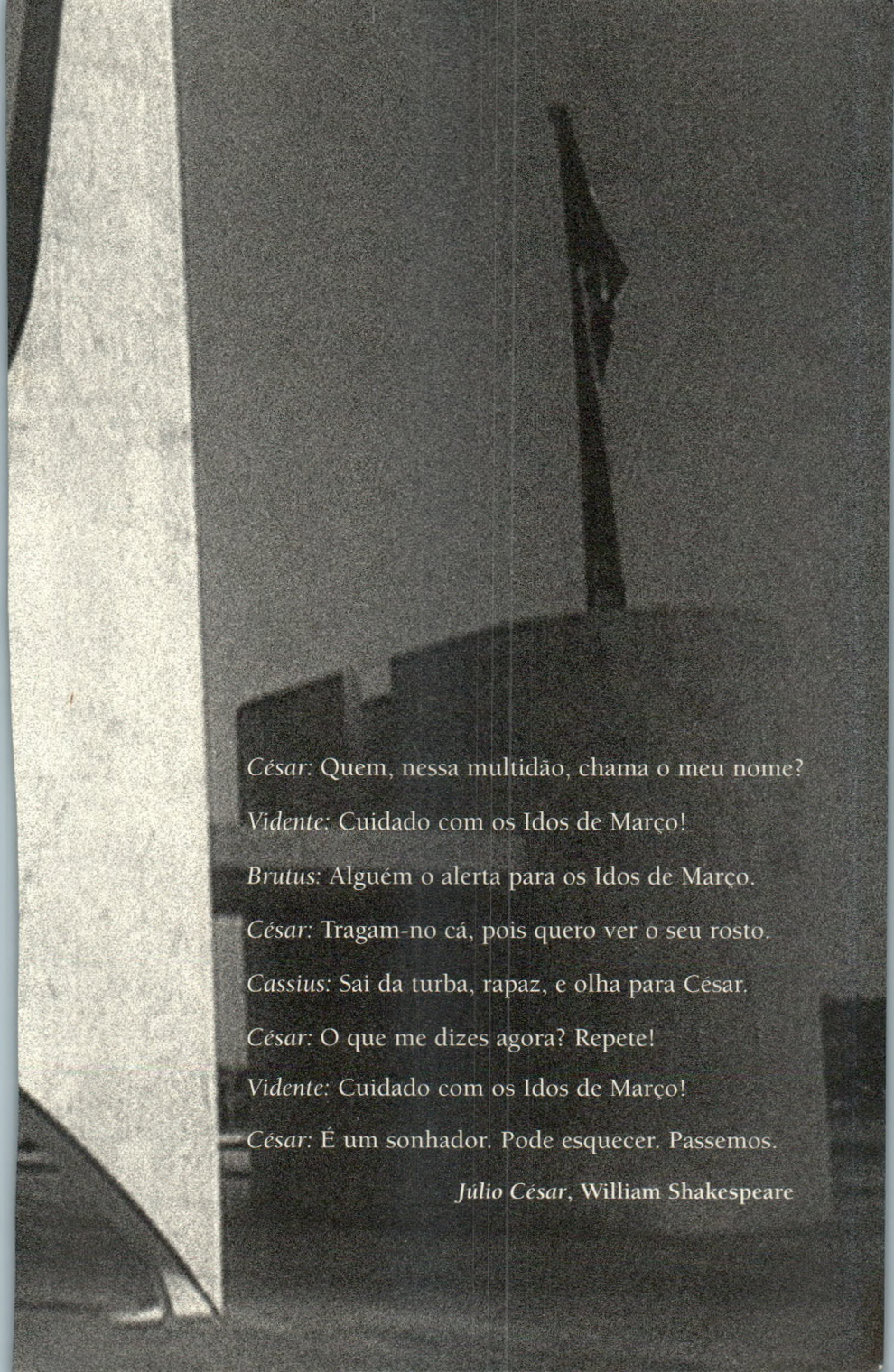
OS SEGREDOS DOS PRESIDENTES

por Geneton Moraes Neto



BIBLIOTECA SESC SANTO AMARO

EDITORA GLOBO



César: Quem, nessa multidão, chama o meu nome?

Vidente: Cuidado com os Idos de Março!

Brutus: Alguém o alerta para os Idos de Março.

César: Tragam-no cá, pois quero ver o seu rosto.

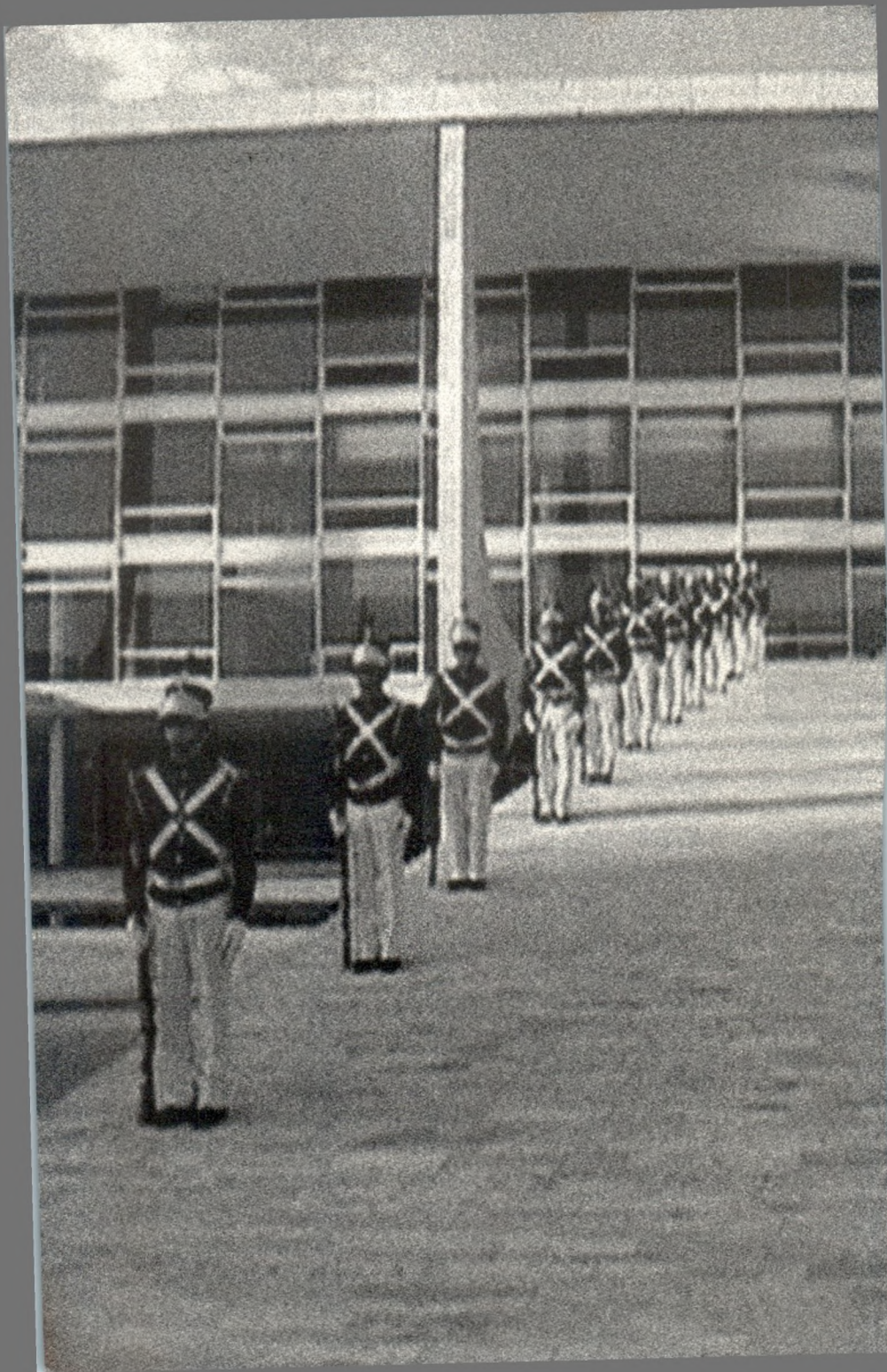
Cassius: Sai da turba, rapaz, e olha para César.

César: O que me dizes agora? Repete!

Vidente: Cuidado com os Idos de Março!

César: É um sonhador. Pode esquecer. Passemos.

Júlio César, William Shakespeare



BIBLIOTECA
SESC
SANTO AMARO

de Novembro

ROTEIRO DE VIAGEM

O grande romance do poder. 6

PRIMEIRA ESTAÇÃO: Brasília
Um telefonema às três da manhã encerra a longa "noite das perplexidades". Sarney ia ser presidente. 12

SEGUNDA ESTAÇÃO: Maceió
A surpresa: o governador vira presidente aos 40 anos de idade. O desastre: o barco se chocou contra os rochedos 64

TERCEIRA ESTAÇÃO: Juiz de Fora
O 'Mercurial' desce a montanha. 126

QUARTA ESTAÇÃO: São Paulo
O professor sobe a rampa do Palácio para encarar as demandas, horrores e grandezas da ilha que paira "a meio milímetro do chão real da América": o Brasil 182

Contatos imediatos com os atores principais 238

Quem é quem. 256

O GRANDE ROMANCE DO PODER

O Brasil não é para amadores. Nunca foi. Aqui, o que parece improvável acontece. O que é dado como certo não se confirma. O razoável é tido como loucura. O delírio vira fato: quem imaginaria que um presidente fosse erguer um nova capital no centro do País, no meio do nada, depois de ouvir o palpite de um eleitor num comício? Pois ergueu. Chamava-se Juscelino Kubitschek de Oliveira, o JK.

Quem sonharia que o presidente que se orgulhava de espargir próclises, ênclises e mesóclises em frases rebuscadas fosse renunciar espetacularmente apenas sete meses depois de assumir o poder no rastro de uma votação consagradora? Pois renunciou. Chamava-se Jânio da Silva Quadros.

Quem diria que um fazendeiro viesse a ser tido como perigoso "esquerdista", a ponto de ser derrubado por militares que há anos gestavam um golpe? Pois foi. Chamava-se João Belchior Marques Goulart, o Jango.

A crônica das improbabilidades não pára aí. O ficcionista que se aventurasse a escrever o grande romance político brasileiro precisaria de uma dose amazônica de inspiração para imaginar enredos tão extraordinários quanto os que foram vividos pelos quatro personagens que vão entrar em cena a partir de agora. O quarteto viveu, no centro do palco, os sobressaltos e surpresas do espetáculo político brasileiro. Todos os quatro ocuparam a presidência da República. São nossos únicos ex-presidentes vivos.

Quem são? O primeiro é um político que, literalmente, viu a presidência cair em suas mãos por uma armadilha do destino: a morte de um presidente que nem chegou a assumir o poder. O ungido caiu doente um dia antes da festa da posse. Ganhou funeral de herói. O vice que virou presidente registraria num diário que aquela foi a "noite das perplexidades". Ao desembarcar no Palácio do Planalto para exercer um mandato que, a rigor, não lhe pertencia, o vice teria outras surpresas.

O segundo personagem: o governador de um estado politicamente inexpressivo empolga a maioria do eleitorado com um discurso arrebatador, conquista o poder, promete que vai matar a direita de susto e a esquerda de raiva, sobe a rampa do Palácio com ar empertigado e bota a faixa no peito na condição de primeiro presidente eleito pelo povo depois do regime militar, mas termina varrido do poder por um furacão de escândalos.

O terceiro: um senador de Minas Gerais que jamais imaginou alçar vôo tão alto – mas que chegou à presidência depois que o dono do cargo foi enxotado do Palácio do Planalto pelo *impeachment*. Vice-presidente transformado pelas circunstâncias em titu-

lar do mais alto posto do País, ele jogou as fichas num plano econômico que prometia debelar um incêndio que parecia inapagável: o da inflação. Deu-se bem.

O quarto personagem: um ex-professor de sociologia que poderia perfeitamente ter passado a vida nos púlpitos das universidades – mas que, depois de iniciar um namoro tardio com os palanques, entrou para a história do Brasil como o primeiro político a conquistar nas urnas dois mandatos consecutivos para a presidência da República.

O que eles têm a dizer hoje?

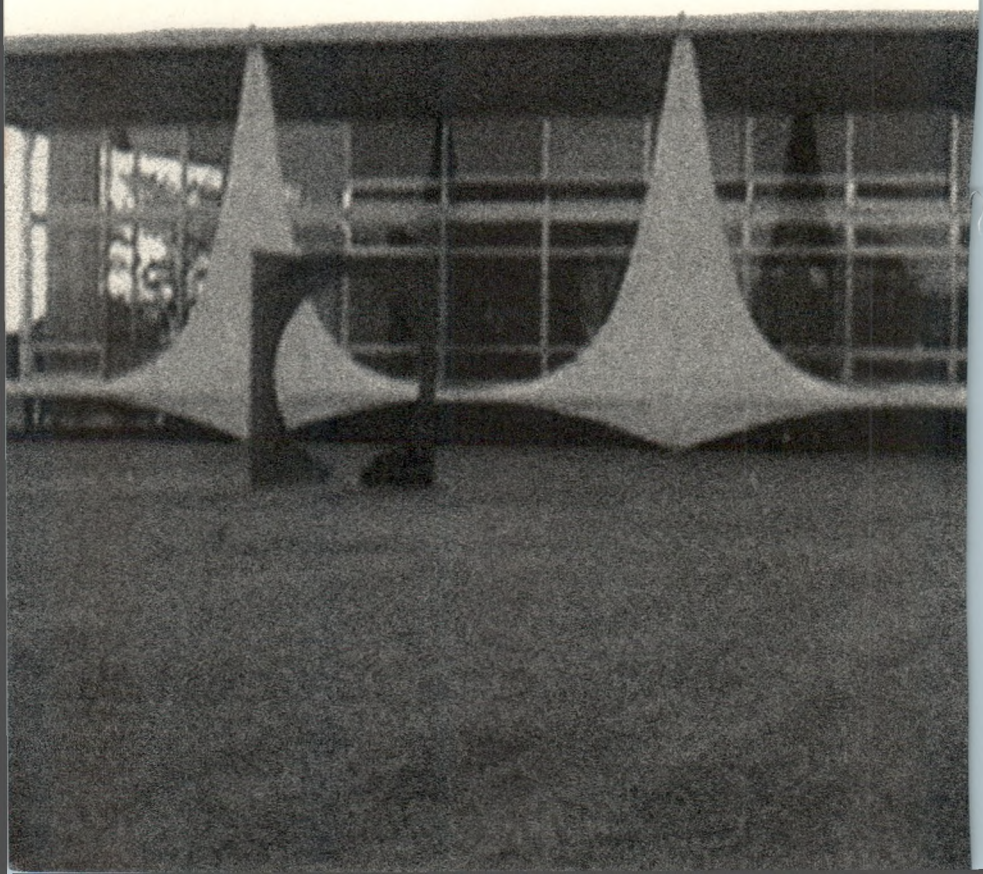
O *Fantástico* – programa da Rede Globo de Televisão que há três décadas é líder absoluto de audiência nas noites de domingo – lançou o desafio aos quatro ex-presidentes: quais segredos eles tiveram de guardar quando estavam no poder, mas hoje podem revelar ao País?

O desafio foi aceito. A expedição em busca dos ex-presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso envolveu viagens a Brasília, Maceió, Juiz de Fora e São Paulo, cenários da gravação dos depoimentos. Trechos das entrevistas foram levados ao ar pelo *Fantástico* em agosto de 2005.

Terminada a maratona de gravação e edição dos depoimentos, eu tinha em mãos um tesouro: dez fitas de vídeo com a íntegra das entrevistas. Um material repleto de revelações inéditas. O ex-presidente José Sarney diz que sabia que um buraco cavado numa serra no norte do País seria usado, sim, para a explosão de uma bomba atômica, fato negado pelos militares durante anos a fio. O ex-presidente Collor descreve a cena da tragédia que não ocorreu: ia se suicidar na biblioteca da Casa da Dinda, em Brasília, pouco depois de ter renunciado à presidência. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso confessa que

o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, fez, pessoalmente, gestões para que o Brasil se animasse a intervir na Colômbia, o vizinho castigado por traficantes e guerrilhas. O ex-presidente Itamar Franco descreve, pela primeira vez, a surpreendente proposta que recebeu de um grupo de parlamentares: fechar o Congresso Nacional, àquela altura assolado por denúncias de envol-vimento de deputados em corrupção.

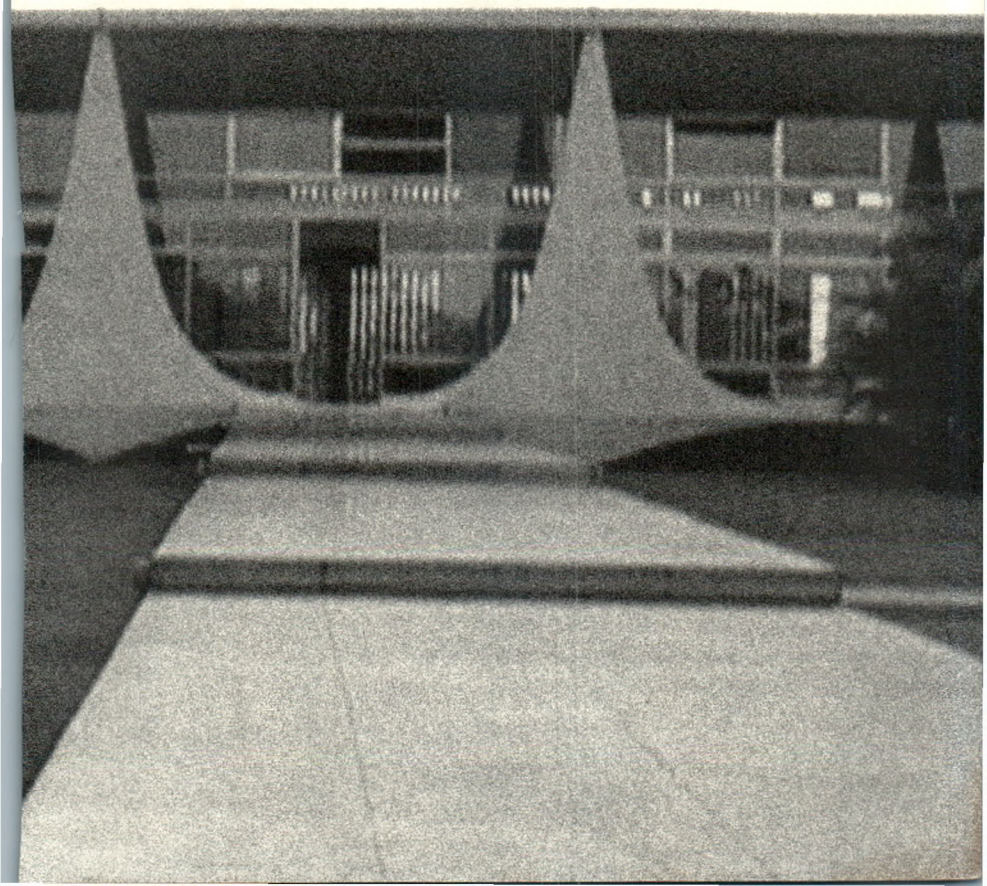
Era impossível usar todo o material gravado no programa de TV. O que fazer, então, com tudo o que teve de ficar de fora da edição final?

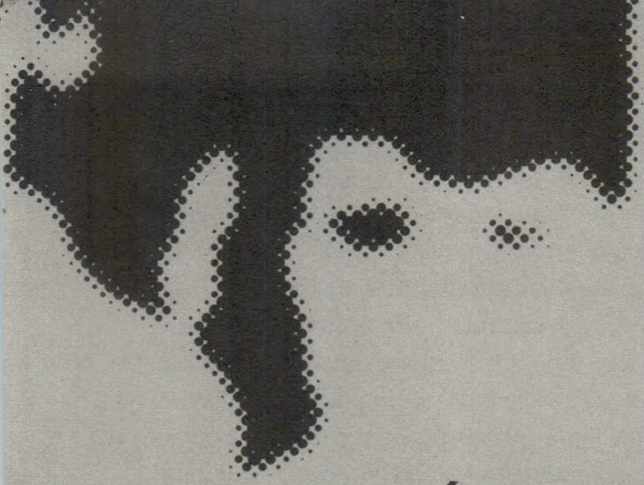


As dez fitas acabaram encaminhadas ao Centro de Documentação da Rede Globo, que se encarregará de preservá-las para o futuro. Mas, antes, foram integralmente transcritas. O conteúdo completo é publicado agora pela primeira vez – um documento sobre as desventuras, sucessos e sustos de quatro presidentes da República.

Vai começar a expedição aos bastidores do poder. É uma visita guiada pelas lembranças de quatro personagens que estiveram no epicentro dos acontecimentos: quatro políticos que ocuparam o mais cobiçado dos cargos.

Primeira escala: Brasília.





JOSÉ SARNEY

15 de março de 1985 a 15 de março de 1990

Um telefonema às
três da manhã
encerra a longa
"noite das
perplexidades".
Sarney ia ser
presidente.

BRASÍLIA - O ex-presidente José Sarney vai pronunciar daqui a pouco duas palavras que passaram anos cercadas de sigilo absoluto: bomba atômica.

O céu de Brasília ostenta um azul escandaloso lá fora, na manhã desta quinta-feira de verão.

Mas aqui, num gabinete espaçoso no quinto andar do prédio do Senado Federal, indiferente às ostentações da paisagem, este homem – de estatura mediana, bigode farto e cabelos obviamente remoçados por uma dosagem de tintura – devota todas as atenções a uma galeria de fotos que dão ao ambiente a aparência de uma sucursal de museu.

(Já, já, o personagem principal da galeria de fotos vai fazer, pela primeira vez, uma declaração inequívoca sobre o que já foi um delicadíssimo segredo de Estado: o Brasil estava, sim, construindo um campo de provas para a bomba atômica, numa serra no norte do País. Mas, antes de mergulhar nos bastidores do poder, Sarney desfila diante das fotos como se passasse em revista o filme de uma vida. Não por acaso, ele já cunhou uma frase de efeito para dizer o que sente diante da passagem do tempo: "Não tenho futuro. Tenho passado".)

José Sarney pára diante de uma foto que reúne uma congregação de líderes políticos: lá estão, na primeira fila, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o governador do Rio, Leonel Brizola e o governador de São Paulo, Franco Montoro, além de Tancredo Neves, o presidente que nunca assumiu o poder.

Com uma ponta de humor negro misturada a uma melancolia que não combina com o azul do céu lá fora, Sarney constata: "A

foto é importante. Só não é agradável porque já morreu um bocado de gente. É um aviso de que nossa hora vai chegando...".

A constatação não impede que ele fale, com certo deslumbramento, sobre as imagens que o flagram em companhia dos poderosos do mundo. A grande maioria das fotos foi feita quando ele freqüentava a ribalta como presidente da República Federativa do Brasil. Lá estão, ao lado de Sarney, celebridades como Ronald Reagan, Mikhail Gorbachev e o Papa João Paulo II. "Aqui, eu estou com François Mitterrand", diz, diante da imagem do francês carrancudo e antipático. Adiante, aparece ao lado de dois agraciados com o Nobel de Literatura – o colombiano Gabriel García Márquez e o mexicano Octavio Paz (a dedicatória de Paz chama Sarney de "poeta e defensor da liberdade").

O dono do bigode mais famoso da República sabe que foi presidente por acaso. Um analista engajado notaria que o que levou Sarney à presidência foi pura e simplesmente um velho acordo das elites, renovado a cada crise. (A propósito: o *Jornal Pequeno*, publicação do Maranhão que vive pegando no pé do clã Sarney, chama-o até hoje de "oligarca tinhoso".) Já um cronista pouco inspirado diria que a conspiração de coincidências que levou Sarney a sentar na cadeira do presidente foi uma grande armação do destino.

O vice que virou presidente murmurou apenas uma palavra ao pé do ouvido de um amigo que lhe estendia a mão para cumprimentá-lo no dia da posse: "Destino". O amigo que ouviu a confidência – o jornalista Evandro Carlos de Andrade – o conhecia havia quase trinta anos, desde os tempos em que Sarney, deputado eleito pelo voto de 15 mil maranhenses, vociferava contra o governo de Juscelino Kubitschek do alto da tribuna da Câmara dos Deputados, quando o Rio de Janeiro ainda ostentava o título de capital da República.

Aos olhos de um supersticioso diplomado, como é o senador,

as sete letras da palavra destino soavam como única explicação capaz de dar sentido à extraordinária conjunção de fatos que o levou a exercer a presidência da República desde o dia 15 de março de 1985 até o fim de um mandato que, na verdade, deveria ter sido cumprido por Tancredo Neves, a raposa mineira que se celebrizou como costureiro de alianças políticas.

Se fosse dado ao culto de superstições – e é –, o senador teria se lembrado da cigana que, nos anos 1950, ao receber uma comitiva de políticos, dera um palpite improvável: aquele deputado do Maranhão um dia chegaria à presidência da República. Magalhães Pinto, senador mineiro que sonhava acordado com a presidência, testemunhou a profecia. Deve ter segredado a seus botões: "Senhor, perdoai. Ela não sabe o que fala".

(O ex-presidente continua mostrando ao visitante os flagrantes emoldurados do poder: numa grande foto colorida, ele aparece numa congregação de ex-presidentes, em companhia de ex-poderosos como Jimmy Carter, o caipira que saiu da Geórgia para conquistar a Casa Branca, na inesquecível vitória do Partido Democrata em 1976. É como um colecionador de selos ou de borboletas exibindo um exemplar da primeira edição do Olho-de-boi, *pérola da filatelia brasileira, ou um espécime raro de borboleta capturado numa savana africana.)*

Volta o filme: o ocaso do regime militar foi marcado por reviravoltas surpreendentes. O Brasil pensou que o primeiro civil a ocupar a presidência depois do ciclo dos generais seria eleito pelo povo. Não foi. Multidões tinham ido às ruas para pedir eleição direta para presidente – em vão. A emenda que restabelecia as eleições diretas terminou vergonhosamente derrotada por deputados e senadores. A escolha do presidente que sucederia o general João Baptista Figueiredo, o último dos cinco generais que mandaram no País durante o regime militar, seria decidida não nas ruas, mas no Colégio Eleitoral. O maior partido de oposição

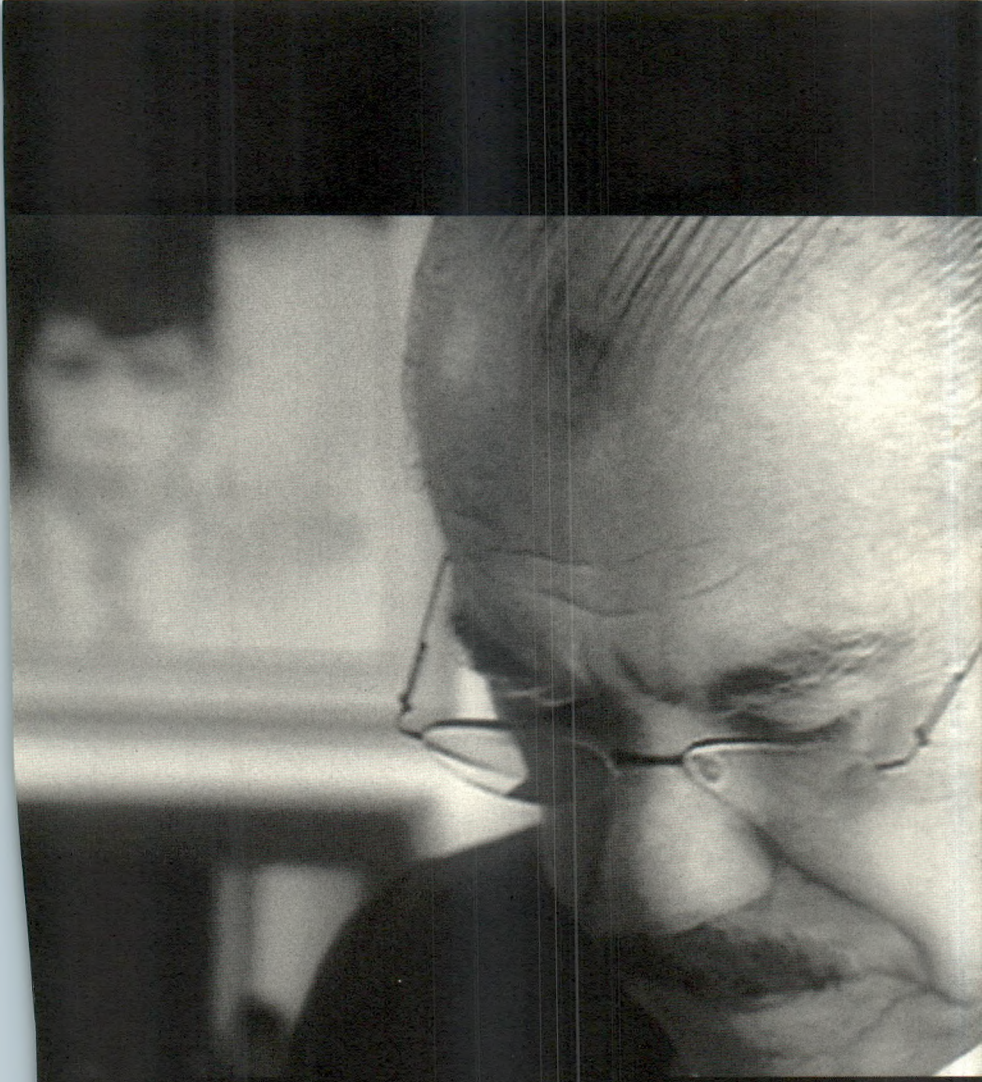
aos militares, o PMDB, resolveu então disputar a eleição indireta. Candidato escolhido: o moderado Tancredo Neves. Candidato a vice: José Sarney, na época senador pelo Maranhão.

Os dois só dependiam dos votos dos deputados e senadores para serem entronizados no Palácio do Planalto. A rigor, nem precisavam se dar ao trabalho de cortejar o eleitorado, mas, num toque surrealista, tipicamente brasileiro, Tancredo era saudado como candidato do povo e salvador da pátria onde quer que fosse, como se estivesse disputando uma eleição direta. Não estava. A dupla Tancredo-Sarney conquistou, no dia 15 de janeiro de 1985, 480 dos 686 votos do Colégio Eleitoral. A chapa Paulo Maluf-Flávio Marcílio ficou com 180 votos. Houve 26 abstenções.

José Sarney tinha tudo para não ser presidente da República na sucessão do último dos generais do regime militar. Ao anoitecer do dia 14 de março de 1985, véspera da posse, o senador José Sarney era apenas o vice-presidente discreto que, num conchavo político, tinha sido escolhido como companheiro de chapa do presidente Tancredo Neves, este sim, a estrela absoluta, o político que passara o regime militar fazendo oposição – cautelosa – aos generais. O senador do Maranhão estava prontíssimo para cumprir, pelos quatro anos seguintes, o papel de figurante.

(Agora, Sarney caminha diante da iconografia familiar. Uma das fotos exibe a filha Roseana ostentando no peito a faixa de governadora do Maranhão. Sarney dá a enésima demonstração de carinho de pai: "É minha filha querida". Ao lado, um manuscrito em que a mãe, Dona Kiola, agradece a Deus a graça de ter filhos e netos. A voz do ex-presidente fica embargada quando ele se refere à mãe.)

Ao ser convocado para o posto de companheiro de chapa de Tancredo, Sarney fez um juramento: disse à raposa de Minas que seria, pelos anos seguintes, um "vice discreto de um presidente forte".



"Não tenho futuro.
Tenho passado."

Ia ser assim. Mas, abalado por um tumor que o levou ao hospital menos de doze horas antes da posse, Tancredo não exerceria nem sequer um dia do mandato. Havia dúvidas sobre a legitimidade da posse de Sarney. Se o presidente não tomou posse, o vice pode assumir o governo? Pode.

Aos olhos de um país exausto do rodízio de generais no Palácio do Planalto, Tancredo Neves, filiado ao PMDB, encarnava a esperança. Sarney vinha do PDS, partido que apoiava o regime militar. Tinha votado contra as eleições diretas. Virou dissidente já ao apagar das luzes do regime militar, quando a tropa de Paulo Maluf tomou conta do partido de sustentação do governo.

Sarney só tinha sido convidado a compor a chapa no posto de vice porque Tancredo Neves precisava fazer um afago oficial nos dissidentes governistas – ala que foi batizada de Frente Liberal. A raposa de Minas imaginou que Sarney poderia atrair para a chapa votos de um ou outro deputado relutante quando chegasse a hora de ir ao Colégio Eleitoral disputar os votos dos políticos.

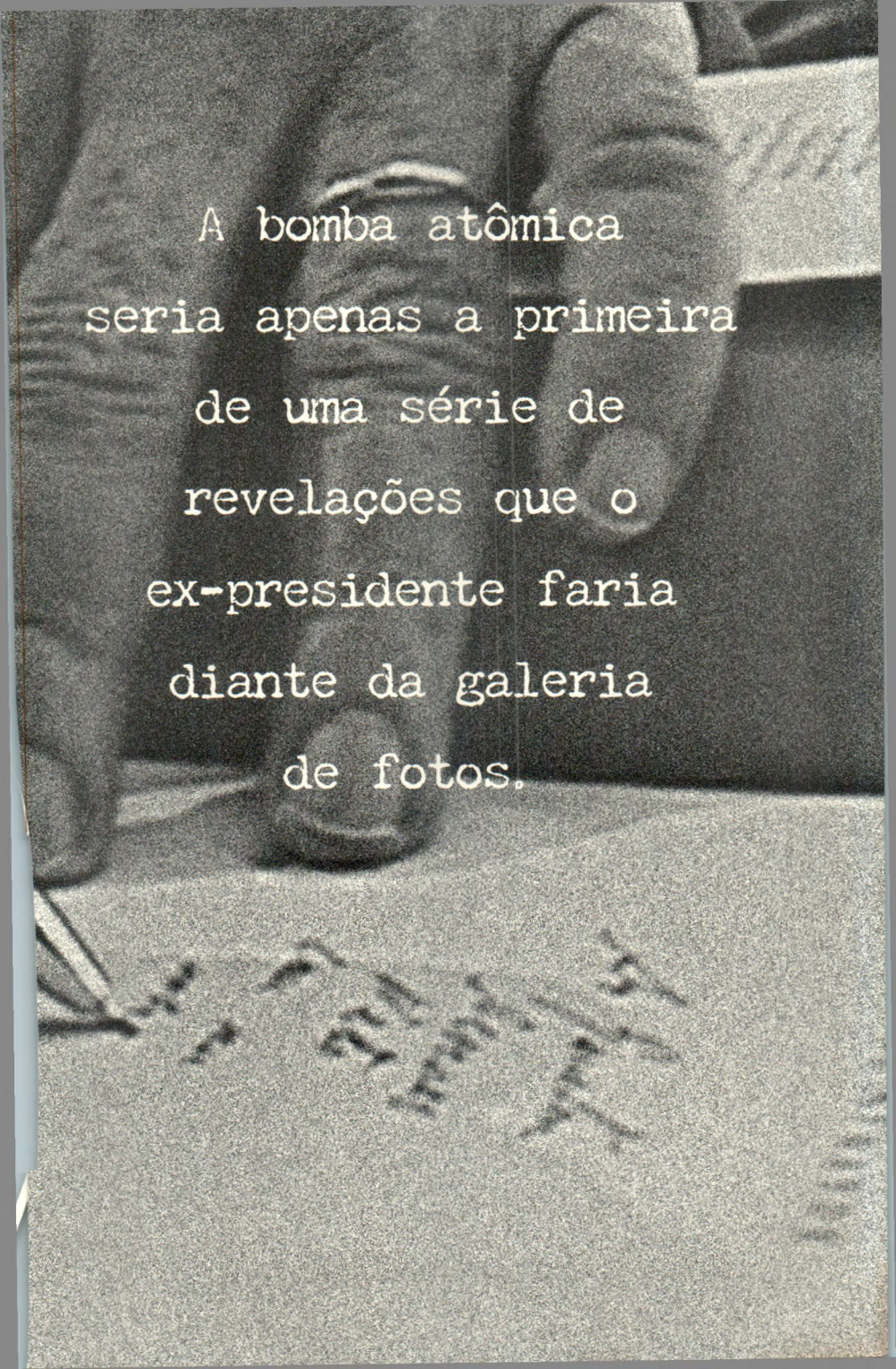
Quando recebeu a notícia de que deveria se preparar para assumir o posto que seria de Tancredo Neves, o "vice discreto" deve ter sentido o que Juscelino sentiu. Ao imaginar uma Brasília que nem existia, JK sonhava com o desenho de palácios que dariam um tom épico à paisagem do Planalto Central, enquanto, intimamente, murmurava para si mesmo: "Senhor, eu não sou digno". (A cena foi imaginada pelo jornalista Antônio Callado ao fim de uma série de encontros com o presidente que construiu Brasília.)

Sarney, o político que poderia passar anos e anos, mandatos e mandatos, enredado na teia de intrigas paroquiais da política do Maranhão, viu o destino lhe bater à porta às três da manhã do dia 15 de março de 1985, ao ser informado que assumiria a presidência no lugar de Tancredo Neves, que estava anestesiado numa

cama de hospital em Brasília. Em breve, Sarney decolaria para vôos com que jamais ousara sonhar em suas caminhadas na ilha de Curupu: estaria inquirindo o presidente dos Estados Unidos sobre o destino da humanidade ou ouvindo confidências de Mikhail Gorbachev numa expedição pelos jardins do Kremlin. Nessas horas, deve ter tido a tentação de murmurar novamente: "Senhor, eu não sou digno".

O senador termina o *mini-tour* diante da galeria de fotos, atende a uma ligação no celular, acomoda-se finalmente para o início da entrevista.

A bomba atômica era apenas a primeira de uma série de revelações que o ex-presidente faria diante da galeria de fotos emolduradas, enquanto o céu de Brasília ostentava, lá fora, um azul escandaloso nesta manhã de verão.



A bomba atômica
seria apenas a primeira
de uma série de
revelações que o
ex-presidente faria
diante da galeria
de fotos.

Que segredo o senhor teve de guardar quando estava na presidência, mas hoje, vinte anos depois, pode revelar?

Descobrimos que havia, na Serra do Cachimbo, um buraco onde se pretendia fazer uma experiência com a bomba atômica. Todo o esforço nacional naquela época – não divulgado – era feito no sentido de o Brasil entrar no clube nuclear. Havia até o projeto de que Figueiredo fizesse um anúncio, quando estava no governo. *(João Baptista Figueiredo, último presidente do regime militar, governou de 1979 a 1985.)* Como presidente da República, recebi a notícia da existência do campo para provas nucleares. Diante de nossas relações com a Argentina, eu teria de guardar essa informação profundamente. Os dois países, afinal, viviam um período de aproximação. A divulgação da notícia seria a revelação de que o Brasil estava participando da corrida nuclear. Ora, os argentinos também estavam participando – mas tanto a Argentina quanto o Brasil negavam. Nós não podíamos, então, tornar pública essa informação.

(A existência do poço na Serra do Cachimbo foi revelada à repórter da Folha de S.Paulo, Elvira Lobato, pelo então presidente da Associação dos Geólogos do Rio de Janeiro, Arno Bertholdo. Os equipamentos usados para perfuração tinham sido transportados dos Estados Unidos para o Brasil em aviões da FAB. A estrutura do poço de 320 metros "era compatível com a das perfurações para testes nucleares existentes nos Estados Unidos", segundo constatou a repórter. Divulgada pelo jornal em agosto de 1986, a notícia de que o poço seria destinado a testes nucleares recebeu desmentidos de porta-vozes da área militar.)

Assim que tomei conhecimento da existência do campo de provas, determinei ao secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Bayma Denis, que imediatamente lacrasse o buraco onde seria realizada o primeiro teste. Determinei também

que ele anunciasse que o lugar era, na verdade, destinado a recolher lixo nuclear. Quando transmiti o governo a Fernando Collor, relatei o episódio. Depois que assumiu o governo, Collor fez uma aparição pública para encobrir o buraco. *(Em setembro de 1990, o então presidente Collor jogou uma pá de cal no buraco aberto na Serra do Cachimbo, para sepultar simbolicamente o programa de testes de armas atômicas.)* Minha função era a de nos resguardar de qualquer problema com a Argentina. Não iríamos de maneira alguma confessar que estávamos pleiteando entrar no clube nuclear.

Como não transmitiu o cargo ao senhor, o general João Figueiredo não lhe repassou as informações sobre armas nucleares. Quem, então, deu ao senhor a informação de que o Brasil estava preparado para fabricar a bomba atômica ou entrar na corrida nuclear?

Quem me deu a informação foi o Conselho de Segurança Nacional. Pude saber, pelo Conselho, que estávamos nessa direção: já havia, na Serra do Cachimbo, um buraco concretado com muitos metros de profundidade, destinado à realização de uma prova nuclear.

Que reação o senhor teve?

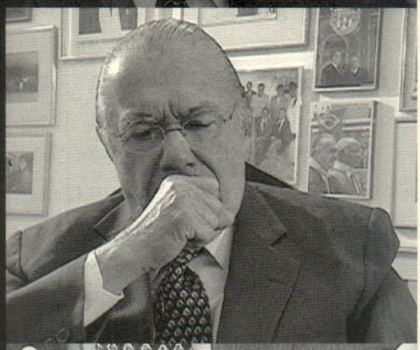
Tive uma reação de surpresa. Ao mesmo tempo, tive a preocupação de que o fato não se tornasse público, porque a notícia prejudicaria nossa aproximação com a Argentina. Quando iniciei o entendimento com o presidente Raúl Alfonsín, minha primeira preocupação foi a de que fizéssemos um acordo nuclear para que, assim, desaparecesse nos dois países qualquer impressão de que estávamos metidos nesse processo. Devo dizer que tivemos uma colaboração imensa da parte do presidente Alfonsín, porque

ele me convidou para ir à usina de enriquecimento de urânio de Pilcaniyeu – era onde os argentinos faziam provas nucleares. Fui com ele.

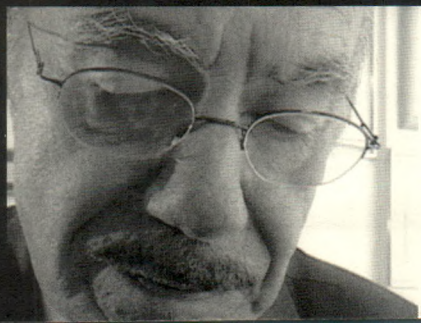
Alfonsín, o primeiro presidente argentino a ir à usina, não apenas me convidou: pediu também que nossos técnicos de energia nuclear participassem da visita. Assim, ele abriu a caixa-preta da Argentina para que o Brasil tivesse acesso. De maneira sigilosa, nós estávamos descobrindo o enriquecimento do urânio, por meio do Projeto Aramar. Tínhamos conseguido a tecnologia do enriquecimento do urânio com as centrífugas de Aramar, um trabalho excepcional feito pela Marinha. A aplicação não é feita apenas em matéria de armamento. É também pacífica: o enriquecimento faz com que tenhamos combustível para as usinas de produção de força. Convidei Alfonsín para inaugurar a Usina de Aramar. Temos uma placa lá: "A usina foi inaugurada com a presença do presidente Alfonsín" – uma coisa extraordinária. Anunciei nas Nações Unidas que os dois países tinham feito algo exemplar: não há, na história do mundo, caso semelhante, de um país abrir a outro toda a pesquisa nuclear. Chegamos à conclusão de que, nessa área, a Argentina estava dez anos à frente do Brasil.

O senhor pensou, a sério, em renunciar à presidência da República? Por quê?

Não apenas pensei a sério: tomei a decisão! Se o Congresso colocasse o meu mandato em quatro anos, quando eu tinha um mandato de seis... Uma ata do Congresso Nacional, quando de minha posse, diz que meu mandato iria até 1991. Ao assumir uma atitude conciliatória, terminei cometendo o maior erro: achei que, quando dissesse que cumpriria cinco anos, todo mundo acharia bom, porque, na verdade, eu teria tirado um ano do meu mandato. Aconteceu o contrário!



O presidente guarda segredo sobre uma decisão dramática: a renúncia.



Desencadeou-se uma discussão nacional, maléfica para o País, porque toda a Assembléia Nacional Constituinte ficou discutindo que eu queria ficar um ano a mais na presidência, o que era uma inverdade e uma injustiça extraordinárias . Eu disse ao ministro da Justiça, Paulo Brossard: "Não vamos nos preocupar com esse assunto. Se o Congresso botar o mandato em quatro anos é porque não tem confiança no presidente. Sou um homem que conhece a história do Brasil: quem não tem Congresso não tem condições de governar! Então, eu largo". É o que eu disse. Eu sabia que, com a renúncia, entraríamos num quadro difícil, mas eu não me sentiria à vontade para permanecer na presidência da República.

O senhor chegou a escrever um documento de renúncia?

Não cheguei a escrever. A vontade estava definida, mas os fatos estavam longe de ocorrer.

A quem o senhor comunicou a decisão de renunciar, além do ministro da Justiça?

Comuniquei a Brossard. Minha mulher, Marly, já tinha tido uma boa visão quando me disse: "Você deve sair do governo em 1986. Faça a eleição, porque você cumpriu a missão de fazer a transição". Naquela época, eu não pude fazer o que ela disse, porque, evidentemente, o Brasil não caminharia. Teríamos um retrocesso. Sempre tive a visão do homem de Estado: sempre pensava, em primeiro lugar, no País. Ao me decidir pela renúncia, eu não estava pensando pessoalmente em mim, mas no País. Quer dizer, o País não pode ter um presidente que não tenha confiança do Congresso. Não ia ficar ali, prejudicando o País...

O senhor recebeu alguma ameaça não divulgada quando estava no governo?

O presidente recebe sempre ameaças. Há um fato do qual hoje ninguém se lembra: um homem que não era muito equilibrado seqüestrou um Boeing e ameaçou jogar o avião em cima do Palácio do Planalto. *(Em setembro de 1988, um Boeing da Vasp que saíra de Porto Velho, Rondônia, com destino ao Rio de Janeiro, com 97 passageiros, foi desviado para Brasília por um desempregado que invadiu a cabine de comando e matou a tiros o co-piloto. Depois de sobrevoar a capital, o avião seguiu para Goiânia. Baleado pela polícia, o seqüestrador morreu dias depois.)* Ficou aquele momento de absoluto pânico. Os seguranças queriam que eu me retirasse do palácio. Eu disse: "Não. O dever do presidente é ficar aqui, não é de sair". Fiquei. Houve a negociação. O avião terminou indo para Goiânia. O piloto teve grande habilidade ao negociar com o seqüestrador. Também havia as providências que, naturalmente, a área militar tinha tomado: se fosse o caso, abater o avião que se dirigisse ao Palácio do Planalto.

A possibilidade de abater esse avião chegou a ser levantada?

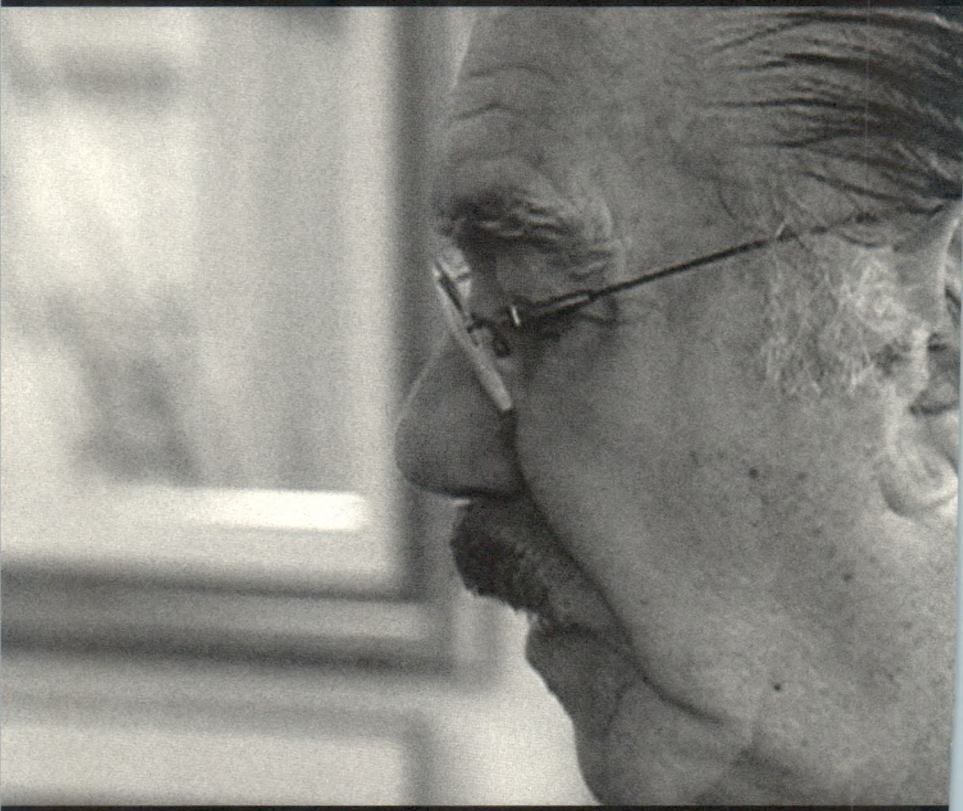
Depois, não no momento, eu soube que a Base Aérea de Anápolis tinha tomado as providências, para o caso de abate.

Que personalidade nacional ou estrangeira o decepcionou quando o senhor estava na presidência?

Não posso dizer que "decepcionou" porque não seria elegante. Mas acho que o Daniel Ortega *(então presidente da Nicarágua)* não combinava com a função de chefe de estado e líder de uma revolução.

Por quê?

Por quê? *(Com ar de riso, o senador apenas devolve a pergunta para encerrar o assunto.)*



Eu me lembro bem de um comentário que Gorbachev me fez: "Reagan sempre me liga. Quer ser meu professor!..."

Qual foi o comentário mais surpreendente que o senhor ouviu de um dirigente estrangeiro em conversas particulares?

A exposição mais lúcida que ouvi sobre a situação mundial certamente foi a de Shimon Peres *(ex-primeiro-ministro de Israel)*, homem de inteligência extraordinária. Já nem era primeiro-ministro quando estive com ele. Fiquei impressionado. Um homem que também deixou uma impressão extraordinária, como grande estadista e intelectual, dono de uma visão de mundo que abrange passado, presente e futuro, foi Helmut Schmidt, chanceler da Alemanha.

Schmidt me contou uma história interessante. Disse que tinha se preparado para ser chanceler da Alemanha: teve uma formação brilhante de professor e uma carreira política excepcional. Preparou-se, enfim, para governar a Alemanha. O que ele me disse? "Quando cheguei a chanceler da Alemanha, tive de combater o grupo Baader-Meinhof, aquelas "Brigadas Vermelhas". Mas Helmut Kohl, um burocrata do meu partido, uma figura a quem ninguém dava valor porque não tinha nenhum talento maior, é que foi o homem que entrou para a história, por ter reunificado a Alemanha...".

Schmidt me disse então: "Ninguém governa o tempo que governa. A gente tem de governar com a massa das circunstâncias".

Que lembranças mais marcantes o senhor tem dos encontros com os dois homens mais poderosos da Terra, na época: o presidente dos Estados Unidos e o líder da União Soviética?

Tive com o presidente Ronald Reagan uma história boa, porque ele era um homem simpático. Primeiro, tinha sido ator e conhecia todas as fórmulas de receber. Tinha esse requinte. Não apenas parecia ser simpático: de fato, era. Durante as reuniões oficiais, naquelas grandes mesas, ficávamos o presidente de um país

de um lado – no caso, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan – e eu do outro. Ao lado de Reagan, o secretário de Estado George Schultz e os ministros. Eu também estava cercado por João Sayad *(ministro do Planejamento)*, Dílson Funaro *(ministro da Fazenda)* e Abreu Sodré *(ministro das Relações Exteriores)*.

As visitas são antecedidas por uma longa negociação sobre os assuntos bilaterais a serem tratados. Mas manda o protocolo que os presidentes também tratem de assuntos multilaterais. Eu ali, na frente do presidente dos Estados Unidos, resolvi fazer a ele uma pergunta. Terminado nosso trabalho de casa, eu então disse: "Presidente, eu não desejaria que o presidente do Brasil estivesse diante de vossa excelência, presidente do maior país do mundo, e não lhe fizesse uma pergunta: como é que o senhor vê o futuro da humanidade nesses próximos anos?"

O presidente Reagan, envolvido na corrida da Guerra nas Estrelas, deve ter pensado: "O que é que esse sujeito do Brasil quer saber de futuro da humanidade?" Simploriamente, ele se virou para o secretário de Estado e disse: "Ô Schultz, diz ao Sarney o que você acha sobre o futuro da humanidade..."

Também tive contatos com Mikhail Gorbachev, um homem que me causou boa impressão. Mas eu estava, ali, diante de um homem que ainda não tinha escolhido os seus caminhos. Era um homem que enfrentava os problemas da glasnost *(abertura política)* e da perestroika *(reestruturação econômica)*, mas que ainda não tinha definido exatamente o que fazer. Pareceu-me que ele não tinha um projeto interno sobre os caminhos que deveria trilhar.

Eu me lembro bem de um comentário que Gorbachev me fez: "Reagan sempre me liga. Quer ser meu professor! Sempre me diz que devo fazer assim e devo fazer assado. Que devo fazer de tal e tal maneira. Sempre me fala como professor". É o que Gorbachev me dizia sobre o presidente Reagan. Quando eu e Gorbachev está-

vamos andando pelos jardins do Kremlin, passamos diante de um monumento que tinha um canhão velho, ainda da guerra de 1914. Nesse momento, ele me disse: "Presidente Sarney, eu já disse ao presidente Reagan que a arma secreta que estamos fabricando na Rússia é esse canhão velho aqui..." Também notei um detalhe: quando fomos visitar uma igreja antiga, Gorbachev tirou o chapéu. Minha mulher me disse: "Ele ainda tem um sentimento religioso".

O que fez o senhor chorar, na intimidade do Palácio?

Como nordestino, sou daqueles que acham que político não deve chorar em público. Aprendi, então, a chorar com a garganta. A gente fica com aquele sentimento que é muito mais profundo, porque não se expande. Ao contrário: fica introvertido.

O momento em que mais sofri foi o da morte de Tancredo. Fui, talvez até por um mecanismo de defesa, a última pessoa a acreditar que Tancredo viesse a morrer, porque eu sabia das dificuldades que teria ao enfrentar o desconhecido. É a gente olhar para o futuro e saber que, ali dentro, existe uma caixa que guarda segredos. Há, ali, momentos que vão acontecer num terreno desconhecido. Quando veio a notícia da morte de Tancredo, eu me recolhi. Busquei apoio na minha fé, mas, nesse dia, chorei bastante, não só com a garganta – com os olhos, também.

O senhor estava onde, exatamente?

Quando recebi a notícia, eu estava no Palácio do Jaburu. Mauro Salles *(publicitário, assessor de Tancredo Neves)* me ligou para comunicar que Tancredo tinha falecido.

Se o senhor fosse escrever um verbete sobre o presidente José Sarney numa enciclopédia, qual seria a primeira frase?

Escritor, cantador frustrado e maranhense – com grande paixão.

Juscelino Kubitschek teve, na presidência, um enfarte, que ele manteve em segredo. Que problema de saúde o senhor escondeu do público quando era presidente?

Nunca escondi nenhum problema de saúde. Digo sempre em casa: "O dia em que eu tiver qualquer coisa, vocês saem gritando, chamando o médico!" Não quero morrer pela omissão, por não ter tomado todas as providências que deveria tomar. A gente não pode esconder problemas de saúde. Todos os que tive, nunca escondi.

Fui surpreendido quando tive um esporão do calcâneo, nome muito pedante para o que a gente chamava de "bico de papagaio", no pé. A *Folha de S. Paulo* botou a minha fotografia com a lista dos meus males. Fiquei decepcionado porque eu estava liquidado: pressão alta, esporão no pé, labirintite... com as setas da ilustração apontando para cada uma das partes do corpo. Eu disse: "Coitado, estou liquidado. Isso é um doente ambulante". Porque não sou hipocondríaco: sou o próprio doente. Faço *sightseeing* de farmácia.

Algum chefe de estado estrangeiro revelou ignorância sobre o Brasil ao senhor?

Num encontro com o presidente George Bush, o pai, em Nova York, no Hotel Waldorf Astoria, onde ele estava hospedado, ele me disse que a Amazônia estava pegando fogo inteiramente. Perguntei: "Presidente, o senhor tem noção do tamanho da Amazônia?". Bush ficou calado. Notei que, realmente, havia ali... *(Sarney interrompe a frase, como se não quisesse pronunciar a palavra "ignorância")* Nem Bush teria a obrigação de saber o tamanho da Amazônia. Eu disse a ele: "A Amazônia tem um perímetro de cinco vezes o estado do Texas! Não se toca fogo numa floresta daquela como se se estivesse tocando fogo em folhas durante o outono numa rua do Harlem, em Nova York".

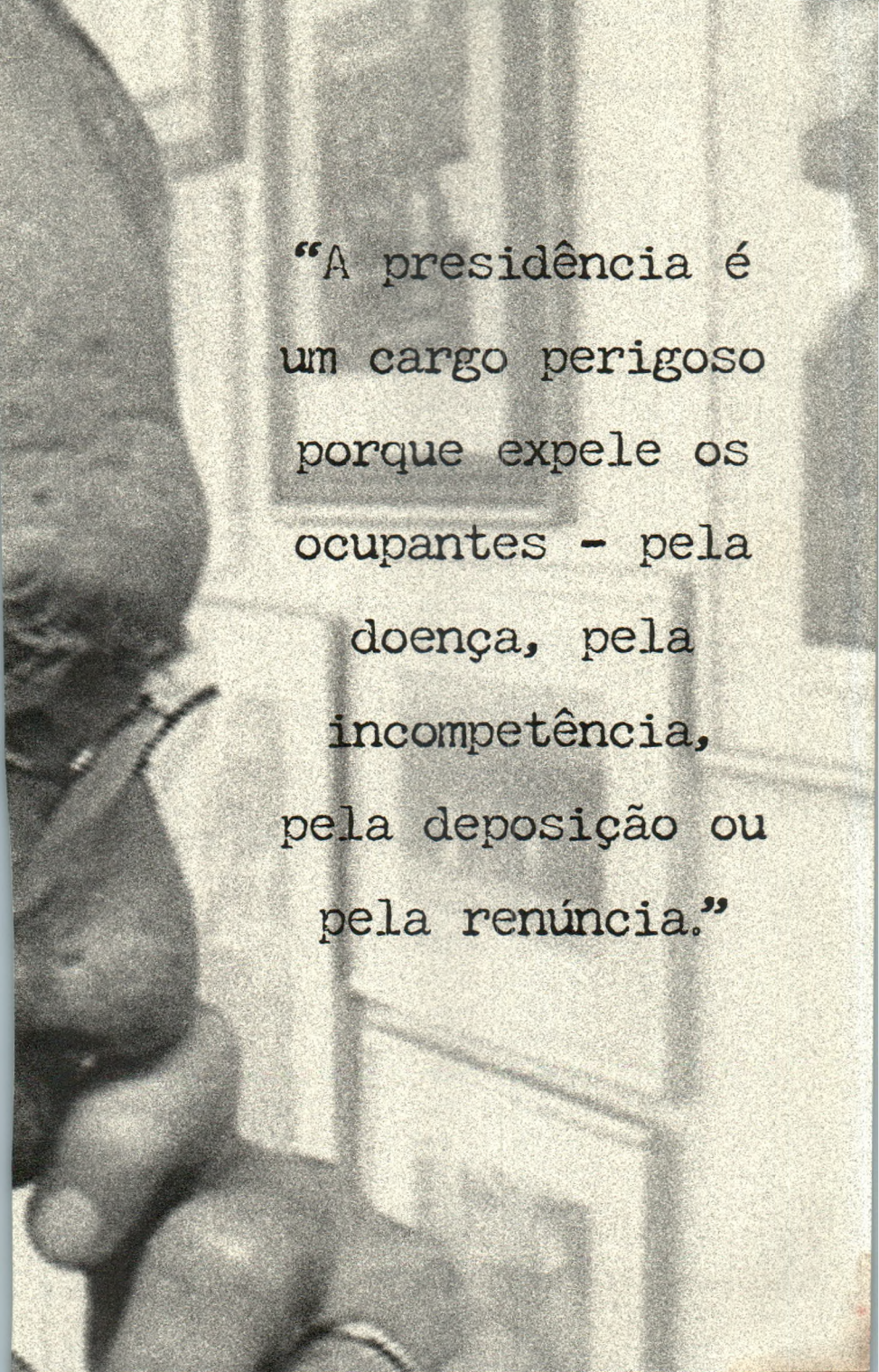
Uma das cenas mais impressionantes que tive na presidência

da República – e posso revelar hoje – aconteceu no dia em que dona Yolanda Costa e Silva, viúva do marechal Costa e Silva, me pediu uma audiência. Dona Yolanda me fez um pedido: vivia com uma parenta que trabalhava no BNH, o Banco Nacional de Habitação. Com a extinção do BNH, a parenta, que dava apoio a dona Yolanda, poderia ficar desempregada. Disse a dona Yolanda: "Vou dar uma solução. O BNH foi extinto, mas ela vai para a Caixa Econômica Federal. Nós vamos colocá-la".

Dona Yolanda, então, começou a chorar – bastante – na minha frente. Disse-me que tinha vindo de ônibus do Rio de Janeiro para Brasília. Verifiquei o quanto a gente às vezes é injusta no Brasil. Vi o que se dizia de dona Yolanda. Ali estava aquela senhora tendo problemas, vindo de ônibus – e tinha sido primeira-dama de um governo militar forte! Falei com o general Ivan de Souza Mendes *(ministro-chefe do Serviço Nacional de Informação)*. Como ela disse que precisava ir a Goiânia, mandei que providenciassem uma passagem aérea. Nessa noite, dona Yolanda teve um problema de enfarte. Determinei que os médicos da presidência a atendessem. Isso me chocou: eu, que tinha visto dona Yolanda Costa e Silva no poder, via agora aquela mulher ali, na minha frente... Eu já sabia, mas aquela lição de que o poder é uma coisa efêmera foi muito mais didática.

Algum dos militares que tinham ocupado o poder o procurou quando o senhor estava na presidência?

Falei com o presidente Ernesto Geisel, a quem convidei para ir à Usina de Itaipu. Afinal, ele tinha feito um grande esforço para a construção da usina. Quando chegou a hora de inaugurar as turbinas, achei que deveria levar o presidente Geisel a Itaipu. Não tive outros contatos. Tive contato com Jânio Quadros, que, como prefeito de São Paulo, me visitou umas duas vezes.



"A presidência é um cargo perigoso porque expele os ocupantes - pela doença, pela incompetência, pela deposição ou pela renúncia."

O presidente Geisel, na verdade, também me ligou para me dar um conselho absolutamente bom, porque era um conselho precioso de um homem experiente. Disse-me o seguinte: "Não discuta o tempo de duração do mandato. Não trate desse assunto. Deixe a Assembléia Constituinte resolver. Se ela decidir contra o tempo a que você tem direito, vá ao Supremo Tribunal e espere que ele resolva. Aceite a solução que for".

Conselhos a gente recebe, acha-os bons, mas, infelizmente, o dia-a-dia e o medo de truncar a presidência fazem com que vivamos presos às circunstâncias. Como eu tinha um projeto interno de transição democrática, achava que deveria abrir tudo imediatamente. O que aconteceu é que eu deveria me legitimar na presidência – e a legitimação viria através da abertura, já que eu não tinha condições de governar administrativamente o País. Quando anunciei que iria cumprir os cinco anos de mandato, eu achava que estava dando uma contribuição.

Quem o senhor sonhou em ter como sucessor na presidência?

Eu achava que teria condições de fazer uma chapa Ulysses Guimarães-Aureliano Chaves. A chapa seria muito boa porque os dois eram grandes homens públicos. Infelizmente, o Ulysses Guimarães, por alguns amigos que ele tinha, criou a impressão de que meu apoio não seria benéfico para ele. O resultado da eleição de 1989, no entanto, mostrou que essa avaliação era absolutamente errada. Porque qualquer governo teria condições de dar a Ulysses Guimarães, no mínimo, 15% da votação – um percentual até trágico para um presidente. Com os votos que ele próprio já tinha, Ulysses chegaria a uns vinte e tantos por cento. O que significaria esse número? Lula foi para o segundo turno daquela eleição com 16% da votação. Ulysses, portanto, teria ido para o segundo turno. Teria – possivelmente – vencido Fer-

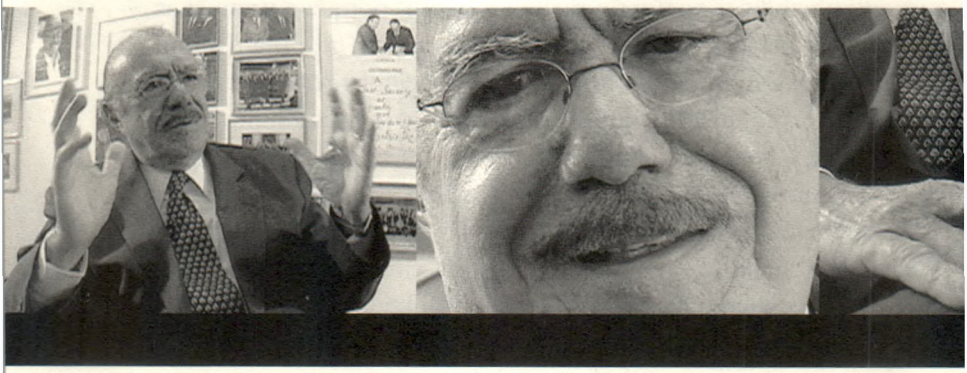
nando Collor. Porque Collor começou com 50% e terminou com 27%.

Quais foram o melhor e o pior presidentes que o Brasil já teve?

É difícil dizer qual foi o melhor e o pior, porque entram aí as simpatias pessoais. Os tempos em que as pessoas governam foram outros. Mas eu diria que Juscelino foi o melhor presidente que o Brasil já teve. Fui adversário de Juscelino, o que pesa muito mais. Fui cruel com Juscelino, como vice-líder da UDN *(União Democrática Nacional, partido de oposição a JK, filiado ao Partido Social Democrático–PSD)* na Câmara dos Deputados. Eu era da chamada "banda de música" da UDN: não tocava trombone, mas tocava reco-reco... Combati – e muito – Juscelino, mas acho que a obra que ele fez foi extraordinária, não apenas no aspecto administrativo, mas também no político.

Juscelino foi um homem que teve condições de fugir do cerco da área militar, soube construir e criar uma empatia. Eu diria que foi o primeiro a ser um presidente brasileiro: a alma brasileira estava representada em Juscelino. Todo mundo se sentia próximo a ele.

Quanto ao pior presidente, não se pode dizer. Quando me perguntaram "Qual é o pior político?", eu disse: "Luís XVI, porque terminou na guilhotina". Todos os que foram depostos não devem ter sido bons presidentes, porque, se o fossem, não teriam permitido que a deposição acontecesse. A presidência é um cargo perigoso. É um posto que tem a capacidade de expelir os ocupantes – pela doença, pela incompetência, pela deposição ou pela renúncia. Temos vários casos dessa natureza. Nós podemos, então, separar aqueles que perderam o cargo, pois estes, sem dúvida alguma, foram de extrema incompetência.



CONFISSÃO

O presidente eleito faz uma "grande confidência" ao vice: a abertura política fracassaria se não fosse escolhido um "bom ministro do Exército".

Quem Tancredo Neves citou ao senhor como possível alternativa para a vice-presidência?

Tancredo nunca me falou em outro nome para a vice-presidência. Confesso que não falou. Eu é que falei com ele; ele não falou comigo. Eu disse a ele que o vice-presidente deveria ser Marco Maciel, porque o fato de eu ter sido presidente do PDS criava, para mim, uma situação desconfortável. Acontece que Tancredo, como político prático que era, tinha na cabeça o seguinte: eu, por ter sido presidente do PDS, teria o "mapa da mina" do Colégio Eleitoral, porque sabia quem eram os delegados que iriam votar. Eu teria uma maior facilidade.

Por outro lado, Tancredo sabia que eu era o candidato do Aureliano Chaves. Como Aureliano era um homem importante para a eleição do próprio Tancredo, ele, comigo, nunca falou de outra maneira sobre a escolha do vice. Ao contrário: Tancredo, que gostava de um certo mistério, mandou um avião me apanhar, para que eu fosse jantar com ele em Belo Horizonte. Cheguei à noite, fui levado meio escondido para o jantar. Tancredo, então, disse que queria saber se eu aceitava mesmo a vice-presidência, porque ele pensava no meu nome. Se eu dissesse não, ele teria de repensar. A escolha do meu nome não era essencial, mas, como bom político, Tancredo, para massagear meu ego, disse que iria ter de repensar se eu recusasse. Nesse momento, eu disse a ele: "Está bem, Tancredo. Se é assim, vou marchar com você para ser o vice. Mas se você encontrar uma melhor fórmula..."

O meu candidato a vice-presidência era realmente Marco Maciel. Fiz tudo para ele. Uma noite, eu o convidei para jantar. Naquela época, o jantar era mais barato. Tomamos vinho. Gastei sessenta e poucos para fazer Marco Maciel aceitar, mas ele não aceitou.

Quando o senhor citou a Tancredo Neves o nome de Marco Maciel, que reação ele teve?

Tancredo me disse que, por força de dificuldades com a lei de fidelidade partidária, que inclusive previa penas de perda de mandato, Marco Maciel não poderia ser o candidato. Depois é que eu soube que havia outros movimentos dentro do PMDB para fazer vice-presidentes. Quando soube, esses movimentos já eram história, já tinham passado".

O senhor se sentiu incomodado, na presidência, pela ingerência de algum chefe de estado estrangeiro em assuntos internos do Brasil?

Confesso que nunca tive nenhuma interferência visível que pudesse incomodar o País. Sempre procurei não transformar de maneira alguma problemas nossos em questões que pudessem representar divergências profundas com os outros países. Nós estamos falando de Estados Unidos... Procurei ter um relacionamento maduro que acabasse com a fórmula do antiamericanismo. Tentei fazer com que nós colocássemos nossos problemas concretamente sobre a mesa.

Qual foi a confidência mais surpreendente que o senhor ouviu de Tancredo Neves, depois de escolhido como candidato a vice-presidente?

A grande confidência que Tancredo me fez foi a seguinte: ele achava que, se não escolhesse um bom ministro do Exército, a abertura política iria fracassar. Como julgava que, naquele momento, a única força organizada era o Exército nacional, Tancredo achava que nós não podíamos trombar de nenhuma maneira com eles. Por essa razão, estava numa grande dúvida para escolher o ministro do Exército (*o escolhido foi o general*

Leônidas Pires Gonçalves). Nossa articulação, portanto, não foi só política, mas também militar. É um segredo guardado até hoje: fizemos uma articulação militar que nos assegurava que não apenas tínhamos condições de ganhar as eleições, mas que também não haveria reação.

O que o senhor dizia nesses encontros secretos com os militares sobre o possível governo Tancredo-Sarney?

Eu dizia que, primeiro, havia a decisão de Tancredo de que não haveria revanchismo. Igualmente, haveria a profissionalização das Forças Armadas. Já naquela época, existia, nas Forças Armadas, uma grande insatisfação em relação ao tratamento que vinham recebendo do governo. Ao chegar à presidência, tive a grande surpresa de encontrar as Forças Armadas totalmente sucateadas e abandonadas. Preocuparam-se muito com a política e esqueceram a parte profissional. É o que constatei. Tancredo tinha uma visão muito precisa sobre esse quadro.

O senhor recebeu a missão de comunicar aos militares que o governo Tancredo Neves não criaria problemas nessa área?

Não era minha função. Tive uma conversa muito boa com Tancredo sobre o que seria e como eu interpretava a vice-presidência. Eu tinha lido os trabalhos de Walter Mondale, vice-presidente dos Estados Unidos durante o governo Jimmy Carter. Mondale traça o tipo de relacionamento que deve existir entre o presidente e o vice-presidente. Eu estudara a vice-presidência. Naquele encontro, eu disse a Tancredo: "Nosso comportamento vai ser esse – você não vai ter surpresa nenhuma com a vice-presidência".

Durante a campanha, na fase de articulações, tive de me aproximar da área militar. Não posso negar os contatos com Leônidas Pires Gonçalves, que eu conhecia desde que ele, major, trabalha-

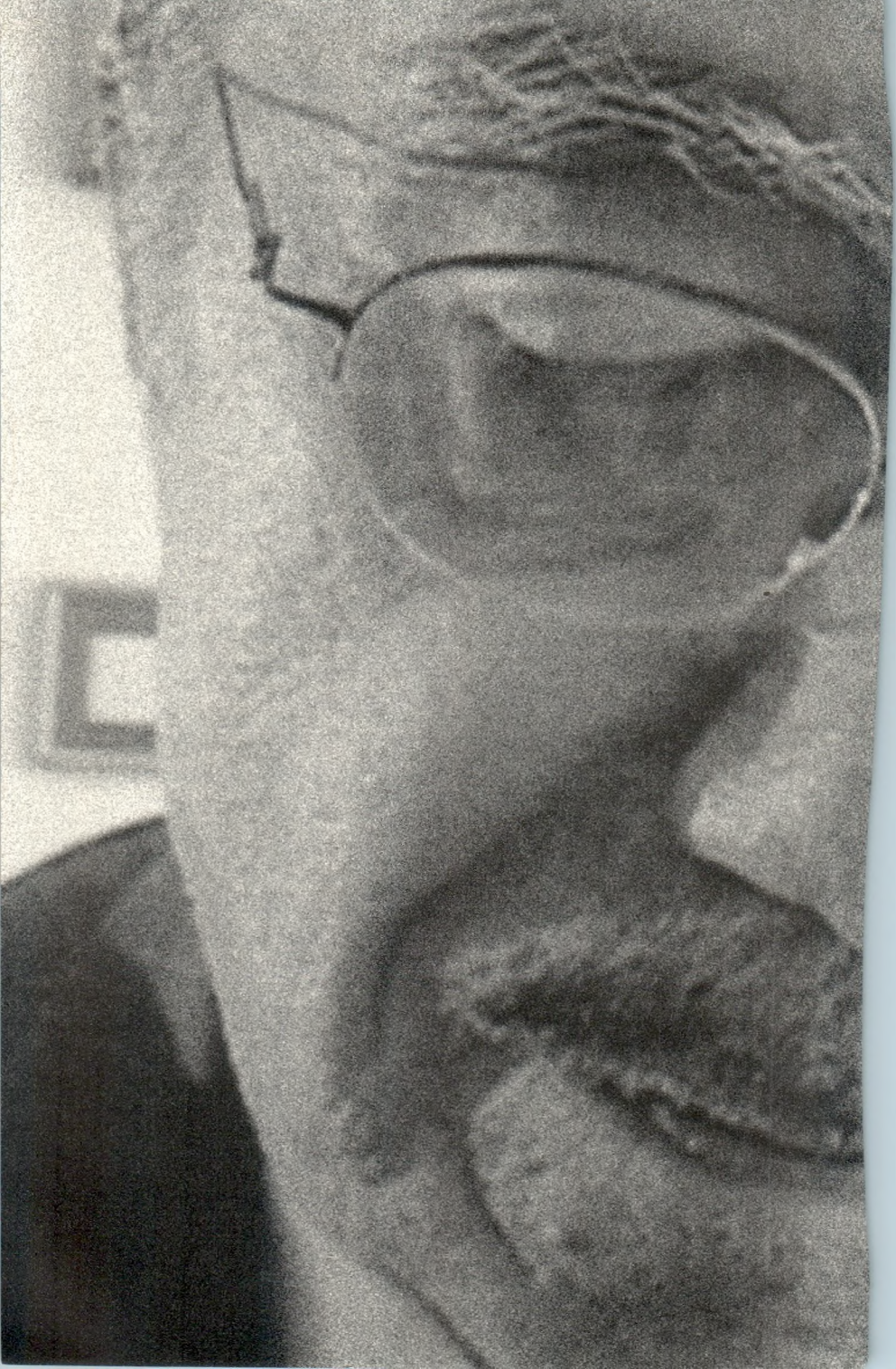
va no gabinete do presidente Jânio Quadros. Era uma pessoa com quem eu tive uma boa ligação durante toda a vida: quando ele era comandante do 3º Exército, sempre conversava comigo, aqui em Brasília, na Academia de Tênis, todo mês, quando vinha para a reunião do Alto Comando. Também mantive contatos com o brigadeiro Murilo Santos, uma grande liderança dentro da Aeronáutica, que tinha sido ajudante-de-ordens do presidente Castelo Branco. Aureliano Chaves tinha ligações com a área da Marinha.

Uma vez, Francisco Dornelles *(assessor de Tancredo, posteriormente indicado para o ministério da Fazenda)* disse o seguinte a Tancredo: "Acabei de receber de Leitão de Abreu *(chefe da Casa Civil do governo Figueiredo)* a informação de que estão fazendo, dentro da Aeronáutica, um manifesto contra a escolha do novo ministro. Querem colocar um outro – é o pessoal do Délio Jardim de Mattos" *(ministro da Aeronáutica do governo Figueiredo)*.

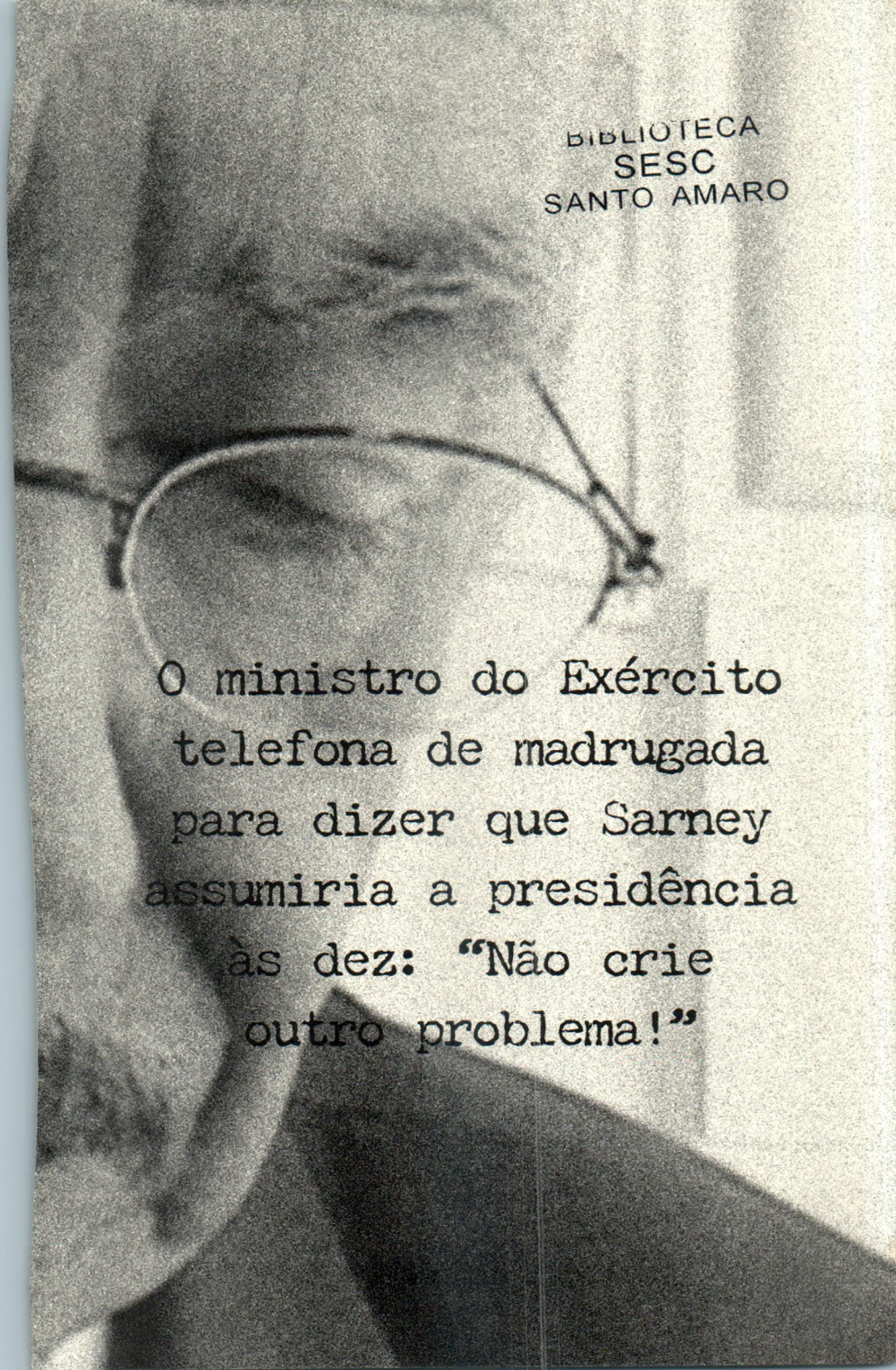
Tancredo pegou o telefone, ligou para Aureliano Chaves e disse: "Moreira Lima *(brigadeiro Otávio Moreira Lima)* ou o Deoclécio *(brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira)*? Diga dentro de cinco minutos!" Aureliano deve ter dito "Moreira Lima", porque Tancredo voltou e disse assim: "Vá logo anunciando para esse pessoal que o ministro da Aeronáutica é o brigadeiro Moreira Lima. Porque manifesto é assim: quando o sujeito assina e termina indo contra a situação, ele imediatamente pede a retirada da assinatura... Se não consegue retirar a assinatura, porque o manifesto já foi publicado, ele então adere". Tancredo fez essa brincadeira naquele momento.

O presidente eleito Tancredo Neves fez ao senhor alguma referência aos problemas de saúde que ele vinha tendo?

Não. Tancredo me dava a impressão de ser um homem de



BIBLIOTECA
SESC
SANTO AMARO



O ministro do Exército telefona de madrugada para dizer que Sarney assumiria a presidência às dez: "Não crie outro problema!"

extrema vitalidade, porque levava uma vida normal, comia muito bem, cumpria todos os compromissos. Com a idade que tinha, tomava um drinque à noite, bebia um vinho. Trabalhava extraordinariamente, com extrema lucidez. Tinha, portanto, uma cabeça clara e lúcida, além de grande experiência, como grande homem público. Era o homem que a história tinha preparado para aquele momento.

Quem deu a notícia – e com que palavras – de que o senhor iria assumir a presidência?

Fui ao hospital logo que soube que Tancredo tinha sido internado. Quando cheguei, começou-se a discutir o problema da sucessão. Não me senti confortável, até pelo meu temperamento e pelo meu jeito. Gosto de ver o lado humano das pessoas, não consigo fugir: eu estava, portanto, pensando em Tancredo. Mas o pessoal que estava junto – todos – já estava pensando na sucessão. Como eu era parte na sucessão, pedi: "Não vou ficar aqui discutindo sucessão, até porque não quero discutir. Não é meu desejo assumir amanhã o governo. Quero assumir junto com Tancredo". Eu achava que o Tancredo, dentro de uma semana, estaria bem. "Vou me retirar para a minha casa." E fui. Não participei absolutamente da discussão.

Entre duas e três horas da manhã, o senador José Fragelli me telefona: "Sarney, tudo resolvido! Tivemos uma reunião agora. O Supremo Tribunal Federal se reuniu: contra o voto dos juízes Luiz Gallotti e Sydney Sanches, todos acham que quem tem de assumir a presidência é, realmente, o vice-presidente. Nós fizemos uma reunião agora, aqui, no Congresso. Resolvemos que quem vai assumir é você. Prepare-se para assumir às dez da manhã...". Tenho uma cópia da ata dessa reunião.

Quando o senador desliga, em seguida o general Leônidas

telefona: "Prepare-se porque, às dez horas da manhã, você assume a presidência da República. É uma responsabilidade grande" Eu disse: "Leônidas, você sabe que eu não queria assumir a presidência amanhã. Fica muito mal para mim. Eu, presidente do PDS, Tancredo doente..." E Leônidas: "Ora, Sarney, não crie outro problema! Nós já temos problemas demais aqui!" Como os militares são disciplinados, nesse momento Leônidas já se enquadrou, como se estivesse falando não só com o amigo, mas com o presidente da República. Disse-me: "Boa noite, presidente".

Ali, naquele momento, é que tive a notícia de que assumiria a presidência da República às dez horas da manhã. Eu entrei na presidência levitando: quase que não pisava, porque não sabia exatamente o que estava acontecendo comigo. Não dormi naquela noite. Fui falar no palácio, mas nem discurso eu tinha preparado! Calcule o que é o sujeito assumir a presidência da República sem ter preparado nem algumas palavras para falar. Eu não sabia que iria assumir. Não houve transmissão de faixa, nada. Só tive de dizer: "Eu estou com os olhos de ontem". Porque eu não tinha dormido.

Em algum momento, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, insinuou ao senhor que ele é quem deveria assumir a presidência?

Não. Em momento algum Ulysses disse que ele é quem deveria assumir a presidência. Quando tocou nesse ponto, na minha conversa com ele, logo depois de minha chegada ao hospital, Ulysses disse: "O vice-presidente tem de assumir". Eu: "Não, Ulysses, não desejo assumir a presidência". E ele: "Nós estamos atravessando um problema sério nesta noite, neste momento. Temos de decidir. Devemos deixar de lado os assuntos pessoais.

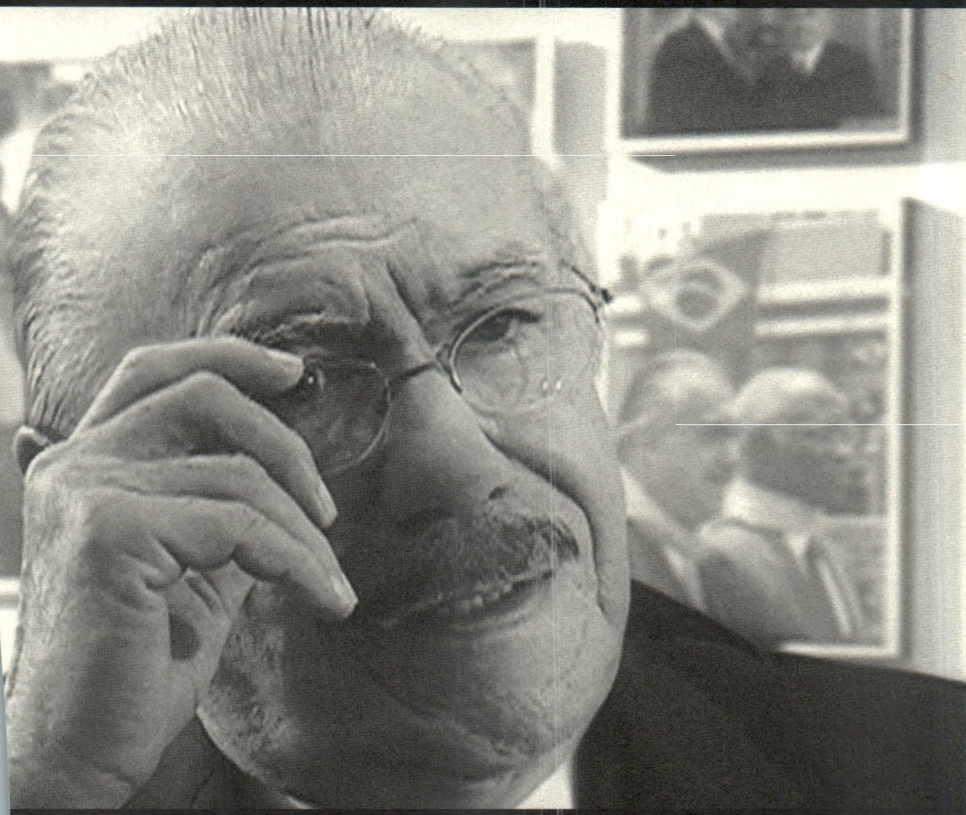
O País necessita que tenhamos condições de assegurar uma transição de governo pacífica.

Qual foi a última palavra que o senhor ouviu do presidente eleito Tancredo Neves?

Um dia antes da posse, ainda na manhã do dia 14, Aureliano Chaves *(escolhido para o ministério das Minas e Energia do novo governo)* ligou para me pedir que fosse à Granja do Riacho Fundo, em companhia de Marco Maciel e de Jorge Bornhausen. Tancredo estaria lá. Nós fomos. Aureliano nos disse, então, que iria tratar do problema da presidência da Eletrobrás. Virou-se para Tancredo: "Quero dizer que, como ministro de Minas e Energia, acho que o presidente da Eletrobrás deve ser o doutor Ney Braga". Tancredo então disse: "Aureliano, o presidente da Eletrobrás vai ser o doutor Mário Behring!".

Em primeiro lugar, na hora em que a cena ocorreu, pensei: "Vamos ter, aqui, um choque!" Mas Aureliano respondeu: "Você é o presidente da República, você é quem decide". Tive ali duas surpresas: primeiro, com um Tancredo incisivo, que não conhecia; segundo, com um Aureliano tão cordato. Tancredo bateu na minha perna e disse: "Sarney, são problemas, são problemas..." Quando os outros saíram, Tancredo, que era sempre muito carinhoso, pegou na minha mão e me disse assim: "Ora essa..." – a última coisa que ouvi de Tancredo, sobre uma situação da qual dois homens públicos se saíram muito bem. Aureliano, afinal, demonstrou ter uma compreensão que era contrária ao temperamento que sempre teve.

Nesse ponto, há uma cena engraçada. Durante a campanha, houve um determinado momento em que Aureliano disse: "Preciso de uma carta de Tancredo em que ele cite os compromissos que vai assumir". Fomos nós todos a Tancredo: os senadores Jorge



"Fui o pior presidente quando fiz o Plano Cruzado 2. Naquele dia, tomei a pior decisão entre as opções que me deram."

Bornhausen, Guilherme Palmeira, nós todos, mas achávamos que a aliança estaria acabada, porque Tancredo não iria escrever o que estavam pedindo. *(Bornhausen, Palmeira e o próprio Sarney faziam parte do grupo que se afastou do governo do general Figueiredo para apoiar a candidatura oposicionista de Tancredo Neves.)* Quando chegamos a Tancredo, tivemos uma grande surpresa, porque ele disse: "Não! Faço a carta agora. Sem problema! Mas vocês digam ao Aureliano o seguinte: em Minas Gerais só se faz uma carta quando já se recebeu a resposta".

O senhor já disse que, em algumas situações, foi o "melhor presidente", mas, em outras, foi o "pior presidente" que o Brasil já teve. O senhor pode citar, exatamente, quando teve essas sensações?

Fui o melhor presidente quando presidi a transição democrática. Consegui realizar essa passagem e, ao mesmo tempo, me legitimar no governo. Nesse ponto, fui o melhor presidente, porque, num período difícil da história do Brasil, criei uma sociedade democrática. Fui o pior presidente quando fiz o segundo Plano Cruzado. *(A popularidade de Sarney tinha atingido o auge no Plano Cruzado, que congelou preços para combater a inflação. Dias depois das eleições de novembro de 1986, porém, o governo baixou um pacote de medidas – o "Plano Cruzado 2" – aumentando preços, tarifas e impostos.)* Naquele dia, fui o pior presidente porque tomei a pior decisão entre as opções que me deram. Os técnicos estavam lá, mas o presidente é que toma a decisão. A minha escolha foi a pior que existia. O Plano Cruzado 2 foi uma tragédia. Paguei caro por ele. O País também.

Por quê? O senhor achou que o eleitorado se sentiu traído?

Não. Primeiro, o momento foi errado, logo depois da eleição. Segundo, a opção de aumentar os impostos, por achar que os pro-

dutos afetados eram da elite e não se comunicariam às populações mais pobres, foi um erro também crasso. Em terceiro lugar, a solução mais correta seria a que o ministro João Sayad estava pleiteando – a de aumentarmos o imposto de renda, em vez de entrarmos num imposto sobre o consumo. Quarto erro: eu deveria ter administrado as reservas de uma maneira que se pudesse negociar a nível internacional para fugir da moratória.

Quais são a maior delícia e o maior tormento de ser presidente da República?

Sou uma pessoa que já é tensa por natureza. Por ser tímido, escondo a tensão que permanentemente tenho. Durante todo o tempo de presidente, como todas as coisas que faço na vida, tive um grande senso de responsabilidade. Eu exercia a presidência com tensão e responsabilidade. Procurava acertar. Faz parte de mim.

A maior felicidade tive quando deixei a presidência. Momentos antes, convoquei a minha família ao gabinete do presidente. Disse a meus filhos e à minha mulher: "Procurei cumprir o meu dever. Fiz o máximo que podia. Acho que fiz um período bom porque foi um período de paz. Não tivemos uma prontidão militar, não tivemos nenhuma coisa de que a sociedade pudesse reclamar. Tivemos um período em que o Brasil cresceu 5% ao ano. Mas, politicamente, tivemos um problema muito sério: eu não tinha partido, não tinha nada. Então, aí na frente do Palácio, há uma multidão grande. Metade quer vaiar o Collor. A outra metade quer aplaudi-lo. Todas as duas querem vaiar Sarney. Vamos atravessar, mas vocês tenham certeza disso".

Desci, então, com minha mulher e meus filhos. Quando cheguei ao meio da rampa do Palácio, tive vontade de tirar o lenço, feliz, como numa despedida, porque tinha concluído o

mandato. A maior felicidade de um presidente é concluir um mandato – principalmente no Brasil daquele tempo. Tive então uma grande surpresa: o povo que ia me vaiar começou a me aplaudir. Quando desci, muita gente chorava ali na frente. Para mim, foi uma surpresa extraordinária. Houve taxistas que nos acompanharam. Vi umas cinco ou seis senhoras que tinham ido até o aeroporto, com o filho no braço, para me dizer: "Resolvemos vir aqui, com dificuldades. Conseguimos vir para abraçar o senhor e dizer que o programa do leite é que deu vida a esses meninos". Tive uma grande felicidade antes de embarcar em Brasília. Quando cheguei ao Maranhão, vi o povo: fiquei na porta da minha casa recebendo cumprimentos até altas horas da noite, o que me deu uma plenitude extraordinária.

Há quase um consenso entre os historiadores de que, se houvesse uma eleição direta naquele momento, em meados da década de 1980, provavelmente Ulysses Guimarães seria eleito. Se houvesse uma eleição indireta, Tancredo Neves seria eleito – como foi. O senhor também tem essa avaliação?

Tenho a seguinte avaliação: já que não haveria eleição direta, Tancredo Neves foi o grande construtor da transição democrática, pela eleição indireta. Para tanto, ele tinha experiência política, capacidade pessoal e vivência dos fatos públicos do Brasil. Não tinha incompatibilidades. Tancredo foi, então, o homem que pôde construir a transição democrática. Não é o caso de saber se um ou outro. A história não é assim. O que aconteceu só Tancredo Neves poderia fazer.

Tancredo Neves chegou a fazer algum comentário ao senhor sobre a possibilidade de uma eleição direta?

Não tenho tanta certeza de que Ulysses seria o vencedor,

porque uma campanha política depende de articulação política. Sem desmerecer nenhuma das qualidades do Ulysses Guimarães, digo que Tancredo era muito melhor articulador. Ulysses Guimarães era um grande homem público, um grande estadista, um grande brasileiro, mas Tancredo Neves era um operador político de extrema capacidade. O Brasil deve a ele o fato de ter passado de um regime militar para um regime de plenitude democrática sem nenhum trauma.

Tancredo sempre foi um homem muito educado e muito carinhoso, mas sempre dizia uma coisa: "Sarney tem o senso da proporção". Porque eu sempre ficava muito discreto. Preparei-me para ser um vice-presidente discreto de um presidente forte. Temos, na história do Brasil, presidentes que assumiram para ser depostos. Podemos colocar na lista Arthur Bernardes, Juscelino Kubitschek, João Goulart, José Sarney e Getúlio Vargas... Sem apoio político, sem um estado forte, sem conhecer as pessoas com que estava governando, sem ter escolhido ninguém no ministério, alvo de grande preconceito por ser um político do Nordeste, com todas essas coisas que naturalmente circulam num País dessa dimensão, eu – evidentemente – não tinha nenhuma condição de sustentação.

Se não tivesse tido a capacidade política de conduzir o processo, eu teria sido um ótimo candidato à deposição. Juscelino também foi porque não tinha apoio militar, mas teve a capacidade de sustentar-se no poder. O próprio Juscelino dizia: "Das coisas que o presidente tem de fazer, a maior de todas é sustentar-se no poder e assegurar o processo democrático". Não achava que a maior coisa era Brasília. Juscelino fez um pouco como Dom João VI: fugiu para Brasília, como Dom João VI fugiu de Portugal para não ser deposto por Junot *(general francês enviado por Napoleão para invadir Portugal)*.

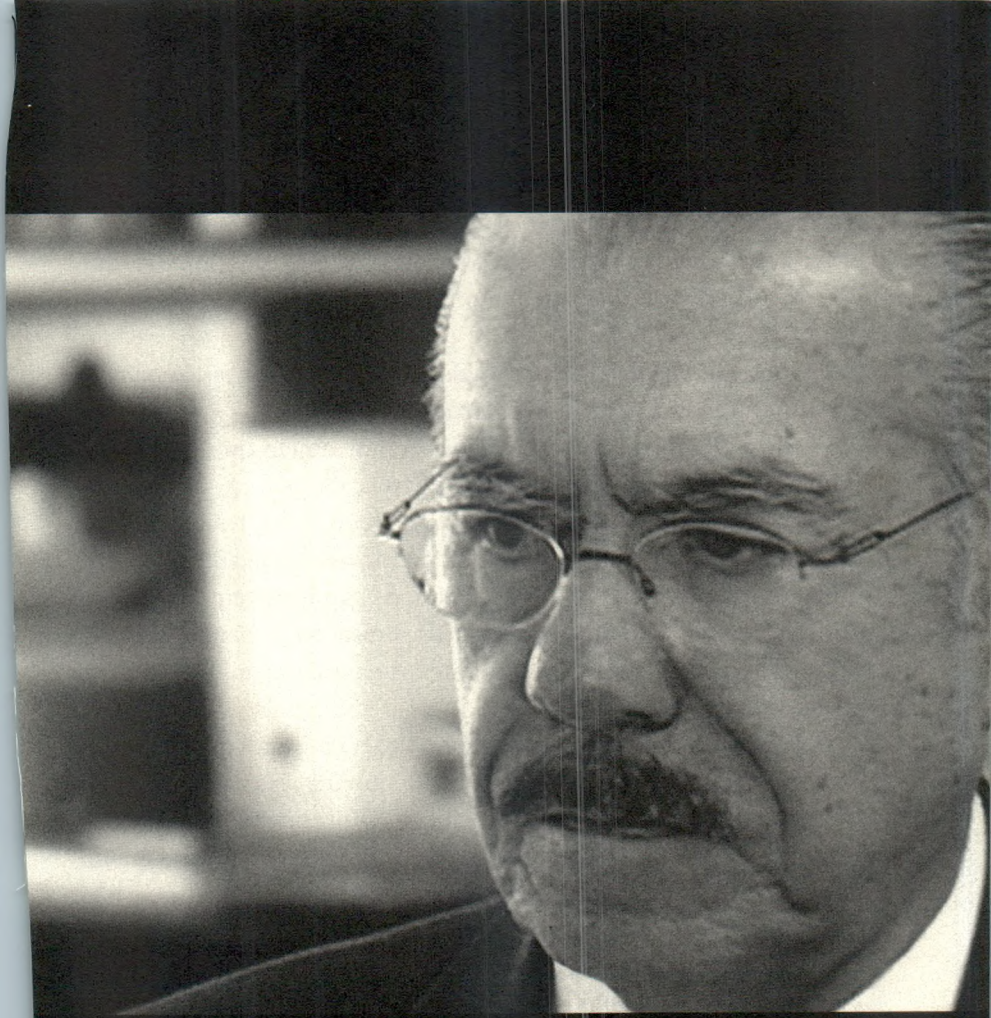
Um candidato à deposição foi também Arthur Bernardes *(presidente entre 1922 e 1926)*. Com toda a reação militar que despertou, com as revoluções, teve de governar com estado de sítio durante todo o tempo. Getúlio Vargas, no segundo mandato, não sabia lidar com a democracia, não sabia lidar com os militares. Tinha sido um ditador. Perdeu todas as condições. Se não fosse o tiro no peito, ele evidentemente teria passado para a história como deposto. João Goulart também, porque começou a destruir todas as condições que tinha de governar.

Temos os exemplos dos que sobreviveram: eu me incluo entre eles. São os que foram vítimas de um processo que os destinou a enfrentar soluções difíceis. O marechal Deodoro da Fonseca, quando chegou ao poder, fez tudo para ser deposto. *(Primeiro presidente da República, Deodoro da Fonseca renunciou ao cargo em novembro de 1891, em meio a uma crise política provocada pelo mau relacionamento com o parlamento.)* Jânio Quadros fez tudo para renunciar.

A primeira coisa que um presidente da República tem de fazer é, sem dúvida alguma, se sustentar no poder. Caso contrário, ele cria uma crise institucional. Se o presidente não for capaz de se sustentar no poder, a história se trunca.

Qual foi o primeiro presidente da República que o senhor teve a chance de ver pessoalmente? Que impressão ele deixou no senhor?

Getúlio Vargas. Já fui com certo preconceito para o comício que ele ia fazer. Era uma manhã de sol, no Maranhão. Getúlio fazia campanha para ser presidente da República, em 1950. Era baixinho. Vestia terno branco. Usava chapéu. Ficou num jipe, lendo o discurso. Eu estava na multidão. Como eu pertencia à Juventude Brigadeirista *(nome dado aos grupos de jovens que apoiavam o candidato da UDN, brigadeiro Eduardo Gomes)*, não tinha simpatias por



A lembrança do primeiro presidente: "Era baixinho. Vestia terno branco. Usava chapéu". Chamava-se Getúlio Vargas.

Getúlio. Minha impressão, naquele comício, foi neutra. Era, na verdade, uma impressão preconcebida sobre um homem que tinha sido ditador durante tanto tempo.

Qual foi o pedido mais estapafúrdio que o senhor ouviu quando estava na presidência da República?

Afonso Arinos de Melo Franco, grande amigo que tive a vida inteira, dizia: "Há uma grande diferença entre os presidentes nordestinos e os presidentes do Sul. Quando o presidente é de Minas Gerais, os mineiros vêm e pedem a embaixada em Paris. Quando o presidente é de São Paulo, os paulistas vêm e pedem o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil ou o Banco Central. Quando o presidente é do Nordeste, os parentes vêm e pedem um lugar de ascensorista.

É essa a grande diferença. Tenho cerca de quinhentas mil cartas recebidas como presidente da República. Há uma – muito interessante – de que não me esqueço. O presidente não lê todas as cartas. Só as mais interessantes são trazidas a ele. A carta era de um sujeito de Alagoas que trabalhava para um coronel que não podia ter filhos. O autor da carta fôra, então, contratado para produzir os filhos que o coronel não podia ter. Acontece que não tinha sido pago pelo serviço. Agora, pedia ao presidente da República que tomasse uma providência: ou o coronel pagava pelo trabalho feito ou então deveria devolver os meninos a ele...

O presidente da República administra também esses casos. É a "caixa das almas". Histórias assim mostram a simplicidade do povo brasileiro e a imagem que ele tem da presidência da República – a "túnica inconsútil" do presidente.

O senhor foi um homem tolerante com as críticas na presidência. Mas, na intimidade, o senhor se irritava quando era criticado

ou ridicularizado por jornalistas como Millôr Fernandes, no Jornal do Brasil?

Talvez seja um defeito, mas acho que é uma qualidade: sempre tive absoluta incapacidade de ter ódio e ressentimento. Sempre achava que, como estava me conduzindo bem, aquele era um preço que eu tinha que pagar – e paguei – com a volta da liberdade ao País. Os ventos da liberdade traziam aquilo. Eu era a pessoa que estava ali para receber, ao mesmo tempo, os ônus e os bônus. Nunca me senti discriminado por esse tipo de comportamento. Chico Caruso uma vez me perguntou: "Você não ficava zangado quando olhava as caricaturas que eu fazia?" E eu: "Não, Chico. Quando via Sarney nas caricaturas, eu dizia 'Aquele é Sarney', como se fosse uma terceira pessoa. Eu também me divertia". Chico Caruso não é só um humorista: é um intelectual, um grande talento.

Quando é que finalmente vai sair o livro de memórias do ex-presidente Sarney?

Já escrevi setecentas páginas. Depois que gente escreve, enxuga um pouco. A fase da presidência vou reservar para um segundo volume. Quero que o primeiro volume tenha o título de *Testamento para Roseana*. O segundo volume se chamará *Boa noite, presidente*. Acredito que, por ser intelectual e por ter passado pela presidência da República, devo a mim mesmo e ao povo brasileiro um testemunho sobre minha experiência. Campos Salles o fez. Epitácio Pessoa também. Também há as biografias: a de Afonso Arinos sobre Rodrigues Alves é extraordinária. Não há livro como aquele na história republicana. Já as biografias de Getúlio Vargas não são boas.

Quando assumi a presidência da República, achei que a história não deveria ser feita só de maneira oral. Deveria ser feita

com documentos. Nós poderíamos fazê-lo nos moldes americanos: instituí leis que protegem os arquivos presidenciais, para que possam ser postos sob segurança no futuro, porque irão, assim, assegurar a memória da República. É algo de que o Brasil precisava. É um testemunho que não se pode deixar perder. Os documentos, todos os objetos que ganhei quando presidente da República estão classificados e catalogados no memorial que fiz no Maranhão. Há fotografias, filmes, tudo. O memorial é muito bem visitado porque há interesse do povo em conhecer a vida dos homens públicos. Pelo jeito brasileiro, só se conhecem as piadas sobre os homens públicos. Também devem ser feitas. São boas.

Como o senhor acha que o presidente Sarney vai ser visto nos livros de história daqui a cinqüenta anos?

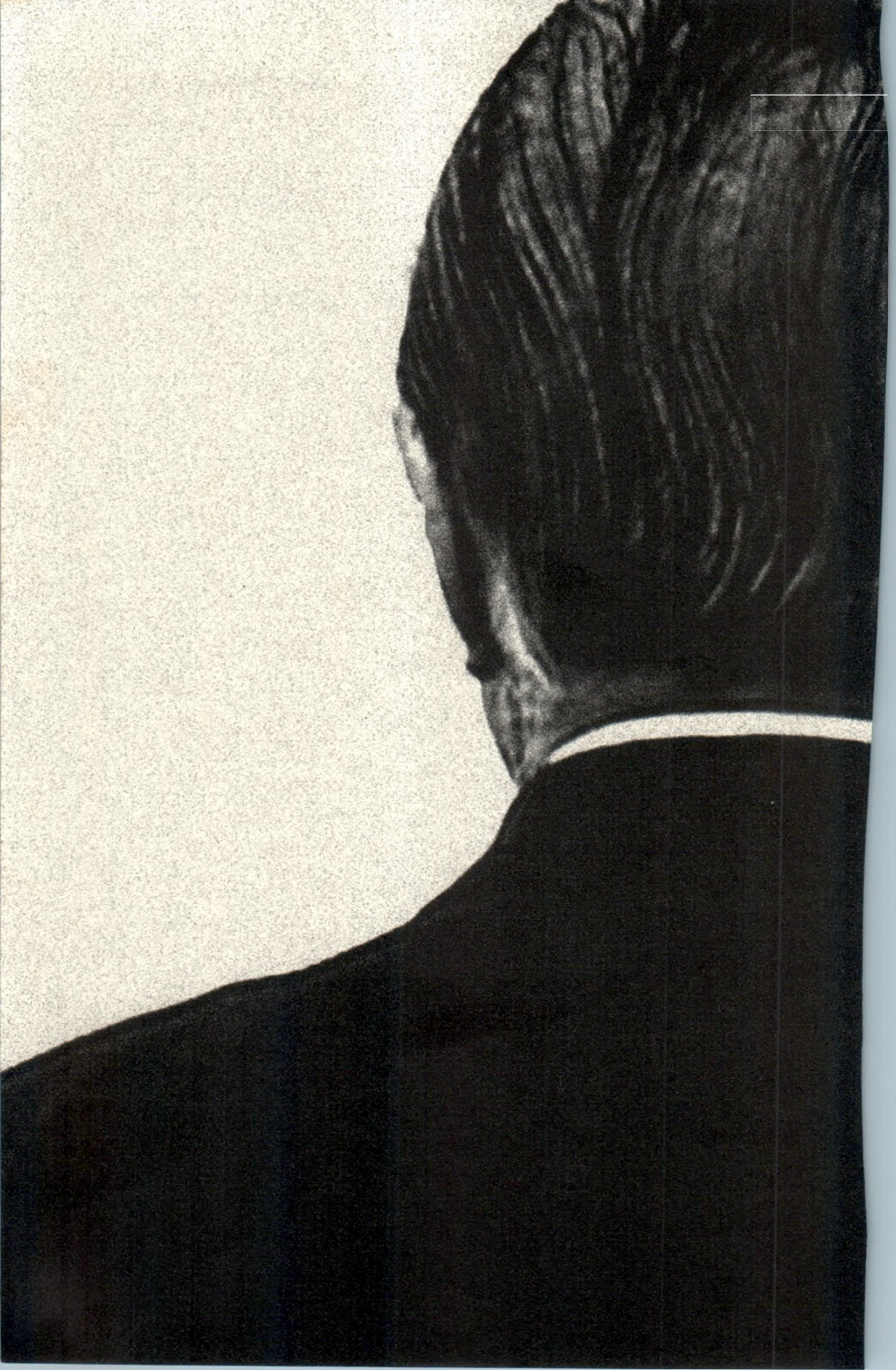
Eu acho que vou ser visto muito bem, não sei se é uma certa vaidade. Pelo seguinte: coube-me fazer não somente a transição democrática. Aquele foi um momento histórico, em que o mundo todo passou a conviver com a democracia liberal e com a economia de mercado – no que Francis Fukuyama *(historiador norte-americano)* chamou de "fim da história". Coube-me esse instante.

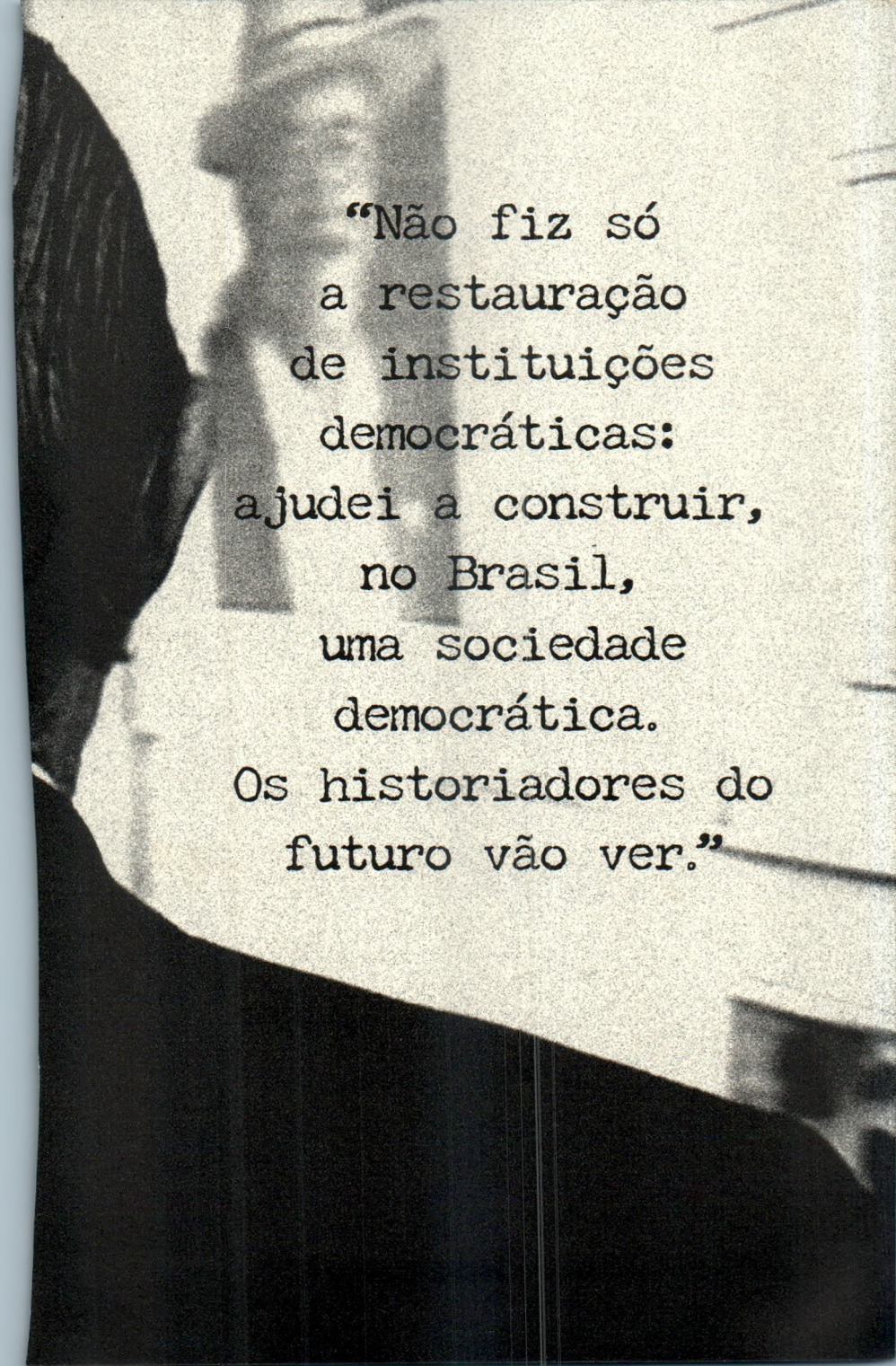
O que fiz? Não fiz só a restauração de instituições democráticas: ajudei a construir, no Brasil, uma sociedade democrática. Os historiadores do futuro vão ver. Primeiro, o Plano Cruzado teve um aspecto político. Todo mundo se sentiu "fiscal do Sarney", porque era cidadão, participava, fechava supermercado. Descobriu-se a cidadania naquele momento. Criaram-se sociedades, houve liberdade, sindicatos livres – que não existiam. Isso se derramou na sociedade como um todo. Todo mundo passou a ter direitos: o consumidor, as minorias, a mulher, os negros. São coisas que nasceram e floresceram nesse período. Como estamos muito próximos, não vamos enxergar, mas quem chegar daqui a

cinqüenta anos vai detectar, naquele período, um tempo em que a sociedade brasileira mudou.

Se o senhor tivesse que definir o presidente Sarney em uma só palavra, que palavra seria essa?

Paciente.

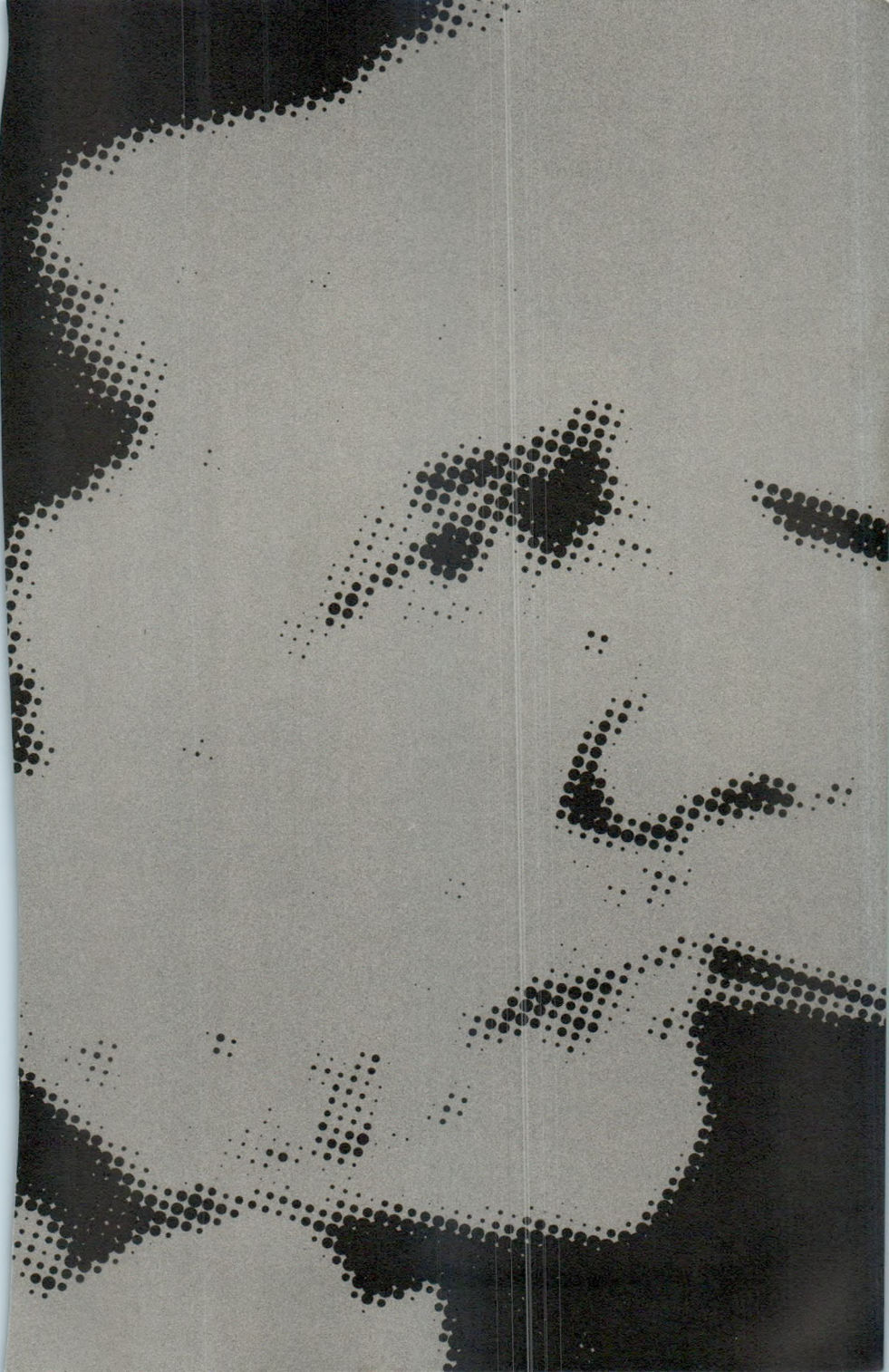



"Não fiz só
a restauração
de instituições
democráticas:
ajudei a construir,
no Brasil,
uma sociedade
democrática.
Os historiadores do
futuro vão ver."

FERNANDO COLLOR DE MELLO

15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992

A surpresa:
o governador vira
presidente aos
40 anos de idade.
O desastre:
o barco se
chocou contra
os rochedos.



MACEIÓ - Ficcionistas do Brasil, guardem as canetas, desconectem o computador, batam em retirada, entreguem os pontos: nenhum autor de folhetim teria imaginação suficiente para engendrar um roteiro que tivesse tantas reviravoltas espetaculares quanto as que marcaram a trajetória deste homem que, agora, no começo de uma tarde nublada, acaba de chegar ao prédio das Organizações Arnon de Mello, num automóvel de vidros escuros. Quem cruzar com esse carro pelas ruas de Maceió não conseguirá, portanto, enxergar o rosto conhecidíssimo do motorista: a película escura dos vidros impede que passantes curiosos descubram que, ao volante, encontra-se um ex-presidente da República.

O homem hoje é o manda-chuva deste pequeno conglomerado de empresas de comunicação: funcionam aqui uma TV, um jornal diário e uma emissora de rádio. Já foi o manda-chuva do Brasil.

O ex-presidente cumprimenta formalmente os funcionários que aproveitavam um instante de folga para dar umas baforadas ao ar livre. Com passos firmes, dirige-se ao lance de escada que leva ao primeiro andar, rumo à sala da direção geral da empresa. Nosso personagem chegou com duas horas de atraso para a entrevista: o horário combinado tinha sido dez e meia, já é meio-dia e meia. Pede desculpas pela impontualidade.

Enquanto aguardava a chegada do homem, ouço um funcionário descrever uma cena surpreendente: certo dia, ao cruzar com a aglomeração de fumantes reunidos no pátio, o manda-chuva notou que havia pontas de cigarro no chão. Sem dizer uma só palavra, abaixou-se, apanhou as guimbas e jogou-as no lugar

apropriado: o cinzeiro. Depois, deu "bom-dia" ao grupo e seguiu em frente. A repreensão silenciosa teve efeito. Desde que a cena ocorreu, o chão do pátio ficou um brinco. Nenhum dos fumantes se arriscou outra vez a ser silenciosamente repreendido pelo patrão. Se flagrada por um fotógrafo, a imagem de um ex-presidente catando bitucas de cigarros espalhadas pelo chão bem que poderia se somar à galeria de poses inesperadas que pontuam a biografia de Fernando Collor de Mello.

Que ninguém pense que o manda-chuva desfila pelo pátio soltando fogo pelas narinas. Não é assim que a banda toca hoje. Quem vê o Fernando Collor de Mello de 56 anos de idade fica tentado a perguntar: por onde anda aquela figura de andar empertigado, olhar desafiador e peito estufado, que, na presidência, encarava os outros mortais com ar de olímpica superioridade? Se aquele era um personagem encenado por Fernando Collor de Mello quando ocupava a ribalta da presidência da República, pode-se dizer que o criador do tipo tratou de aposentá-lo. Porque não há, no homem que acaba de chegar à empresa para dar início ao expediente na diretoria geral, sinais aparentes daquele político voluntarioso, demolidor e surpreendente.

Quem apostaria um tostão furado no delírio do governador de um Estado pequeno, que, aos 40 anos de idade, resolvera se lançar candidato a presidente da República sem o apoio de nenhum grande partido? O Brasil jamais tivera um presidente tão jovem.

Quando se realizou a primeira eleição direta para presidente, depois de longuíssimo jejum de 29 anos, Collor era governador de Alagoas, Estado sem peso político nacional. Ainda assim, resolveu lançar-se candidato por uma sigla desconhecida, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), contra gente que há tempos estava na fila para subir a rampa do Planalto – Leonel Brizola e Ulysses Guimarães, por exemplo. Derrotou a todos nas urnas:

teve 26.611.011 votos no primeiro turno, contra 11.622.673 de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 11.168.228 de Leonel Brizola (PDT), 7.790.392 de Mário Covas (PSDB), 5.986.575 de Paulo Maluf (PDS), 3.272.462 de Guilherme Afif Domingos (PL), 3.204.932 de Ulysses Guimarães (PMDB), 769.123 de Roberto Freire (PCB), 600.838 de Aureliano Chaves (PFL) e 488.846 de Ronaldo Caiado (PSD).

A vitória foi confirmada no segundo turno, no dia 17 de dezembro de 1989: 35.089.998 brasileiros deram a Collor a presidência da República, contra os 31.076.364 que preferiram Lula. O triunfo indiscutível não prenunciava o naufrágio que o aguardava. Dois anos e meio depois de subir a rampa do Palácio do Planalto como o mais jovem presidente já eleito para o cargo, Fernando Collor fez a trilha inversa. A Câmara dos Deputados apontou-lhe o caminho da rua no dia 29 de setembro de 1992: por 441 votos a favor e 38 contra, os deputados votaram pela abertura de um processo de *impeachment* contra o presidente.

O irmão caçula de Fernando Collor, o empresário Pedro Collor, provocara um escândalo nacional ao denunciar o chamado Esquema PC: o presidente seria beneficiário do tráfico de influência comandado pelo empresário Paulo César Farias, tesoureiro da campanha que o levara ao Planalto. O afastamento definitivo viria no dia 29 de dezembro de 1992, data em que o presidente, até então licenciado, renunciou ao cargo para escapar da punição que lhe seria aplicada pelo Senado. Não escapou.

A lista de naufrágios e tragédias não terminaria aí: um câncer no cérebro, diagnosticado pouco antes, mataria Pedro Collor em dezembro de 1994. A matriarca do clã Collor, Dona Leda, morreria num hospital em São Paulo em fevereiro de 1995, depois de passar dois anos e cinco meses em estado de coma irreversível. O tesoureiro PC Farias seria assassinado em junho de 1996.

A vitória jurídica que Collor obteve em 1994, ao ser absolvido pelo Supremo Tribunal Federal, não foi suficiente para devolvê-lo à arena: o ex-presidente já estava politicamente destroçado. Virou um fantasma. Deixou de ser ouvido. Quando foi anunciado o veredito do STF – a instância máxima da Justiça brasileira –, um advogado fez a ressalva, no jornal *O Globo*: "Collor foi absolvido por falta de provas, o que não significa que seja inocente".

O político que ganhou da imprensa o apelido de "Caçador de Marajás" tentou voltar ao governo de Alagoas na eleição de 2002, mas acabou derrotado, já no primeiro turno, pelo candidato do PSB, Ronaldo Lessa, eleito com 553.035 votos (52%). Collor conquistou 419.741 votos (40% do eleitorado), um percentual que, a bem da verdade, não chega a ser desprezível. Afinal, não se deve esquecer que até um defensor de Collor dos tempos da CPI do Esquema PC o chama hoje de "O Escorraçado".

A derrota nas urnas é um indício de que, aos olhos do eleitor, Collor se transformou num homem marcado pela "Síndrome de Tio Charlie" – o protagonista do filme *A Sombra de uma Dúvida*, dirigido por Alfred Hitchcock em 1943. O gênio do suspense lançou mão de um recurso sutilíssimo para sugerir que "Tio Charlie", interpretado pelo ator Joseph Cotten, tinha um passado tenebroso: quando chega à estação, o trem que conduz o personagem projeta uma sombra sobre a família que o espera na plataforma. O trem que conduz Collor parece projetar um sombra carregada de dúvidas sobre os eleitores.

Collor se benze duas vezes ao entrar no gabinete da direção da empresa. Primeiro, toca uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. Depois, pousa a mão sobre outra imagem emoldurada da santa, em cima do birô. Cumpre o ritual com ar contrito. Diante da mesa, cuidadosamente arrumados pela secretária, estão exemplares de jornais alagoanos. Discretamente, ele põe a *Gazeta de*

Descreve assim o que
espera do futuro:
"O meu plano mais imediato
resume-se a viver".

Alagoas em primeiro plano, em cima dos concorrentes *Tribuna de Alagoas* e *Primeira Edição*.

Uma lupa repousa sobre a mesa. Sete canetas de marcas nada sofisticadas, como Bic e Futura, amontoam-se ao lado de quatro controles remotos, perto do monitor do computador. As canetas Montblanc dos tempos da presidência devem estar guardadas em lugar seguro. Uma TV de 50 polegadas, um aparelho de som "três-em-um", dois sofás e duas cadeiras brancas completam a sóbria decoração do gabinete. Dois porta-retratos exibem os rostos de duas outras personalidades políticas da família: o pai, Arnon de Mello, e o avô materno, Lindolfo Collor.

Uma estante armazena CDs que, diz a secretária, o ex-presidente recebeu de presente: sucessos de Ivete Sangalo, a trilha sonora da novela *Da Cor do Pecado*, uma coletânea de Latino (cantor da duvidosíssima *Festa no Apê*) e até um improvável disco da banda Scorpions, o que, definitivamente, não combina com o ocupante da sala. A coletânea do grupo de *heavy metal* permanece intocada. A capa plástica ainda envolve o CD. Entre os livros, igualmente recebidos como brindes, estão exemplares de *Seleção Brasileira – 90 anos* e *Roberto & Lily*, relato de memórias de Lily Marinho, viúva do presidente das Organizações Globo.

Um enorme painel de Romero Britto, artista pernambucano radicado nos Estados Unidos, ornamenta uma das paredes. O visitante atento notará que, numa estante, o manda-chuva da empresa guarda a cena de um embate histórico: um quadro que retrata a revolução proletária de 1917, na Rússia. Numa das paredes, um mapa-múndi é um convite permanente para partir.

Quando ri, o dono da sala exibe dentes imaculadamente brancos. Joga o corpo para trás quando gargalha. É o que faz quando ouve o relato sobre o que a Dama de Ferro britânica, Margareth Thatcher, disse ao presidente Fernando Henrique, a respeito da

duração do mandato dos presidentes brasileiros: *"That's ridiculous!" ("É ridículo!")*.

Fora da gravação da entrevista, Collor jura que, desde que tomou posse, já havia uma articulação em marcha para tirá-lo da presidência. A articulação, diz ele, era feita por uma ala do empresariado de São Paulo. Quem lhe passou a informação foi um amigo: o ex-ministro do Tribunal de Contas e ex-deputado federal Thales Ramalho. Hoje, o ex-presidente diz que não quer saber de política partidária. Chega a vacilar ao pronunciar o nome da legenda nanica a que pertence: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Com um leve ar de riso, descreve assim o que espera do futuro: "O meu plano mais imediato resume-se a viver".

Quando fala de jornalismo, faz elogios – merecidíssimos – à obra monumental que Elio Gaspari escreveu sobre o regime militar. Recorda da capa da primeira edição da revista *Realidade*, lançada em 1966 pela Editora Abril. Era Pelé. "A *Realidade*" – suspira, saudoso – "foi um momento extraordinário do jornalismo brasileiro".

O homem que hoje se dá ao trabalho de sair da sala e descer a escada para acompanhar o repórter, o cinegrafista e o assistente até o carro, no estacionamento, é personagem de uma das mais espetaculares sagas da história republicana. Há qualquer coisa de trágico na trajetória de um político que, ainda jovem, ganha de presente a presidência da República, mas joga pela janela a chance de ocupar um lugar de honra na história do Brasil. "Eu semeei ventos, colhi tempestades que me jogaram contra os rochedos" – ele escreveria tempos depois de perder a presidência, ao rememorar o dia do naufrágio. A imagem dos rochedos é a preferida por Collor para falar do desfecho dos tempos turbulentos que viveu no Palácio do Planalto.

Se tivesse cumprido o mandato sem se enredar num novelo de

"Eu semeei ventos,
colhi tempestades."

denúncias, quem sabe, teria se tornado um desses condestáveis da República, que são sempre ouvidos com atenção reverente. Não foi o que aconteceu. Depois de se chocar contra os rochedos, o ex-presidente acabou solenemente ignorado pela imprensa, pelos eleitores e pelos governantes. O presidente Lula convidou seus antecessores a voar para Roma a bordo do avião presidencial para os funerais do papa João Paulo II, em abril de 2005. Somente Collor ficou de fora da lista de convidados.

O personagem central de uma história tão tumultuada e tão cercada de tragédias, dúvidas e suspeitas ainda atrai atenções. Quando a imagem de Collor aparecia no monitor da ilha de edição do *Fantástico*, editores e repórteres que passavam pelo corredor paravam para perguntar: "É Collor? O que foi que ele disse? O que ele tem feito? Pintou o cabelo?"

Trata-se de um grande personagem jornalístico. Ontem, caminhava entre os poderosos do mundo. Chegou a ser chamado de Indiana Jones pelo então presidente dos Estados Unidos, George Bush. Hoje, perseguido pela "Síndrome de Tio Charlie", dá expediente como executivo de uma empresa de alcance estadual.

O "Escorraçado" guarda um baú de histórias. Vai abri-lo agora para revelar a cena que ninguém viu: o dia em que esteve a um passo de cometer suicídio – gesto que seria o último de uma interminável série de surpresas que o personagem Collor reservou para o Brasil.

"Vivi um momento
de glória suprema
...para, depois,
ser apeado do poder
da forma como fui."

Hoje, o senhor vê um toque trágico na história de ascensão e queda – tão rápidas – que o senhor viveu?

Sem dúvida. Sem querer fazer melodrama, digo que há características de uma tragédia grega em tudo o que aconteceu. Tudo o que foi envolvido, tanto do ponto de vista pessoal e familiar quanto do político; a repercussão em toda a população; o ápice que vivi... Cada um de nós é do tamanho da onda que nos carrega. De repente, uma onda enorme me leva até uma ilha fantástica, para presidir um país fantástico como o Brasil. Mas essa onda foi a mesma que, depois, me tragou de volta e me jogou contra os rochedos. Vivi um momento de glória suprema: o de ter sido eleito pelo povo brasileiro presidente deste país extraordinário, para, depois, ser apeado do poder da forma como fui.

É verdade que, no momento em que os deputados votavam o pedido de impeachment, *o senhor ficou sozinho e nem sequer viu a transmissão ao vivo pela TV?*

Não vi.

O que o senhor estava fazendo exatamente no momento em que os deputados votavam pela abertura do processo de impeachment?

Fiquei sozinho em minha sala, no Palácio do Planalto. Somente a lâmpada em cima de minha mesa estava ligada. Todo o gabinete ficou na penumbra. Fiquei só, à espera de que me fosse dado o resultado. O silêncio era absoluto. O trânsito estava interrompido diante do Palácio. Não havia nenhuma movimentação. Eu então ouvi, vindo do Congresso Nacional, aquele rumor forte, igual ao que a gente ouve nas proximidades de um estádio de futebol na hora da comemoração de um gol. Quando ouvi aquele rumor forte, disse: "Estou perdido".

Batem à porta. O chefe do Gabinete Militar *(general Agenor*

Homem de Carvalho) entra e me comunica o resultado. Eu digo: "Não temos mais nada o que fazer. Vamos embora".

Aconteceu assim.

O que passou pela cabeça do senhor quando ouviu esse rumor?

Percebi como é forte a capacidade que os outros têm de trair, vender-se, vilipendiar-se, agachar-se, alugar-se. Infelizmente, é a natureza humana. Depois, assisti a casos específicos. Vi os que lá se apresentaram dizendo "pela minha mãe", "pela minha família", na hora de votar. Eu dizia: "Meu Deus..." Porque ficava mais penalizado por eles do que com a minha própria situação. Eram aqueles que, depois de ter tido todos os compromissos atendidos politicamente pelo governo, agiam daquela forma em função de trinta dinheiros...

Qual foi, então, a traição que mais magoou o senhor? Quer citar algum nome?

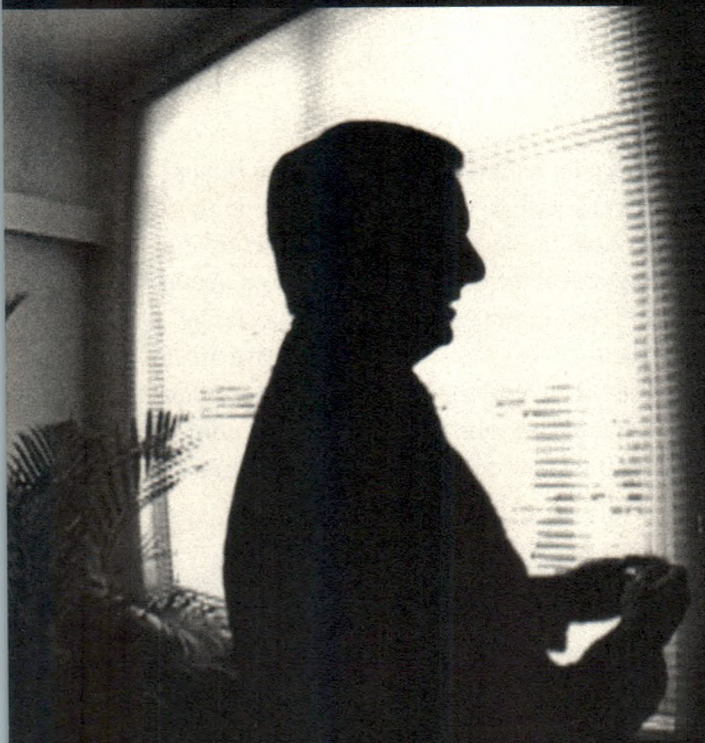
Não quero citar nenhum nome. As traições ferem, mas também nos ensinam e nos fortalecem.

O senhor enfrentou um período de depressão, depois de ter sido afastado da presidência...

Não necessariamente de depressão.

O senhor pensou em suicídio?

O que aconteceu comigo entre o meu afastamento pela Câmara dos Deputados e a votação pelo Senado Federal – e, de forma mais aguda, depois do meu afastamento definitivo pelo *impeachment* – foi uma profunda busca de respostas que eu ainda não havia encontrado. Naturalmente, não era aquele o momento.



O cenário estava pronto para o suicídio: afastado do poder, Collor tranca-se na biblioteca da Casa da Dinda, liga o gravador para deixar uma mensagem.

Em algum momento desse período de reavaliação o senhor chegou a pensar em suicídio por ter sido afastado do poder?

Pensei, pensei. Num determinado momento, pensei em dar fim à minha vida porque o sofrimento foi atroz, brutal, cruel. Para não cometer esse gesto, valeu-me muito uma conversa que eu havia tido com o governador Leonel Brizola. Ao fim da última audiência que ele teve comigo, em palácio, fui levá-lo à porta. Brizola disse-me, na sala dos ajudantes-de-ordens: "Presidente, eu tinha uma coisa para lhe falar". Eu: "Vamos entrar, governador". Fechei a porta: "Vamos sentar?" Mas ele disse: "Não, aqui mesmo, na porta".

Com aquela forma bem pausada de falar, ele disse, então: "Venho de longe. Já assisti a muita coisa na política deste País. Acompanhei de perto o sofrimento do doutor Getúlio Vargas. O que ele passou não chega aos pés do que o senhor vem passando. Quero lhe pedir, não como político nem como governador, mas como cidadão Leonel Brizola: resista, presidente. Não faça como o doutor Getúlio. Resista". Nesse instante, os olhos do governador Brizola se marejaram de lágrimas. Os meus também.

Quando pensava em cometer o ato extremo, sempre me vinham à mente as palavras do governador Brizola. Pensei: "Eu falei para ele que iria – e vou – resistir".

O senhor atribui a esse encontro com o ex-governador Leonel Brizola a decisão de não se suicidar?

Atribuo não somente a esse encontro, mas, sem dúvida nenhuma, a conversa contribuiu para que a minha decisão fosse a de permanecer vivo.

Em que momento, exatamente, o senhor chegou ao que seria o fundo do poço? Quantos meses depois de ter sido afastado da presidência?

Logo, logo. Tivemos o 29 de setembro *(de 1992, dia em que a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de* impeachment*)*, o 3 de outubro *(data das eleições municipais)*, depois veio o 29 de dezembro *(data em que o Senado o puniu)*. Aconteceu nos meses seguintes: janeiro, fevereiro de 1993.

O que levou o senhor, afinal, a abandonar a idéia de suicídio?

Em primeiro lugar, o instinto de sobrevivência, que todos temos. Em segundo lugar, fatores circunstanciais, dentre eles, a conversa que tive com o governador Leonel Brizola, na última audiência que tivemos no Palácio do Planalto. É um fato que, eu diria, me ajudou a não cometer esse desatino.

O senhor chegou a ensaiar escrever alguma coisa nesse momento?

Gravei alguma coisa. Gravei uma fita. Iniciei a gravação de uma fita, que ficou lá, guardada. Meu livro termina assim: a morte que não houve.

A fita que o senhor gravou seria uma espécie de "versão moderna" da carta-testamento? O que o senhor dizia na gravação?

A pretensão não era essa. Começo explicando o porquê do meu gesto, mas nada era assim, dirigido ao "povo brasileiro" – um documento que ficasse registrado na história. A mensagem era pessoal, para a família: eu dizia dos motivos que me levavam àquilo e como eu gostaria que as coisas ficassem. Falava do meu testamento e de bens. Não era, enfim, um documento político, mas um documento pessoal.

Que referências políticas havia na fita?

Nenhuma, nenhuma, nenhuma...

BIBLIOTECA
SESC
SANTO AMARO

Um arrependimento: Collor diz que, hoje, não usaria na propaganda eleitoral o depoimento da ex-namorada do candidato Lula.

As referências eram exclusivamente pessoais?
Exclusivamente pessoais.

Onde o senhor gravou essa fita?
Gravei na biblioteca da Casa da Dinda.

Como foi feita a gravação?
Por mim mesmo, com um gravador daqueles antigos, tipo "tijolão". Fiz a gravação em áudio, somente.

Quando pegou o gravador, o senhor estava decidido a se matar. Quanto tempo depois o senhor mudou de idéia?
Isso foi por volta de três, quatro da tarde. Eu esperava... *(Collor faz uma pausa, suspira)* Nossa... É uma conversa tão triste...

Mas é importante o registro, já que o senhor foi presidente da República...
Enfim... Eu imaginava que acontecesse ao anoitecer. Mas, quando raiou o dia seguinte, eu já havia mudado de idéia.

O senhor se arrepende de ter usado no programa eleitoral o depoimento de uma ex-namorada de Lula? (A equipe de Collor levou ao ar, na campanha presidencial de 1989, um vídeo em que uma antiga namorada de Lula, então candidato pelo PT, acusa-o de ter sugerido a ela que fizesse um aborto.)
Eu diria que não foi algo de bom gosto nem de bom tom. A utilização seria absolutamente desnecessária. Não o faria novamente. Mas, numa campanha eleitoral, no fragor da batalha, com as emoções desencadeadas de forma violenta, é difícil a gente ter uma medida correta dos termos de que nos utilizamos e das ações que estaremos por realizar. É preciso levar em consideração o

momento em que a decisão foi tomada. De qualquer maneira, sob o ponto de vista racional, em "condições normais de temperatura e pressão", sem dúvida nenhuma, eu não faria aquilo.

O fator determinante para que o senhor fosse afastado da presidência foi a suspeita de que o tesoureiro da campanha, Paulo César Farias, achacava empresários num esquema que, em última instância, envolveria a instituição da presidência. O senhor acha que, um dia, vai se livrar dessas suspeitas diante da opinião pública?

Isso é uma brincadeira! Já fui julgado e já fui inocentado dessas acusações. Repisar é uma coisa que não vai levá-lo a lugar nenhum.

Se nós atentarmos para o que eventualmente teria acontecido há 15 anos e para o que aconteceu posteriormente e vem acontecendo, é preciso prestar atenção, para não ficar mirando somente para um passado que já foi revolvido – e para um personagem que já foi inocentado. Assim, corre-se o risco de obliterar o que aconteceu posteriormente em governos outros – e não vem, ao contrário do que deveria, motivando tanto a atenção da mídia.

Uma das caixas-pretas da política brasileira são as famosas sobras de campanha. O tesoureiro da campanha do senhor à presidência, PC Farias, disse ao deputado Cleto Falcão (então líder do PRN na Câmara) *que a campanha havia arrecadado US$ 134 milhões em doações. Sobraram US$ 52 milhões. É verdade? O que foi feito dessa sobras?*

Não sei se o número é verdadeiro ou não. Quem disse poderia até citar a fonte em que se baseou.

(A fonte de Cleto Falcão, um dos responsáveis pelo lançamento da candidatura presidencial do então governador de Alagoas, Fernando Collor, foi o próprio Paulo César Farias. Em Dez Anos de

Silêncio, *livro publicado em 2004 pela editora LGE, Falcão diz: "É provável que aquela tenha sido a campanha política de maior sucesso financeiro da história da República. Tempos depois, conversávamos eu e PC Farias, na casa de praia em Maceió, a mesma onde anos mais tarde ele viria a ser assassinado... Era uma manhã de domingo, pouco tempo depois do segundo turno. Presentes eu, ele e um vigia, mais ninguém. Começamos a tomar um whisky. Paulo nos serviu e pulou na piscina. Lá pela terceira dose, arrisquei: 'PC, nunca vi tanto dinheiro na minha vida... Quanto vocês arrecadaram no total?' Paulo César respondeu: 'Uns US$ 134 milhões. Devem sobrar uns 52 milhões'."*)

Em relação às sobras da campanha, tudo foi devidamente apurado pela Justiça Eleitoral. É documento público, à disposição de quem se interessar.

O senhor tem dúvidas sobre as circunstâncias da morte de PC Farias? (O ex-tesoureiro da campanha de Collor teria sido morto pela namorada, que se suicidou em seguida, no dia 23 de junho de 1996, em Maceió.)

Não sou a pessoa mais adequada para falar porque não sou proficiente em diligência policial. Mas, a me valer nos *experts* no assunto que atuaram em dois inquéritos, não posso ter nenhuma dúvida de que o que aconteceu foi o crime passional que a imprensa divulgou.

Qual foi o erro imperdoável do governo Collor?

O erro imperdoável do meu governo foi o mau relacionamento do presidente da República com o Congresso Nacional.

O senhor já disse que sofreu o processo de impeachment *porque não era de freqüentar churrasco em casa de deputados. O*

"Maioria parlamentar se
conquista com salamaleques,
churrascos, almoços,
jantares, intimidades.
Mas não sou de ficar
dando tapinha na barriga."

senhor acha que, se tivesse cortejado o Congresso, teria escapado do processo?

Sem dúvida nenhuma.

O que leva o senhor a ter essa certeza?

O que me leva a essa certeza é o depoimento dos líderes dos partidos que coordenaram o meu *impeachment*. Disseram: "O que faltou a Collor foi uma maioria parlamentar". Não estou, aqui, querendo, absolutamente, criticar o Congresso Nacional. O que critico é o meu posicionamento em relação ao Congresso. Maioria parlamentar se conquista com salamaleques, churrascos, almoços, jantares, intimidades. Como não sou muito dado a esse tipo de intimidade, como não sou de ficar dando tapinha na barriga nem agüentando pessoas já um pouco alteradas pelo consumo de bebida, eu evitava. Mas uma das atribuições do presidente, sem dúvida nenhuma, é essa: a de tentar a todo esforço consolidar uma maioria parlamentar que lhe dê a chamada governabilidade.

O senhor pediria perdão aos eleitores? Por quê?

Perdão peço todo dia. Quando me recolho, peço perdão a Deus pelos erros e pelas faltas que eventualmente tenha cometido. Quando vou à celebração da santa missa e antes de participar da eucaristia, peço perdão a Deus. Também peço desculpas ao povo brasileiro por erros cometidos que tenham afetado o cotidiano, o dia-a-dia, a vida de cada um.

O que o senhor sentiu no exato momento em que assinava o pedido de renúncia? (Em 29 de dezembro de 1992, Collor apresentou ao Senado a renúncia ao cargo de presidente da República, numa última tentativa de escapar da punição que o aguardava: a inelegibilidade e a proibição de concorrer a qualquer cargo público

pelos oito anos seguintes. O artifício não teve efeito: o Senado votou pela condenação.)

O pedido de renúncia foi assinado às duas horas da manhã do dia em que o Senado realizaria a sessão de julgamento. Eu tinha acabado de oferecer a lideranças do Senado, na Casa da Dinda, um jantar em que havíamos combinado a estratégia para a votação. Quando dali saíram, todos estávamos cientes de que a estratégia seria cumprida pelos que me apoiavam.

Passam-se quarenta minutos – não se chegou a uma hora – e recebo telefonemas que me informavam: alguns dos que lá de casa saíram já estavam confabulando com o outro lado. Eu, então, disse a mim mesmo: "Contra a natureza humana, não há nenhuma força que se alevante".

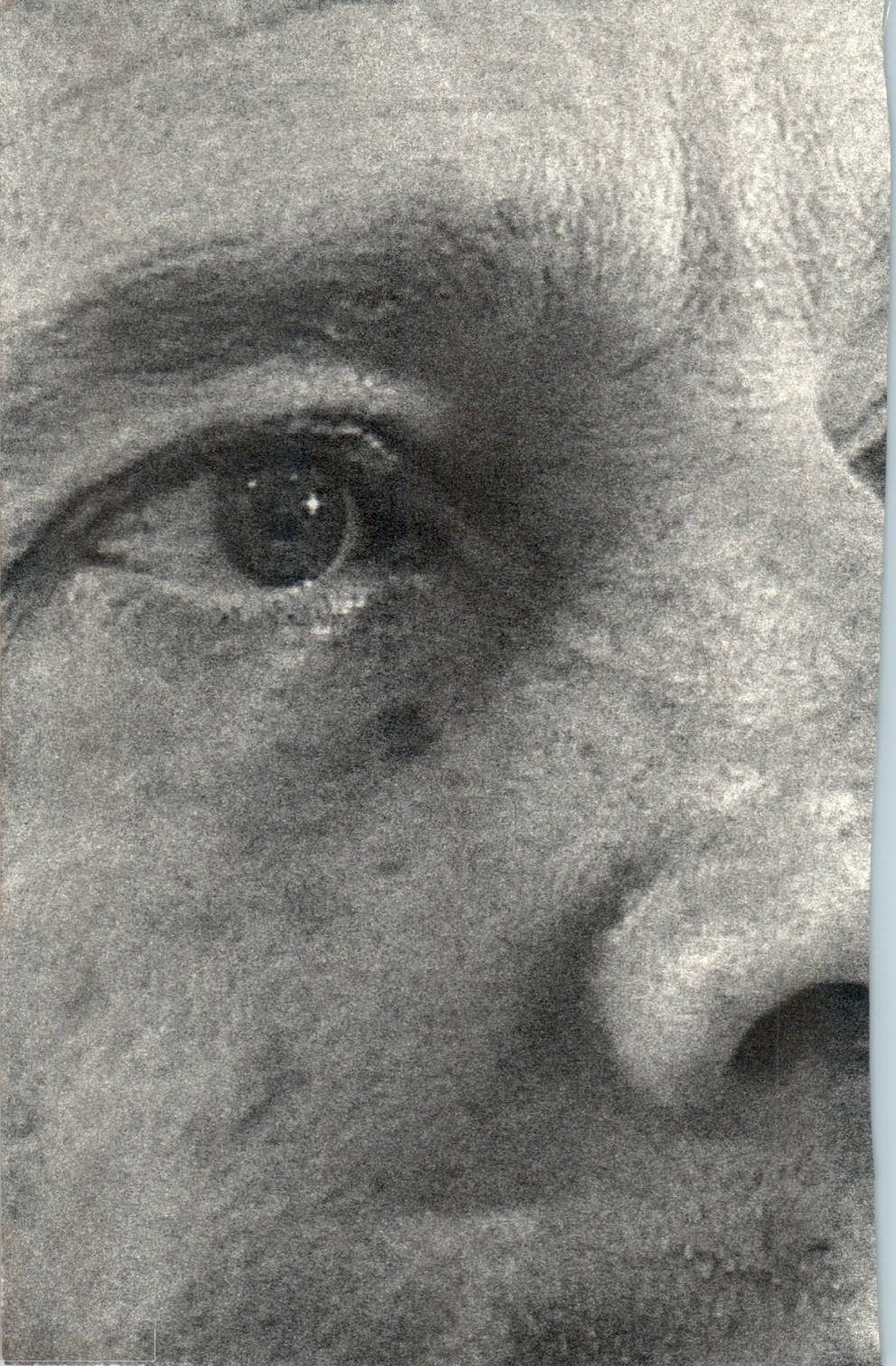
Ficamos, ao final, eu e o professor e cientista político Otaciano Nogueira, emérito professor da Universidade de Brasília, grande intelectual e grande amigo. Chegamos à conclusão de que eu deveria apresentar minha renúncia. Em torno da mesa, eu e ele começamos a redigir o documento. Fez-se um rascunho da carta da renúncia. Depois, fez-se a carta, que seria enviada naquele mesmo dia ao Senado da República.

O que levou o senhor a se decidir pela renúncia foi o fato de correligionários terem mudado de posição na última hora?

Sem dúvida, sem dúvida, sem dúvida. Nós estávamos com condição de obter uma vitória, apertada, no Senado. Quando recebi a informação de que alguns já estavam confabulando com o outro lado, eu disse: "Não há o que fazer".

Em que circunstâncias o ex-presidente Fernando Collor voltaria a fazer política hoje?

Em nenhuma circunstância.



A resposta da
primeira-ministra
britânica ao
pedido de redução
da dívida externa:
"Não conte comigo.
Não! Não!
Não! Não!"

Por quê?

Por que já não tenho nem motivação nem vontade de participar do processo político-eleitoral no Brasil.

Qual foi o comentário mais surpreendente que o senhor ouviu de um dirigente estrangeiro?

O mais surpreendente comentário que ouvi foi feito pela senhora Margareth Thatcher, no momento em que eu, presidente eleito mas ainda não empossado, visitava chefes de estado dos principais países, para comunicar que eu haveria de encerrar a moratória e, assim, inserir novamente o Brasil no contexto internacional e nos fluxos comerciais. *(Primeira-ministra britânica entre 1979 e 1990, a conservadora Margareth Thatcher ficou conhecida como "Dama de Ferro" pela postura firme em defesa de causas como a privatização de estatais.)*

Para que essa reinserção acontecesse, eu precisava de certa condescendência por parte dos credores, porque, assim, poderíamos refazer nossas contas e regularizar nossa dívida. Eu tinha uma tese, que, afinal, saiu vitoriosa: a redução da dívida de todos os países chamados "emergentes" em 30%. Não era, na verdade, uma idéia original minha. Era algo que já se comentava. Os Estados Unidos acabaram encampando essa idéia dentro do chamado Plano Brady, em função do secretário do Tesouro americano à época, Nicholas Brady. Todos tinham simpatia em relação à idéia.

Quando chegou o momento de expor o assunto no encontro com a senhora Thatcher, ela disse: "Desculpe, mas não entendi o que o senhor falou". Pensei comigo mesmo: "Meu inglês não deve estar tão eficiente..." Repeti tudo. A senhora Thatcher, então, me disse: "Deixe-me ver se entendi corretamente. O senhor quer dizer que, por exemplo, o senhor deve 100, mas, em vez de pagar 100

quer pagar 70. É isso?" Respondi: "É exatamente isso!" A senhora Thatcher respondeu: "O senhor me desculpe. Isso é uma brincadeira! Isso é uma brincadeira! Não, não conte comigo nem com o governo britânico. Não! Não! Não! Não! Se o senhor deve 100, o senhor tem de pagar 100! Poderemos discutir como o senhor vai pagar, mas dever 100 e querer pagar 70, negativo! Comigo o senhor não conta!"

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso vive às turras com o presidente Lula. O ex-presidente Itamar Franco não suporta o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O senhor, obviamente, não tem uma boa relação com Itamar Franco. Por que os ex-presidentes se dão tão mal entre si?

Em primeiro lugar, há um ditado: "Vice? Não tê-lo, não sê-lo e, de preferência, nem vê-lo". *(Risos.)*

Qual é a origem de suas desavenças com o vice, Itamar Franco?

Não há nenhuma desavença. É uma questão de compatibilização de caráter. Itamar não é um homem de caráter. Fazer o que ele fez a quem sempre lhe deu a mão, a quem o tirou do ostracismo absoluto... Itamar é uma negativa de que há vida inteligente na Terra, mas, por um desses acasos, chegou à vice-presidência da República. Achei que haveria de merecer, pelo menos, um crédito de confiança. Mas, desde o momento em que assumiu, começou a conspirar contra meu governo.

Em que momento houve o rompimento definitivo? Depois de deixar o poder o senhor teve algum contato com ele?

Nenhum contato com ele. Nenhum contato com ele.

Que tipo de relação o senhor tem com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso?

Nenhuma relação com ele. A relação que tive foi a de tê-lo convidado para ser ministro das Relações Exteriores do meu governo. Fernando Henrique estava absolutamente fascinado com a idéia, mas, pelo receio que tinha de Mário Covas *(candidato pelo PSDB que, no segundo turno das eleições presidenciais, declarou apoio a Lula)*, não aceitou. Aquele foi o último contato que tive com ele. Houve um contato que antecedeu a esse: quando fui tomar posse como presidente da República no Congresso Nacional, ele fez parte do comitê de recepção. Mas não tenho nem com Itamar, nem com Fernando Henrique, nenhum tipo de relação.

É verdade que o senhor quis tirar da chapa o então candidato a vice, Itamar Franco, às vésperas da eleição? Quem seria o substituto?

Simplesmente não havia substituto.

Mas o senhor chegou a sondar alguém?

Não. Fiz sondagens antes da escolha de Itamar Franco. É preciso dividir o processo em duas etapas. Antes de formular o convite ao então senador Itamar Franco, eu tinha convidado para o posto de candidato a vice duas figuras políticas. A primeira foi o ex-governador de Minas Gerais, Hélio Garcia. A segunda foi a ex-deputada Márcia Kubitschek. Os dois não puderam aceitar.

Eu queria que o vice viesse de Minas Gerais. Pelo que via e sentia, a situação da minha candidatura estava muito boa em São Paulo. Houve uma identificação muito forte entre São Paulo e minha candidatura. O Rio de Janeiro estava perdido para mim, porque o ex-governador Leonel Brizola era candidato a presidente. O Rio Grande do Sul também estava perdido. Como em São Paulo as coisas andavam bem, eu queria que o vice viesse de

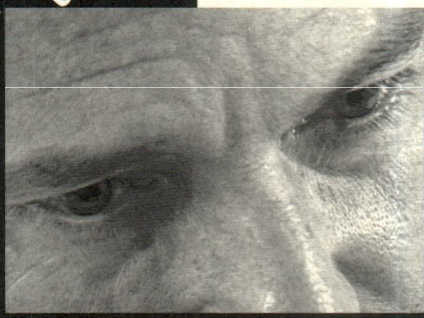
Minas. Afinal, Minas era um colégio eleitoral muito importante. O mineiro, com as exceções de praxe – como foi, no meu caso, na escolha do vice – sempre agrega sabedoria, inteligência, pertinácia, operosidade e brilho, qualidades que não encontrei no vice que, afinal, escolhi. O terceiro nome, portanto, foi o do então senador Itamar Franco, que aceitou. Mas, entre a aceitação e a convenção, houve vários momentos de renúncia. "Vou renunciar, vou renunciar, vou renunciar", ele dizia.

A convenção iria se encerrar às cinco da tarde. Quando eu já estava para iniciar meu discurso aceitando a indicação como candidato a presidente, recebo uma mensagem em que Itamar Franco dizia que não viria. Eu, então, mandei dizer que, se ele não chegasse até o momento em que eu iniciasse meu discurso, eu botaria outra pessoa na chapa. Em suma: ele, Itamar, não seria meu vice. Mas eu não tinha ninguém, nenhum nome. Eu, na verdade, teria de improvisar mais ainda na questão do vice.

Em algum momento o senhor se incomodou com a ingerência de governos estrangeiros em assuntos internos do Brasil?

Tive, em Bonn, na Alemanha, ainda como presidente eleito, um encontro com presidentes de empresas multinacionais alemãs com filiais no Brasil. Pude explicar o que seria nosso programa de governo e o que iria fazer. O presidente mundial da Volkswagen, talvez até se sentindo um pouco íntimo pela presença do meu ex-sogro *(o empresário Joaquim Monteiro de Carvalho)*, que foi sócio da empresa no Brasil, se achou no direito de avançar na chamada "liberalidade" e me fez perguntas de que não gostei. Criticou o Brasil, levantou dúvidas em relação ao meu plano de governo. Respondi que não admitia que ele se referisse daquela forma ao meu País. Rechacei, com vigor, as dúvidas em relação ao nosso programa de governo. Antes de fazer qualquer crítica ao Brasil ou

IRRITAÇÃO



"O presidente mundial da Volkswagen se achou no direito de avançar na 'liberalidade' e me fez perguntas de que não gostei."

ao governo que estaria por ser iniciado, ele deveria tratar de fabricar carros no Brasil. Porque o que ele fabricava eram carroças.

Que comentário específico irritou o senhor?

Nós estávamos, ali, no rescaldo do Plano Cruzado 2. O presidente mundial da Volkswagen dizia algo como "O Brasil sempre quer inventar novas saídas. O país não entende que a política é uma só". O presidente da Volkswagen falava contra a heterodoxia de planos econômicos. Fiquei ainda mais irritado porque sabia que o meu plano viria a ser absolutamente heterodoxo.

Qual foi o primeiro presidente que o senhor conheceu pessoalmente? Que imagem o senhor guardou?

O primeiro presidente que conheci pessoalmente foi Jânio Quadros. Devo dizer que ele me causou muito boa impressão. Aconteceu numa manhã, na casa da minha família no Rio de Janeiro, no momento em que eu, ainda estudante, saía para a escola. Jânio estava sentado na sala, à espera de meu pai *(o senador Arnon de Mello, ex-governador de Alagoas)*. Era candidato a presidente da República. Havia uma disputa, que chegou à convenção, entre os nomes de Jânio e de Juracy Magalhães *(então governador da Bahia)*. A tendência de meu pai, afinal concretizada na convenção, era a de votar a favor da candidatura de Juracy: os dois, meu pai e ele, eram compadres. Juracy Magalhães era meu padrinho de batismo. Quando eu estava saindo para ir à escola, Jânio me chamou e perguntou: "Menino, como é o seu nome?" Eu disse: "Fernando". Ele: "Você gosta de estudar?" Eu: "Gosto muito". Jânio, então, me disse: "Muito bem! Não se esqueça: só vence na vida quem estuda. Estude muito!" Fui para a escola. Depois é que vim saber quem era aquele personagem.

Que conselho o senhor recebeu de um outro ex-presidente que também renunciou ao cargo, Jânio Quadros?

O que Jânio Quadros fez foi um comentário, mais do que um conselho. Tivemos um encontro na sede da Embaixada do Brasil em Roma, o Palácio Dora Pamphili, que sempre teve inquilinos ilustres. Agora, houve uma certa interrupção *(Collor refere-se à presença do ex-presidente Itamar Franco na embaixada)*. De passagem por Roma, acho que para um encontro da FAO *(Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)*, eu, governador de Alagoas, fui convidado pelo embaixador à época para um coquetel naquela beleza de palácio, em torno do ex-presidente Jânio Quadros.

Lá fui eu. Alguém tinha dito a ele que eu seria candidato a presidente. Ouvi de Jânio Quadros esse comentário: "Quantos anos você tem?" Eu respondi: "Vou fazer 39". Como havia uma dúvida sobre se o mandato de Sarney seria de quatro, cinco ou seis anos, Jânio disse: "Quando é que vai ser a eleição? Vai ser em 89? Você estará com 40 anos! É muito novo! Muito novo! Muito novo! Fui presidente com 43. Deveria ter sido com 53..."

O interessante é que, vim a saber depois, Jânio Quadros queria ser candidato a presidente em 1989. O ex-ministro José Aparecido uma vez me procurou no palácio e me disse: "Vou lhe contar um fato: nós estávamos planejando o lançamento da candidatura do presidente Jânio em 1989. Como estávamos na época das discussões na Constituinte, achamos que seria melhor que ele se afastasse do Brasil por um período, depois de concluir o mandato de prefeito de São Paulo. Quando voltasse, ele seria naturalmente o candidato das forças liberais, não comprometidas com a esquerdização do País. Fui buscar o ex-presidente no aeroporto quando ele voltou ao Brasil. Disse a ele: 'Presidente Jânio, já não temos o que fazer ! Seu espaço foi ocupado por outra can-

didatura!' E ele: 'Mas que outra candidatura?' Eu disse: 'A candidatura de um governador que vem lá do Nordeste'." Jânio, de fato, seria candidato à presidência em 1989.

Que segredo o senhor guardou quando era presidente, mas hoje pode revelar?

Todo ex-chefe de Estado guarda segredos à espera de um momento oportuno para divulgá-los. Tenho alguns. Um fato que não é bem um segredo de Estado, mas é interessante para uma melhor compreensão dos momentos que antecederam meu *impeachment*: o então secretário de Ciência e Tecnologia do governo, professor Helio Jaguaribe, me procurou para dizer que o economista André Lara Resende tinha um plano muito bom para a área da economia. André Lara Resende, na época, genro do professor Helio Jaguaribe, gostaria que eu ouvisse esse plano de estabilização macroeconômica.

André tinha feito somente uma solicitação: a de que somente o professor Jaguaribe, ele próprio e eu participássemos da conversa. Nós três, então, almoçamos no Planalto. Durante o almoço, André descreveu o plano de estabilização que ele tinha em mente. Denominou-o Plano Brasil Ouro, ou Plano Padrão Ouro, algo assim. Aquele era exatamente o plano que viria a ser aplicado depois por Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real.

Fiquei muito entusiasmado com a idéia. Era algo ousado, o que faz parte do meu temperamento. Eu também buscava solução para os problemas que enfrentávamos. Planejamos, então, aplicar o programa logo após as eleições de 1992. O encontro ocorreu por volta de julho, agosto. As eleições se realizariam em outubro. Logo depois de outubro implementaríamos o plano – se não tivesse ocorrido o processo que me afastou da presidência.

O economista pede uma audiência. Quer apresentar um plano econômico. Depois de deixar o poder, Collor descobre que aquele viria a ser o Plano Real.

Qual grande personalidade, nacional ou estrangeira, o decepcionou quando o senhor estava na presidência?

Entre as personalidades nacionais, Ulysses Guimarães foi uma grande e terrível decepção. Não pelo que eu esperava, mas pelo que ele se comprometeu comigo. Que grande decepção! Já no plano internacional, nenhum me decepcionou. Ao contrário: todos os chefes de Estado com quem mantive contato me causaram boa impressão. De qualquer maneira, o que me impressionou mais positivamente foi Felipe González, chefe de governo espanhol.

Que compromisso o então deputado Ulysses Guimarães assumiu com o senhor e não cumpriu?

Você me perguntou quem me decepcionou. Eu lhe disse: Ulysses Guimarães.

Mas é verdade que Ulysses Guimarães pensou que assumiria a presidência depois que o senhor fosse afastado?

É verdade. É verdade.

Por quê? O deputado Ulysses Guimarães pensou que o vice-presidente Itamar Franco renunciaria também?

Ulysses Guimarães pensou que o Congresso Nacional não daria posse a Itamar Franco, o vice-presidente. Pensou também que Itamar Franco, receoso de uma oposição dentro do Congresso, viesse a renunciar: assim, ele, Ulysses Guimarães, seria chamado a cumprir o restante do mandato. *(Durante o processo que resultou no* impeachment *de Collor, quem ocupava a presidência da Câmara dos Deputados, terceiro cargo na hierarquia da República, era o deputado Ibsen Pinheiro).*

Um detalhe interessante: como eu já havia cumprido mais da

metade do mandato, não haveria necessidade de convocação de novas eleições. O meu mandato, na verdade, seria um pouco mais curto do que os outros, porque a Constituição de 1988 tinha determinado que a posse do presidente eleito em 1989 seria em março de 1990, mas o mandato terminaria no dia 31 de dezembro de 1994, para que no dia primeiro de janeiro o novo presidente eleito tomasse posse.

Pedro Collor, revelou, num livro, que o senhor cometeu um gesto desesperado para escapar do impeachment: *para se afastar de seus inimigos, o senhor teria participado de um ritual com uma mãe-de-santo, que incluía sacrifício de animais. O senhor nunca desmentiu oficialmente o livro... O senhor, afinal, apelou para a magia para escapar dos seus inimigos?*

Não, não...

(Pedro Collor descreve assim, no livro Passando a Limpo – A Trajetória de um Farsante, *lançado em 1993 pela editora Record, o suposto envolvimento do irmão com rituais de magia: "Numa tarde de agosto, ainda durante os trabalhos na CPI, uma funcionária do Palácio do Planalto que tem ligações profissionais antigas com Fernando, desde a época da prefeitura de Maceió, esteve na Casa da Dinda para oferecer ajuda. Evangélica, a moça queria que o presidente recebesse um grupo de religiosos da Igreja Batista que lhe fariam orações. O empregado explicou que não seria uma boa idéia levar religiosos à Casa da Dinda, porque naquela noite haveria uma 'sessão' [...] Contou, então, que, no porão antigamente usado como quarto de hóspedes para os filhos do presidente, a primeira-dama montara um altar para sacrifício de animais e, ali, frequentemente, Cecília de Arapiraca comandava 'sessões' de sacrifício de bodes e animais de menor porte, como galinhas pretas [...] Testemunha assistiu aos preparativos para o início do ritual. Além de Rosane caracterizada de pomba-gira, viu*

também o presidente da República com os trajes apropriados para a 'sessão': inteiramente vestido de branco, os pés descalços.")

Quando estava na presidência, o senhor recebeu alguma ameaça não divulgada de atentado?

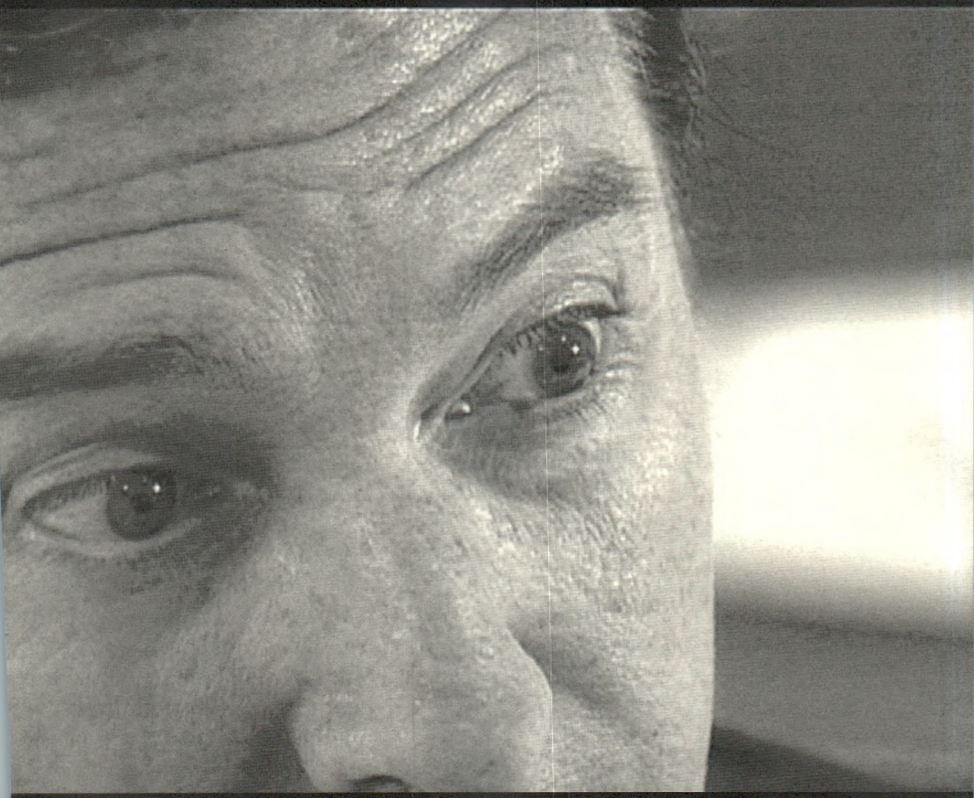
Houve um simulacro de atentado. Um dia, ao descer a rampa do Palácio do Planalto, depois da cerimônia dos hinos, fui em direção à população. Havia ali uma pessoa – que, depois, se viu que não era muito estável – que, com uma faca, tentou me atingir. Não foi nem atentado: foi um simulacro.

Qual foi, afinal, o critério usado para determinar o valor que os correntistas poderiam tirar de suas contas no Plano Collor?

O critério era somente um: verificar o tamanho do bloqueio de que necessitaríamos fazer para criar um espaço e um ambiente em que pudéssemos implementar nosso programa de governo. Os cálculos começaram a ser feitos, porque se sabia o montante da moeda em circulação. Pudemos saber quanto é que deveria ser enxugado – ou seja, bloqueado – e quanto deveria ficar livre. Desse montante, fez-se uma divisão dentro de uma fórmula matemática. Chegou-se, então, a um número.

(Uma das primeiras medidas tomadas por Collor ao assumir o poder foi baixar um plano econômico destinado a combater a inflação, que chegara a 80% ao mês. Para reduzir o volume de dinheiro em circulação, o governo bloqueou os saldos das contas correntes e das cadernetas de poupança que excedessem o valor de 50 mil cruzeiros, medida que provocou perplexidade em todo o País.)

Houve muitas versões – inclusive uma em que a ex-ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, teria ficado em dúvida entre alguns números. Isso fez parecer que houve certa leviandade na hora de escolher, ou decidir, quanto seria liberado para cada



Um carro capota numa madrugada em Paris. Um dos passageiros é o governador que queria ser presidente.

conta corrente. A ministra pode ter tido alguma dúvida em relação ao valor, mas ela não tirou da cartola mágica um número aleatório. Não!

É verdade que, quando era governador de Alagoas, o senhor estava dentro de um carro que capotou de madrugada em Paris, num episódio que foi mantido em segredo?

Não foi mantido em segredo. Num cruzamento da avenida Champs Elysée, o carro em que estávamos, dirigido por um motorista, foi abalroado por outro que ultrapassou o sinal. Como em qualquer país, faz-se, na França, um boletim de ocorrência. Os policiais estiveram logo presentes, fizeram os exames que tinham que fazer e nos liberaram. Mas nada foi pedido. Ninguém saiu machucado.

(O ex-líder do PRN na Câmara, Cleto Falcão, descreve assim o acidente, no livro Dez Anos de Silêncio*: "Com o impacto, os dois carros capotam. Nosso veículo, pelo menos três vezes. Fui ágil: 'Fernando, seu nome não pode aparecer nisto. Pega as meninas e vai embora. É capaz de dizerem depois que você estava bêbado ou drogado. Não dá para explicar...' Chamei um táxi. Eles sumiram madrugada adentro. Não passaram dois minutos e a polícia chegou".)*

O que é que existia naquela pasta que o senhor levou para o debate contra o então candidato Lula? Era ou não era um dossiê sobre a vida pessoal do candidato do PT?

Não tinha absolutamente nada ali. O que havia na pasta era o resultado das sessões ocorridas entre meu *staff* e eu próprio. Logo antes do primeiro debate, eles chegaram com aqueles papéis todos, cheios de números. Havia dois aconselhamentos: o que tratava do aspecto político e o que cuidava do programa de governo. Todos concordaram em um ponto: "Você não pode se per-

mitir sair da linha. Precisa falar do programa de governo e do que pretende fazer. Porque o que dizem é que, por temperamento, você não teria a estabilidade emocional necessária para governar o País".

Deram-me, então, os números e me disseram: "Você tem de se comportar como um estadista!" Lá fui eu para o primeiro debate, com as pastas. Quando, depois, assisti à gravação do debate, não me reconheci no programa. Ali estava outra pessoa. Não era eu. Não gostei.

Quando chegou a hora do segundo debate, a cena se repete: o *staff* se reúne. Mas, aí, eu disse: "Não quero ouvir mais ninguém! Vocês deixem aqui essas pastas, porque não quero escutar qualquer sugestão ou orientação. Vou fazer do meu jeito". Abracei aquelas pastas e as levei para o segundo debate, sem saber o que havia ali dentro.

Não havia absolutamente nada de dossiê sobre a vida pessoal ou contra Lula. O que havia eram documentos esparsos que a assessoria sempre reunia. Peguei as pastas e as levei para o debate, mas o que eu queria – diferentemente do que ocorrera antes – era seguir a minha intuição e o meu próprio jeito de ser. Depois é que surgiram comentários de que havia dossiês. Sou uma pessoa absolutamente contrária à elaboração e utilização de dossiês: tanto é que extingui o SNI, porque o Serviço Nacional de Informações era, antes de mais nada, uma fábrica de dossiês sobre a vida privada de parlamentares que não operavam junto à base parlamentar do governo.

O senhor acha que o resumo do debate apresentado pelo Jornal Nacional *teve ou não teve influência sobre o resultado da eleição?*

Não teve nenhuma influência sobre o resultado da eleição. O que teve influência foi o debate. Quando acusam a Rede Globo de

Um "erro histórico":

o marco da

redemocratização do

Brasil não é a eleição

indireta no Colégio

Eleitoral. É a eleição

direta de 1989.

ter editado o debate a meu favor, respondo da seguinte maneira: como é que se pode, por exemplo, evitar a edição de uma partida como a que tivemos, recentemente, em que o meu Corinthians perde de 5 a 1 para o São Paulo? Se o *Fantástico* vai editar, por mais corintiano que seja o editor, ele vai ter de mostrar que o São Paulo foi melhor – e ganhou.

Naquele debate, sem dúvida nenhuma, Lula não estava bem. Lula estava muito nervoso e muito fragilizado. Tive a sorte de me sair melhor do que ele. O debate, então, definiu a eleição no segundo turno. A edição que a Rede Globo fez foi jornalisticamente correta e perfeita. Logo depois do debate, foi divulgada uma pesquisa do Ibope. Eu tinha saído de São Paulo para Maceió, onde iria votar, dois dias depois. Telefonei, na tarde do dia seguinte, a Carlos Augusto Montenegro *(presidente do Ibope)*, que me disse o resultado da pesquisa que sairia logo em seguida no *Jornal Nacional*: eu estava à frente de Lula apenas um ponto percentual! Disse a ele: "Perdi a eleição".

Mas fiz a seguinte pergunta: "A pesquisa foi feita antes ou depois do debate?". Montenegro me informou: "Antes". Eu, então, disse: "Ganhei a eleição". Porque eu tinha certeza de que o debate havia definido a eleição.

O senhor – que vem de uma família bem-sucedida e rica – disse, num dos debates com Lula, que não tinha dinheiro para comprar um aparelho de som "três-em-um". Com que intenção o senhor disse aquilo?

Não foi bem assim. O que acontece é que um dia eu estava assistindo ao *Jornal Nacional*, na Casa da Dinda. Vem, então, uma entrevista de Lula. Eu me lembro perfeitamente da cena: ao fundo, no local onde Lula dava a entrevista, apareciam aparelhos de som, instalados numa parede de tijolo aparente. Reconheci, entre os

aparelhos, um *laser disc*, equipamento que já estava querendo comprar há algum tempo. Custava, na época, uns US$ 3 mil. Olhei para aquela cena: "Mas de quem é essa casa?" Disseram: "É de um amigo do Lula, um empresário que empresta a casa para ele". "Ah, bom, porque vi lá um aparelho de *laser disc*. Não é possível! Ainda não consegui". Não era um simples "três-em-um". Mas ele (*Lula*) também não sabia o que significava aquele aparelho.

O senhor conquistou a presidência com apenas 40 anos de idade – o mais jovem presidente da história –, mas não conseguiu terminar o mandato. Quando se lembra daquele período, qual o primeiro pensamento que lhe ocorre?

Aquele foi um momento mágico porque o que nos movia, a mim e a um grupo pequeno de pessoas, era fundamentalmente o idealismo. Era o ideal de que o Brasil tinha jeito: nós, aqueles poucos que ali estávamos, haveríamos de mudar o estado de coisas com nossa determinação, com nossa obstinação, com nosso conhecimento. Aquilo era, também, fruto da extrema juventude: aos 40 anos de idade, cheguei à Presidência da República pelo voto direto, depois de quase trinta anos sem que o povo pudesse participar da escolha do presidente.

O momento que melhor traduz o que senti naquele instante foi meu discurso no parlatório: um momento de muita emoção e de muita vontade de acertar. É o momento que marca realmente a redemocratização do País. Comete-se um erro histórico quando se junta a idéia da redemocratização do Brasil com a eleição no Colégio Eleitoral *(que, em janeiro de 1985, elegeu por via indireta a chapa Tancredo Neves-José Sarney à sucessão do general João Baptista Figueiredo)*. Ora, democracia, o próprio nome já diz, é tudo aquilo que os democratas queriam: a extinção do Colégio Eleitoral, que era a negação e a antítese do processo democrático. A redemocra-

tização do Brasil, portanto, inicia-se com a eleição direta para presidente da República, não com a eleição do Colégio Eleitoral.

É verdade que o senhor já pensou em reclamar de volta, na Justiça, o restante do mandato?

Como se eu pudesse... Mas eu gostaria de expor a você um raciocínio que me parece, até certo ponto, lógico. Já fiz o teste com diversas pessoas, que disseram: "Há uma certa lógica".

O que é que eu digo? O seguinte: afastaram um presidente da República na suposição – e tão somente na suposição – de que as acusações que lhe faziam eram verdadeiras. Passam-se dois anos e meio, em que o presidente é submetido à mais ampla e profunda investigação. O resultado da investigação é levado à mais alta corte de Justiça do País, que diz: "Este homem é inocente das acusações que lhe fizeram". *(Julgamento realizado no final de 1994, pelo Supremo Tribunal Federal, absolveu Collor da acusação de corrupção passiva por 5 votos a 3.)* Ora, se saí da presidência na suposição de que eram verdadeiras as acusações que, depois, foram vistas como não verdadeiras, não cabe uma indenização? A Justiça comum funciona assim. Qual seria a indenização? O restante do meu mandato! *(Risos.)*

Descrevo assim o caso para evitar que fatos como aqueles ocorram. Ninguém pode ser culpado até que a sentença tenha transitado em julgado. Mas, no meu caso, fui julgado, condenado e levado ao cadafalso de maneira sumária. Uso esse raciocínio não apenas para exprimir minha indignação, mas para alertar: que fatos como aqueles não voltem a acontecer. Eleição para presidente da República não é eleição de grêmio estudantil.

Um deputado cometeu uma pequena indiscrição no gabinete do Palácio do Planalto quando o senhor ainda era presidente: leu a

dedicatória que a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello escreveu para o senhor em um livro. A dedicatória dizia o seguinte: "Fernando, dedico este livro a você não apenas com carinho ou amizade. É com amor. Você sabe que é amor de verdade". A pergunta é: a ministra estava apaixonada pelo presidente?

Não, não. Primeiro, não posso confirmar os termos da dedicatória. Tenho de compulsar o livro. Em segundo lugar : absolutamente, não. A ministra tinha o mesmo ideal que nos animava no projeto de reconstrução do País: jamais inverteria ou misturaria os canais, até porque ela tinha uma vida muita bem dirigida e caracterizada no plano emocional.

Como é então que o senhor explica essa dedicatória?

Não posso explicar o que não conheço.

Pedro Collor contribuiu para a crise que tirou o senhor da presidência. Quando se lembra hoje de Pedro Collor, o que o senhor pensa?

Tenho diariamente missas celebradas em intenção de Pedro e de todos os que já se foram, como minha mãe. Pedro deixou filhos que são meus sobrinhos queridíssimos. Com eles, filhos maravilhosos que Pedro deixou, mantenho uma relação muito boa – não tão próxima quanto gostaria, aliás. Prefiro ver Pedro de uma forma positiva, que nossa convivência gerou desde que éramos pequenos. Sempre nos demos muito bem. Tínhamos uma convivência maior, porque a diferença de idade entre nós era menor do que a que nos distanciava dos irmãos mais velhos. É o que guardo de Pedro.

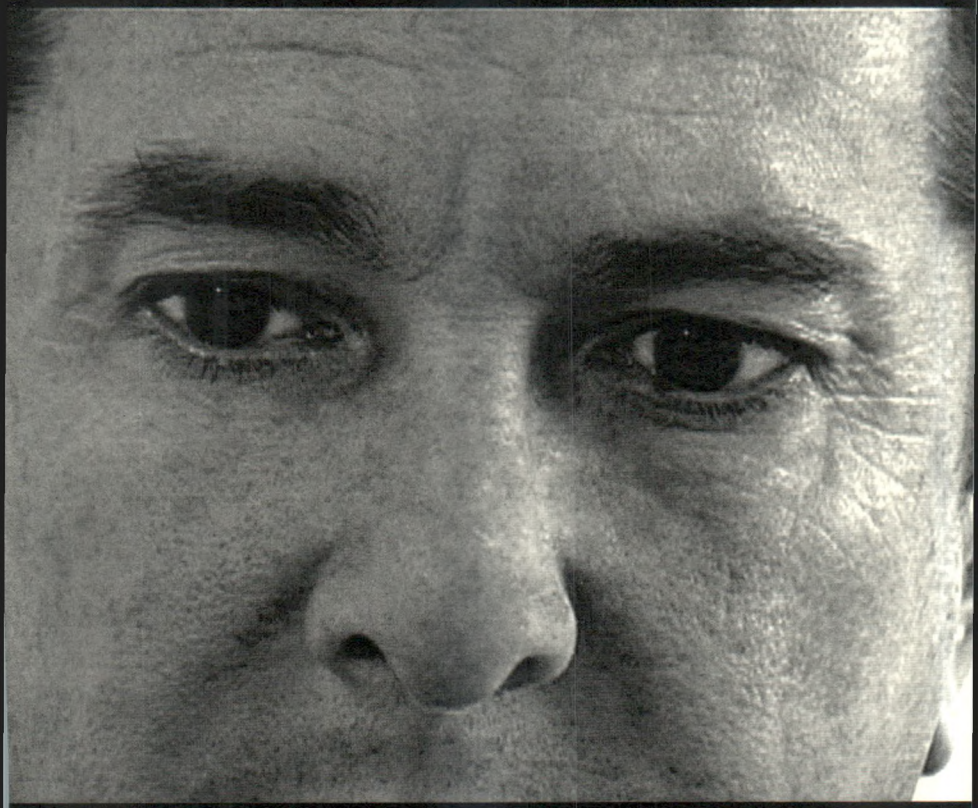
(*Pedro Collor, no livro* Passando a Limpo – A Trajetória de um Farsante, *refere-se assim à queda do irmão: "Não fui eu quem derrubou Fernando da presidência da República. Ele mesmo se destruiu:*

foi derrotado por sua própria megalomania e pela incapacidade de reconhecer as limitações do ser humano. Queria o poder supremo, achava que poderia se perpetuar no poder por mais de vinte anos usando como instrumentos a manipulação da opinião pública e o dinheiro que extorquia da nação. Pensou que pudesse enganar a todos o tempo inteiro, que seu plano jamais seria descoberto. Acredito que a semente plantada dentro de Fernando ainda possa render frutos sadios no futuro. Basta que ele faça um profundo exame de consciência e consiga ver o quanto errou".)

Quais foram o melhor e o pior presidentes que o Brasil já teve?

Todos tiveram participação positiva em favor do Brasil. Tiro um exemplo de dentro de minha própria casa: eu tinha enorme simpatia pelo doutor Getúlio. Já minha mãe era radicalmente contra, porque ele tinha formado com o meu avô, Lindolfo Collor, entre outros, a Aliança Liberal, mas, ao contrário do que dizia um do compromissos do manifesto do movimento, não convocou eleições para presidente. A aversão de minha mãe a Getúlio Vargas, portanto, era total. Achava que Getúlio não tinha feito nada pelo País – ao contrário! Chegava a negá-lo. Dizia que a única coisa que Getúlio tinha feito de bom era a legislação trabalhista, obra do meu avô, que fora ministro do Trabalho. Fora da legislação trabalhista, minha mãe negava qualquer tipo de predicado a ele.

Mas eu, ainda criança, gostava daquela figura: ele me era simpático. *(Collor tinha 5 anos de idade quando Getúlio Vargas se matou, em 1954.)* Depois é que vi a enorme importância que ele teve para o País. Getúlio Vargas exerceu o poder ditatorialmente durante o Estado Novo, mas lançou e fincou as bases para que o País pudesse, depois, experimentar o surto de desenvolvimento ocorrido no governo de Juscelino Kubitschek. Todos, então, trouxeram algo de positivo.



Para os governantes do primeiro mundo, os países emergentes são "os novos bárbaros".

Se tivesse de indicar um presidente como o melhor, quem seria?

Qual o melhor? Depende da ótica. Se eu for ver sob a ótica estrutural, diria, sem dúvida nenhuma, Getúlio. Se eu for ver sob a ótica do dinamismo, arrojo e empreendedorismo, o melhor seria Juscelino. Se for levar em conta a estabilização e a correta adoção de uma política econômica, diria que foi Castelo Branco, na época do doutor Roberto Campos *(ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica)* e do doutor Otávio Gouveia de Bulhões *(ministro da Fazenda)*.

E o pior?

Dentro dessa linha de raciocínio, não haveria nenhum que fosse o pior.

O senhor se apresentou na campanha presidencial como o "caçador de marajás". Hoje, como o senhor se chamaria?

Não me apresentei como "caçador de marajás". A imprensa é que utilizou esse apodo. Hoje, sou o que sempre fui: um caçador do sonho de ajudar a tornar, dentro da minha esfera de atuação, o meu entorno melhor, o povo mais feliz e mais satisfeito. O sonho de ver um Brasil melhor e rezar pelas nossas autoridades para que elas possam dar cobro a esses problemas.

Algum chefe de Estado revelou ignorância sobre o Brasil diante do senhor?

Os chefes de Estado dos países desenvolvidos não tinham conhecimento do que se passava da linha do Equador para baixo. É a grande realidade: o desconhecimento. A preocupação desses chefes de Estado era somente com o mundo chamado "civilizado". Os países emergentes, os que não faziam parte desse mundo, eram considerados os "novos bárbaros".

Eu notava o total desconhecimento que eles tinham em relação a nossos problemas. Num esforço para tornar mais eficientes nossas conversas, deixávamos para lá esse desconhecimento e íamos direto ao ponto, para não perder tempo. Isso não acontece somente por parte dos governantes do "primeiríssimo" mundo, mas também por parte da elite universitária.

Quando fui para os Estados Unidos, onde permaneci cerca de dois anos, fui convidado a fazer palestras e a participar de debates com estudantes em universidades americanas. Logo no início, ao ouvir as perguntas que me faziam, já percebia o total desconhecimento em relação ao Brasil. Queriam saber: "É verdade que macacos andam nas ruas? Elefantes, cobras?" Sobre a floresta, a chamada *rain forest*, eles tinham conhecimento. Falavam sobre futebol, citavam Romário, samba e *Garota de Ipanema*. Quanto ao resto, total desconhecimento.

Depois, passei a iniciar minhas palestras didaticamente: comparava o tamanho de nosso País com os outros, mostrava o que era a Amazônia e o que não era. Os mais antenados com as questões brasileiras e, especificamente, em relação à Amazônia, eram os chefes de Estado da Escandinávia e do norte da Europa. Conheciam bem o assunto, porque a existência da Floresta Amazônica é indispensável para que haja vida nessa parte do globo terrestre. Então, seguramente por essa razão, eles manifestavam, sobre o Brasil, um conhecimento mais preciso, localizado na questão amazônica.

O que ficou de suas conversas com Fidel Castro?

As conversas que mantive com o Comandante foram muito interessantes, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista humano. Afinal, conheci um ícone da minha época de jovem: quando estudante universitário, eu saía às ruas bradando

A aliança improvável:
o Brasil de Collor
defende a Cuba de Fidel.

"Viva Che! Viva Fidel! Abaixo a ditadura!" Fidel era, portanto, um ícone da minha geração. De repente, eu me vejo presidente da República, convivendo com ele.

Logo no começo do governo, nas conferências ibero-americanas de que participávamos, eu sentia uma posição beligerante de outros países em relação a Cuba. A posição do governo brasileiro era de não deixar que a posição beligerante prosperasse. Nossa posição era deixar que o governo cubano exercesse a própria soberania e o livre arbítrio na hora de tomar as decisões que julgasse convenientes. O Brasil, então, sempre obstou iniciativas beligerantes anticubanas.

Por achar que a veemência com que eu discordava das atitudes azedas em relação a Cuba era sinal de que eu tivesse uma ligação com o Comandante, Felipe González *(então chefe do governo espanhol)* certa vez me procurou. Era um momento em que os dois, Felipe e Fidel, estavam um pouco afastados. Felipe vinha pedindo avanços no campo dos direitos humanos. Mas Fidel, segundo Felipe, estava lento na implementação de medidas que, se adotadas, permitiriam ao governo espanhol aumentar as linhas de crédito para Cuba.

Felipe vem a mim e diz: "Queria lhe pedir um favor – que você intermediasse uma conversa minha com o Fidel". Fiquei naquela dúvida: "Digo a Felipe que não tenho essa aproximação toda com o Fidel ou prossigo com o assunto?" Achei que deveria prosseguir. Eu me aproximei do Comandante para dizer que Felipe gostaria de ter um encontro com ele. De fato, os dois tiveram um encontro no apartamento em que eu estava hospedado, em Guadalajara, no México. Terminei dizendo a Felipe González: "Quero dizer que não tenho, com o Comandante, a aproximação que você julga que tenho. Vocês fiquem à vontade e se entendam e se acertem".

Do ponto de vista político, o que me impressionou muito em Cuba, que visitei depois de ter deixado a presidência, foram os avanços – inegáveis – que eles alcançaram no campo social e no campo esportivo.

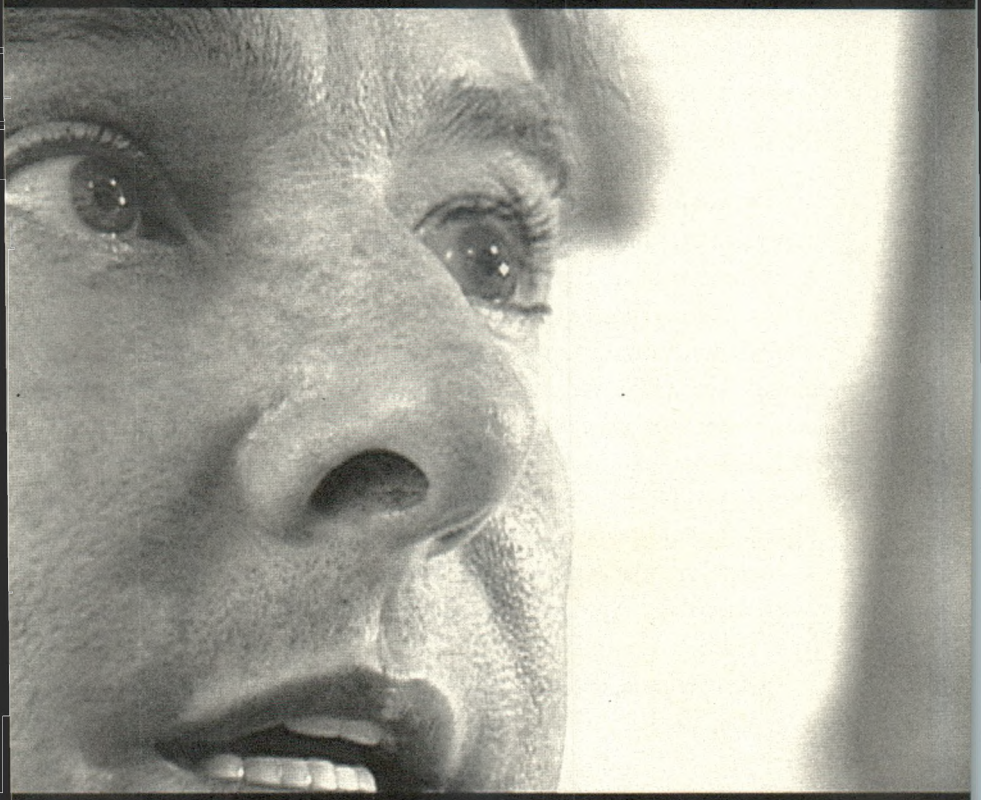
Por que o senhor vem adiando tanto a publicação de suas memórias?

Recorro sempre ao que me disse o grande brasileiro, ex-deputado e ex-ministro do Tribunal de Contas da União, Thales Ramalho – de saudosa memória. Quando levei para Thales Ramalho, ainda em 1993, capítulos do livro que eu já estava escrevendo, ele começou a ler as páginas atentamente. Mas, à medida em que ia passando as páginas, meneava a cabeça, como quem diz: "Não estou aprovando muito..." Afinal, ele virou as páginas todas e me disse: "Presidente, o senhor não pode publicar esse material".

Eu perguntei: "Mas por quê, ministro?" E Thales: "Isto vai ser entendido, como de fato é, como um livro de memórias. Ora, memórias escrevem os que estão na ante-sala da morte. Não é o seu caso. Além disso, este livro vai gerar problemas porque os personagens estão vivos – e participando da política". Eu disse: "Mas essa não é a verdade? Não é a minha versão que todos tanto pedem para que eu dê, já que todos deram as versões que quiseram?" Ele: "O senhor vai ver que o tempo se encarregará de lhe dizer qual é o momento oportuno. O momento não é este".

De fato, ele tinha razão. Agora, em 2005, doze, treze anos depois, continuo acreditando que o momento ainda não é este para que seja publicado o meu livro.

Que problema de saúde o senhor escondeu do público quando estava na presidência?



"Disseram que o chefe do Gabinete Militar ministrava uma medicação para mim, todos os dias. Isso nunca aconteceu."

Nunca tive nenhum problema de saúde enquanto estava na presidência, a não ser estresse e cansaço. Mas nenhum problema como os que foram divulgados à época. Houve até uma revista semanal que publicou uma matéria com um desenho que mostrava onde é que se localizava, no aparelho digestivo, o problema gravíssimo e o mal de que eu padecia.

Disseram que o chefe do Gabinete Militar ministrava uma medicação para mim, todos os dias. Isso nunca aconteceu. Graças a Deus, sempre tive saúde boa. O que gerava problemas em relação ao que estaria ou não estaria acontecendo é que minhas corridas geravam sempre uma expectativa diante de alguma notícia ou de uma camiseta que eu portasse, com alguma frase ou mensagem. Quando, num domingo, eu não saía para fazer a tradicional corrida, dizia-se: "O que houve? Por que não saiu?" Eu simplesmente não estava com vontade de correr ou de caminhar naquele dia. Mas sempre achavam que existia, por trás de tudo, um motivo sério que me impedia de fazer a caminhada.

O senhor pode definir Fernando Collor em uma só palavra?
Coragem.

O senhor se sentiu excluído pelo fato de não ter sido convidado a participar da comitiva de ex-presidentes que foi a Roma com o presidente Lula para os funerais do papa João Paulo II?

Não. Deram ao fato uma importância maior do que ele merecia. Não, acho que não. O presidente escolhe quem deseja. Só acho que ele errou na maneira pela qual o convite havia sido feito. Disse que quis dar um caráter institucional ao convite aos ex-presidentes. Sob este aspecto, cometeu um erro, um equívoco. Mas, dentre tantos equívocos que Lula vem cometendo, este é menor. Lula poderia simplesmente ter feito os convites, sem

anunciá-los de forma tão institucional, e tão pouco republicana, com tanta "pompa e circunstância".

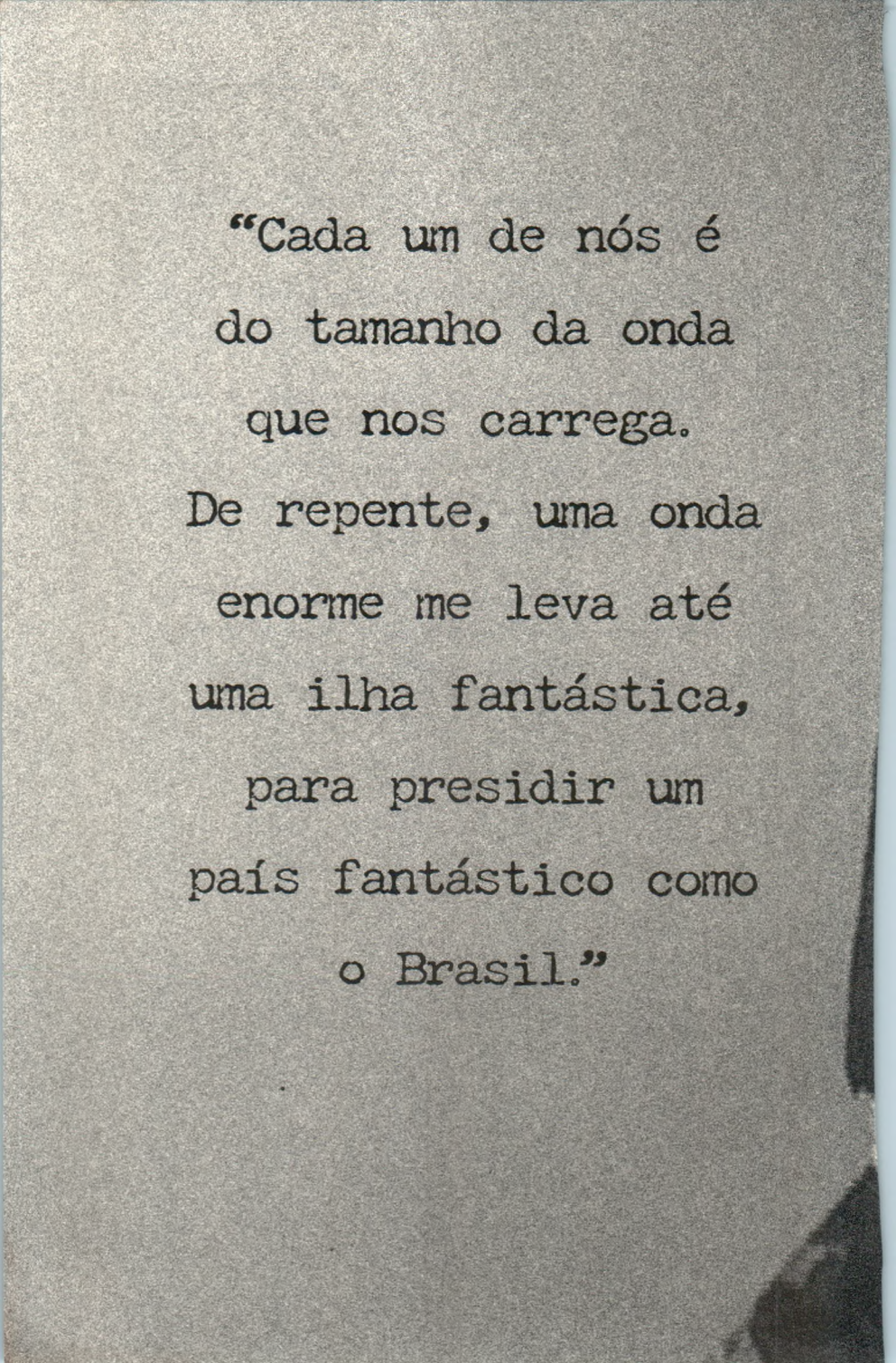
O senhor chegou a trabalhar como repórter do Jornal do Brasil, *em Brasília. Que lembrança o senhor tem da época em que fazia o papel de repórter?*

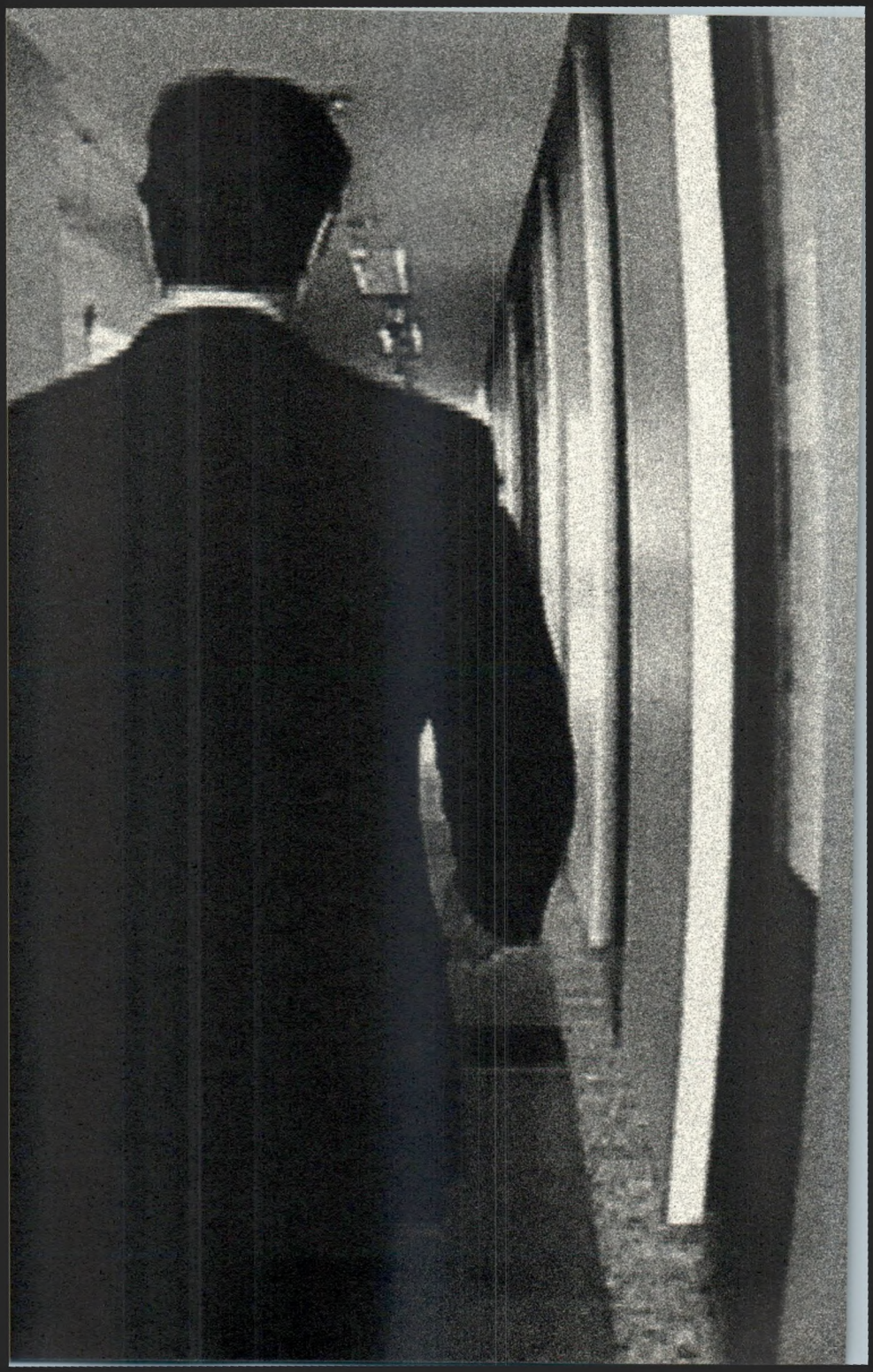
Aquele foi um dos momentos de maior aprendizado de minha vida. Vi e senti, na prática, o que meu pai sempre me dizia: o jornalismo dá uma enorme abertura de idéias para nossas cabeças, para nosso espírito, para tudo. O exercício do jornalismo, portanto, é fascinante. Aprendi muito.

Se o senhor fosse convidado a escrever um verbete sobre Fernando Collor de Mello em uma enciclopédia, qual seria a primeira frase?

Um homem que encontrou um país comprometido com o atraso e deixou-o fadado ao sucesso.

"Cada um de nós é
do tamanho da onda
que nos carrega.
De repente, uma onda
enorme me leva até
uma ilha fantástica,
para presidir um
país fantástico como
o Brasil."

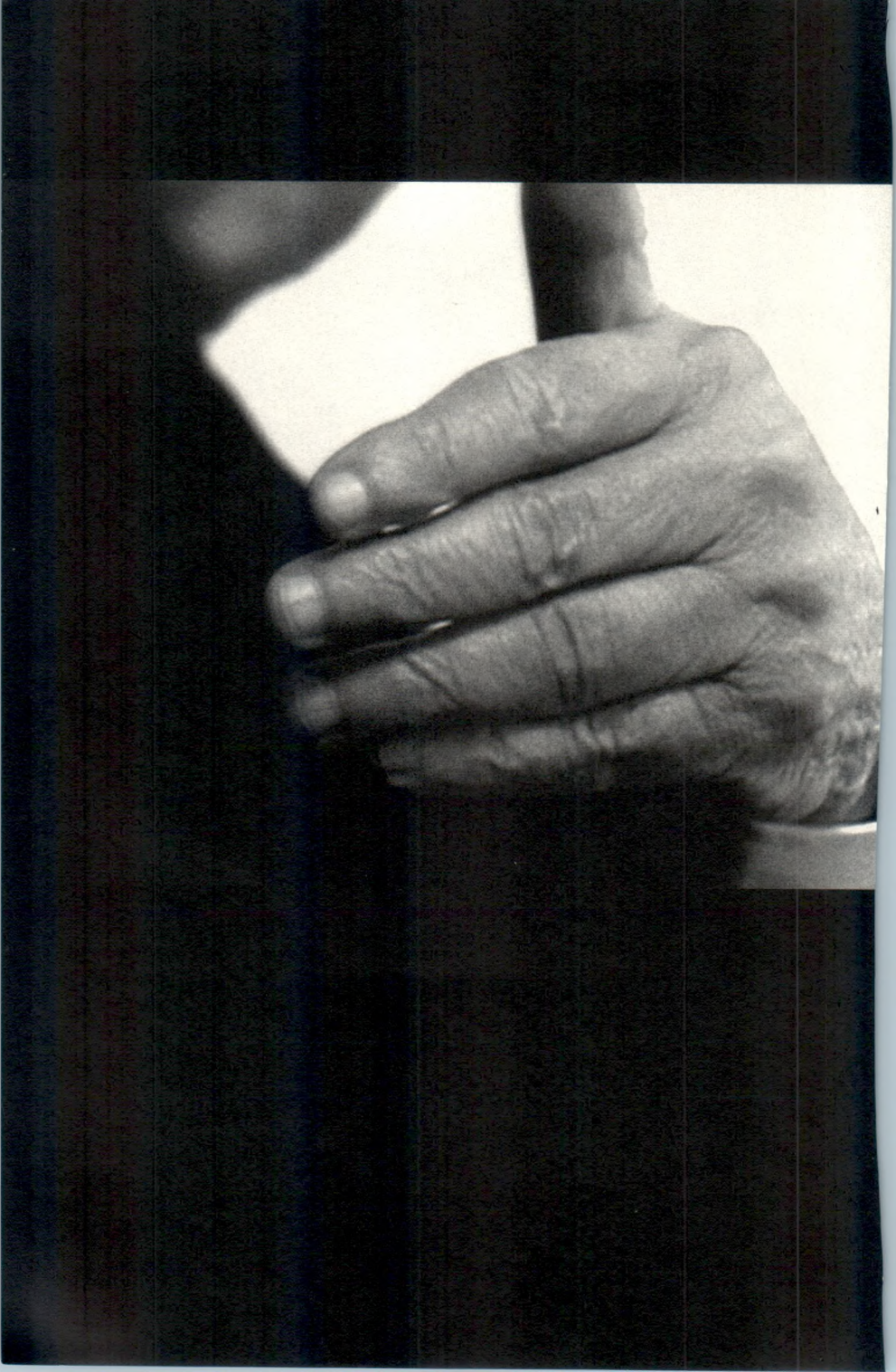




ITAMAR FRANCO

2 de outubro de 1992 a 1° de janeiro de 1995

O "Mercurial" desce a montanha.



JUIZ DE FORA - Definitivamente, "Itamar não é fácil". A presidência da República também não. Ponto. Parágrafo.

Quando assumiu o poder, no rastro do furacão de denúncias que varreu Fernando Collor do Palácio do Planalto, Itamar Franco aprendeu logo duas lições. Primeira: ao contrário do que as aparências fazem supor, a presidência é, essencialmente, um cargo solitário. *(Daqui a pouco, ele falará sobre a sensação de ver desfilar diante dos olhos, em seus "momentos de reclusão" palaciana, nos fins de noite, as imagens de tudo o que poderia acontecer num país eternamente sujeito a solavancos.)*

Segunda lição: quem ocupa a presidência deve estar preparado para ouvir propostas capazes de tirar o sono. Itamar Franco seria surpreendido pela proposta de um grupo de parlamentares – e se o presidente, num arroubo, fechasse o Congresso Nacional para depurar o parlamento da presença de roedores do dinheiro público?

O depoimento que o ex-presidente gravará neste final da manhã foi precedido de incertezas tipicamente itamarinas: durante quatro meses, houve troca de e-mails e telefonemas com assessores do homem, em Juiz Fora e na Embaixada do Brasil em Roma. A matéria complexa chamada Itamar Franco deveria render um curso intensivo: as aulas teriam valia inclusive para amigos próximos – que somente assim seriam capazes de antever as reações do ex-presidente. Forasteiros, como repórteres interessados em extrair confissões da esfinge, aprendem logo a lição: nada é cem por cento fácil com ele.

O ex-presidente aceitara gravar a entrevista por concordar que o depoimento seria uma contribuição para a "memória política brasileira". Antes, porém, preferiria esperar o encerramento de suas atividades como embaixador na Itália. Semanas depois, cedeu à insistência. A entrevista poderia ser feita em Roma. Faltava marcar a data. Por fim, uma novidade: o homem viria ao Brasil. Quem sabe se a entrevista não poderia ser feita em Belo Horizonte? Ah, não, é melhor marcar em Juiz de Fora, para aproveitar a passagem do embaixador pela cidade. Um ex-secretário de Itamar Franco no governo de Minas Gerais, o empresário Omar Peres, hoje dono da TV Panorama, em Juiz de Fora, fez o apelo final. O entrevistado fugidio finalmente entregou os pontos.

Lá vem ele. São onze da manhã. Itamar prefere gravar a entrevista na sede da TV Panorama. Quando desce do banco traseiro de um carro de vidros escuros, exibe a inconfundível contribuição capilar dada à iconografia política brasileira: o célebre topete, alegria dos cartunistas. Não faz frio, mas Itamar enverga um suéter sob o paletó azul escuro. A gravata é vermelha.

Como se fosse um candidato prestes a debater com adversários eleitorais, o ex-presidente traz debaixo do braço uma pasta com documentos que compulsará para reforçar o que diz. Guarda com especial cuidado um texto em que o ex-ministro Delfim Netto elogia a performance do governo Itamar na área da economia. As palavras de Delfim são a arma que Itamar faz questão de empunhar para se defender da rejeição que (ele jura) São Paulo lhe devota. Não se conhecem demonstrações da suposta rejeição paulista a Itamar. Mas, na intricada psicologia itamarina, há sempre espaço vago para acomodar desconfianças desse calibre.

Uma frase famosa, atribuída a Tancredo Neves, diz que Itamar guarda rancor na geladeira. Eis um exemplo: o ex-presidente não engole até hoje a capa que a revista *Veja* lhe dedicou no início do

mandato, com uma manchete que questionava a estatura do ministério recém-nomeado. Quando Itamar deixou o governo, contudo, a mesmíssima *Veja* publicou um balanço que lhe era francamente favorável.

Assinada pelo jornalista Roberto Pompeu de Toledo, a longa matéria – "Enfim, um presidente que deu certo" – lembrava o marco zero da era Itamar: "Um veterano sócio do clube juiz-forano, Mauro Durante, já advertira, semanas antes, ao observar que o movimento no gabinete do vice aumentava na medida em que se tornava mais real o *impeachment* de Collor: 'Os urubus estão chegando'. Agora, urubus, perigosas águias, pacíficas pombas, papagaios tagarelas e caladas corujas, sem esquecer os tucanos, comprimiam-se naquele pequeno espaço, em que encontravam um presidente tão falto de solenidade que nem preparara discurso para a ocasião".

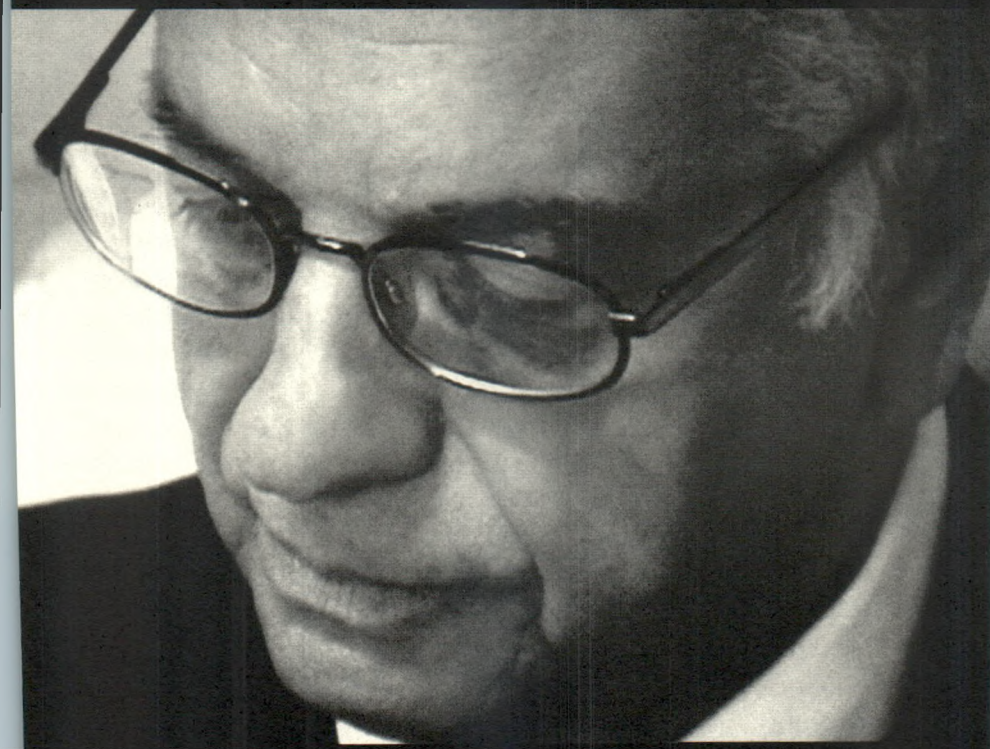
Pois bem: Itamar, hoje, não cita os elogios da revista. Prefere guardar, em prateleira de honra da geladeira dos rancores, a capa que o enfureceu. "Itamar não é fácil" é a frase que se ouve à exaustão entre os que tiveram a oportunidade de conviver com ele. Quando prefeito de Juiz de Fora, no início dos anos 1970, Itamar deixou para os 44 minutos do segundo tempo o anúncio da decisão sobre se renunciaria ao cargo para concorrer ao Senado Federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB, partido de oposição ao regime militar). Era uma aposta arriscada. Ninguém imaginava que o MDB fosse obter, meses depois, uma vitória estrondosa em 16 estados. O último lance da pré-candidatura de Itamar Franco entrou para o folclore político de Juiz de Fora: um assessor atrasou o relógio da Prefeitura, para que a renúncia fosse formalizada a tempo. O prefeito Itamar terminou encarando o desafio de se candidatar ao Senado.

Durante a campanha, viveu uma situação que só fez engordar

as lendas que correm sobre suas reações inesperadas. Numa época em que os programas de propaganda eleitoral eram feitos ao vivo, o adversário de Itamar mandou exibir, no ar, uma cadeira vazia. O locutor do programa bradava: "Cadê o covarde que não vem debater?" Enraivecido, Itamar disparou até a emissora TV, chutou a porta do estúdio, sentou-se na cadeira vazia e desafiou: "Estou aqui para o debate!" O programa foi imediatamente retirado do ar pelo juiz eleitoral. "Naquele tempo, era assim: ninguém tinha marqueteiro!", comenta, ao narrar a bravata.

Quando convidado por Fernando Collor para ser candidato a vice, nas eleições presidenciais de 1989, Itamar Franco protagonizou de novo intermináveis cenas de suspense antes de tomar a decisão. Disse "sim". Terminou virando presidente, o que lhe garantiu de uma vez por todas a fama de "sortudo". Itamar Franco aceita de bom grado o adjetivo. Mas despachará diretamente para a geladeira dos rancores quem disser que ele escalou a rampa da política por obra e graça do "acaso". Com uma ponta de irritação, lembra que virou presidente não por acaso, mas porque a Constituição assim determinava. Recusa-se a estender a pesada troca de farpas com o antigo cabeça-de-chapa, Collor. Fora da gravação, diz que começou a discordar do então presidente já na primeira semana de governo, quando do traumático confisco do dinheiro depositado em cadernetas de poupança e em contas correntes. "Ali aconteceu o primeiro conflito", confessa.

Os vocábulos estocados nos dicionários da língua portuguesa não são suficientes para adjetivar a personalidade do engenheiro Itamar Augusto Cautiero Franco. O homem já foi chamado de temperamental. Imprevisível. Surpreendente. Indecifrável. Enigmático. Um adjetivo, contudo, ficou colado ao nome de Itamar Franco quase como se fosse outro sobrenome: "mercurial". O problema é que a palavra não existe nos dicionários – pelo menos,



Os vocábulos estocados nos dicionários da língua portuguesa não são suficientes para adjetivar a personalidade do engenheiro Itamar Franco.

não no sentido usado pelos cronistas políticos para se referir ao ex-presidente. Lingüistas, correi: Itamar Franco conseguiu criar um problema para os dicionaristas.

Dono de uma coluna que trata da língua portuguesa no *site* da revista eletrônica *No Mínimo*, o jornalista Sérgio Rodrigues foi abordado por um leitor intrigado com o uso da palavra "mercurial" para definir personalidades sujeitas a rompantes – como, por exemplo, o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, capaz de abandonar pelo meio uma reunião internacional, sem disfarçar o tédio ou o descontentamento. Rodrigues foi a campo para matar a curiosidade do leitor: de fato, lexicógrafos brasileiros limitam-se a dar ao adjetivo mercurial o sentido de "relativo a mercúrio". Nada a ver com oscilações de temperamento. O que explica, então, o uso da palavra com sentido tão diferente?

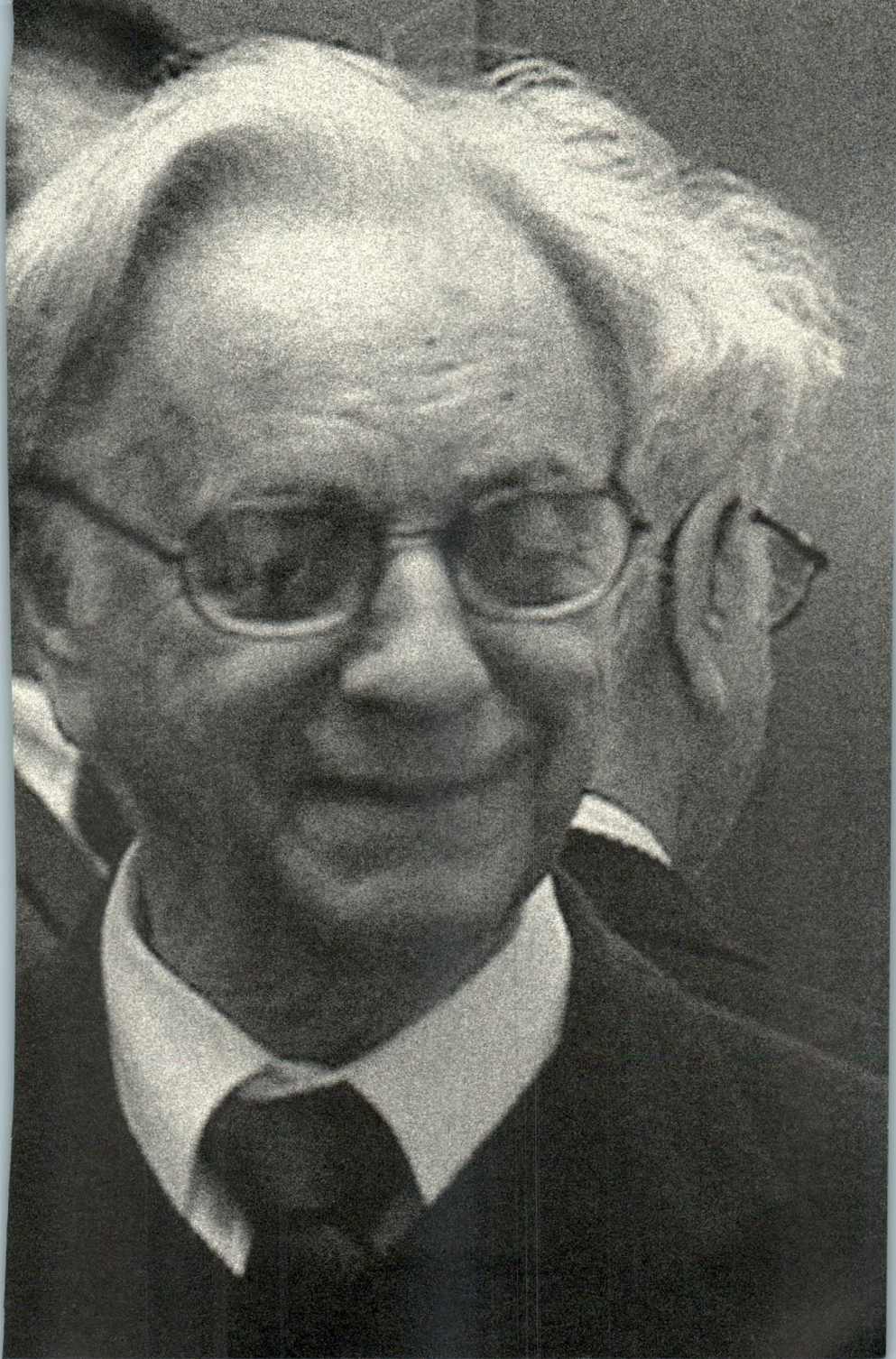
A explicação do tira-dúvidas Rodrigues: "Mercurial é um estrangeirismo semântico, isto é, uma palavra que teve o sentido tradicional alterado ou estendido por contágio de outro idioma. Em dicionários de inglês, encontraremos a seguinte definição: 'sujeito a alterações bruscas e imprevisíveis; que tem comportamento errático; temperamental'. Exatamente como Kirchner, o bocejador. Ou, a propósito, Itamar Franco, certamente a pessoa que mais foi chamada de 'mercurial' na história da imprensa brasileira". Resumo da ópera: para tentar definir Itamar Franco, os cronistas tiveram de recorrer aos dicionários de inglês.

Quando fala, como vai fazer agora, a esfinge de Minas sabe guardar segredos. Prefere não revelar um conselho "tenebroso" que recebeu enquanto ocupava a presidência – algo ainda pior do que a sugestão de fechar o Congresso. Mas termina oferecendo pistas reveladoras sobre os métodos que seguiu quando era o homem mais poderoso do Brasil. Admite que passava a imagem de um presidente cerceado pelo poderoso "primeiro-ministro"

Fernando Henrique Cardoso. Mas avisa aos navegantes: a encenação era planejada. Não havia amadorismo ali.

"Itamar não é fácil": até as pedras das ruas de Juiz de Fora sabem que o ex-prefeito, ex-senador, ex-governador e ex-presidente nunca foi dado a fazer confidências a repórteres. Quando baixa a guarda, porém, o mercurial-mor da República é capaz de produzir depoimentos reveladores para quem tenta entender o enigma Itamar Franco.

Itamar exibe a inconfundível contribuição capilar dada à iconografia política brasileira: o célebre topete, alegria dos cartunistas.



Que segredo o senhor teve de guardar quando estava na presidência mas hoje pode contar?

Não sei se posso contar todos os segredos. De pronto, posso mencionar um, ocorrido quando assumimos o governo. Dentro da turbulência e da falta de auto-estima que o País vivia, nosso primeiro objetivo, naquele momento, era a manutenção do estado de direito e da democracia. Eu, particularmente, tinha lutado pela democracia desde jovem, desde que tinha sido prefeito de Juiz de Fora. A primeira preocupação, portanto, era essa.

Quando estava tentando formar o ministério, falei com uma figura muito importante, que ocuparia um cargo fundamental. A resposta que obtive foi: "Itamar, gosto tanto de você, mas, pelo amor de Deus, me deixe onde estou, porque você não vai durar 48 horas na presidência". Aquilo realmente me trouxe preocupação.

Resolvi substituir os ministros militares, por quem tinha muito respeito. Sempre tive, aliás, muito respeito pelas Forças Armadas. Mas eu tinha de fazer a substituição dos ministros militares. Fernando Henrique Cardoso, a quem nós já havíamos escolhido para ser ministro das Relações Exteriores, assustou-se um pouco: achou que aquilo poderia impedir a continuidade do governo.

Tivemos durante algum tempo a sensação de que poderia não haver uma continuidade – sobretudo depois que determinada revista, já na primeira semana após a nossa posse, publicou, na capa, um título provocado pelo fato de que não havíamos nomeado nenhum ministro de São Paulo para a área do Ministério da Fazenda ou do Planejamento. Tínhamos escolhido um nordestino e um mineiro: Gustavo Krause, para a Fazenda, e Paulo Haddad, para o Planejamento, dois grandes ministros, dois grandes amigos. Mas a revista veio assim: "Ministros pífios" *(o ex-presidente refere-se à* Veja *– que, na edição de 7 de outubro de 1992, estampava na capa o seguinte título: "Início pífio: Itamar monta um*

ministério de compadres"). A gente já imaginava que atrás daqueles "ministros pífios" poderia haver outro movimento...

O importante é que, ao longo do processo que vivi como presidente da República, sempre me preocupei, até por formação, com a manutenção do estado de direito. É uma formação que vem de dentro de casa e também da atividade política, desde os tempos de prefeito da minha querida cidade de Juiz de Fora. Tantos lutaram pelo estado de direito, um ideal que perseguimos ao longo da vida. Queríamos também dar ao País uma nova ordem econômica, o que terminou acontecendo, realmente.

BIBLIOTECA SESC SANTO AMARO

É verdade que o senhor recebeu uma sugestão para fechar o Congresso?

Você vai me colocar numa situação difícil. Mas é verdade. Só não vou dizer o nome dos parlamentares. Vou preservar o nome dos parlamentares porque acho que devo manter esse detalhe sem uma revelação pública. Nós estávamos no palácio, quando dois deputados e um senador entraram de repente, abruptamente, no gabinete e disseram: "O Congresso enfrenta uma crise muito séria. Há corrupção generalizada na área da comissão de orçamento. Quem sabe, você fecharia o Congresso? Faria uma limpeza e, então, daríamos uma nova ordem institucional ao País".

Falei: "Não! Não! Eu quebraria tudo aquilo que aprendi desde jovem, tudo aquilo que sinto. O Congresso é fundamental num processo democrático. Comigo não contem! Vamos resolver a crise no Congresso. O governo dará todo o apoio que for necessário". Tanto deu que criou uma comissão de notáveis, encarregada de dar tudo aquilo que a comissão orçamentária precisasse. O que se viu ? Deputados foram cassados.

Quando ouvi a proposta, vivi uma hora difícil. Houve uma segunda vez, um diálogo mais particular. "Vamos fechar o Con-

"Não vou dizer os nomes dos parlamentares. Disseram: 'Há corrupção generalizada na comissão de orçamento. Você fecharia o congresso?'..."

gresso, vamos limpar, vamos fazer assim, tipo De Gaulle?" *(Em meio à crise provocada pelos protestos de estudantes e operários em 1968 em Paris, o general Charles De Gaulle, presidente da França, dissolveu o parlamento, convocou novas eleições e obteve grande vitória eleitoral.)* Respondi: "Como 'tipo De Gaulle'? Nós estamos longe da França! Vamos manter a situação. A minha idéia é: custe o que custar, nós entregaremos a faixa ao novo presidente da República, que será eleito democraticamente, como exige e quer a sociedade brasileira. Tenho pedido a Deus que me dê sempre humildade, sabedoria e, sobretudo, equilíbrio para que possa entregar o governo ao sucessor de uma maneira democrática".

Em que altura do mandato o senhor recebeu a sugestão dos deputados e do senador para fechar o Congresso Nacional?

A proposta foi feita logo que houve a crise da comissão de orçamento. Deve ter sido em outubro, novembro de 1993. A crise continuou em 1994. Por que fechar o Congresso? Por que o Congresso não poderia resolver os seus problemas? Há um aspecto importante: em toda crise, sempre respeitamos as decisões do Congresso. Mas, quando a crise ocorria no Executivo, nós sustávamos imediatamente o problema.

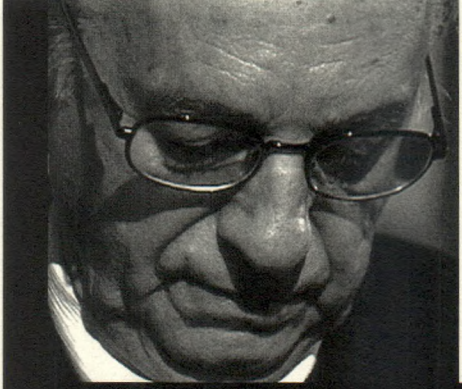
Tive um problema com o chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, amigo fraternal, a quem eu conhecia há anos. O pai de Hargreaves tinha sido meu líder na Câmara dos Deputados. Tenho, portanto, uma amizade fraterna com o ministro Henrique Hargreaves. Quando houve um episódio em que estavam querendo envolvê-lo, o próprio Hargreaves me procurou: "Itamar, é melhor eu sair. Depois, se você quiser, volto. Mas só depois que eu resolver o problema". Assim aconteceu. *(Acusado de ter ligações com irregularidades descobertas na comissão de orçamento do Congresso, o chefe da Casa Civil se afastou em novembro de*

1993 e voltou ao cargo em fevereiro de 1994, depois de inocentado.) O então ministro da Fazenda, hoje deputado, Eliseu Resende, é um grande amigo que tenho. Mas eu dizia: "Você é o ministro. Quando o Senado da República começa a discutir quem pagou suas diárias de hotel em Nova York, diminui muito o ministro da Fazenda. Infelizmente, você não pode continuar até resolver esse problema". *(Eliseu Resende perdeu o cargo depois da publicação de denúncias de que favoreceria a empreiteira Norberto Odebrecht).* A mesma coisa aconteceu com o ministro das Minas e Energia que, de repente, faz um bilhete em que dizia que uma obra deveria ser dirigida para apoiar o candidato Fernando Henrique Cardoso. Tive de tirá-lo também. *(Em memorando interno que vazou para a imprensa, o então ministro de Minas e Energia, Alexis Stepanenko, recomendava a assessores que programassem a inauguração de obras para antes das eleições.)*

Internamente, portanto, agíamos na mesma hora. Não deixávamos. Podem me negar tudo – menos a percepção de que, em qualquer crise, nós sabíamos que o poder legislativo deveria ter, sempre, a solução dos problemas atinentes.

Qual foi o pior conselho que o senhor ouviu quando era presidente da República?

Prefiro não dizer. Recebi conselhos complicados. Em um regime presidencialista, o presidente é um homem solitário. Não se deve achar que o presidente tem aqueles que o cercam, os amigos, os ministros. É diferente quando o presidente vai para o quarto: em seus momentos de reclusão, ele vê passar rapidamente diante dos olhos e na mente tudo o que acontece e o que pode acontecer no País. Certos conselhos que recebi prefiro não revelar: foram tão tenebrosos que prefiro lembrar das coisas boas do meu governo.



"O presidente
é um homem
solitário. Em
seus momentos de
reclusão, ele vê
passar rapidamente
diante dos olhos
e na mente
tudo o que pode
acontecer no País."

Mas o pior foi o de fechar o Congresso?
Houve um pior.

Não quer dar nenhuma pista?
Não. Mas vamos ser sinceros: fechar o Congresso é complicadíssimo. Tivemos um presidente que fechou o Congresso durante dias. *(O Congresso Nacional foi posto pela última vez em recesso no governo do general Ernesto Geisel, em abril de 1977, com base no Ato Institucional nº 5 – que conferiu poderes ilimitados ao Executivo de dezembro de 1968 a outubro de 1978.)* Não foi bom para o País. Como não é boa para o País nenhuma crise. O governo acha que a crise não existe. Pensa que a crise pode ser tamponada e escondida, tenta impedir que uma Comissão Parlamentar de Inquérito se instale. Isso é mau para o País. Porque a crise se agrava e se aprofunda. É o que acontece também quando o presidente resolve manter nos cargos elementos do governo que estão processados pelo Supremo Tribunal Federal ou acusados deste ou daquele delito. Não estou entrando no mérito. Mas estou dizendo que são quistos que não devem existir. Isso, no entanto, é problema de cada presidente.

Qual foi o momento mais dramático que o senhor viveu no Palácio do Planalto?
Quer queira ou não, o presidente é um homem solitário no regime presidencialista – sobretudo, nas crises e nos momentos em que precisa tomar decisões difíceis. São decisões que, às vezes, chocam a alma e a mente do presidente. Defendo o regime parlamentarista desde que era rapaz, desde os tempos de estudante de engenharia. Basta dizer que o meu diretório acadêmico foi um dos primeiros a imprimir o parlamentarismo no estatuto. Imagine só: engenheiros estudando o parlamentarismo! Coinci-

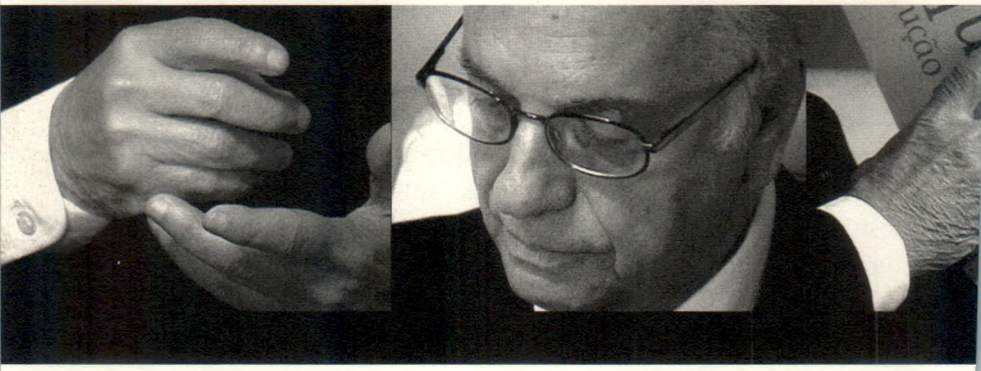
dentemente, fui orador da turma de engenharia: meu paraninfo, o doutor José Bonifácio, fez um discurso de apologia ao parlamentarismo, uma idéia que sempre me impregnou.

O parlamentarismo resolve facilmente as crises. É o que se vê na Itália. O presidente fica imune a qualquer crise. Cai o primeiro-ministro ou cai o gabinete, mas a nação não sofre nenhuma perturbação forte. Já as turbulências do presidencialismo podem levar a crises institucionais, se não se tomar cuidado. São crises institucionais que, às vezes, independem do presidente e independem da própria sociedade. Mas, quando a crise avança... Costuma-se dizer no Senado: "A gente sabe como uma CPI começa, mas nunca sabe como termina".

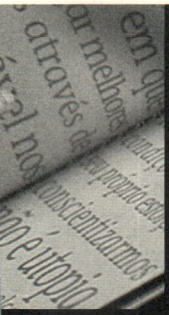
Os momentos mais dramáticos foram as primeiras noites. Aquilo martelava os meus ouvidos: "Não dura 48 horas. Não dura 48 horas". Devo dizer que aquilo não apenas martelava os ouvidos, mas machucava a alma e obrigava a mente a achar que aquela era uma expressão que não vingaria num país que tinha lutado tanto para alcançar a democracia.

Em que momento o senhor teve, intimamente, a certeza de que afinal assumiria a presidência?

Custei a ter o momento de certeza. Sinceramente, nem saberia dizer, hoje, qual foi. Pode até o senhor não acreditar, ou o telespectador, mas eu não acreditava que o presidente seria impedido. Jamais acreditei! Poderia ele próprio acreditar. Poderia o povo. Mas custei a acreditar: depois de ter sido senador por 16 anos, eu sabia da dificuldade do Congresso Nacional em impedir um presidente da República. Era a primeira vez que se fazia algo assim.



IMPEACHMENT



"Eu sabia da dificuldade do Congresso Nacional em impedir um presidente da República. Era a primeira vez que se fazia algo assim."

O ex-presidente Collor diz que o senhor conspirou contra ele desde o primeiro dia do governo. Que resposta dá a essa acusação?

Não quero polemizar com esse cidadão. Prefiro buscar o testemunho de um homem que foi da "tropa de choque" do então presidente, grande senador e grande figura da política brasileira: Ney Maranhão. Nós continuamos amigos – e ele continua amigo do ex-presidente. Em entrevista que deu em Pernambuco, o senador Maranhão diz: "...Quando eu chegava, descia para o apartamento de Itamar para convencê-lo a se candidatar a vice-presidente. Eu dizia que ele, quando terminasse o mandato de senador, teria dificuldades. Itamar me dizia: 'Mas Ney, esse homem é doido. Como é que esse homem vai poder governar o País, se nós temos, hoje, disputando, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas, contra Lula?' E eu dizia a Itamar: 'Ele é um doido igualzinho a você. Dois doidos vão dar certo'."

Era o conceito que Maranhão tinha de mim. Nem sabia que ele tinha o conceito de que éramos doidos. Mas aqui vem a resposta que tenho de guardar para qualquer momento da minha vida pública, porque, para mim, é fundamental. Se amanhã eu já não me encontrar na face da Terra, alguém vai se lembrar. Além de ser da tropa de choque, o senador Maranhão caiu com o ex-presidente: defendeu-o até o fim. É uma figura importante. Não sou eu quem falo. Eis o depoimento – o título é *A verdade surpreende: em depoimento ao professor Arnaldo Santos, pesquisador encarregado de defender uma tese de doutorado sobre o* impeachment, *o ex-senador Ney Maranhão faz revelações surpreendentes.*

Pergunta-se ao senador Maranhão: "O presidente Itamar conspirou?" Vou repetir: o presidente Itamar conspirou? Ney Maranhão responde: "De jeito nenhum". O entrevistador vai além: "E José Aparecido de Oliveira e Henrique Hargreaves, políticos mineiros, conterrâneos e aliados do então vice-presidente Itamar, que viriam

a fazer parte do governo, estiveram envolvidos na situação do *impeachment*?" Palavras de Ney Maranhão: "Não. O presidente Collor discorda de mim. Tenho feito uma séria discussão com ele. Conheço Itamar Franco: ele não mexeu uma vírgula. Pelo contrário. Quando assumiu a presidência da República, baixou um decreto dando todos os direitos de presidente da República ao presidente Collor. Isso foi cassado por um juiz".

Creio que, aqui, respondo a pergunta, mais do que se dissesse que não. Não vou ficar debatendo. O ex-presidente pensa lá. Maranhão pensa aqui, por mim.

O que fez o senhor chorar no palácio?

Os olhos se encheram de lágrimas, sim, antes, na morte do presidente Kubitschek, mas também diante das ingratidões que você recebe ou diante de comentários que não correspondem à realidade. Houve uma coisa que me machucou profundamente. Digo-lhe que eu já deveria ter superado esse fato, mas não consigo superar até hoje. Fui, desde o início, criado pela minha querida mãe, Itália Cautiero Franco, que ficou viúva muito cedo. Quando minha mãe estava no leito de morte, eu me desloquei aqui para Juiz de Fora, onde comecei a despachar com ministros de Estado. De repente, um jornal faz um editorial da maior violência para dizer que eu não poderia estar na cidade de Juiz de Fora: deveria estar em Brasília.

Depois, disseram-me quem foi o sujeito que escreveu o editorial. Não me interessa recordar quem foi. Mas quem escreveu foi cruel porque não teve o sentimento de um momento que era muito triste para mim. Não era triste para ele, mas, para mim, era: a perda de minha mãe. Poucos dias depois, ela faleceu. O autor do editorial fazia uma comparação mesquinha. Dizia que eu deveria estar em Brasília, não no leito de morte da minha mãe.

Preferi estar no leito de morte de minha mãe! Aquilo me doeu. Digo-lhe: ali, sim, as lágrimas vieram – por minha tristeza e pela mesquinhez desse jornalista.

Qual foi o comentário mais surpreendente que o senhor ouviu de um dirigente estrangeiro?

Sempre imaginaram que o Brasil não era um país realmente democrata. Pensavam que não éramos um país que buscava, como sempre buscou, o estado de direito. O Brasil vivia sob um estado de direito no final do meu governo. Fomos nessa época, em dezembro de 1994, à famosa Cúpula das Américas, a reunião em que se ia discutir a Alca (*Área de Livre Comércio das Américas*), em Miami.

Resolvi levar comigo o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. Eu era o presidente da República, ele era o presidente eleito. O fato de eu levar o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso e dar a ele todas as honras, a ponto até de me afastar um pouco, surpreendeu aos que pensaram "O Brasil, então, mudou! O Brasil tem um presidente que traz o presidente eleito!" Por que eu levei? Porque ele tinha sido eleito por nós. A eleição de Fernando Henrique Cardoso dependeu do Plano Real, sobretudo. Pode ele não gostar, porque costuma dizer que ele é quem fez o Plano Real.

Não discuto nem brigo: um dia, vão ver que a assinatura não foi a de Fernando Henrique. Porque muitos trabalharam no Plano Real: Paulo Haddad, Gustavo Krause, Eliseu Resende, Fernando Henrique Cardoso e o grande sacerdote do plano, o ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero. Lamentavelmente, o ministro Ricúpero teve de sair, pelas condições que todo o Brasil conhece. Depois, veio o ministro Ciro Gomes, a quem muito devo também. Mas, naquele instante, Fernando Henrique se agarrou ao

"A imprensa achava que eu era bobo porque fui deixando Fernando Henrique ser 'primeiro-ministro'. Era proposital!"

Plano Real. Como o plano não era uma planta de beira de rio, que vai embora na primeira enchente, Fernando Henrique ficou agarrado a ele. Assim, elegeu-se, independentemente de todas as qualidades que tenha.

(Ao todo, o presidente Itamar teve seis ministros da Fazenda: Gustavo Krause – outubro de 1992 a janeiro de 1993; Paulo Haddad – janeiro a março de 1993; Eliseu Resende – março a maio de 1993; Fernando Henrique Cardoso – maio de 1993 a abril de 1994; Rubens Ricupero – abril a setembro de 1994; Ciro Gomes – setembro de 1994 a janeiro de 1995.)

Quando o presidente eleito Fernando Henrique foi comigo para Miami, deixei que ele aparecesse sempre em primeiro plano. Em outras ocasiões, durante meu governo, deixei que ele aparecesse em primeiro plano, ao contrário do que esperavam os que não o queriam como meu candidato. Eu, às vezes, até me afastava. Ria quando a imprensa dizia: "Fernando Henrique é o primeiro-ministro..."

Eu até achava bom, porque aquilo favorecia um homem que, nas primeiras pesquisas *(eleitorais)*, tinha 16% *(de intenções de voto)* contra 44% de Lula. Fernando Henrique, então, precisava aparecer comigo. Isso era feito não porque eu fosse bobo: era proposital! Mas a imprensa achava que eu era bobo. Fui deixando Fernando Henrique ser "primeiro-ministro". Preciso dizer, aqui, o seguinte: depois de muito tempo na história republicana, nós fizemos o nosso sucessor – e sem usar a máquina administrativa!

Quando levei o presidente eleito comigo para a reunião de Miami, presidentes que ali estavam – acredito que até o presidente Bill Clinton – notaram: "Interessante – o Brasil traz o presidente eleito. O processo democrático vai ter continuidade com Fernando Henrique Cardoso".

Se o senhor fosse escrever um verbete sobre Itamar Franco numa enciclopédia, qual seria a primeira frase?

As primeiras palavras seriam: democrata e probidade. Poderia resumir tudo na frase de Descartes: "Penso, logo existo". Eu me definiria como Descartes: eu penso. Se penso, existo. Para uns, existo. Para uma minoria, talvez eu não exista.

Quero, até como uma homenagem ao ex-ministro Delfim Netto, citar o que ele disse numa palestra que fez para empresários paulistas. É importante para mim. Não sou eu quem diz: é Delfim Netto, homem do maior respeito. Tenho, particularmente, o maior respeito pela inteligência do ex-ministro. Entre outras coisas, ele disse o seguinte: "Nós estávamos muito próximos do equilíbrio no final do governo Itamar Franco. O Itamar é muito mal julgado".

Aqui estaria, então, o meu verbete: "mal julgado". Repito: não sou quem o diz, mas o ministro. É verdade: ele sabe que sou mal julgado, sobretudo pela gente paulista. Não sei por quê. Não pela gente, não pelo povo... Disse o ministro Delfim Netto *(ao empresariado paulista)*: "Todos os números do governo de Itamar Franco eram excelentes, menos a inflação. Mas os demais, como superávit em contas correntes, superávit primário, eram excelentes. Nós estávamos muito próximos dos indicadores com os quais o mundo nos julga. É assim que os senhores julgam os seus clientes. Quando vamos julgar nossos clientes, a primeira coisa que queremos saber é quanto ele fatura e quanto ele já deve. É o que o mundo nos pergunta, a cada vez que me apresento: quanto você produz e quanto você deve? Nós estávamos perto desses indicadores no final do governo Itamar Franco".

Se pudesse escrever o verbete, eu tiraria minha frase – importante, sobre probidade e democracia – para colocar o que pensa o ministro Delfim Netto. Não sou eu quem falo, não sou eu quem

falo. O que Delfim Netto diz não coube só a mim, mas a todos os que trabalharam comigo. O *(crescimento do)* Produto Interno Bruto brasileiro de 1994 foi de 5,9%. Desde aquela época, até hoje, ainda não vi, salvo engano, o Produto Interno Bruto brasileiro alcançar 5,9%.

Quando me combatem, às vezes fazem-no de má-fé. Não me combatem fazendo a crítica, que precisa ser feita. Combatem-me porque não gostam do senhor Itamar. Mas aqui estão não só as palavras do ministro Delfim Netto, mas os próprios indicadores econômicos. O que legamos ao País foi não só a manutenção do estado de direito, mas, sobretudo, o Plano Real.

O senhor, em algum momento, pensou em renunciar à presidência?

Em nenhum momento! Assumi a presidência. Podia ver um jornalista, nem sei o nome do fulano, dizendo "Ah, Itamar Franco chegou lá por acaso". Cheguei por acaso, não! Eu era vice-presidente da República. Cheguei à presidência, primeiro, por Deus, depois, pela Constituição – que me garantiu. Não fui, aliás, o único vice-presidente que chegou à presidência da República. Não vamos enumerá-los aqui.

Uma versão diz que o deputado Ulysses Guimarães pensou que o senhor renunciaria junto com o então presidente Collor. Em algum momento essa possibilidade chegou a ser discutida?

Eu tinha muita estima pelo presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães. É preciso lembrar que fui o nono a assinar a ficha nacional do PMDB. Fui o primeiro presidente do PMDB de Minas Gerais. Quando grandes lideranças mineiras fundaram o PP *(Partido Popular)*, poucos de nós fundamos o PMDB em Minas Gerais. O lançamento do partido foi feito a 18 de outubro de 1980, em Ouro Preto, com a presença dos senadores Paulo

Brossard, Pedro Simon e Teotônio Vilela – que brincou comigo: "Eu estou morrendo de frio aqui nesta terra! Pelo amor de Deus!"

São fatos que caracterizam bem minha convivência com Ulysses Guimarães. Nunca – mas nunca, nunca, nunca, nunca, nunca! – alguém me disse que caberia a Ulysses assumir a presidência da República no meu lugar. O que aconteceu é que, antes, quando da doença do presidente Tancredo Neves, episódio lamentável para todos nós, surgiu a dúvida sobre se o presidente deveria ser Ulysses ou Sarney. Mas comigo, não. O senador Pedro Simon participou de reuniões minhas com Ulysses Guimarães: nunca se tocou nesse ponto.

Há uma passagem importante com o senador Simon, meu líder no Senado. Simon não defendia a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, assim como um grande jornalista, João Emílio Falcão – de quem tenho muitas saudades – e o senador Jamil Haddad. Falcão chegava perto de mim: "Itamar, pelo amor de Deus, veja quem você vai colocar!" Simon também discordava. Chegou perto de mim e disse: "É hora de decidir!" Temos amizade até hoje. Tenho por ele um respeito imenso. É uma das grandes figuras do Brasil, uma das grandes figuras que conheci na vida pública. Rendo aqui a minha homenagem. Havia uma reforma constitucional em 1993. Simon, então, me disse: "Vai se discutir agora. Vamos colocar a reeleição?" Respondi: "Pelo amor de Deus, não! Sou contra a reeleição porque ela quebra uma tradição brasileira. Não vai dar certo, Simon, pode anotar!"

Não sei se ele anotou: "A reeleição no Brasil não vai dar certo". Por que não? Porque mal o sujeito é eleito, vai logo buscar a reeleição. Começa a fazer uma série de acordos e coisas que não interessam à democracia brasileira. A reeleição feriu a cultura brasileira. Feriu a Constituição, que vinha de muitos e muitos anos sem considerá-la. Totalmente contrário à reeleição, não per-

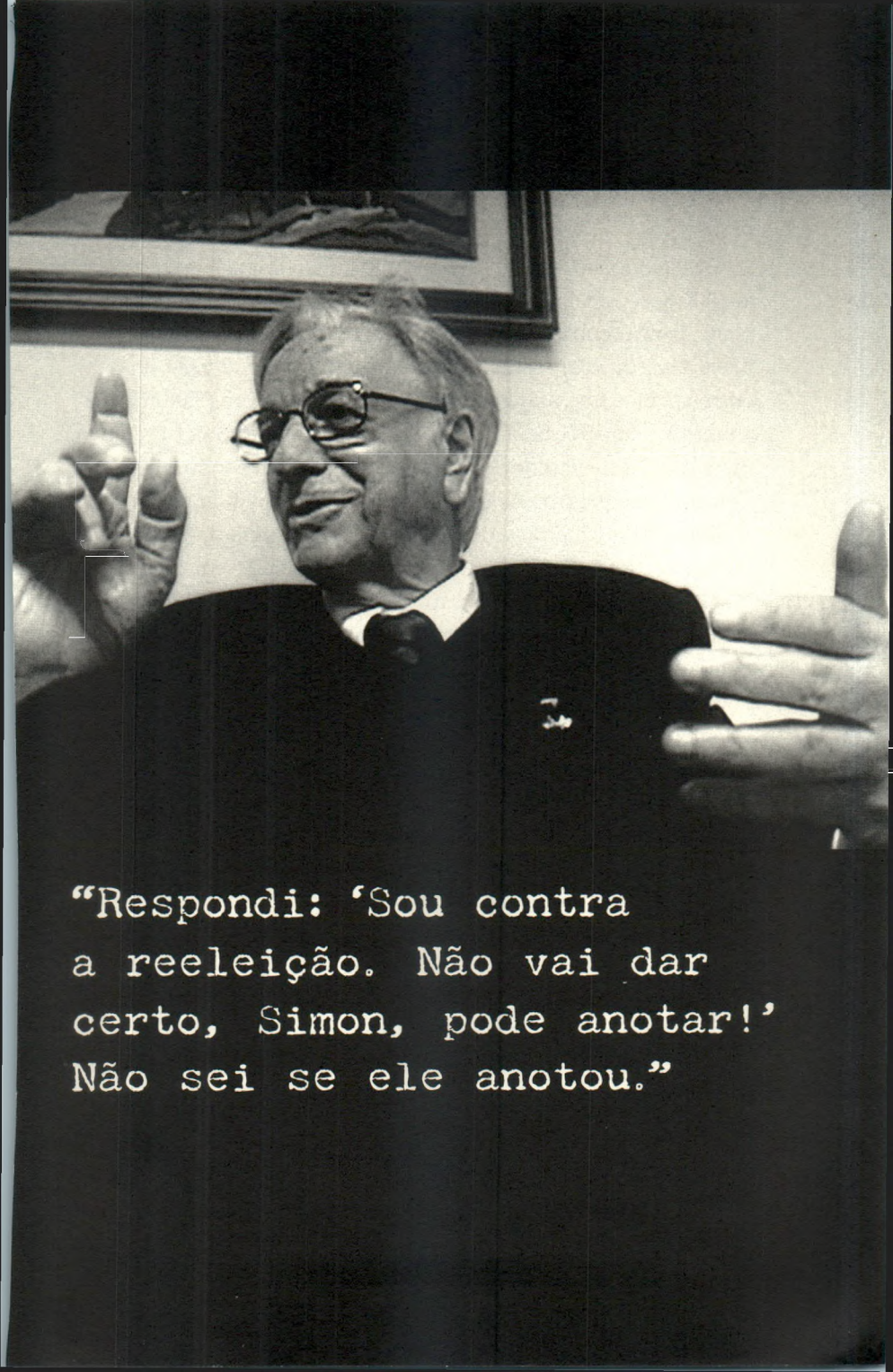
miti, à minha época, que fosse estabelecido esse princípio na Constituição. Nem quando estava no governo de Minas me candidatei à reeleição, porque a candidatura ia contra meus princípios.

O senhor já disse que aceitou ser vice-presidente por força do destino. Ser presidente no Brasil é, então, uma questão de destino pessoal?

O destino nunca deixa de estar em nossas vidas. Veja a figura de Napoleão, um homem que, já aos 9 anos de idade, é levado para uma escola militar. Dizem assim: "Mas ele é um homem de sorte..." Ora, quem não for um homem de sorte, em qualquer setor da vida humana... Eu ia usar agora uma expressão chula. Prefiro não usar. Digo apenas que é preciso ter um pouquinho de sorte. Que todos tenham.

Não fui presidente da República por acaso. Fui instado a ser vice-presidente. O senador Ney Maranhão ficou trinta dias enchendo a minha cabeça, ele e Daniel Tourinho *(ex-presidente do Partido da Reconstrução Nacional–PRN, legenda de Fernando Collor na campanha de 1989)*. Já ia me esquecendo de Daniel Tourinho. Acabei aceitando. Fiz bem ou mal? Acho que fiz bem porque, pelas circunstâncias, pude ser presidente da República.

Se foi o "acaso", é a mesma coisa que ouvimos nas eleições de 1974. Ali é que o País deu a grande virada democrática – não foi com as eleições diretas. Nós, o MDB, elegemos 16 senadores em 22 estados! Vem um repórter e diz: "Chegaram lá pelas águas, chegaram lá por acaso..." Ora, aquilo não foi chegar por acaso! Por que é que ele, o jornalista, não veio pela água e pelos acasos? Poderia ter entrado na corrente e vindo. Mas não veio: ficou lá, bonitinho, no escritório, escrevendo bobagens. Não quis vir. Fui eleito em 1974 e reeleito em 1982, o que já deixou de ser o acaso. Fui sempre eleito em eleições diretas.



"Respondi: 'Sou contra
a reeleição. Não vai dar
certo, Simon, pode anotar!'
Não sei se ele anotou."

O que, afinal, levou o senhor, na presidência, a adotar o Plano Real?

Desde o início, quando tive os ministros Paulo Haddad e Gustavo Krause, tínhamos estabelecido que iríamos logo fazer um plano para combater a inflação, que estava bastante elevada. O Brasil teve outros planos. Não vou citar os presidentes, mas os outros planos fracassaram. Tínhamos de buscar um plano consistente. O plano foi amadurecendo com Paulo Haddad e com o ministro Eliseu Resende, fortaleceu-se com Fernando Henrique Cardoso e configurou-se com o ministro Rubens Ricúpero.

Logo na primeira vez que despachou comigo, o ministro Ricúpero disse: "Presidente, há uma dificuldade em relação ao Plano Real. A equipe" – praticamente a mesma de Fernando Henrique Cardoso – "tem dúvidas: vale estabelecer o plano? Teremos uma eleição complicada. O presidente pode perder ou pode ganhar. Outro problema: ainda não ajustamos o câmbio. Há pilares do Plano Real que talvez não fiquem prontos. São medidas que ficarão para o outro presidente, se ele for Fernando Henrique Cardoso. O que faço?" Respondi: "Ministro, o senhor acha que pode implantar o plano? Vamos lançá-lo em julho. O senhor acha que dá tempo de resolver o problema da equipe, tirar o medo de que podemos perder as eleições por causa do Plano Real e tratar da questão do câmbio?" O ministro me disse: "Vou fazer o possível".

Em determinado dia, o ministro Ricúpero me diz: "O senhor tem condições". A todo momento, ele me levava o que é que estava acontecendo em relação ao Plano Real. Afinal, em 1º de julho de 1994, lançamos o Plano Real. Independentemente do processo político, nós sabíamos que daria certo. Repito: o grande sacerdote do Plano Real foi o ministro Ricúpero.

Sem saber que as câmeras de TV estavam gravando, o ministro Rubens Ricúpero disse: "O que é bom a gente fatura. O que é ruim, esconde". O que de ruim o senhor escondeu do público quando estava na presidência?

O que aconteceu ali foi uma infelicidade do ministro Ricúpero. Para mim, foi uma surpresa ele ter dito aquilo. O que aconteceu? Recebi apelos – inclusive do então governador *(do Ceará)* Ciro Gomes – para manter Ricúpero no cargo de ministro da Fazenda. É um desses momentos em que o presidente fica sozinho. Cabe ao presidente decidir. O Partido dos Trabalhadores, o PT, começou a bater violentamente: dizia que nós tínhamos organizado um plano para vencer as eleições; dizia que estávamos mistificando a nação, dizia que queríamos impor a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Tive de falar com o ministro Ricúpero: infelizmente, para minha grande tristeza naquele momento, já que ele era o sacerdote do Plano Real, eu teria de tirá-lo. Era o meu método de agir: certo ou errado, eu tinha de limpar logo a área.

Depois de tirar o ministro Ricúpero, telefonei ao governador Ciro Gomes, que me disse: "Por favor, mantenha o ministro Ricúpero!" Respondi: "Ciro, estão batendo violentamente. Isso vai trazer um prejuízo à candidatura de Fernando. Acredito até que vá desestabilizá-la". Teria desestabilizado! Ciro me falou: "O que o senhor vai fazer, então?" Eu disse: "Já escolhi!" Ciro quis saber: "Mas escolheu quem?" Eu disse: "Você". Ele ainda me pediu 24 horas. Dessa vez, esperei. Ciro foi um grande ministro.

O senhor tem um método impositivo de indicar ministros?

É uma ação técnica.

Qual é o grande arrependimento do ex-presidente Itamar Franco?

O grande arrependimento... *(faz longa pausa)* Tive arrependi-

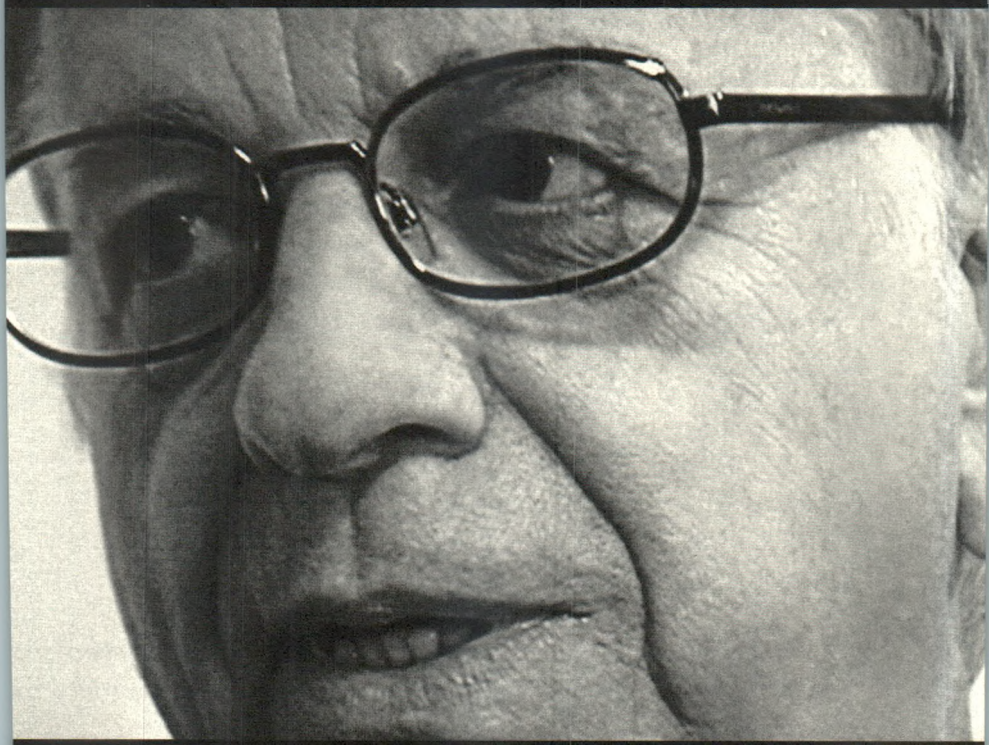
mentos, mas qual destacaria como o mais doloroso e mais difícil? Primeiro: exonerar ministros que tinham uma relação fraterna comigo. De qualquer forma, o grande, grande, grande, grande arrependimento foi não dar ao Brasil mais do que poderia ter dado.

Uma das primeiras surpresas do ministério foi a escolha de um político de Pernambuco – o ex-prefeito do Recife, Gustavo Krause – para a pasta da Fazenda. O que levou o senhor a essa decisão?

Já haviam dito que eu não duraria 48 horas na presidência. Não havia, então, tanta gente que quisesse ficar ao meu lado. Mas pude encontrar o espírito público de Gustavo Krause e de Paulo Haddad, a quem eu já conhecia de Minas Gerais. Krause eu conhecia do parlamento. Sou muito grato a eles. Afinal, naquela fase difícil de instalação do governo, num momento em que o País saía de um cataclismo nacional, eles aceitaram.

Mas aí vem a revista – de uma maneira forte – chamá-los de ministros "pífios". Eu me aborreci. Poderia contar lances que viriam a acontecer, no futuro, em relação ao diretor da revista, mas, sinceramente, prefiro me calar. Teria o que falar, contar e revelar. Talvez ele vá se recordar de que um dia, no meu gabinete, presente o ministro das Comunicações, Djalma Moraes, aconteceu um fato que, para mim, foi significativo em relação ao dono desta revista. Prefiro não mencionar o fato. Mas foi algo que me fez olhá-lo nos olhos. Ao olhar para o cidadão, fiquei imaginando que ele se esqueceu de que o mundo gira. São tantos os que se esquecem.

Aqui em Minas, há uma expressão que eu não chamaria de vulgar, mas é interessante: "Dor de barriga não dá uma vez só". Há fatos que acontecem com os que serviram com a gente, com os que se esquecem de nós, com os que não nos cumprimentam mas se serviram do governo. Aliás, devo dizer que fui o primeiro governador de estado a apoiar o presidente Lula, mas há os que, de



"Não era fácil formar
a equipe de um governo
que iria 'cair'
48 horas depois."

repente, se esquecem dessas coisas. Não sei se é porque não estudaram ou se é porque não querem lembrar, mas as pessoas se esquecem de que a Terra gira em torno do próprio eixo, 24 horas por dia. O giro é muito significativo na vida da gente. Ninguém precisa ser astrônomo para saber.

Há no nosso Brasil figuras que são ingratas. A ingratidão que mais dói é a da vida pública. Faz mal à alma. A gente precisa pedir a Deus para que fortaleça nossa alma e nosso espírito. É por isso que sempre pedi bondade, inteligência e, sobretudo, humildade.

O que levou o senhor, então, a fazer a opção pelo nome de Gustavo Krause?

Em primeiro lugar, eu acreditava nos nomes que escolhi. Em segundo, havia uma dificuldade para formar a equipe. Não era fácil formar a equipe de um governo que iria "cair" 48 horas depois. Se eu o convidasse, não sei se o senhor aceitaria...

É verdade que o senhor nomeou Fernando Henrique Cardoso ministro da Fazenda, no Diário Oficial, *sem que ele tivesse aceitado o convite?*

Eu tinha enfrentado uma crise, triste, para mim: a destituição do ministro Eliseu Resende, às duas e meia da madrugada, quando eu disse a ele o que pensava em relação ao problema discutido no Senado da República. Peguei o telefone: "Fernando, estou com necessidade de um ministro da Fazenda. Vejo que você, apesar de sociólogo, tem as qualificações para assumir neste momento..." Diga-se de passagem que nós nos dávamos muito bem na época. Disse a Fernando: "Se você pudesse assumir o ministério da Fazenda..." Fernando Henrique não me disse nem sim nem não. Ficou de pensar. Mas resolvi publicar a nomeação. Se ele não quisesse, eu teria revogado.

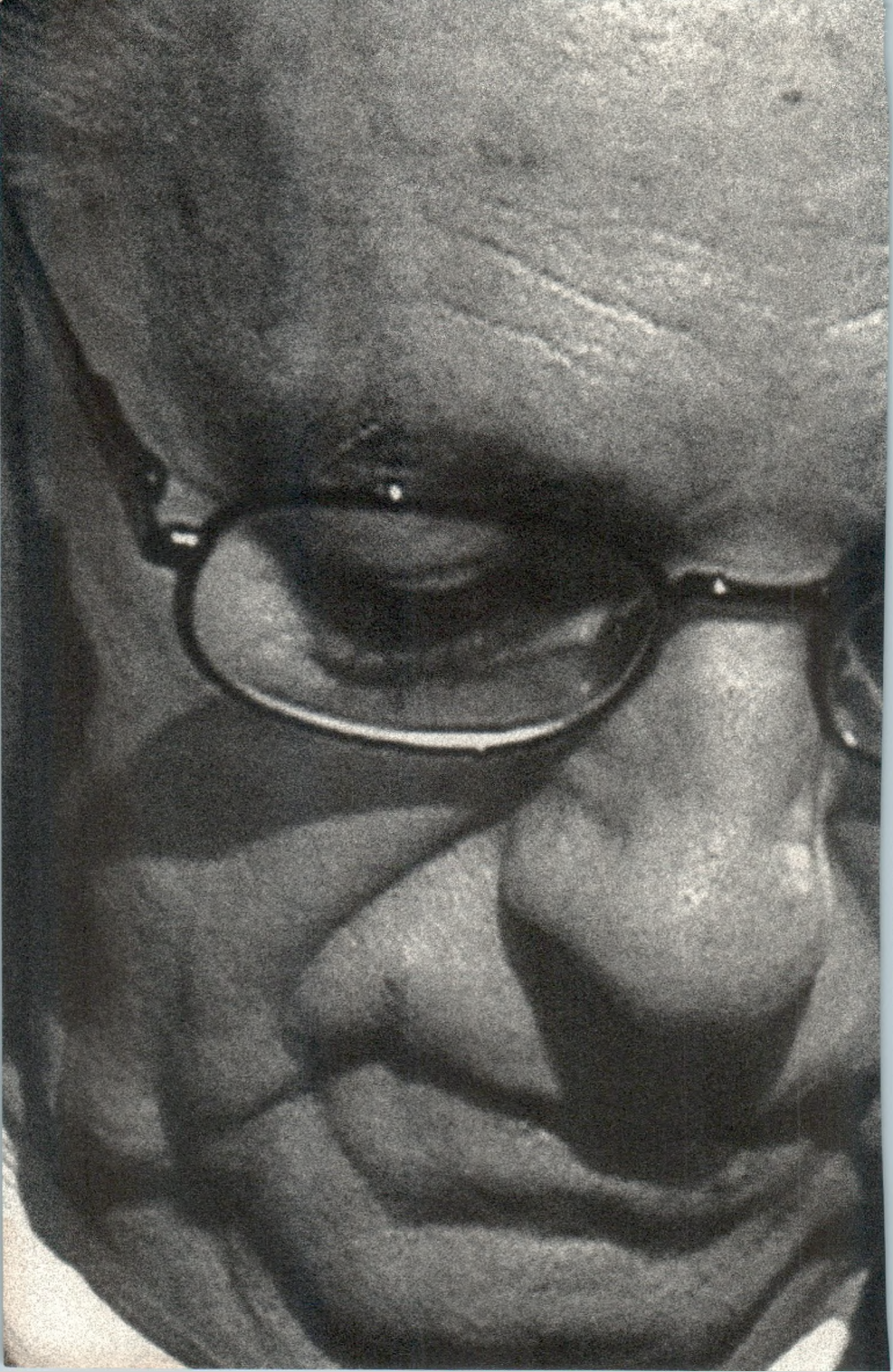
Isso foi uma maneira de forçá-lo a aceitar?
Fez bem a ele.

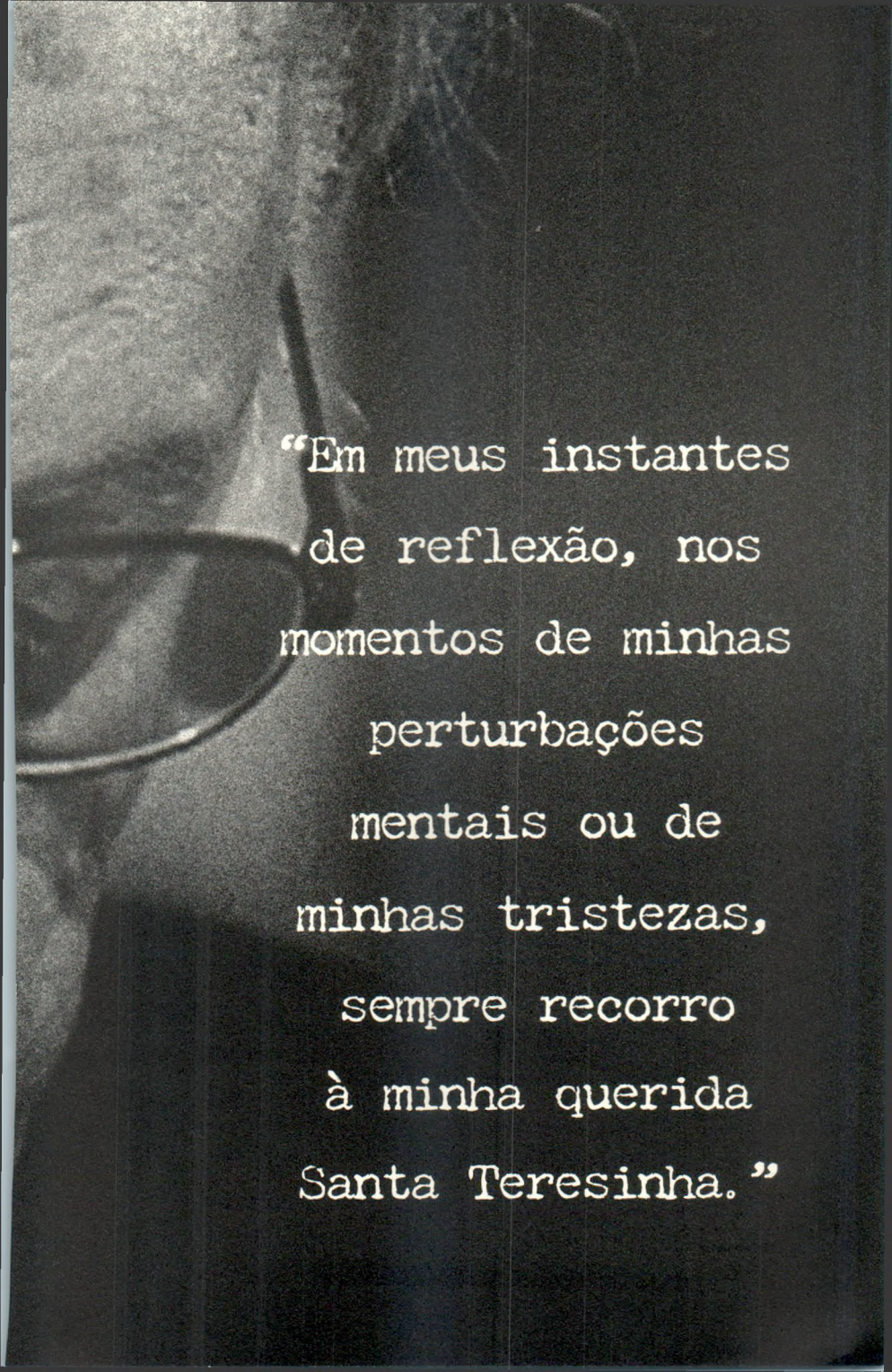
Por que o senhor virou adversário de Fernando Henrique Cardoso, um político que escolheu para ministro – primeiro, para a pasta das Relações Exteriores e, por fim, para a da Fazenda?

Não virei adversário do presidente Fernando Henrique Cardoso. Conheci Fernando Henrique Cardoso no Senado. Fomos bons amigos. Tivemos uma boa convivência. Com toda a inteligência e todo o brilhantismo que ele tem, fui o primeiro presidente a fazê-lo ministro de Estado. Vamos recordar: fui o primeiro presidente a fazer Fernando Henrique Cardoso ministro.

Sem qualquer crítica, sob minha ótica, Fernando mudou muito dos tempos de Senado e de presidente da República. Logo depois de eleito presidente da República, ainda não tinha mudado, mas, em seguida, mudou. É hoje um homem que pensa que inventou a democracia. Pensa que inventou o Plano Real.

Quanto ao Plano Real, não há problema: ele pode ficar lá. Mas inventar a democracia... Para mim, ele se tornou – me perdoe, presidente Fernando – arrogante. Não era o Fernando que conheci no Senado ou que conheci como meu ministro das Relações Exteriores. Isso fez com que me afastasse. Fernando Henrique, com certeza, também se afasta. Nós conversamos, mas não temos, infelizmente, a amizade e a consideração que um ministro deveria ter para com o presidente que o escolheu. Um presidente que o fez presidente. Fui um presidente que o ajudou. Não digo que o tenha feito presidente, mas o ajudei a chegar à presidência da República. Dizem: "Mas ele mandou você para Lisboa..." *(Quando chegou à presidência, Fernando Henrique Cardoso indicou Itamar Franco embaixador em Portugal.)* Mas o presidente Fernando ainda era diferente quando me





"Em meus instantes
de reflexão, nos
momentos de minhas
perturbações
mentais ou de
minhas tristezas,
sempre recorro
à minha querida
Santa Teresinha."

mandou para Lisboa. Hoje, as coisas passaram. Quando a gente deixa as aberturas se alargarem, torna-se difícil, depois, estabelecer uma ponte.

Se um candidato a presidente lhe repetisse o convite que Collor fez, para ser companheiro de chapa, o senhor aceitaria?

Não. Não voltaria à presidência. Custei a aceitar o convite para ser vice. O senador Ney Maranhão levou uns trinta dias insistindo, assim como Daniel Tourinho. Por formação técnica, sou um sujeito pragmático. Não sofro, portanto, por antecedência. Não penso no que, por enquanto, é irrealizável.

Qual foi o primeiro presidente que o senhor viu pessoalmente? Que impressão o senhor guardou?

Vi o presidente Getúlio Vargas de longe, quando era menino, em Juiz de Fora. Quando ainda era estudante do Colégio Grambery, vi o ministro da Educação de Vargas, Gustavo Capanema, de quem tive a oportunidade de ser colega no Senado, nos anos 1970.

O presidente Vargas vi de longe. Ao acompanhar, depois, toda a evolução do governo, a gente notava o nacionalismo de Vargas. O período em que ele foi mais democrata foi o que mais me entusiasmou: ali, ele foi praticamente chamado para conduzir de novo o Brasil. Assim, o presidente Vargas me impressionou.

Mas o presidente de quem estive perto e com quem pude conversar e trocar idéias, inclusive na véspera de minha eleição para o Senado, em 1974, foi Juscelino Kubitschek. Sempre me pareceu um homem de fé. Era, sobretudo, um homem que sabia perdoar. Tinha, sobre o Brasil, uma visão que, além de ser democrática, apontava para o futuro. Basta ver o que Brasília é hoje e o que representa para todos nós.

Quando digo que o presidente sabia perdoar, estou lembrando

que ele tinha um coração boníssimo. É o que fui aprendendo – ainda mais – nos contatos que tive com dona Sarah Kubitschek, depois do falecimento do presidente. Eu me lembro de que ela tornou a visitar o Palácio da Alvorada, o que há anos não fazia. Todos vamos lembrar, sobretudo quem é da minha geração, que o presidente Kubitschek sofreu, logo de pronto, uma revolta de oficiais da Aeronáutica. O presidente os perdoou. Os revoltosos chegaram a ser promovidos. Depois, chegaram a altos postos da Força Aérea.

Que papel a fé em Santa Terezinha teve na vida do senhor?

Sou devoto de Santa Terezinha porque minha mãe me fez ser, desde neném. Hoje tenho, além da santa, a Cruz dos Monges *(exibe a medalha)*. Em meus instantes de reflexão, nos momentos de minhas perturbações mentais ou de minhas tristezas, sempre recorro a minha querida Santa Terezinha. Já fui visitá-la em Lisieux *(França, local de nascimento da irmã carmelita canonizada pela Igreja)*. Fiz questão de ir. Todas as vezes que puder, voltarei. Em Roma, custei a descobrir a Igreja de Santa Terezinha, minha santa de devoção. Há quem ache que eu deveria ter escolhido outra santa, mas sou fiel a ela.

O senhor atribui a ela algum papel na ascensão que experimentou na carreira política?

O vocábulo é forte, mas atribuo a Santa Teresinha o meu desvirtuamento. Fui um homem formado em carreira técnica. Meus amigos costumam brincar: dizem que Santa Terezinha é que me desviou para a política desde cedo, desde a época dos diretórios acadêmicos. Lá fui eu para a política. Deixei minha bela carreira: eu era engenheiro civil eletrotécnico. Quem sabe, devo esse desvirtuamento, entre aspas, à minha querida santa.

O senhor é tido como um homem de pavio curto. Isso é bom ou ruim para um presidente da República?

Meu pavio é adequado para um presidente da República: nem curto, nem muito longo.

Há controvérsias sobre a data e o local de nascimento do senhor. Afinal de contas, quando e onde o senhor nasceu?

Controversa é gente que nasce em trem... O doutor Magalhães Pinto *(ex-senador e ex-governador de Minas Gerais)* foi quem me alertou: "Itamar, você sabe que nasceu no litoral da Bahia?" Pelo seguinte: meu pai, formado em engenharia em Juiz de Fora, foi um dos fundadores da Escola de Engenharia da cidade. Era mineiro de Juiz de Fora. Minha mãe era mineira de São João Nepomuceno. Casaram-se. Meu pai foi, então, trabalhar na Bahia, onde faleceu aos 30 e poucos anos de idade. Magalhães Pinto, não sei por quê, sabia bem de minha história. Talvez porque fosse casado com uma senhora que era aqui de perto.

A versão que corre – se é verdade, nunca procurei – é interessante: dá o meu nascimento num navio. Coincidência ou não, recebi do pessoal do Lloyd Brasileiro uma miniatura de embarcação, como se fosse o navio em que eu havia nascido. Nunca me importei. O importante é que lembro Descartes: penso, logo existo. Nunca discuti. Mas meu registro data de 1930. Se há outro registro, não sei.

Sua mãe lhe dizia que o senhor tinha nascido no navio?

Preciso lhe dizer: há uma diferença entre minha vida e a dos que aportam em Juiz de Fora, onde são bem recebidos pelos mineiros. Vou recordar, porque é importante para mim: meu pai, mineiro de Juiz de Fora, aqui fez a vida. Aqui se formou. Daqui partiu para não voltar. Minha mãe era filha de imigrantes. O pai,

sapateiro, tinha vindo da Itália. Ficou em São João Nepomuceno, uma cidadezinha muito querida para mim. Minha mãe nasceu em um distrito chamado Taruaçu. Conheceu meu pai em Juiz de Fora. Quando ficaram noivos, compraram uma casa numa rua chamada Sampaio. Casaram-se, foram embora. Minha mãe emprestou a casa a um irmão, que era italiano. Depois do falecimento do meu pai, minha mãe terminou voltando para essa casa, onde, praticamente, morreu.

Em um debate na Assembléia Legislativa de Minas, um sujeito começou a me provocar. Eu tinha um paviozinho curto. Hoje, já não tenho. O meu pavio é normal. Posso brincar? Vou contar: o sujeito, um reporterzinho chato, começou a me chatear. Aliás, repórter, comigo, é sempre complicado. Começou: "O senhor não nasceu em Minas!" Perguntei a ele: "Onde é que o senhor nasceu?" E ele: "Nasci no estado do Rio". Eu: "Ah, o senhor nasceu no estado do Rio! O senhor sabe o nome da cidade?" Ele: "Prefiro dizer que nasci aqui, em Belo Horizonte..." "Tudo bem, respeito", eu disse. E ele: "O senhor também não nasceu em Minas..." Respondi: "Não. Dizem que nasci num navio, mas fui registrado, realmente, na Bahia. Não posso mentir. Mas vou lhe dizer uma coisa, moço. Tenho uma diferença muito grande em relação ao senhor. É que eu vim de pinto e de barriga mineira!"

O fato de uma modelo ter sido fotografada ao lado do senhor, numa pose indiscreta, foi o momento mais constrangedor que o senhor viveu como presidente da República?

Aquele foi o momento mais constrangedor. Mas se aquela modelo entrou no camarote, pergunto: eu poderia pôr um espelho embaixo, para verificar se a pessoa estava nua? Não tinha jeito! Não podia fazer. Ou podia pôr um espelhinho? Se soubesse, talvez pusesse, sim, um espelho grande, para ver quem estava

sem calça ou com calça... Mas aquele foi um momento de muito constrangimento. *(Depois de ter desfilado no Sambódromo, no Rio de Janeiro, a modelo Lilian Ramos posou ao lado do presidente vestindo apenas uma camiseta curta sobre o corpo nu – os flagrantes registrados pelos fotógrafos, postados abaixo do camarote, correram o mundo nos dias seguintes.)*

Não sei se ele se recorda, mas fui o primeiro governador de estado a fazer a campanha do então candidato Lula. Logo que assumi o governo, nós o lançamos, em Ouro Preto. Nem candidato ele era. Depois, ao longo do meu mandato de governador, defendi a candidatura do hoje presidente Lula, junto com José Dirceu, a quem quero muito bem. Fui igualmente o único governador que esteve presente ao último comício de Lula, em São Bernardo do Campo, quando ele se debulhou em lágrimas. Também emocionado, deixei as lágrimas caírem, debaixo da chuva. Não sei se o presidente Lula se recorda, mas ele chegou perto de mim e disse: "Itamar, o que é que você quer?" Resolveu me mandar para a embaixada do Brasil na Itália. Pela afetividade, por ligações familiares lá, aceitei, mas com receio exatamente do problema que já tinha acontecido. *(Logo depois de ganhar fama instantânea, em 1995 Lilian Ramos passou a viver justamente em Roma.)* Fiquei bastante preocupado.

A foto da modelo, tirada durante um desfile de carnaval, comprometeu de alguma maneira a imagem presidencial?

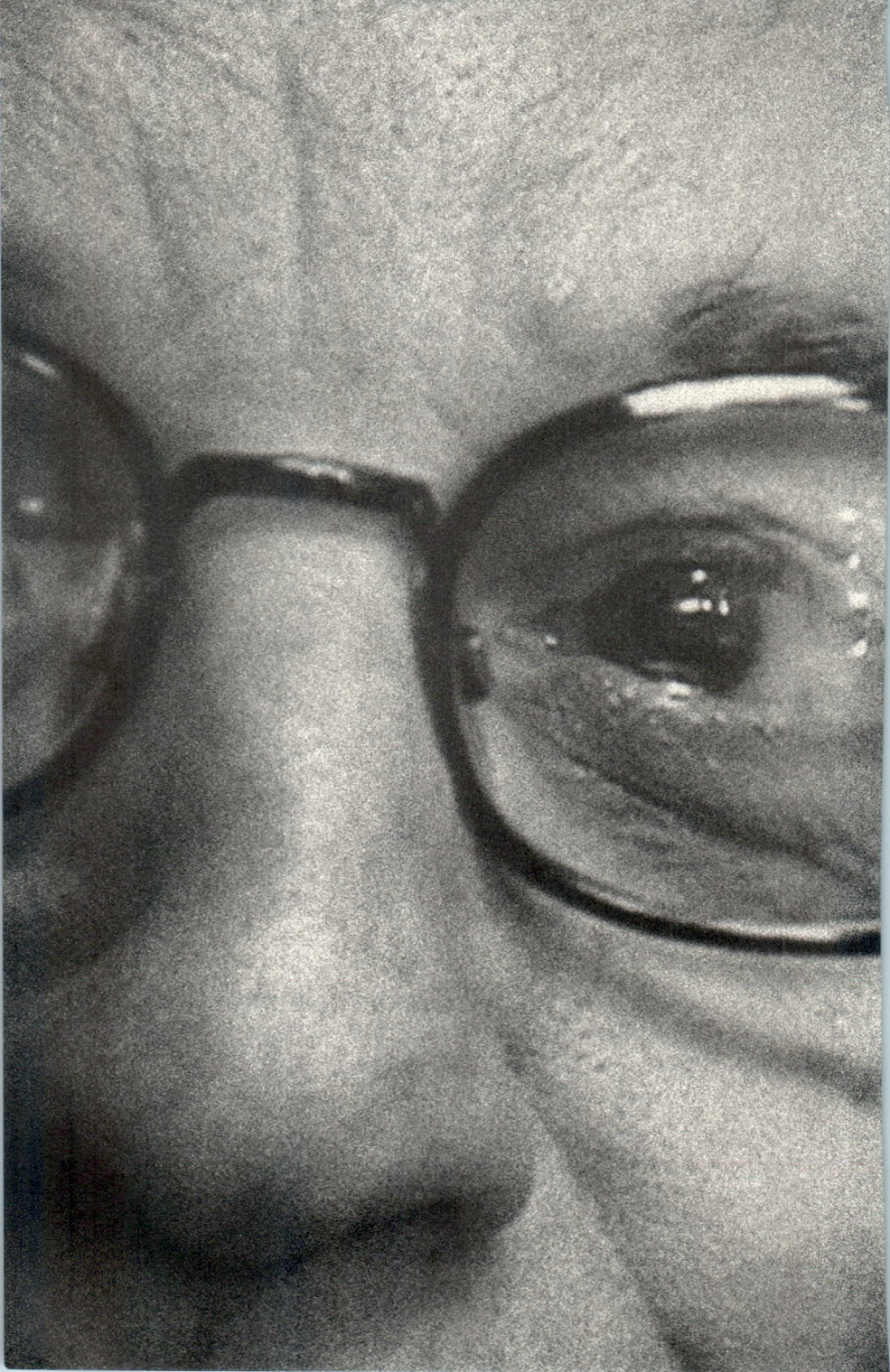
Tenho a impressão de que não, porque eu estava ali inocentemente. Não convidei a modelo para ir ao meu camarote. Como disse, para saber se ela estava de calcinha, eu teria de pôr um espelho por baixo – ou, então, levantar a saia, o que eu não faria. Mas aconteceu de ela estar sem a calcinha. Não se pode ter medo de dizer que ela estava sem calcinha, porque ela estava, sim. É o

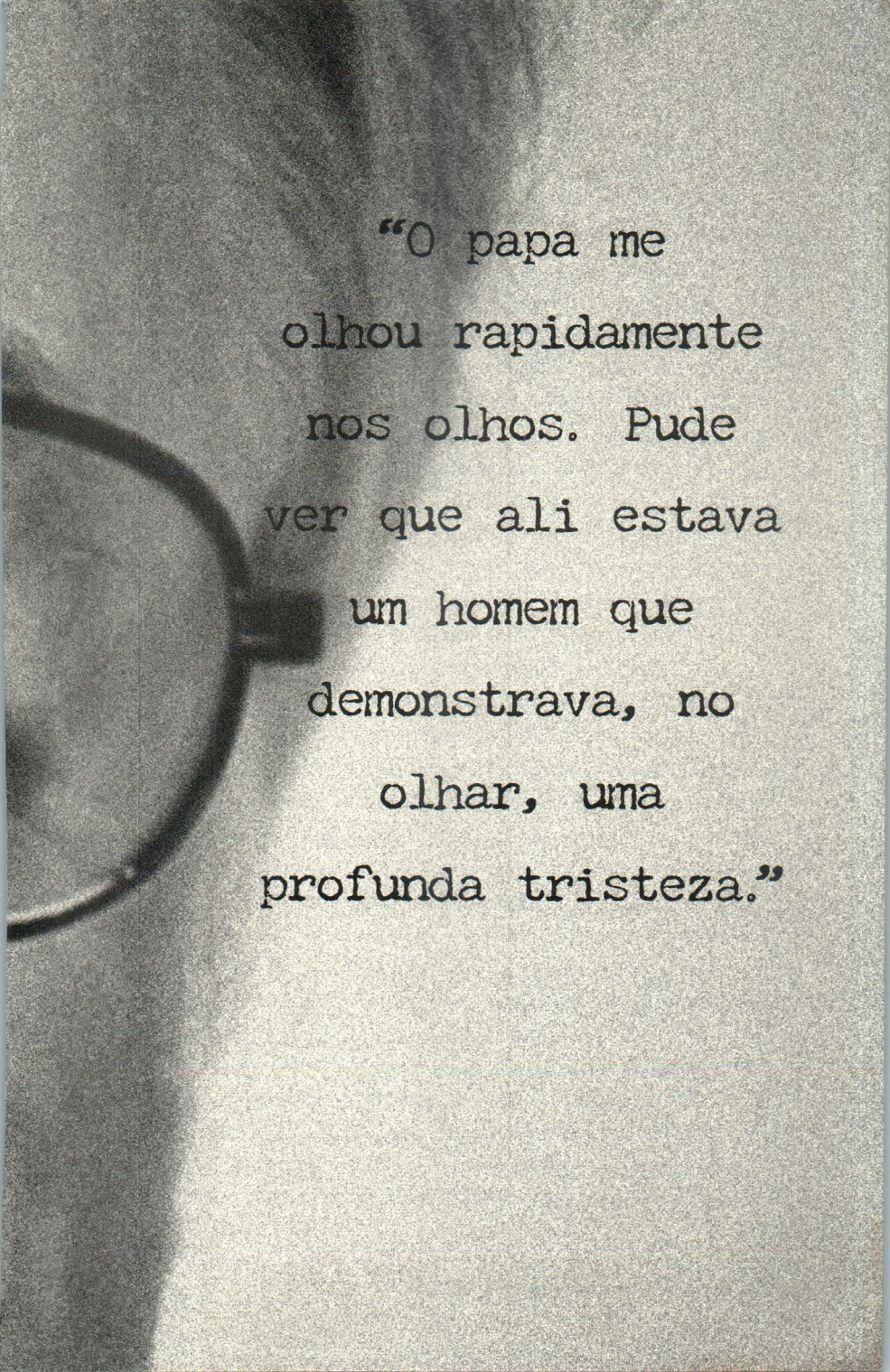
que se verificou, depois. Mas repito que ela não foi convidada por mim. Alguém a colocou lá, alguém que se aproveitou de um descuido qualquer. Meu processo de liberdade, em que não me rodeio de muita segurança e deixo as coisas acontecerem, às vezes pode ser um erro. Alguém introduziu a modelo ali, maldosamente. Afinal, ninguém entra sem roupa num camarote, sobretudo no do presidente da República.

Aquilo causou um constrangimento público ao senhor?
Ah, muito constrangimento público, muito constrangimento...

Porque a foto teve até repercussão internacional...
Teve repercussão internacional. Tentei, depois, dar um telefonema para a modelo. Queria dar o telefonema para chamá-la e enquadrá-la. Tive de usar outro artifício, mas ela entendeu diferente. Terminou gravando o telefonema. O episódio causou um constrangimento internacional. Quem brincou comigo, numa determinada solenidade, foi o rei *(Juan Carlos I)* da Espanha. Havia um quadro. O rei chegou perto de mim e disse: "Meu caro Itamar, eis aí uma coisa de que você gosta..." Nós brincamos, tal a liberdade que ele tinha comigo. Mas aquilo me custou caro – um banzé danado. Eu é que fui prejudicado, porque todo mundo se beneficiou.

Uma reportagem registra que o senhor, na presidência, estava andando, à noite, pelo jardim do palácio. Um sentinela, que não o reconheceu no escuro, teria derrubado o senhor. É verdade?
Não. Mas eu andava muito ali. Ia muito ao cinema sozinho. Namorava uma moça. Os seguranças ficavam alertas. Mas, graças a Deus, nenhum sentinela me derrubou...





"O papa me olhou rapidamente nos olhos. Pude ver que ali estava um homem que demonstrava, no olhar, uma profunda tristeza."

Que personalidade nacional ou estrangeira decepcionou o senhor na presidência?

De personalidade nacional não quero falar, porque eu poderia levantar uma celeuma que não me interessa nesse instante. Entre as personalidades estrangeiras, não me recordo de nenhuma que tenha me decepcionado. Sempre respeitei a personalidade e o modo de dirigir dos governantes. A gente aprende que não se deve interferir na gestão desse ou daquele presidente. Ao contrário. Mas houve duas figuras que me impressionaram. Uma pertence ao campo da religião. Pode-se até discordar da linha que ele seguia. Não quero debater a doutrina social da Igreja. Mas devo dizer que o papa João Paulo II me impressionou. Considero-o um peregrino da paz. Fiquei impressionado com a peregrinação que ele fez por uma paz que, infelizmente, até hoje, no século XXI, não conseguimos.

Hoje, vejo falar das relações entre Brasil e Venezuela. Mas Brasil e Venezuela, em minha época na presidência, estavam de costas um para o outro. Fui o primeiro a visitar o presidente da Venezuela, Rafael Caldeira, depois que ele foi eleito. Vi que ele tinha um amor grande pelo Brasil. Ali, foi possível fazer com que Venezuela e Brasil voltassem a ter amizade. A aproximação foi tão grande que o presidente Rafael Caldeira tornou-se um dos primeiros presidentes a defender a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

São figuras que me impressionaram. O presidente Rafael Caldeira, pela simplicidade, pelo bem querer em relação ao Brasil e por seus desejos democratas. O papa João Paulo II, por ser um peregrino da paz, uma figura notável.

Tive três encontros com o papa. Dois encontros ocorreram aqui no Brasil. Um ocorreu em Roma, quando o presidente Lula me pediu que o representasse no Jubileu do Papa *(em 2003)*. Fui um dos 16 que puderam cumprimentá-lo. O papa já estava doente. A gente

seguia todo o drama pessoal não do papa em si, mas daquela figura humana. Ao me ajoelhar para pegar na mão de João Paulo II e olhar para a face daquele homem, me emocionei bastante. Quando disse que era brasileiro, ele respondeu: "Oh, brasileiro". Olhou-me rapidamente nos olhos. Pude ver que ali estava um homem que claramente demonstrava, no olhar, uma tristeza profunda.

O senhor recebeu alguma ameaça – não divulgada – de atentado?

Se outros receberam, nunca recebi. Graças a Deus, até hoje ando na rua sozinho: nunca sofri nenhuma agressão. O sujeito pode até olhar e achar que não gosta de mim, mas caminho tranqüilo, porque creio que fiz, sobretudo, um governo de paz, que tentou buscar e dar ao País aquilo que o Brasil havia perdido: o ufanismo e o desejo de ser uma grande nação. Não falo da grande nação que buscaríamos ser no cenário mundial, mas de uma nação que fosse destinada, sobretudo socialmente, aos mais pobres e aos mais necessitados. Se não fez tudo, nosso governo criou, pelo menos, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, com Dom Mauro Morelli – um grande passo para que se descobrisse que precisávamos avançar socialmente no campo de combate à pobreza absoluta.

O senhor ocupou praticamente todos os cargos da hierarquia política – de postos municipais até a presidência da República. Ainda sonha em um dia voltar à presidência?

Não. Nunca mais sonhei. Não tenho a veleidade de voltar à presidência. O sonho de voltar à presidência da República não me perturba porque não o tenho. Que a gente possa sempre escolher um presidente que veja os problemas sociais, defenda os interesses nacionais e, sobretudo, mantenha o País em um estado de direito. É o que desejo.

Três ex-presidentes estão escrevendo livros de memórias: José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique. Quando o ex-presidente Itamar Franco vai se animar a escrever suas memórias?

Um dia, um dia. Quem sabe, depois de ler as verdades ou as mentiras que eu possa encontrar nesses livros, eu possa também escrever minhas verdade e minhas mentiras. Porque eu também as tenho. É bom que eles se lembrem.

Quem foi o melhor e quem foi o pior presidente que o Brasil já teve?

Não poderíamos dizer que esse foi o melhor, aquele foi o pior. Cada um teve um aspecto. Vou dar um exemplo: nosso querido Arthur Bernardes *(presidente entre 1922 e 1926)* governou o tempo todo em estado de sítio, por razões da época. Mas o que representou Arthur Bernardes? Nós estamos sentindo agora! Aliás, depois de ter sido presidente, ele teve a grandeza de vir a ser deputado. Bernardes foi o homem que defendeu a Amazônia. Combateu a Hiléia Amazônica. *(Como parlamentar, o ex-presidente Bernardes comandou a reação contra a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, aprovada pela Unesco em 1947.)*

Por incrível que pareça, a idéia surgiu em Paris, na Unesco, com o apoio de embaixador de carreira do Brasil e de 58 nações que defendiam a internacionalização da Amazônia. Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, Arthur Bernardes defendeu a Amazônia. O que nós assistimos agora? O homem que, contra um brasileiro, foi eleito para a Organização Mundial do Comércio, o francês Pascal Lamy, vem me dizer: "Nós temos de olhar a Amazônia..." *(Em maio de 2005, Lamy foi escolhido pelos 148 membros da OMC: venceu o diplomata brasileiro Luiz Felipe de Seixas Corrêa na disputa pela direção geral.)* Dá a entender que a Amazônia deveria ser internacionalizada. Temos de estar, então, atentos ao problema da Amazônia.

Não se pode dizer quem foi o melhor ou o pior presidente. É um engano. Penso diferente: cada um de nós, na verdade, representa a somatória dos que nos antecederam. Posso, por exemplo, avançar. O outro que vier depois avançará mais. A obrigação é avançar mais, fazer mais, corrigir erros. Não é dizer "fui o melhor, fui o pior". Cada um de nós deve dizer: "Fiz minha parte, dentro das condições, dentro da minha realidade, dentro do que me foi possível".

Sejamos bons ou péssimos administradores, o que não podemos perder é a defesa dos interesses nacionais: ninguém, ninguém pode deixar de defender, em um Brasil como o nosso, os interesses do País. Que o povo dê resposta nas urnas aos que não defenderem.

Que lição o senhor aprendeu com o ex-prefeito de Juiz de Fora que mandou instalar um espelho atrás da mesa, para que todo mundo que entrasse na sala para reclamar ficasse olhando para a própria imagem?

Aprendi muito com esse prefeito, não só porque ele instalou o espelho. Costumo dizer o seguinte: a melhor coisa da vida da gente é ser prefeito. Vou dizer por quê: quando estava na Prefeitura de Juiz de Fora, vi como o prefeito tem contato de perto com a população. Quando vê você em uma fila de cinema, o sujeito vem e reclama de um problema: "O senhor tem de dar um jeito!" O outro pede abastecimento de água, o terceiro pede esgoto. O prefeito é, então, um homem que, a todo instante, defronta com a população. Aprendi uma coisa interessante: saber olhar nos olhos das pessoas. A prefeitura é que me ensinou. Posso errar, mas, na maioria das vezes, tenho acertado.

Um antigo prefeito de Juiz de Fora resolveu pôr um espelho no gabinete. Pelo seguinte: naquela época, antes até de 1930, as pes-

soas tinham fácil acesso ao prefeito. O sujeito chegava ao gabinete do prefeito protestando. De repente, quando via a própria imagem refletida no espelho atrás da mesa do prefeito, o cidadão que estava protestando começava a acertar a gravata e puxar o paletó. As mulheres também: começavam logo a puxar o cabelo e até a passar batom. O prefeito aprendeu com aquilo. Deu certo para ele.

Vivi um fato interessante quando fui nomeado para o Serviço de Água e Esgoto da prefeitura, que funcionava em uma salinha de dois metros por dois metros. Como era engenheiro, fui nomeado para o cargo. De repente, escuto uma gritaria na porta do gabinete. Era um grupo de senhoras, algumas jovens, outras, mais velhas. Uma gritaria: "Temos de falar com o engenheiro!" Digo: "Sou eu o engenheiro. O que foi que houve?" E as mulheres: "O homem não fez a obra! Nós avançamos para cima. Íamos bater! O senhor sabe por que não demos nele? Porque ele ficou pelado!" Para não apanhar das mulheres, ele tirou a roupa completamente! Naquela época, ainda se levava susto com homem pelado...

O senhor, que sempre foi um homem muito nacionalista...

(Interrompendo)... Como sou criticado por ser nacionalista! A coisa é braba, a coisa é braba!

Chegou a se incomodar com alguma eventual interferência de governos estrangeiros em assuntos internos do Brasil?

Quero dizer o seguinte: quando fui governador, tive uma luta muito grande – acredito que o povo mineiro vai reconhecer – em defesa da Cemig *(Companhia Energética de Minas Gerais)*. Já haviam vendido a Cemig para a tal firma AES *(grupo norte-americano que assumiu o controle da companhia, em modelo de privatização que foi contestado por Itamar ao assumir o governo de Minas)*. Nem sei se é AES, porque, vai pra lá, vem pra cá, ela mudava de

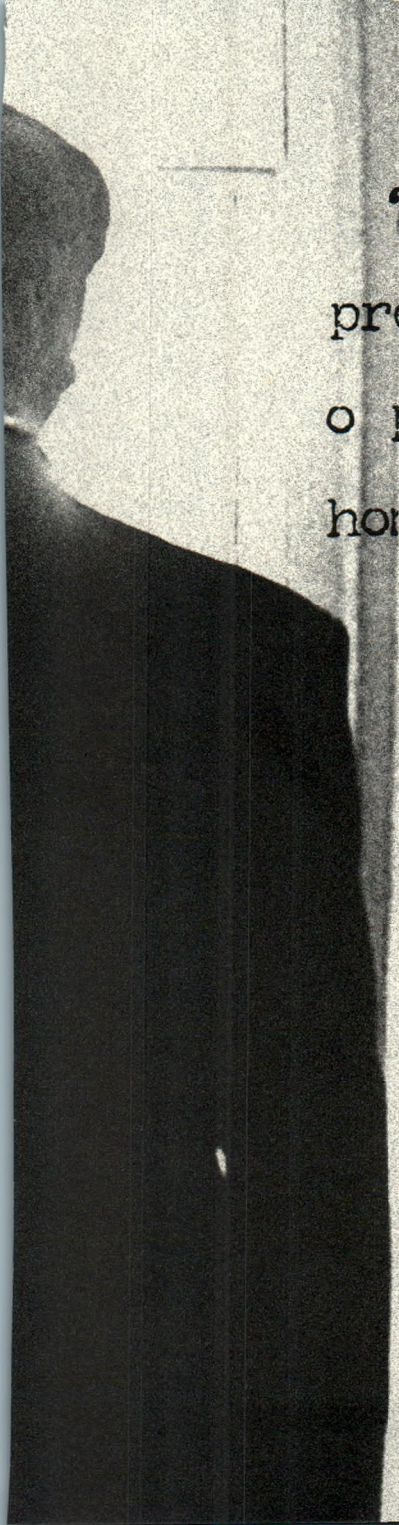
nome. Eu até me surpreendi agora, quando vi a empresa com dificuldades no estado de São Paulo. Quando já não estava no governo de Minas, vi o BNDES *(Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)* favorecer essa AES: não poderia favorecer, porque conhecia os procedimentos adotados. Mas, felizmente, eis aí a Cemig. O governo de Minas pode apoiá-la. Como governador, numa época em que o Brasil não construía usinas, construímos seis.

Tive também a luta de Furnas. De repente, quando eu era governador, ouço: "Vão privatizar Furnas". Falei: "Ah, não vão, não!" Nós não inventamos nada: já estava programado um exercício da Polícia Militar no município de Capitólio. Fizemos um exercício. *(A Polícia Militar mineira fez uma série de manobras às margens da represa, o que foi tido como uma demonstração do fervor "bélico" com que o então governador Itamar Franco se opunha aos planos de privatização da usina.)* O que temos hoje? Furnas bem dirigida pelo engenheiro José Pedro Rodrigues de Oliveira, bela figura, um dos homens que mais conhecem o sistema de energia no Brasil. Furnas é nossa. Mas perdemos várias, perdemos a Usiminas. Nem vou enumerar, para não criar problemas. Mas Furnas, não.

Agora, o que dizem? "É retrógrado, é dinossauro". Posso ser retrógrado, posso ser dinossauro – mas vou morrer feliz sabendo que a Cemig e, sobretudo, essa grande Furnas, estão aí.

Como o senhor definiria o presidente Itamar Franco em uma só palavra?

Em uma só palavra é difícil... Patriota! Um homem que lutou a vida toda pela probidade. Um democrata.



"Em um regime presidencialista, o presidente é um homem solitário."

BIBLIOTECA
SESC
SANTO AMARO

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

1° de janeiro de 1995 a 1° de janeiro de 2003

O professor sobe a rampa do Palácio para encarar as demandas, horrores e grandezas da ilha que paira "a meio milímetro do chão real da América": o Brasil.

SÃO PAULO – Quando a mosca azul do poder o picou pela primeira vez, o professor de sociologia Fernando Henrique Cardoso já começou apostando alto: e se virasse logo senador da República por São Paulo? Virou. Um dos cabos eleitorais da campanha de estréia do professor nos palanques, em 1978, era um metalúrgico barbudo, que começava a chamar a atenção do País como líder operário no ABC paulista – um certo Luiz Inácio Lula da Silva. Fernando Henrique foi o segundo candidato mais votado do partido de oposição ao governo militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o que lhe valeu a vaga de suplente do senador eleito, Franco Montoro. Assumiria a cadeira de senador em 1983, em substituição a Montoro – que se elegera governador de São Paulo nas eleições de novembro de 1982.

Se é tão vaidoso quanto dizem as más línguas, Fernando Henrique deve ter intimamente imaginado o que todo político deseja em segredo: e se tivesse a chance de subir a rampa do Palácio do Planalto com a faixa de presidente no peito? Teve – duas vezes. Candidato à presidência pelo PSDB em 1994, ganhou a eleição no primeiro turno, com 34.364.961 votos (54,27%) contra 17.122.127 (27,04%) do segundo colocado, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Ao tentar a reeleição, em 1998, nova vitória no primeiro turno, com 35.936.540 votos (53,06%) contra 21.475.218 (31,71%) de Lula. Os dois mandatos foram cumpridos com um vice que era modelo de discrição: o pernambucano Marco Maciel (PFL).

O professor que passou a vida acadêmica engendrando teses

sobre a estrutura da economia brasileira teria a chance rara de fazer, no Palácio do Planalto, um curso intensivo de oito anos sobre uma matéria complexa e fascinante: a República Federativa do Brasil. O que fazer para administrar a formidável massa de demandas, diferenças, horrores e grandezas desse território que Caetano Veloso chamou de "ilha Brasil pairando eternamente a meio milímetro do chão real da América"?

O ex-acadêmico cumpriu a tarefa presidencial com um olho na história: teve o cuidado de gravar, quase todo dia, antes de dormir, fitas cassete com tudo o que lhe acontecera no Planalto. As gravações um dia serão franqueadas aos historiadores: é Fernando Henrique Cardoso falando para Fernando Henrique Cardoso. A transcrição das fitas gravadas durante o primeiro mandato já rendeu cerca de quatro mil páginas. É óbvio que um dia se transformarão em matéria-prima para análise do que aconteceu nos oito anos da Era FHC.

A trajetória política do professor foi enriquecida pelo ineditismo em dois pontos. Primeiro: como nota o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, obra monumental produzida pela Fundação Getúlio Vargas, "Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro homem público perseguido pelo regime militar a assumir o cargo de presidente da República do Brasil (...) Com a edição do Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, Fernando Henrique foi um dos 70 professores da USP aposentados compulsoriamente". Segundo: nunca, na história republicana, um presidente eleito pelo voto direto tinha exercido o cargo por dois mandatos consecutivos.

Num gesto igualmente raro entre governantes em pleno exercício do poder, o professor-presidente encontrou tempo para gravar, no Palácio, um longo e consistente depoimento sobre suas idéias políticas. Colhida pelo jornalista Roberto Pompeu de

Toledo, a entrevista rendeu um livro de 366 páginas, *O Presidente Segundo o Sociólogo*, lançado em 1998 pela Companhia das Letras.

(O presidente prevê, no livro, a redefinição do papel dos países: "Assistiremos a uma repactuação. O que tenho a fazer, como presidente, é tentar assegurar para o Brasil um lugar na mesa de negociação [...] Para construir um mundo mais compartilhado, é preciso ter valores mais flexíveis. O Brasil leva uma vantagem nisso. Aquilo que em outras épocas e em outras situações foi nossa fraqueza – o espírito de conciliação e de tolerância – pode vir a ser nossa força. O maior inimigo desse ideal de um mundo de decisões compartilhadas é o fundamentalismo – qualquer que ele seja".)

A aula prática de poder exigiria jogo de cintura diante de situações imprevistas. Um exemplo: o presidente do país mais poderoso do mundo tenta, com habilidade, convencer o presidente do Brasil a se envolver numa encrenca que assola uma nação vizinha. Que resposta dar? E o que dizer a um papa que manifesta preocupação com a militância da ala progressista da Igreja no Brasil? *(O diplomata FHC vai revelar, daqui a pouco, como se desvencilhou dessas duas saias-justas internacionais.)*

São quatro da tarde. Se ainda estivesse no poder, Fernando Henrique Cardoso despontaria agora, lá no fim do corredor, rodeado de seguranças, assessores, áulicos, servos, cortesãos. Mas os oito anos de reinado ficaram para trás. Hoje, para cumprir o papel de respeitável ex-chefe de Estado, ele não precisa ter em volta de si uma ala de zagueiros com crachá, prontos a enxotar repórteres impertinentes ou eleitores ansiosos por lhe entregar uma carta.

O ex-presidente chega sozinho à sala onde será gravada a entrevista, na sede do Instituto Fernando Henrique Cardoso, no Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo. *(O instituto repro-*

duz, no Brasil, uma tradição adotada por presidentes norte-americanos, que, ao deixar a Casa Branca, criam seus museus particulares, abertos a pesquisadores e ao público.) A secretária aparece depois, mas não se intromete nem tenta abreviar o interrogatório. A gravata amarela contrasta com o paletó escuro. A silhueta vai bem, obrigado: vaidoso confesso, FHC aparentemente não ganhou peso depois que desceu pela última vez a rampa do Planalto. Há qualquer coisa de assimétrico no andar do professor. Salvo uma ilusão de ótica, o pé direito parece inclinado para dentro, particularidade que só se manifesta no caminhar.

O poder envelhece, mas a aposentadoria remoça – pelo menos no caso de presidentes brasileiros. Nove entre dez pessoas apostariam que o "Príncipe" da sociologia – como já foi chamado por Glauber Rocha – não chegou aos 70. Mas, em 2005, FHC seguia firme rumo aos 74 anos de idade (nasceu em 1931, no Rio de Janeiro). Desde que recorreu ao bisturi para se livrar de protuberâncias sob os olhos, que lhe davam certo ar de cansaço, o ex-presidente deve saborear a sensação de ver, refletida no espelho, a figura de alguém que aparenta ter cerca de dez anos menos.

Enquanto o cinegrafista e o assistente testam o equipamento, Fernando Henrique aproveita para procurar um livro na estante. Passa os olhos pelas prateleiras. Lá estão armazenadas coletâneas de discursos e pastas que guardam uma infinidade de recortes de jornais sobre os dois mandatos que cumpriu na presidência. A busca não dá resultado. Desapontado, Fernando Henrique desabafa: "A pior coisa do mundo é você ter os seus livros organizados por terceiros..."

Desde que deixou o poder, já perdeu a conta das vezes em que leu, na imprensa, especulações sobre se voltaria afinal a disputar uma eleição. Com uma ponta de satisfação, constata: "Já

estão falando em meu nome para o governador de São Paulo, como se o PSDB não tivesse outros nomes..." Adiante, deixa escapar um comentário venenoso sobre Ciro Gomes, ex-aliado que se transformou em desafeto: "Ciro mente muito..." Faz o comentário com ar de riso.

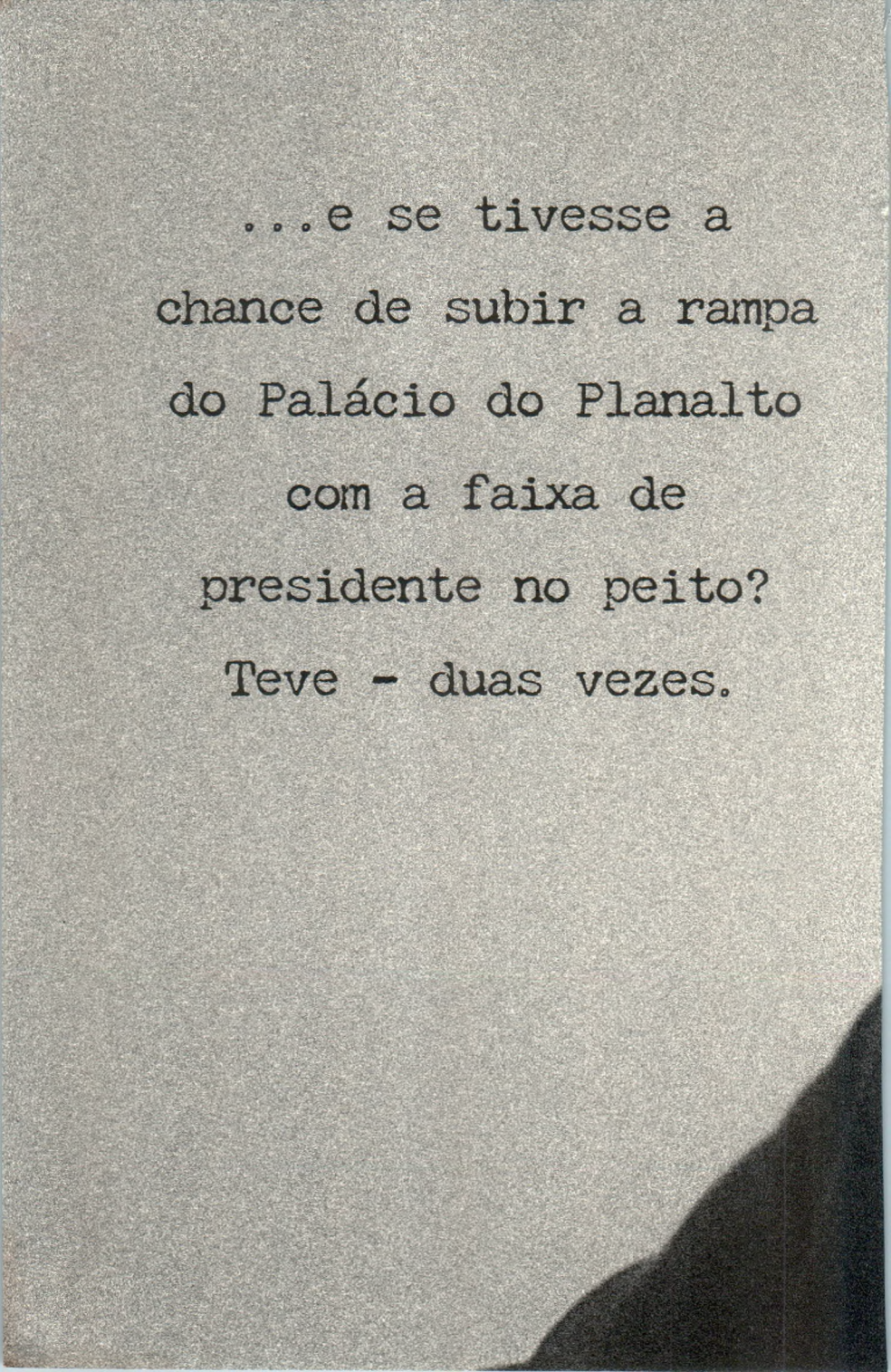
O estilo do ex-presidente não permite alterações no tom de voz. O homem não é de usar expressões fortes. Não faz o "estilo trator". Quando quer se queixar de algo – como, por exemplo, a acidez de críticas feitas por antigos aliados – deixa o fim da frase no ar ou então engole sílabas, apressadamente, como se quisesse se livrar logo do petardo verbal. É a maneira que encontrou para exercer uma pirotecnia retórica: a de dizer sem falar. Recorre a esse artifício para transmitir o incômodo que sentiu ao receber, quando presidente, uma "aula" do chanceler da Alemanha sobre como se comportar diante da Argentina.

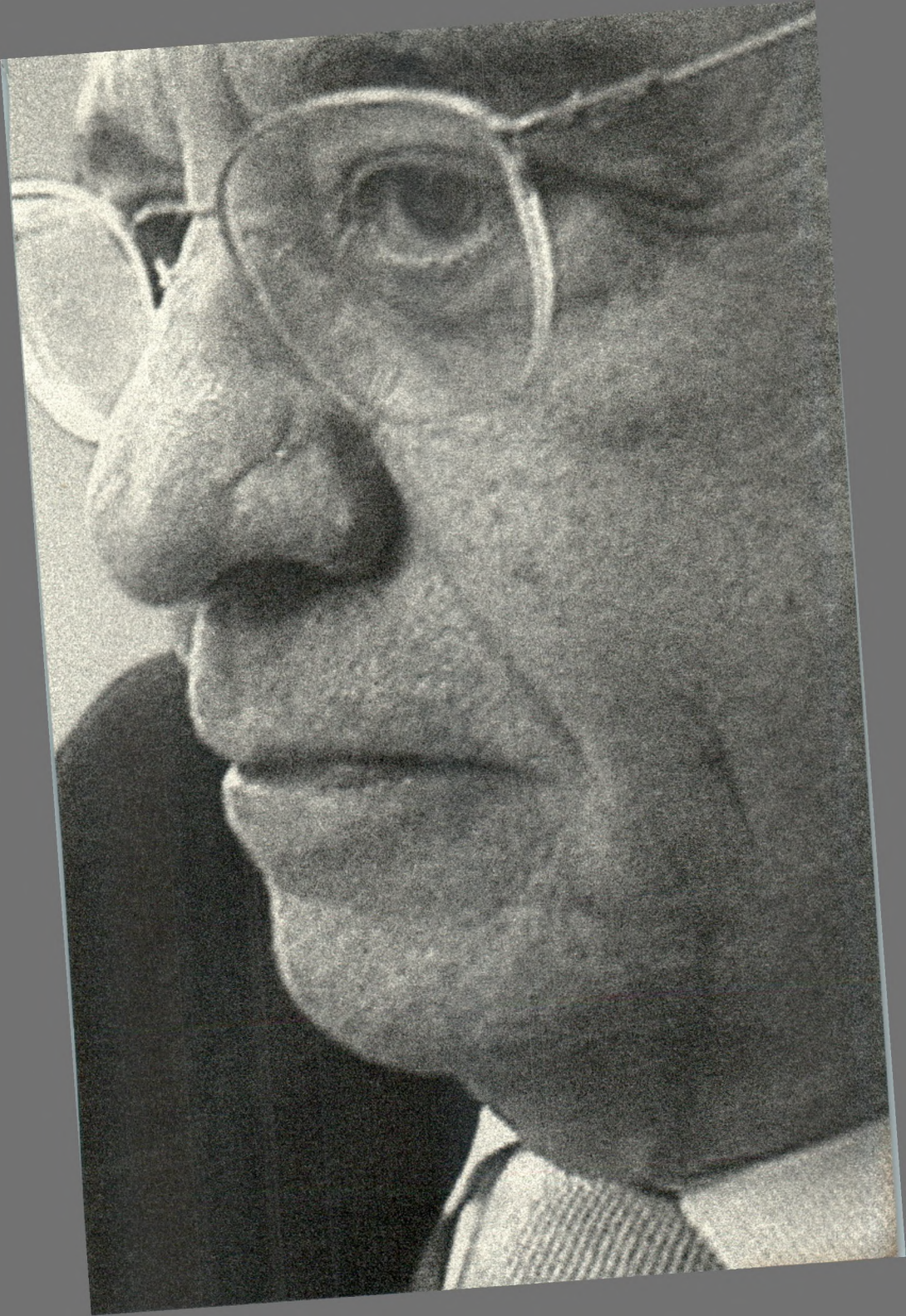
Toma cuidado quando reclama de que teve palavras mal-interpretadas pelo ex-presidente Sarney. Fernando Henrique tinha dito que, no início da retomada democrática, o País assistira ao "butim do Estado", uma espécie de loteamento político da administração pública. "Sarney achou que era contra ele! Não era! Eu lembro bem: eu estava lá!"

O cuidado com as palavras não é suficiente para dissimular um ou outro momento de emoção. Fernando Henrique fica com os olhos marejados ao relembrar o dia em que transmitiu a presidência ao ex-operário Lula. Dois Brasis se encontravam ali, no Palácio do Planalto: o clássico representante da elite intelectual botava a faixa de presidente no peito do migrante nordestino que aportara em São Paulo em busca de um futuro.

Câmara ligada. O professor que por oito anos governou a ilha que paira eternamente "a meio milímetro do chão real da América" vai visitar, agora, o Planeta Memória.

...e se tivesse a
chance de subir a rampa
do Palácio do Planalto
com a faixa de
presidente no peito?
Teve - duas vezes.





Qual foi o comentário mais surpreendente que o senhor ouviu de um dirigente estrangeiro?

Vou contar dois. O primeiro aconteceu na Inglaterra. Nós estávamos na Embaixada do Brasil, num almoço com Margareth Thatcher *(primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990)*. Era a Dama de Ferro. A certa altura, ela me pergunta: "Quando tempo dura o mandato de um presidente no Brasil?" Eu disse: "Quatro anos". Ela riu: *"That's ridiculous! (É ridículo)* Em quatro anos, ninguém faz nada, não é possível". Pensei: meu Deus do céu, será que não dá para fazer nada? Eu estava no começo do mandato.

A outra cena aconteceu com Helmut Kohl, o chanceler, primeiro-ministro da Alemanha. Nós estávamos almoçando em Bonn, no gabinete. O ministro do Exterior, Luiz Felipe Lampreia, estava conosco. Kohl me contou, então, o que tinha feito para resolver a questão da unidade européia. Disse: "Quando eu era jovem, houve a guerra. Tenho um tio que foi morto pelos franceses. Nasci na área de ocupação francesa. Quando andava pela rua, tinha de sair para abrir caminho para os oficiais franceses. Vi que nós, alemães e franceses, íamos continuar nos matando. Tomei a decisão de apoiar fortemente a unidade da Europa. Vocês, no Brasil, têm de fazer o mesmo com a Argentina. Uma coisa: a Alemanha é mais forte do que todos! Então, fizemos a unidade européia. Não vamos deixar que fechem a Europa. Fizemos para abrir. Vocês têm a responsabilidade, vocês têm de fazer o mesmo com a Argentina".

São comentários curiosos, porque Kohl, além de juntar a experiência pessoal que ele vivera com um feito histórico extraordinário, ainda me dá conselho...

O senhor ficou surpreso com o conselho de Helmut Kohl sobre a Argentina?

Fiquei surpreso ao ver como é que um europeu com a experiência de Kohl via o papel do Brasil, aqui. É realmente um papel decisivo.

É verdade que o senhor guarda um pedaço do Muro de Berlim em casa?

Um amigo meu, professor na Alemanha, me deu um pedaço do Muro de Berlim. Eu tinha esse pedaço do muro em cima de minha mesa, no Palácio da Alvorada.

O que o presidente Bill Clinton dizia ao senhor em conversas privadas? O senhor foi convidado a passar um fim de semana em Camp David, a residência de verão do presidente...

Fui a Camp David. O presidente Clinton queria que o Brasil tivesse um papel mais ativo na Colômbia – e até no Oriente Médio. Os americanos gostam que o Brasil tenha um papel mais ativo em casos assim. Mas eu era muito restritivo, sobretudo diante da sugestão de que o Brasil fosse mais ativo na Colômbia, onde há guerrilha. Isso significava, no fundo, presença militar brasileira. O que havia, ali, não era uma insistência de Bill Clinton: era uma conversa em que ele achava que o Brasil poderia ter esse papel.

Conversamos bastante sobre história, também. Clinton sabe muito de história. É um homem de cultura. Impressionou-me muito quando falou sobre a China e sobre a Rússia. Disse-me o seguinte: "A gente deve sempre perguntar a um país como esse: do que é que ele tem medo? Qual é o medo histórico desse país? Qual é a ambição? Por exemplo: a Rússia deve ter medo de ser invadida, porque sofreu invasões várias vezes. Já a China deve ter medo de ser despedaçada pelos chefes da guerra. Deve-se perguntar: qual é a ambição de países assim? São expansionistas? Não são expansionistas?"

O presidente dos Estados Unidos insinua: e se o Brasil se envolvesse na Colômbia?

Além de ser simpático, cativante e brilhante, é também um homem que tem perspectiva histórica. Quem é um estadista, como ele, tem de ter uma visão da história. Não pode ser só o "arroz-com-feijão". Clinton tinha essa "coisa a mais".

O senhor achou, então, que o presidente Bill Clinton esperava que o Brasil tivesse uma presença militar na Colômbia?

Clinton não me disse com essas palavras, mas a verdade era essa. Isso foi antes de os Estados Unidos terem essa presença tão ativa. O que ele disse foi: "O Brasil poderia ter um pouco mais de preocupação..." Mas, nessa matéria, tínhamos uma posição muito mais retraída e muito menos intervencionista.

Que resposta o senhor deu ao presidente Clinton quando ele fez essa insinuação sobre a presença militar do Brasil em território colombiano?

Clinton não falou nesses termos, em "militar". É que havia, na Colômbia, a guerrilha e a droga – a questão mais séria. A resposta que dei foi a seguinte: "Temos no Brasil nossa política antidroga, temos também a Floresta Amazônica, que, de alguma maneira – mas não tanto – nos protege". A polêmica era a seguinte: os Estados Unidos queriam que houvesse um comando único da repressão à droga. O Brasil não quis. Queríamos ter nossa política. O fundo da questão era este.

Qual grande segredo o senhor teve de guardar quando estava no poder mas pode revelar hoje?

Não é um grande segredo. Aconteceu antes de eu estar na presidência: quando estava indo para o Japão, como chanceler do presidente Itamar, passei pelos Estados Unidos, onde o secretário de Estado, Warren Christopher, depois de uma conversa agradá-

vel que teve comigo e com várias pessoas, me disse que precisava me falar em particular: "Ministro, temos informações de que o Brasil vem obtendo material secreto da Rússia para fazer mísseis". Fiquei surpreso! Brinquei na resposta que dei ao secretário de Estado: "Se o Brasil e a Rússia estão fazendo, só se for com financiamento americano, porque estamos em uma crise grande..."

Tempos depois, já como presidente da República, fui informado de que o Brasil tinha, efetivamente, conseguido controlar o sistema de lançamento de satélites – que, na verdade, é o mesmo *(usado para mísseis)*. Era esse o fato. Tomei, então, a seguinte decisão: "Vou anunciar ao mundo que o Brasil dispõe da tecnologia". Combinei com os ministros militares e com o Itamaraty que iríamos propor que o Brasil entrasse para o sistema internacional de controle, que se chama MTCR *(Missile Technology Control Regime, ou Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis)*.

Vim para São Paulo, fui até São José dos Campos, para o lançamento de um avião da Embraer que faz tanto sucesso hoje: o 135 *(ERJ 135)*. Fiz o discurso. Tive, então, uma surpresa: ninguém no Brasil deu importância ao que eu disse! Só quando saiu publicado nos Estados Unidos é que deram importância. De fato, tínhamos nos apoderado da tecnologia para o lançamento de satélites. (O Globo *noticiava no dia seguinte, 19 de agosto de 1995: "Segundo o presidente, o país já domina a tecnologia de foguetes lançadores de satélites e de mísseis, fato que tem gerado especulações sobre o desenvolvimento de um projeto militar paralelo, com o objetivo de fabricar mísseis de longo alcance para transportar armas de destruição em massa.")*

O governo americano estava mais bem informado do que o senhor...

O governo americano sabia! Quando voltei daquela viagem, falei com o presidente Itamar, que também não estava informado

Surpresa:
o secretário de
Estado americano
tinha informações
secretas sobre
o Brasil.

sobre o assunto. Aquilo foi feito com discrição. Era uma coisa boa: um desenvolvimento tecnológico nosso.

Dez anos depois de tomar posse, o que o senhor diz aos críticos que afirmam que a cotação artificial do real diante do dólar foi mantida como estratégia eleitoral entre o primeiro e o segundo mandatos?

Em primeiro lugar, a estratégia foi estabelecida no governo Itamar Franco, no Banco Central, quando Ciro Gomes era ministro da Fazenda (*Ciro Gomes, último ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, ocupou o cargo de 7 de setembro de 1994 a 1º de janeiro de 1995*). Por que a estratégia foi estabelecida? Para segurar a inflação.

Quando eu era candidato, ainda na primeira eleição, em 1994, estive com o presidente Itamar e disse: "Não vai ser possível manter o dólar mais fraco do que o real porque atrapalha a exportação". Era a posição adotada naquele momento, não em função da eleição, mas para segurar a inflação. Depois tentei, anos a fio, o tempo todo, mudar essa política. Era difícil. O Banco Central se opunha porque tinha medo de que uma mudança arrebentasse com o controle da inflação. A crise era essa: não tinha nada a ver com a eleição, portanto. Depois, inventaram que era tudo "populismo cambial". Imagine só. Não tinha nada a ver.

Havia uma dificuldade enorme para mudar a política cambial. Tínhamos medo, porque, naquele tempo, havia indexação. Nosso medo era o de que a inflação voltasse. Aconteceu assim o tempo todo: um diretor querendo mudar a política cambial, outro não querendo – e eu tratando de ver com que pedra jogar. Digo que não houve, absolutamente, uma relação com o objetivo de garantir a eleição. Não foi essa a divisão. A valorização do real na época equivale à de hoje, se descontada a inflação. Você vai dizer: estão fazendo por quê? Para garantir a vitória de Lula? Não: fazem

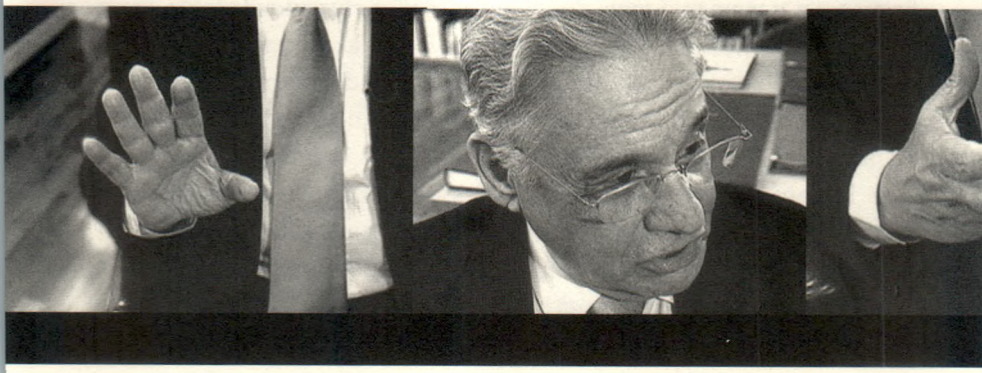
porque têm medo das conseqüências sobre a inflação. O caso de hoje é a taxa de juros; não é a taxa de câmbio.

A demissão do então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, foi o momento mais difícil que o senhor enfrentou?

A demissão foi um desses momentos. Fiz tudo para tentar ver se Gustavo Franco concordava com o projeto de desvalorizar mais depressa a moeda. Mas ele era muito convicto de suas posições. Eu mesmo telefonei para Gustavo Franco, por quem tenho até hoje bastante amizade e respeito. Nesse telefonema, eu disse: "Gustavo, resolvi mudar a política". Era uma sexta-feira. Aconteceu assim. Gustavo Franco comportou-se muito bem. *(O então presidente do Banco Central perdeu o cargo em janeiro de 1999, quando o governo baixou medidas que flexibilizavam a cotação do real.)*

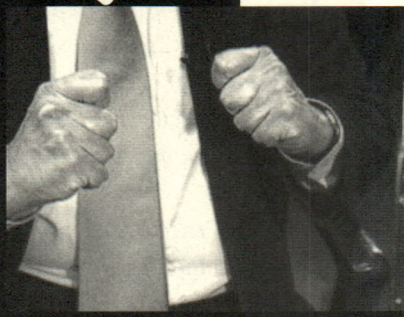
Houve denúncias de que correligionários do senhor teriam negociado votos no Congresso para aprovação da emenda da reeleição. O senhor acha que essa denúncia é uma mancha no governo Fernando Henrique Cardoso?

É uma prática que, infelizmente, existe no Congresso: negociações. O que posso garantir é que nunca houve anuência, nem minha nem dos ministros responsáveis, como Sérgio Motta *(então ministro das Comunicações)*, o alvo da acusação. Que eu saiba, havia acusação de compra de votos, sobretudo contra o pessoal de Paulo Maluf. Que eu me lembre, que eu reconstituí, o que houve foi, no Acre, uma recompra de votos – não por mim, mas pelas práticas locais do Estado. É como dizer: "Você acha que há uma mancha no governo do Lula porque estão fazendo isso ou estão fazendo aquilo?" A mancha é do nosso sistema político, o que é muito grave. Mas não houve, nunca, anuência nem incentivo meu ou do governo nessa direção.



CONSTATAÇÃO

"A fisiologia do Congresso: uma tragédia."



(Em gravações publicadas pela Folha de S.Paulo, *dois deputados federais diziam ter recebido R$ 200 mil para votar a favor da emenda que estabelecia a possibilidade de reeleição para a presidência da República, governos dos Estados e prefeituras. Três outros deputados – também do Acre – teriam igualmente recebido o pagamento. A negociação teria sido feita pelos governadores do Acre e do Amazonas. A Comissão de Sindicância instalada na Câmara recomendou a cassação dos cinco envolvidos. Dois dos acusados renunciaram a seus mandatos. Os outros três terminaram absolvidos no plenário.)*

Críticos dizem que, se o senhor tivesse cumprido só o primeiro mandato, estaria muito menos sujeito a críticas do que com os dois mandatos. O senhor, em algum momento, lamenta ter se empenhado tanto na reeleição?

Não, porque eu estava empenhado não na reeleição, mas em fazer reformas para o Brasil ir para frente. A reeleição foi aprovada em janeiro de 1997. As reformas foram feitas durante 1997 todo e 1998 – e não só as reformas da Previdência, administrativa e da privatização. Durante o segundo mandato, foi feita a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Rede de Proteção Social, o que não tinha sido feito. A idéia era muito mais substantiva: mudar o Brasil. Era o que estava motivando.

Os críticos inventaram depois coisas como o negócio dos votos. Ora, o resultado da aprovação da emenda da reeleição foi por maioria absoluta! O Senado aprovou por mais de dois terços, chegou a 80%. Não precisava comprar votos! A Câmara também aprovou a emenda com mais de 40 votos de diferença. O País queria a reeleição. Todas as pesquisas de opinião eram a favor, todos os editoriais. Os derrotados inventaram e martelaram coisas, como continuam martelando, como desculpa porque achavam que estava errada a emenda. Mas são todos

beneficiários da reeleição. Todos se candidataram em seguida à reeleição.

A negociação de votos, então, aconteceu à revelia do senhor por parte de pessoas simpáticas à reeleição, no Congresso ?

Provavelmente. São dois ou três casos numa massa de gente. É a fisiologia do Congresso. Uma tragédia.

Há encontros entre presidentes e autoridades que ocorrem sem testemunhas. O que o papa João Paulo II, por exemplo, disse ao senhor num desses encontros reservados?

É interessante: estive algumas vezes com o papa João Paulo II. Um dos encontros foi em Roma. Durante a conversa, o papa falava em português. Eu até mudava de idioma para ver se ele se sentia mais motivado e mais à vontade. Mas ele voltava ao português.

O papa me perguntou – muito – sobre o MST (*Movimento dos Sem Terra*), sobre a Igreja e sobre a reforma agrária. Fez as perguntas até com uma certa preocupação sobre o fato de que estavam exagerando. Eu, então, fiz a defesa. Quando cheguei ao Brasil, no entanto, vi o oposto: disseram que eu tinha ido falar mal desses movimentos ao papa. Não! Eu fiz a defesa! Eu me lembro de que eu disse ao papa João Paulo II: "O senhor sabe, é verdade, há padres que exageram. Mas é compreensível. São, às vezes, padres estrangeiros que, ao chegar ao Brasil, vêem pobreza e miséria. Querem ir depressa".

Nunca desmenti o que eu vi na imprensa: aqui e ali, notícias de que eu tinha me queixado ao papa. Não me queixei de nada! Ouvi, sim, reparos do papa a exageros cometidos. João Paulo II, na verdade, tinha a informação de que estávamos fazendo, no Brasil, um processo razoável de reforma agrária. Nesse aspecto, o governo Lula me ajuda, porque não consegue fazer o que fiz.

BIBLIOTECA SESC SANTO AMARO

O que fez o senhor chorar no palácio?

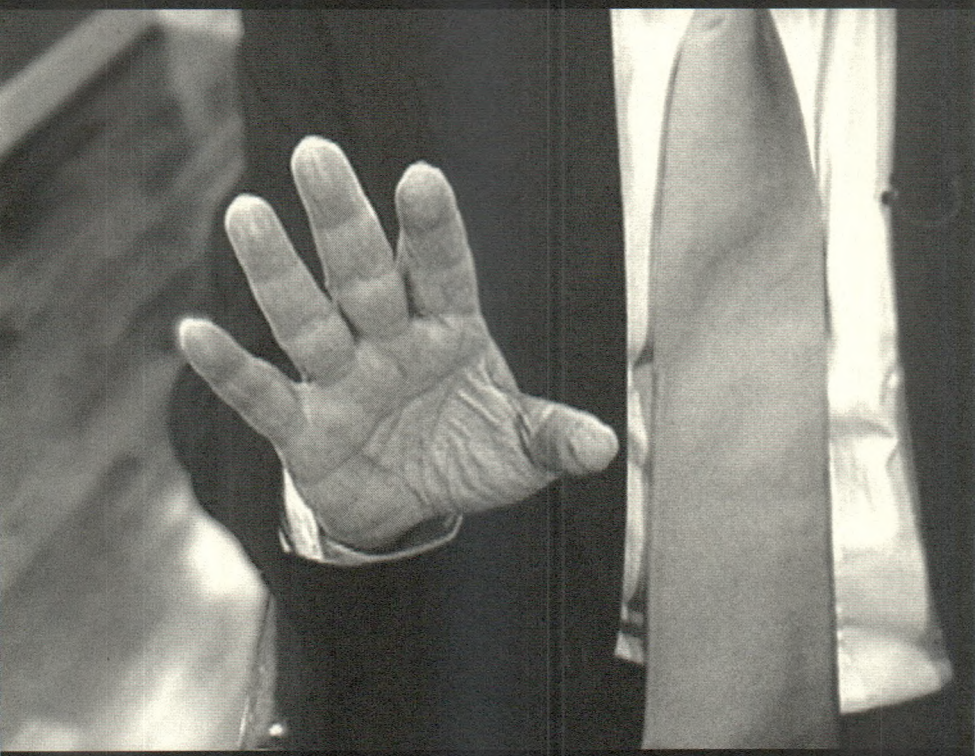
Chorei no palácio com a morte do Sérgio Motta *(em 19 de abril de 1998, vítima de problemas pulmonares)*, uma coisa dramática. Não sou muito de chorar. Mas fiquei emocionado em várias ocasiões. Pode parecer até um pouco bizarro, mas me emocionei quando os campeões do mundo voltaram para o Brasil *(depois da conquista do pentacampeonato mundial de futebol na Copa de 2002)*. Coisas assim provocam na gente uma forte sensação de Brasil e produzem emoção.

Devo dizer que fiquei muito emocionado quando passei a faixa presidencial para Lula. A emoção foi perceptível. Meus óculos caíram, Lula pegou. Por que fiquei emocionado? Porque, bem ou mal, nós "nascemos" em um mesmo momento, o da redemocratização do Brasil. Nós nos conhecemos há tanto tempo. Não era fácil ver uma pessoa com a história do Lula, um trabalhador, chegar à presidência. Aquilo me emocionou porque era bonito.

Quando chegou o momento da despedida, quem chorou foi Lula. Quando nos abraçamos no elevador, ele me disse uma frase que me emocionou: "Você deixa aqui um amigo". Numa vida de tanta luta, em que a gente briga um com o outro – e às vezes até diz palavras mais duras –, sobra o ser humano. Isso eu acho que emociona.

O que o senhor disse a Lula no momento em que passou a faixa?

Naquele momento eu não disse nada, porque a emoção era forte. Eu lembro que, quando fui tirar a faixa, meus óculos caíram. Lula se abaixou, pegou meus óculos. Nós nos abraçamos. Eu então levantei o braço de Lula. A multidão estava ali... Aquilo me deu uma sensação muito forte de Brasil: "Isso aqui vai para frente, continua". Vivemos ali um momento importante.



O presidente murmura, assustado: "Meu Deus, tantos anos para controlar a inflação. De repente, pode ir tudo por água abaixo".

Qual foi o momento mais dramático que o senhor viveu na presidência?

Há dois tipos de dramaticidade forte para um presidente. Um é quando você vê que tudo o que fez pelo País – e tudo o que o País fez – de repente pode explodir. Tive esse sentimento quando houve a crise das Bolsas, em 1999. Eu disse: "Meu Deus do céu, tantos anos para colocar de pé essa economia e controlar a inflação... De repente, pode ir tudo por água abaixo". É um sentimento terrível, porque você depende de terceiros – que não pode controlar. Já sob um ponto de vista pessoal, o mais duro, para um presidente, no plano político, é o momento em que ele precisa demitir alguém de quem gosta, numa situação em que não há alternativa. Por algum fato político, o presidente tem de demitir. É tremendo.

Quem foi?

O caso mais difícil para mim foi o da demissão de Clóvis Carvalho. Era o chefe da Casa Civil; tinha ido para o ministério do Desenvolvimento e Indústria. De repente, por uma infelicidade, a mídia colocou um choque entre ele e o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Eu tinha de apoiar a política financeira. Clóvis era um sujeito excepcional. Tive de chamá-lo, eu mesmo: "Clóvis, não dá mais..." *(Em discurso pronunciado durante um seminário, em Brasília, Clóvis Carvalho fez críticas à política econômica de Pedro Malan: "Ajustes não podem ser entendidos como camisa-de-força para iniciativas voltadas ao desenvolvimento. O excesso de cautela, a essas alturas, será o outro nome para covardia". Terminou saindo do governo.)*

Isso aconteceu não só com Clóvis, mas com outros. São coisas difíceis, que você tem de fazer. Nessa hora, você vê que o presidente da República tem de pensar é no País. Não pode ter outras considerações. Por sorte, minha família, meus filhos, não me

deram problemas. Porque há casos em que os presidentes têm problemas dessa natureza.

O senhor recebeu alguma ameaça de atentado quando estava na presidência?

Que eu saiba, não. Pode ser que tenha havido, mas não me transmitiram. Um lado bom do Brasil é este: não existe a sensação política de que você corre perigo. O que pode haver é manifestação, como agora fazem com o presidente Lula e faziam comigo também. Mas a manifestação é de grupos organizados. A população não faz. Goste ou não goste, é uma população polida, educada.

Não há a sensação de que você pode ser assassinado ou pode sofrer um atentado. Nunca houve na nossa história. Parece que houve contra Costa e Silva, mas era um momento de muita tensão e de guerrilha. Nenhum presidente teve atentado.

(Fernando Henrique se refere ao atentado de 25 de julho de 1965, contra o marechal Arthur da Costa e Silva – que viria a ocupar a presidência em março de 1967. Militantes da Ação Popular, grupo clandestino que combatia o governo militar, explodiram uma bomba no Aeroporto Internacional dos Guararapes, no Recife. O atentado matou o vice-almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista e poeta Édson Régis, secretário do governo de Pernambuco. O marechal escapou do atentado porque uma pane no avião o obrigou a viajar de carro entre João Pessoa e Recife.)

O senhor alimenta algum tipo de dúvida sobre as circunstâncias da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek?

Não. É normal que exista uma fixação sobre o acidente. Afinal, Juscelino era um homem que teve presença positiva no Brasil. Mas eu acho que o que aconteceu foi um acidente mesmo.

Qual foi o pedido mais estapafúrdio que o senhor ouviu quando era presidente da República?

Não sei se eram estapafúrdios, mas os pedidos que o presidente ouve são sempre da mesma natureza. O que as pessoas querem? É dramático: querem coisas simples. Querem emprego para o filho, querem ajuda na saúde, querem dinheiro. Você pode dizer "ah, não!", mas eu não via com esses olhos. Como sou sociólogo, fiz muita pesquisa, tive contatos. Diziam, aliás, que eu não tinha contato com o povo. Conversa! Desde jovem, vivia fazendo pesquisa em favela. Fiz trabalho sobre negros no Brasil, os mais pobres. Tenho, então, uma certa empatia.

Falavam-me coisas que não são estapafúrdias. Podem parecer estapafúrdias à primeira vista, mas não são. O problema é que a angústia é grande, a necessidade é grande. Cria-se, então, um sentimento que existe no Brasil: o de que o presidente pode tudo. É terrível: o sujeito me pede, me dá uma carta. Quando chegam perto de você, as pessoas que podem pedir já vêm com uma cartinha. Tenho centenas de milhares. Pode olhar: as cartinhas são sempre a mesma coisa. Vêm de um povo angustiado: "Meu Deus, se esse homem não pode me ajudar, só Deus pode..." Acontece que não é bem assim. Deus talvez possa, mas o presidente não pode, porque não tem os instrumentos para tanto.

O senhor, em algum momento, pensou em renunciar à presidência?

Nunca. Pensei em desistir da candidatura a presidente, em torno do mês de maio de 1994. Depois que saí do ministério da Fazenda para ser candidato, vi que as pesquisas não reagiam. *(Depois de ocupar o ministério da Fazenda de maio de 1993 a abril de 1994, Fernando Henrique foi lançado candidato à presidente da República pelo PSDB.)*

Os meus amigos estavam todos já procurando outros caminhos. Eu, então, disse: "Meu Deus do céu, por que é que vou entrar nessa?" Custei a aceitar a idéia de ser candidato. Eu queria fazer o Plano Real até o fim. Terminei me convencendo de que teria de ser candidato porque, se não fosse, o presidente Itamar não teria nenhum candidato. O Plano Real, então, não iria sair. *(Fernando Henrique tinha participado da elaboração das novas medidas econômicas, mas não era ministro da Fazenda quando o Plano Real foi anunciado, em 30 de junho de 1994. A candidatura de Fernando Henrique à sucessão de Itamar Franco representava a garantia da continuidade do Plano Real nos anos seguintes, o que acabou acontecendo.)*

Topei a candidatura. Mas antes tentamos outros nomes. Tentamos Lula, tentamos Antônio Brito *(deputado do PSDB, elegeu-se governador do Rio Grande do Sul nas eleições de 1994)*, tentamos vários: não funcionou. Fui, então, candidato. Depois de eleito presidente, nunca pensei em renunciar. Porque acho que existe uma obrigação: se você pediu voto ao povo, se o povo deu o voto, você tem de ficar e agüentar firme. É difícil, pode não dar certo – mas é obrigação! Nunca passou pela minha cabeça, portanto, a idéia de renúncia.

Juscelino Kubitschek manteve em segredo o enfarte que sofreu na presidência. Que problema de saúde o senhor preferiu esconder?

Meu? Nenhum! Porque eu não tinha. O pessoal é que inventava. Eu tinha, na verdade, um problema de dor nas costas, provocada por uma hérnia de disco. Mas com a natação regular, no Palácio da Alvorada, o problema desapareceu. Como caminho mal, diziam: "Está puxando da perna". Podia ser verdade, às vezes, mas geralmente não era. Durante os anos em que estive na presidência, não tive nada sério: somente uma ou outra indigestão. Não escondi absolutamente nada.

Uma curiosidade histórica: qual foi o primeiro presidente da República que o senhor viu pessoalmente? Que impressão ele deixou?

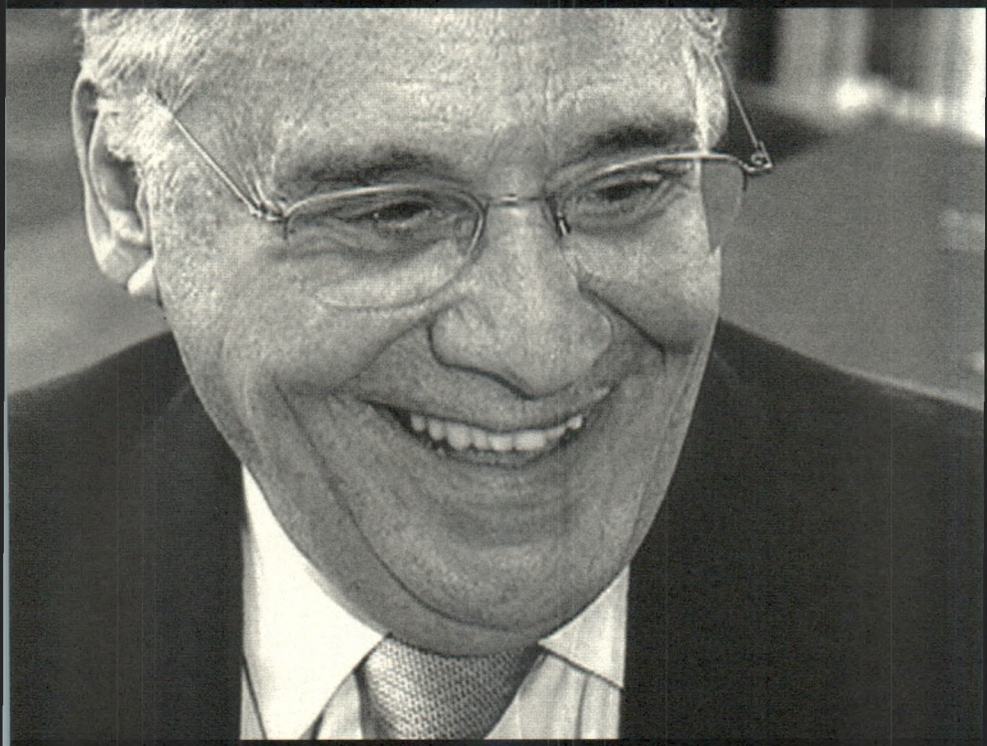
O primeiro presidente que vi foi Getúlio Vargas. Eu era menino. Cheguei a vê-lo depois. Getúlio sempre deixava uma impressão positiva.

O senhor viu Getúlio Vargas em comícios?

Minha família era muito ligada a Getúlio. O chefe da Casa Militar de Getúlio Vargas era um primo meu, que, depois, foi ministro da Guerra. Meu pai foi deputado. Minha família, portanto, tinha bastante proximidade com Getúlio Vargas. *(O general Leônidas Fernandes Cardoso, pai de Fernando Henrique, foi deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, entre 1955 e 1959. O tio, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, foi ministro da Guerra entre 1932 e 1933. O primo, Ciro do Espírito Santo Cardoso, ocupou o ministério da Guerra de 1952 a 1954, no segundo governo de Getúlio Vargas.)*

Quando, numa dessas ocasiões, vi Getúlio Vargas num palanque, no Rio de Janeiro, fiquei entusiasmado. Getúlio, na verdade, era uma figura simpática, mas distante. Curiosamente, é chamado de populista. Mas não era populista nos modos. Sempre foi um homem muito elegante. Usava uma linguagem culta. Os discursos que ele fazia eram lidos.

Que eu me lembre, Getúlio Vargas foi o primeiro presidente que vi. Depois, conheci Jânio Quadros, quando ele era vereador. Quando meu pai foi deputado, Jânio era governador de São Paulo. Só vi Juscelino quando ele já não era presidente. Dos presidentes militares, vi Figueiredo, quando ele estava na presidência.



Getúlio Vargas:
"Uma figura simpática, mas distante. Não era populista nos modos. Sempre foi elegante."

O senhor chegou a ter um encontro com ele?

Não tive um encontro. O que aconteceu foi o seguinte: quando o então presidente do México veio ao Brasil, eu era senador. O Itamaraty sempre convida alguém da oposição para a recepção. Fui. Quando eu estava para me sentar à mesa do Itamaraty, veio o ajudante-de-ordens dizer que o presidente queria me conhecer. Figueiredo estava de pé, naquele salão grande. Queria me conhecer por quê? Porque o pai de Figueiredo e o meu pai foram amigos: os dois eram militares. Nossa conversa foi só essa.

Eu ainda disse a ele: "Presidente, moro em São Paulo, no Morumbi, numa rua que tem o nome do seu pai. Quem pôs a placa lá fui eu!" A conversa foi assim, sobre coisas de militar. Logo depois, saiu na imprensa que eu tinha falado isso e aquilo com Figueiredo. Falei nada! Falei o que eu estou contando aqui. A *Manchete* publicou uma crônica sobre o encontro de um oposicionista com o presidente da República.

Enquanto eu estava na presidência, conheci Geisel. Convidei-o para almoçar no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Logo no início do mandato, convidei o ministro da Fazenda de Geisel, Mário Henrique Simonsen, para tomar café. Os outros não conheci.

Qual foi a operação mais complicada que o senhor fez, na presidência, para fugir da imprensa ou para despistar os repórteres?

Uma das minhas filhas fez uma operação aqui em São Paulo. Eu queria visitá-la, mas não queria expô-la à imprensa. Fizemos o seguinte: deixamos a bandeira do palácio hasteada, como se eu estivesse lá, mas saí pelo outro lado. Tomei o avião, vim a São Paulo. Só descobriram depois, mas não naquele dia, nem no dia seguinte. A operação teve sucesso. Mas não é fácil.

O senhor pensou em fazer o sucessor, é claro. Independentemente da campanha de José Serra, quem o senhor intimamente sonhou em ver subindo a rampa do Planalto como sucessor?

É difícil responder porque a sucessão não depende só de você: os candidatos é que vão se fazendo. Para dizer a verdade, no final, havia dois candidatos: Tasso Jereissati e José Serra. Eu tinha dificuldades de opção – não sob aspectos pessoais, mas em termos de quem poderia ganhar, quem somaria mais força. É questão política, não é pessoal. Qualquer um dos dois seria um sucessor bastante competente. Tinham características diferentes, mas eram bastante competentes.

Todo mundo falava de Luís Eduardo Magalhães *(deputado federal do PFL, presidente da Câmara dos Deputados, morto de enfarte aos 43 anos, em 1997)*, no início do meu governo. Eu gostava muito de Luís Eduardo, mas não achei, nunca, que ele fosse meu sucessor, não só porque ele era de outro partido, mas também porque ele teria ainda de fazer uma caminhada muito maior para chegar à presidência – não tinha sido governador nem nada. Eu também não tinha certeza sobre se o estilo de política de Luís Eduardo era para campanhas majoritárias. Já Serra e Tasso, não. Fiz campanha com Tasso no Ceará. Vi como Tasso tinha facilidade de eletrizar. Serra tinha uma pugnacidade forte, uma trajetória. Não pensei em ninguém, além desses dois.

De todas as críticas que lhe foram feitas por políticos e jornalistas, qual foi a que mais magoou ou irritou o senhor?

A crítica que magoa é a de gente que foi amiga, mas que passa, por razões da história, para outro partido e começa a atacar, no plano pessoal. Isso é que magoa. Não vou citar nomes. Crítica assim magoa pelo seguinte: meu Deus do céu, pode ser contra

"Sou sabidamente econômico. Tinha mania de apagar luzes no palácio."

mim, pode ser contra a minha política, mas uma pessoa que me conhece dizer coisas assim...

Toda vez que uma crítica vai para o lado do julgamento das intenções me irrita: "Fez isso porque queria aquilo". O autor da crítica não é psicanalista, não é padre confessor – como é, então, que vai saber de minha intenção? Se, às vezes, nem a gente sabe, como é que ele vai saber? O julgamento de intenções é muito comum.

Eu estava lendo uma declaração do presidente Lula: "Faltou coragem a Fernando Henrique. Faltou autoridade moral". Por que "faltou coragem"? O que é que ele sabe? "Faltou coragem para cumprir o que prometeu." Não, não é que tenha faltado coragem. São as condições. Nesse caso do Lula, a crítica não me magoou porque ele estava no outro partido. Mas me irrita o julgamento de intenções. Há jornalistas que têm essa mania: atribuem a intenção a você. Mas por quê? Seja objetivo: fez isso, a conseqüência é esta. Agora, por quê? Sabe Deus...

Dizem que a primeira impressão é a que fica. Qual foi a personalidade que, de início, lhe causou má impressão, mas que, depois, se recuperou?

Talvez José Maria Aznar *(primeiro-ministro espanhol de 1996 a 2004)*. Por quê? Eu tinha ligação com Felipe González *(líder do Partido Socialista Operário Espanhol, PSOE, premiê da Espanha de 1982 a 1996)*. Aznar veio ao Brasil antes de ser escolhido primeiro-ministro. Visitou-me no palácio. Pensei: "Meu Deus, ele não vai ser primeiro-ministro, não vai ganhar a eleição". Não parecia ter uma presença capaz de levá-lo a esse posto. Pois bem: Aznar não apenas foi primeiro-ministro como fez uma porção de coisas. Teve um final de governo difícil, porque perdeu a sucessão, mas, enquanto esteve no poder, cumpriu de uma maneira extraordinária, em relação ao Brasil, tudo o que disse que iria fazer: aju-

dou. Devo dizer que, no começo, errei no meu julgamento. A gente não deve, portanto, ir pela primeira impressão.

Com que personalidade o senhor teve uma conversa que ficou inteiramente em segredo até hoje?

Conversa com chefes de estado é um pouco mais difícil, porque há sempre alguém que toma nota. Afinal, estão ali dois chefes de Estado. Não é o que aconteceu no caso do encontro com Bill Clinton em Camp David, porque, ali, estávamos só nós. Era uma situação pessoal. Também tive conversas com Jacques Chirac e com Tony Blair. Passei um fim de semana com Tony Blair, na casa de campo do primeiro-ministro. Lá estávamos apenas eu, Ruth, Blair e Cherie, os dois casais. Bill Clinton veio jantar, mas não ficou. Já não era presidente. Tive no dia seguinte uma conversa com Blair – só eu e ele. O assunto foi o Iraque. Conversas assim, diretas, pessoais, não devem ser reproduzidas.

Nessas conversas pessoais do senhor com Tony Blair, ele chegou a citar a possibilidade de envolver o Brasil na questão do Iraque?

O encontro foi antes da guerra. Não houve nenhuma pressão nesse sentido.

O senhor disse a um amigo que, depois de oito anos, teve de se acostumar a abrir portas novamente, coisa que presidente não faz. Sinceramente: qual é a maior delícia e o maior tormento na vida de um presidente da República?

Primeiro, deixe-me corrigir. Sempre abri porta. Aliás, além de abrir porta, sempre apaguei a luz. Eu tinha mania de apagar luz no palácio, para economizar luz. Sou, sabidamente, econômico.

O problema era guiar automóvel. Quando eu era ministro, guiava meu carro. Depois, não, porque presidente não pode guiar.

E se atropela alguém? E se provoca um acidente? Não há como guiar carro, portanto. Mas, agora, no carnaval, guiei: fui para minha chácara, em Ibiúna *(interior de São Paulo)*. Ruth disse: "Você não sabe mais guiar..." Guiei.

Guiar um automóvel é como andar de bicicleta: aprendeu, é para toda a vida. Mas você fica com medo de desaprender. Sou bastante simples pessoalmente: gosto de fazer as coisas. Por exemplo, gosto de fazer minha mala. Não são terceiros que fazem. Faço as coisas: não fico dependendo – nem quando estava na presidência. Aliás, não gosto de ficar cercado. O problema é que presidente vive cercado: uma coisa que me aborrece é estar com gente ao redor. Quando é para conversar, é bom. Mas segurança é um negócio que, francamente...

Se o senhor tivesse de definir o presidente Fernando Henrique Cardoso numa palavra só, que palavra seria essa?

Trabalhador.

Eu me esforcei. A gente às vezes não acerta, às vezes não dá certo – mas trabalhei. Eu lia tudo, trabalhava, me ocupava. Há os que pensam que não vou ao detalhe porque, pelo meu jeito, tenho um estilo mais "carioca", mais "folgado". Mas se iludem. Procuro dar sempre a impressão de que não estou cansado ou de que o trabalho não é pesado para mim e não custa nada. Acontece que trabalho muito, trabalhei muito. Isso eu fiz! O resto, os outros é que têm que julgar. Mas sei que trabalhei.

O senhor juraria com a mão sobre a Bíblia que não será candidato a um terceiro mandato? Ou prefere entregar o futuro a Deus?

Sempre entrego tudo a Deus. Vou lhe dizer o seguinte: não faz sentido ficar cogitando um terceiro mandato. Já tive dois mandatos. É o bastante. Em segundo lugar, o tempo passa, a

gente vai ficando com menos energia – e até com menos vontade de fazer coisas. Se o PSDB não tivesse alternativas... Mas o partido tem excelentes alternativas. Isso fica fora da minha cogitação. Por que, então, dizer "jura sobre a Bíblia"? Se juro, vão dizer "Ah, é porque não acredita em Deus..."

Acredito e entrego a Deus – em vez de jurar que não vou ser.

Há, então, uma possibilidade?

Não há nenhuma. Não quero, não estou me preparando para candidatura, não acho que tenha a necessidade, vou apoiar outros candidatos do meu partido. Não é algo que esteja no meu horizonte.

O senhor foi o primeiro presidente a cumprir dois mandatos num regime democrático no Brasil. Como o senhor acha que será visto nos livros de história daqui a cem anos?

Mas será que serei visto? Daqui a cem anos, quem vai sobrar? Não sei. Além de tudo, a história é algo curioso, porque não depende tanto do que você fez. Tudo depende do seguinte: se o que você fez terá ou não terá sentido daqui a cem anos.

Você pode ter feito coisas que, no momento em que foram realizadas, tiveram grande importância, mas daqui a cem anos alguém poderá dizer "O que é?" – e não é nada. Como tenho uma certa noção da história, não fico preocupado com questões assim. Depois que eu morrer, podem ser cem, vinte, dez anos: também não faz tanto sentido para mim.

O que faz sentido para mim é o que eu disse aqui: trabalhei. Sou democrata. Isso sou. Trabalhei, tenho afinco, tentei melhorar a situação do povo brasileiro. Tentei! Se consegui, vai se ver, com o tempo. O que você precisa ter é a convicção íntima de que vem fazendo. Mas é melhor não ficar preocupado com o que os

outros vão julgar, porque, senão, você não dorme. O bom é dormir – e acordar – com o sentimento de que você é útil. Se ficar pensando "tudo o que fiz não serviu para nada", você pode ficar angustiado.

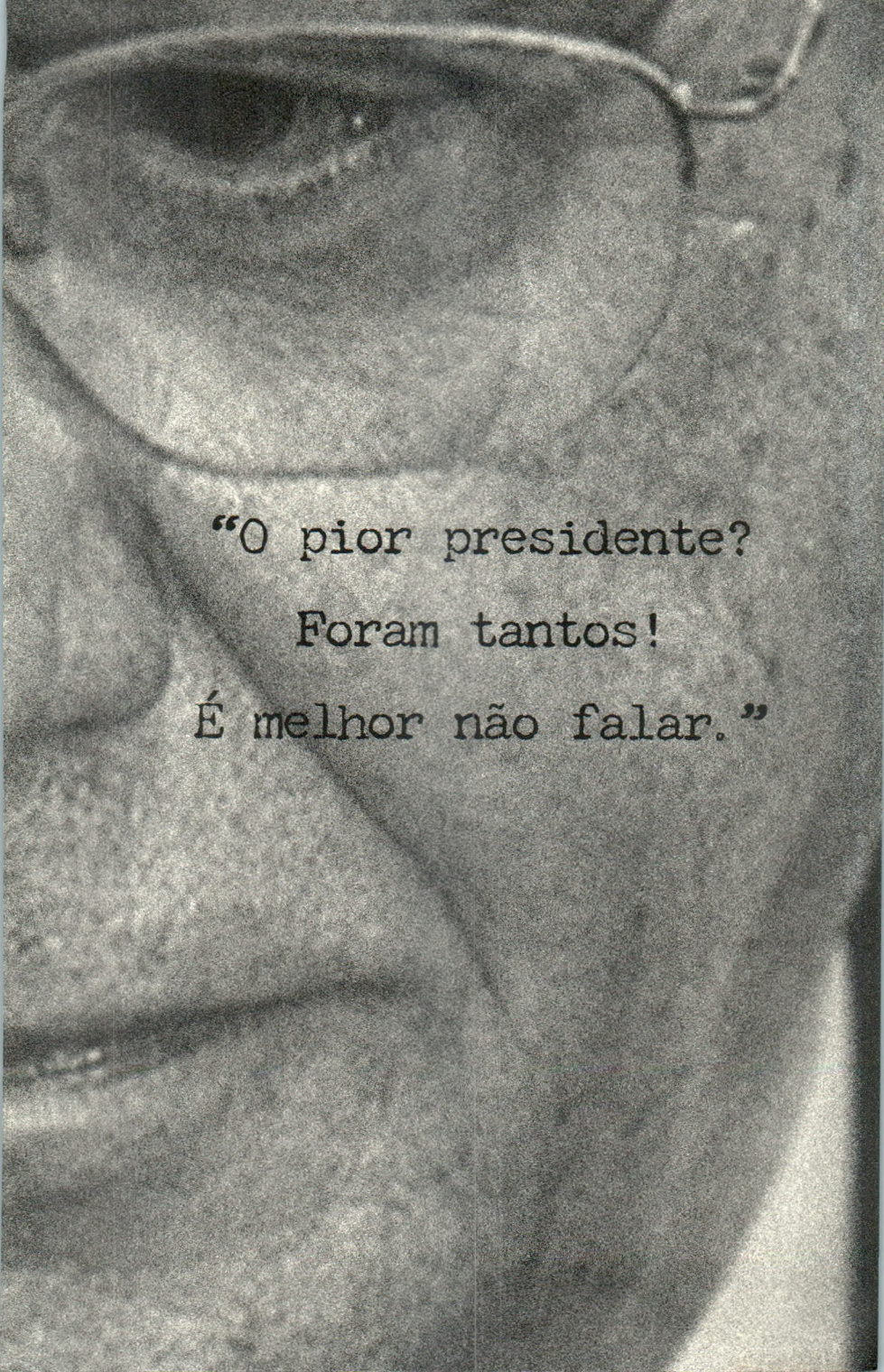
Alguém conseguir ser lembrado cem anos depois – meu Deus, praza aos céus! – já é formidável. Vou ser? Tenho dúvidas.

O que significa o fato de o senhor ter sido o primeiro brasileiro a cumprir dois mandatos na presidência, em eleições diretas?

É fato histórico. Vai ficar. Fui o primeiro. Que importância terá esse fato daqui a cem anos? É relativo. Pode ter importância se você muda as coisas. Mário Soares, com quem fiz um livro, me perguntou: "O fato de ser reeleito significará que você estará reconhecido pela história?" Respondi: "Não. Para mim, faria sentido dizer que durante esse período fiz coisas que ajudaram o Brasil a ser diferente". *(Lançado em 1988 pela editora Paz e Terra, o livro de Fernando Henrique Cardoso em co-autoria com Mário Soares, ex-presidente e ex-primeiro-ministro de Portugal, chama-se* O Mundo em Português: Um Diálogo*)*

Não posso julgar agora. É preciso ver se daqui a algum tempo alguém vai dizer: "Era assim, ficou dessa outra maneira" – para pior, talvez, ou para melhor. É o que vale: mudar as coisas para melhor.

Os que estão vivendo o tempo presente não vão poder julgar porque têm interesses. "Sou contra esse, sou a favor daquele..." Farão um julgamento parcial. Daqui a alguns anos, sim, pode-se dizer: "De fato, nessa época, o Brasil fez isso, isso, isso. O Estado, a economia, a sociedade, a educação eram assim, ficaram assadas... Não adianta ficar angustiado: é preciso deixar o tempo passar.


"O pior presidente?
Foram tantos!
É melhor não falar."

Quais foram o melhor e o pior presidentes que o Brasil já teve?

O melhor presidente, o que mais fez, foi Getúlio Vargas, no sentido de que mudou mais coisas. Nem sempre para melhor: fez golpe, fez ditadura. Getúlio, portanto, nem sempre fez mudanças para melhor, mas foi o que mais deixou marcas. O que deixou a marca mais positiva foi Juscelino. Você pode julgar o que ele fez na economia, pode dizer que não foi tão bom, mas deixou uma marca positiva. Se eu for um pouco para trás, teria de dizer que Campos Salles *(mandato de 1898 a 1902)* e Rodrigues Alves *(1902 a 1905)* também deixaram suas marcas. Os melhores foram esses. O pior? Foram tantos! É melhor não falar.

É verdade que o senhor foi testemunha da aparição de um disco voador?

Não posso dizer porque Ruth briga comigo. Mas estávamos eu, Celso Furtado, Luciano Martins e Ruth – que disse que não viu. Celso Furtado chegou a dar um depoimento ao *Fantástico*. Não sei se era disco voador. Nós tínhamos ido ao Ceará, para uma reunião da SBPC *(Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)*. Quando estávamos voltando para o hotel num táxi, vimos um objeto que fazia movimentos estranhos no ar. Podia ser reflexo de qualquer coisa. Brincamos que era disco voador. Mas era um fenômeno estranho. "Disco voador" foi um modo de dizer.

Celso Furtado, a quem admiro, estava com uma publicação que nós tínhamos, uma revista do Cebrap *(Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)*. Disse: "Se for possível a revista aparecer no *Fantástico*, dou o depoimento". A revista apareceu. Celso deu o depoimento dizendo que, de fato, vimos um objeto estranho.

Em seus primeiros estudos, o economista Celso Furtado dizia que o subdesenvolvimento não é necessariamente um estágio para

o desenvolvimento, mas pode ser uma condição permanente. Não é uma constatação melancólica para o Brasil? O senhor já pensou assim também?

O Brasil mudou! Uma constatação dessas é melancólica para regiões da África ou da América Latina, mas não para o Brasil, que já passou da fase em que não tinha possibilidade de crescer e avançar.

O diagnóstico de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento, feito nos anos 1950, ficou superado?

Ficou superado, no caso do Brasil. Celso Furtado tinha razão: naquela época, o Brasil dava essa impressão. Há muitos países que não conseguiram superar aquele estágio. Nós conseguimos.

Há versões desencontradas sobre se o senhor estaria ou não propenso a aceitar o convite do então presidente Fernando Collor para ser ministro. O senhor, pessoalmente, quis ou não aceitar o convite?

Não. Primeiro, houve uma sondagem logo no início do governo, feita por Carlos Chiarelli *(ministro da Educação de Collor)*. Eu disse que não porque, no PSDB, tínhamos sido contra ele. Depois, houve a proposta mais formal, feita a Tasso Jereissati e a mim.

Eu, na verdade, tinha sido favorável a que o PSDB tivesse um encontro com o presidente da República, para saber o que ele queria do partido e qual era a política. Quando chegamos, o presidente queria que eu fosse ministro do Exterior e Tasso Jereissati, ministro de Minas e Energia. Dissemos que não estávamos lá para tratar desse assunto, mas para saber qual era a política do governo.

Ao final da audiência, ele insistiu no convite: deu-nos vinte horas. Ao sair de lá, antes até de nos encontrarmos com o pessoal

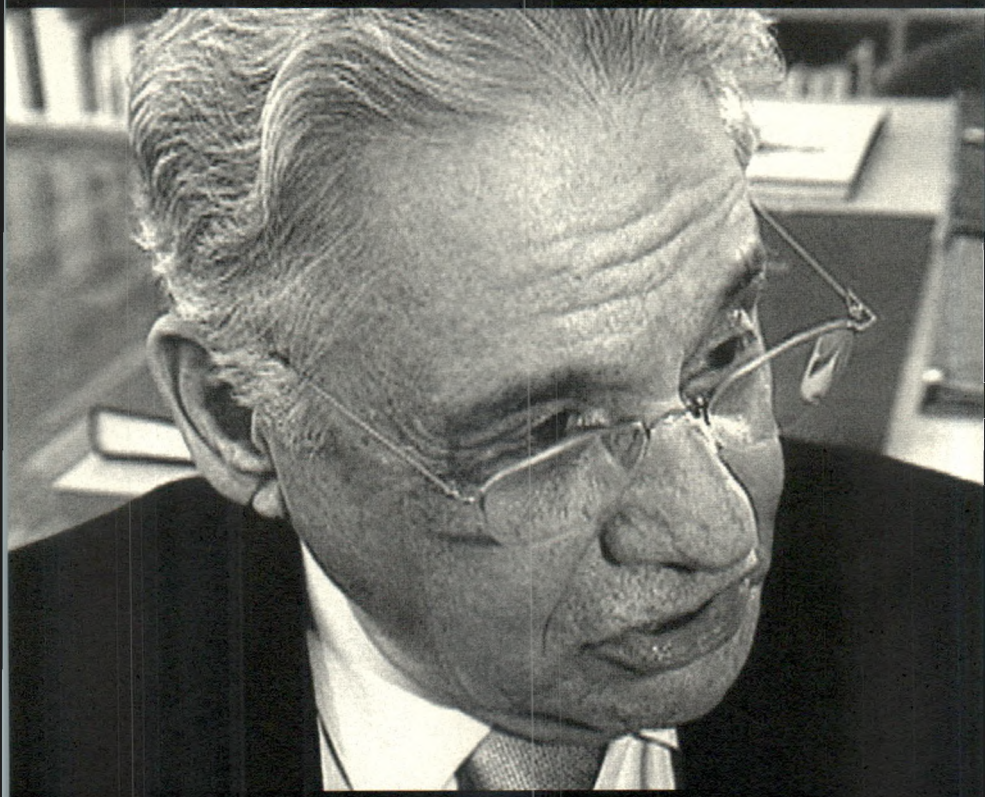
do nosso partido, tanto eu quanto Tasso dissemos que cada um de nós não aceitaria. Por que não? Porque o governo já estava composto. O espaço que o presidente estava nos oferecendo não iria nos permitir ter uma ação eficaz no governo e forte na política. Chegamos à casa de Sérgio Machado *(senador do PSDB)* para comunicar que não. Telefonei, então, para Mário Covas, a quem pedi que fosse à reunião. Covas foi, mas, antes, passou pela TV Manchete, onde disse que não admitiria que o partido aceitasse. Isso deu a impressão de que Covas é que tinha impedido.

O senhor, pessoalmente, já tinha tomado a decisão?

Tanto eu quanto Tasso. Ciro Gomes *(à época, uma das lideranças do PSDB)* teve uma altercação forte com Mário Covas, porque achava que devíamos ir.

Ciro Gomes disse que, num jantar – a que estavam presentes ele, o senhor, o senador Mário Covas e o senador Tasso Jereissati – foi selada a candidatura do senhor a presidente. O senhor teria dito que se colocava como opção "sem nenhuma obsessão, sem nenhuma idéia fixa", segundo as palavras de Ciro Gomes. O que aconteceu, afinal, nesse jantar, em Brasília?

Já tentei checar com Tasso o que aconteceu mesmo. Não me lembro do jantar. Nem me lembro de que tivéssemos tomado uma decisão num jantar. A verdade é que o partido estava me pressionado há tempos para que eu aceitasse. Não me lembro que tivesse tomado a decisão ali. Não seria apropriado, aliás, que se tomasse uma decisão nessas circunstâncias. Não me recordo. Ciro teria dito que impus a candidatura. Não me lembro. Eu até me recordo de que houve um jantar: só não me lembro com quem. Tasso também não me confirmou nada disso taxativamente. Não posso confirmar.



Os bastidores do convite: Collor queria Fernando Henrique como ministro.

(Em entrevista publicada no livro Ciro Gomes no País dos Conflitos, *lançado em 1994 pela editora Revan, o ex-governador do Ceará descreve esta cena: "Fernando Henrique era ministro da Fazenda [...] Conduziu a reunião. Disse que éramos bons amigos, todos achando que cada um de nós ia ser candidato, mas ninguém se insinuava [...] 'Queria abrir a reunião dizendo que eu gostaria de examinar minhas possibilidades, sem nenhuma obsessão, sem nenhuma idéia fixa. Mas quero comunicar que gostaria de examinar minhas possibilidades na hora certa'.")*

De que maneira, então, o senhor se apresentou como candidato, internamente, diante dos outros possíveis presidenciáveis do PSDB?

Não sou de colocar minha candidatura. Nunca! Duvido que eu tivesse dito: "Eu me disponho... Eu quero ser..." Não era a atitude a ser tomada daquele momento. Ministro da Fazenda, eu estava querendo fazer o Plano Real, que, na época, se chamava Plano FHC. Eu não queria sair do ministério da Fazenda porque tinha medo de que não fosse possível levar adiante o plano. Terminei percebendo que o presidente Itamar estava sem opções de candidatos à sucessão, porque Antônio Brito foi ser candidato a governador do Rio Grande do Sul.

Pensei: "Se Itamar não tiver opções, não adianta eu ficar no ministério da Fazenda, porque ele vai perder o interesse também pelo plano". Isso é o que me levou a topar a candidatura. Durante muito tempo, a pressão foi grande, tanto do PFL quanto do PSDB, para que eu viesse a ser candidato.

A minha candidatura daria mais força para a aprovação do plano, o que não era nada fácil. Mas, intimamente, eu não estava ainda predisposto a ser candidato. Duvido que eu tivesse o rompante de dizer "Eu me coloco..." Não é o meu estilo. Sou discreto nessas coisas. Não creio que a reunião tenha sido dessa

forma. Duvido que eu tivesse falado a três, quatro pessoas: "Vou ser... Quero ser... Disponho-me a ser..." Não acredito que seja assim. O que houve foi muita pressão durante muito tempo – e muita hesitação de minha parte.

O ex-presidente Sarney teve uma surpresa assim que assumiu: recebeu do Conselho de Segurança Nacional a informação sobre um plano dos militares para desenvolver uma arma atômica no Brasil. Quando da passagem do governo de Itamar Franco para o do senhor, houve alguma conversa íntima em que o senhor tenha recebido alguma informação surpreendente?

Não houve, porque a relação minha com Itamar já era muito próxima. Não houve nada dessa natureza.

O senhor pode descrever exatamente o que lhe aconteceu na prisão, na época da ditadura militar? O senhor foi espancado, foi encapuzado?

Deixe-me esclarecer. Fui intimado a ir à Oban, a Operação Bandeirantes, na Rua Tutóia, lugar de péssima fama. Companheiros já tinham estado lá, presos. Quando entrei no pátio, imediatamente puseram um capuz na minha cabeça. Pensei: "Fiz um erro – eu deveria ter saído do Brasil, em vez de vir para cá andando".

Recebi uma intimação. Não tinha nada a esconder. Mas puseram um capuz na minha cabeça. Depois, começaram a fazer perguntas absolutamente cretinas. O que eles tinham era, basicamente, informações de jornal, na suposição de que eu pertencesse a alguma organização. Tiraram fotografia, puseram um número em mim. A foto deve existir por aí. Nunca olhei. Não sou mórbido: nem me lembro do rosto dos que me interrogaram.

Passaram-se muitas horas. Ameaçaram-me. A certa altura,

O professor Fernando Henrique chega à prisão: "Puseram um capuz na minha cabeça, tiraram fotografia, ameaçaram-me. A gente precisa recordar, para evitar que coisas assim voltem".

quando quis ir ao banheiro, vi, no chão, gente que tinha sido torturada. São coisas duras. Não sei se vale a pena rememorar, porque é tão duro... Comigo não houve praticamente nada, além das ameaças. Antes, eu já tinha perdido a cátedra. A época de que falo agora foi 1975.

É bom que o Brasil saiba, para que coisas assim não se repitam aqui: naquela época, quando alguém tocava a campainha de casa, você tinha medo. E você não tinha nenhuma "culpa no cartório". Eu, por exemplo, nunca tive nada a ver com luta armada. Sempre fui professor, tinha idéias, era crítico, era contra, mas não tinha uma ação dessa natureza.

Não importava. Vlado não morreu? O que é que ele fez de mais grave? Nada. Rubens Paiva era amigo meu. O que é que Paiva fez? Nada. Era uma época terrível, portanto. A gente precisa recordar essas coisas, para evitar que uma situação assim volte. Não vai voltar! Acho que, no nosso caso, não vai. *(O jornalista Vladimir Herzog, o Vlado, apareceu morto numa cela do DOI-CODI em outubro de 1975, um dia depois de se apresentar espontaneamente em resposta a uma intimação. O deputado Rubens Paiva, preso pelos chamados órgãos de segurança da ditadura, "desapareceu" em janeiro de 1971: o corpo jamais foi encontrado.)*

Tenho – realmente – uma memória do que aconteceu, mas nunca quis saber, nunca olhei quem foi, quem não foi, quem era o comandante. Não quero nem saber.

Que tipo de ameaça foi feita ao senhor?

Tortura. Diziam "Vai pro pau! Vai entrar no pau-de-arara!" Disseram coisas horríveis. O governador de São Paulo era Paulo Egydio, meu amigo. Disseram o que iam fazer com ele. Eram coisas horríveis, também. *(Partidário do processo de abertura política comandado pelo presidente Ernesto Geisel, o governador*

Paulo Egydio Martins era alvo da ira da "linha-dura" dos órgãos de repressão.)

Havia um núcleo de gente absolutamente desligada de compromissos normais com a democracia. Com a democracia, nem falar: não tinham compromissos nem com o governo. Perguntavam-me sobre Roberto Campos, como se Roberto Campos fosse um inimigo perigoso. Porque eles eram ultranacionalistas – um perigo! Há ultranacionalistas que vão para a direita, como há ultranacionalistas que vão para a esquerda. Continuam perigosos, porque são "ultra". *(Ministro do Planejamento durante o primeiro governo do ciclo militar, o economista Roberto Campos era tido como excessivamente simpático aos interesses norte-americanos, a ponto de receber o apelido de "Bob Fields".)*

O senhor se arrepende de ter sentado na cadeira do prefeito de São Paulo antes da eleição, em 1985?

Quem tinha de se arrepender era um colega seu. Por quê? Eu tinha combinado com a revista *Veja* que faria a foto porque a competição com Jânio estava "taco a taco". Como não se sabia quem ia vencer, a revista ia fazer duas matérias. Jânio, muito mais esperto do que eu, não deve ter feito... *(risos)* Um rapaz da *Folha de S. Paulo* foi lá e clicou. Furou! Mas não era para publicar nada. A foto deveria ser publicada depois. Hoje, eu não faria o que fiz, se bem que, de vez em quando, escorrego *(risos)*. Não agüento jornalista: termino falando. O que aconteceu ali, no caso da foto, é que cedi antes da hora. Inventaram que eu é que sentei na cadeira, mas, na verdade, aquela foi uma combinação para ajudar a imprensa. A *Veja* cumpriu a combinação.

(Num gesto que depois foi tido como imprudente, Fernando Henrique Cardoso, candidato à prefeitura de São Paulo em 1985, posou para uma foto sentado na cadeira do prefeito às vésperas da eleição.

Terminou derrotado por Jânio Quadros. Ao assumir o cargo, num gesto espalhafatoso, Jânio desinfetou a cadeira usada pelo adversário.)

O senhor diz que "reminiscências pessoais não têm importância científica". Ao contrário do que o senhor parece achar, "reminiscências pessoais" são importantes para o jornalismo – o primeiro "rascunho da história". O que é, então, que passava pela cabeça do senhor quando subiu a rampa do Palácio do Planalto pela primeira vez, como presidente da República?

O que estava passando pela minha cabeça era o seguinte: "Vai dar certo?" Por que eu tinha este sentimento? Por ter uma formação acadêmica, sei que as coisas, para que aconteçam, não dependem somente da vontade. Os que acham que tudo só depende de vontade pensam que tudo pode ser fácil: "Eu estou com vontade, então vou fazer!" Acontece que tenho uma formação de sociólogo, com uma certa leitura de história. Pensava: "De repente, pode não funcionar". Eu, na verdade, estava muito tenso por uma razão: tinha havido, em dezembro de 1994, a crise do México. *(A forte desvalorização da moeda mexicana tinha provocado o "efeito tequila", uma onda de desconfiança nos mercados dos países emergentes.)*

Tomei posse, portanto, num momento perturbado. Minha obsessão era: "Vai dar certo?" Era o que eu estava pensando naquele momento.

Deixe-me fazer uma correção: acho que as reminiscências são importantes. O que não se pode é tomar, como se fossem objetivas, as análises baseadas em reminiscências, porque elas refletem uma visão. Mas reminiscências são importantes, sim, não só para o jornalista como para os analistas, também. Se eu não achasse, não teria feito o registro do meu dia-a-dia no palácio, como fiz.

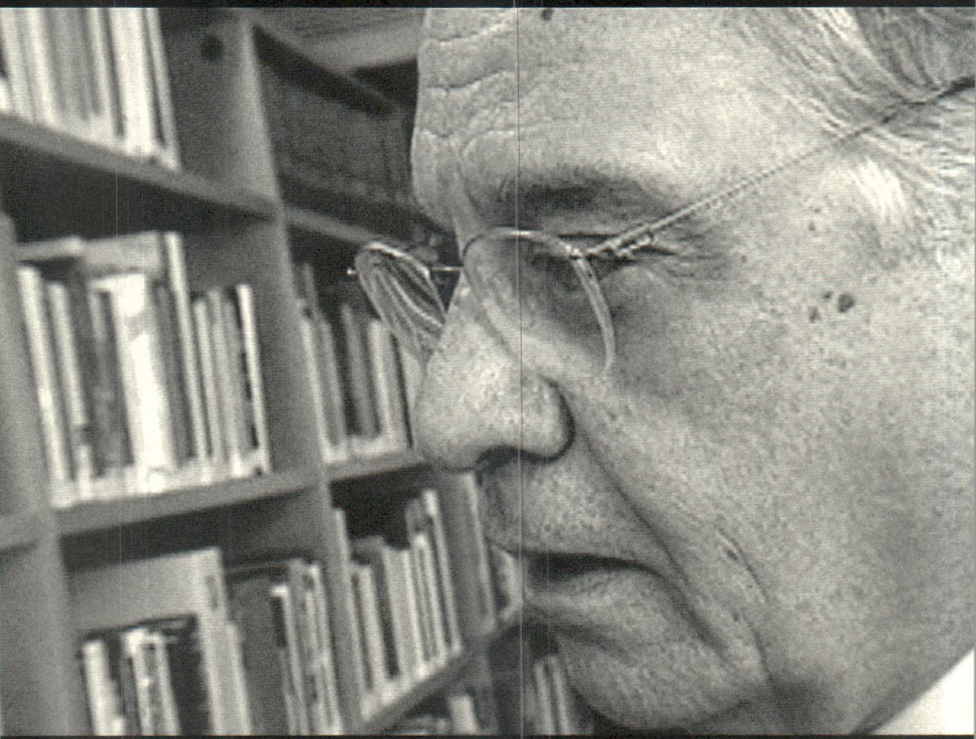
Quem lhe deu a idéia de gravar todo dia, no palácio, uma fita com suas impressões pessoais, quando o senhor era presidente da República?

Celina do Amaral Peixoto, neta de Getúlio Vargas. Quando estava cuidando da publicação dos diários de Getúlio, ela me trouxe um xerox de uma página – que não foi publicada ainda – e me deu um caderno com um lápis, para que eu, a partir de então, começasse a tomar notas.

Tentei, mas logo percebi o seguinte: a dinâmica da vida contemporânea não nos deixa tempo para tomar notas e escrever. Não haveria tempo. Além de tudo, cansaria. Resolvi registrar em gravações. É o que fiz. As gravações não chegaram a ser diárias, mas eu me referia, nas fitas, a cada dia do governo. O resultado é que gravei os oito anos todos, com muita liberdade, porque ali era só eu diante do gravador.

As gravações que eu fazia podiam durar meia hora, quinze minutos ou cinco – mas eu gravava, sempre. É muito material! Como todo material dessa natureza, ele é desequilibrado: há coisas banais e complexas, além de interpretações. O dia-a-dia consome muito. As gravações já começaram a ser transcritas.

Só li a parte relativa ao meu primeiro mandato. É um material que, historicamente, terá importância – mas no futuro. Por quê? Porque, nas gravações, me refiro a pessoas e a fatos que eu não gostaria de ver expostos agora. Refiro-me principalmente aos próximos a mim, inclusive às críticas, porque é natural: afinal, eu estava registrando o que aconteceu. Eventualmente, falo de outras questões, faço observações gerais. A parte relativa às conversações com líderes do exterior talvez possa ser publicada antes. Trata-se de conversas mais compostas, digamos assim. Nesse caso, não entram tanto os aspectos pessoais da intriga e da futrica.



Um tesouro para os historiadores do futuro: o presidente grava, sozinho, fitas cassete sobre cada um dos dias em que governou o País.

O interessante é ver como tanta coisa vem até o presidente. Porque a presidência é um desaguadouro de opiniões. O presidente consegue ir se situando: um diz uma coisa, outro diz outra, um fala mal do outro. Você vai, então, tirando uma média.

Eu já sabia desde antes, mas a presidência reforçou em mim o seguinte: é preciso tomar muito cuidado com o que dizem. "Fulano falou mal de você! Falou tal coisa!" Nessas situações, é preciso olhar com calma. Falou quando? Em que circunstância? Tinha a intenção mesmo? Que palavra usou? Nunca tomei ao pé da letra as futricas desse tipo. Há os que olham uma notinha no jornal e ficam nervosos, já querem reagir. Não sou assim. Pergunto: "Mas será que é isso?" Prefiro sempre dar um desconto de boa fé.

O senhor produziu um tesouro para os historiadores. São fitas gravadas por um presidente da República no exercício do cargo, na intimidade do palácio. Um dia esse material vai ser aberto ao público?

Vai! Ainda estou na dúvida sobre como proceder. Penso que material histórico é histórico: a versão original tem de estar preservada em algum lugar. Não quero adulterá-la. Mas publicar este material é complicado, porque ele é repetitivo. Não convém. Talvez seja mais conveniente publicar extratos. Pode ser que a transcrição seja corrigida porque ali, nas gravações, estou usando uma linguagem informal. Escrever é outra coisa. Mas é preciso deixar sempre o original para alguém, se puder, ir cotejar. Todo esse trabalho precisa de tempo. Não é para ser publicado agora.

Daqui a quanto tempo as gravações serão liberadas?

Eu espero que quando eu já não esteja aqui para receber as contra-críticas *(risos)*. Vou pensar melhor sobre o que faço com o material gravado. É algo que precisa ser feito com responsabi-

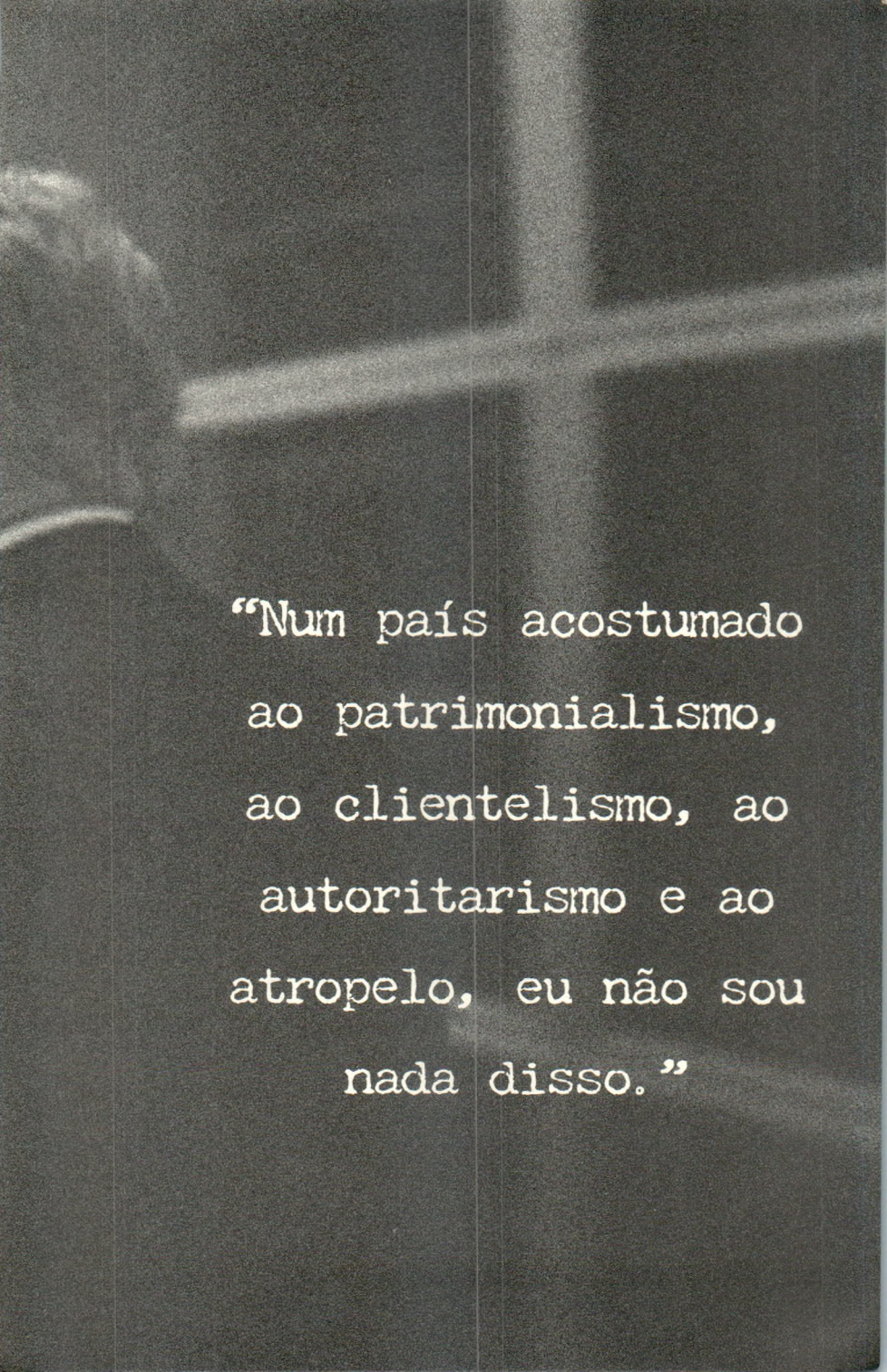
lidade. O meu objetivo não é estar denegrindo A, B ou C. Não teria sentido.

A idéia da morte assusta o senhor?
Já assustou. Hoje, não.

Como o senhor convive com a idéia da morte?
O tempo ajuda. A gente vai pensando, vai melhorando. Chega um momento em que as pessoas vão passando para uma vida vegetal; depois, para uma vida quase mineral. Ainda estou longe disso – espero. Não é uma coisa sofrida, desde que se tenha a compreensão de que o tempo é algo importante a ser trabalhado.

Por essa razão, não quero ser candidato de novo à presidência, porque acho que é preciso entender o momento. Há o momento de fazer coisas. Deve haver também o momento em que você diz: "Já vivi". E morre. Isso no processo de morte natural. Já a morte acidental é menos aceitável. Mas a morte natural deve ser encarada com uma certa tranqüilidade. Não tenho a angústia da morte.

Se o senhor fosse convidado a escrever o verbete sobre Fernando Henrique Cardoso em uma enciclopédia, qual seria a primeira frase?
Diria que foi um democrata. Em minha cabeça, é um traço que talvez esteja mais forte do que qualquer outra coisa. Num país acostumado ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao autoritarismo e ao atropelo, eu não sou nada disso.



"Num país acostumado ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao autoritarismo e ao atropelo, eu não sou nada disso."

CONTATOS IMEDIATOS COM OS ATORES PRINCIPAIS

Confesso o fracasso: o máximo que consegui arrancar do general Ernesto Geisel (presidente de 1974 a 1979), no primeiro e fugidio contato que tive com ele, foi uma declaração de duas palavras. É impossível escrever uma entrevista decente com uma declaração de apenas seis letras. Que frustração! Meu plano dera errado. Ernesto Geisel passara a um metro de onde eu estava, no canteiro de obras da Barragem de Carpina, na zona da mata de Pernambuco, no dia 20 de agosto de 1976.

O general-presidente chegaria de Brasília às nove e meia da manhã, pegaria um helicóptero no aeroporto militar para inspecionar a construção da barragem no interior do Estado e retorna-

ria imediatamente ao Recife, para participar daquelas solenidades chatas de "assinatura de convênios" no Palácio do Governo. Por uma questão de logística, a maior parte dos repórteres ficou no Recife, à espera de que o general voltasse da rápida peregrinação ao canteiro de obras, no interior. Os compromissos mais importantes da agenda estavam previstos para a capital.

Cheguei ao canteiro de obras logo cedo, no início da manhã, docemente embalado pela ilusão de que poderia, quem sabe, arrancar uma mísera frase de um presidente que não queria conversa com jornalista. Devidamente credenciado, desembarquei no canteiro como repórter da sucursal Nordeste do jornal *O Estado de S.Paulo*. O terreno estava praticamente livre de concorrentes. Se o general me concedesse a graça de uma declaração, eu sairia dali com uma manchete exclusiva no meu gravador. Tudo o que o homem dizia era notícia: cada palavra que o general pronunciava valia ouro no mercado jornalístico.

A chance de abordar o Grande Mudo da República estava ali, ao alcance da mão. Era só partir para o ataque e correr para o abraço. Que ilusão! O general passa por nós com aquele porte imperial que o marcava. O estrabismo de Ernesto Geisel causava uma sensação incômoda a quem o encarava: não se sabia exatamente para quem ele estava olhando.

O general me encara ao passar pelo pequeno grupo de repórteres presentes. Tento dirigir-lhe a palavra. Em vão. O quarto dos generais-presidentes do regime militar pronuncia, então, a única frase dirigida a um jornalista naquela manhã. As seis letras fatais: "Bom-dia". Sem dar tempo a qualquer réplica, segue em frente. Que fracasso!

O Brasil vivia um tempo em que os repórteres tentavam decifrar, nas feições dos generais, uma pista sobre o que eles estavam pensando. A escassez de declarações era tanta que até

aquele lacônico "bom-dia" do general aos repórteres acabou publicado nos jornais – foi o que *O Globo* fez, ao noticiar, na edição de 21 de agosto de 1976, a passagem do general Geisel pelo canteiro de obras da barragem.

Tempos depois, voltei a caçá-lo, quando ele já era ex-presidente. Em companhia do cinegrafista, fico de plantão, numa manhã de 1991, na entrada do estacionamento do prédio em que o general dava expediente como presidente da Norquisa, empresa da área de química fina, na praia de Botafogo, no Rio. Lá vem o carro. Os vidros estão levantados. Dá para distinguir, no banco dianteiro, a silhueta inconfundível do ex-presidente. Aponto o microfone para o vidro. Geisel desconhece olimpicamente a abordagem. Nem se dá ao trabalho de ouvir o repórter.

Próximo lance: corremos para a entrada do elevador, no saguão do prédio, para nova tentativa. Geisel se aproxima, em companhia da filha. Os dois estão de braços dados. O general caminha com um pouco de dificuldade. Eu e o cinegrafista Edison Santos nos aproximamos, mas somos providencialmente barrados por um segurança. Geisel pega o elevador. Dessa vez, nem bom-dia.

Não entregamos os pontos. A entrevista é a última que morre. O equipamento, câmera e luzes, fica retido na portaria, mas sou autorizado a subir até a sede da Norquisa, para me explicar com a secretária do ex-presidente. Nada feito. A secretária diz que o general não ficara à vontade nem quando foi chamado a posar para fotos de uma publicação interna da empresa.

Se o general erguia um muro invisível em torno de si para rechaçar contatos pessoais, quem sabe se pelo telefone ele não baixaria a guarda? Consigo o número do telefone da casa do general, num sítio em Teresópolis. Obviamente, o empregado que atende não passa a ligação para o ex-presidente. Faço novas tentativas. Um dia, eis que ele, o Grande Mudo, atende a ligação.

Foto Josemildo Tenório/Agência Estado

O autor empunha o gravador, na esperança de conseguir uma entrevista com Geisel: a resposta foi uma declaração de seis letras.

Assim que o general diz "alô", começo a gravar o telefonema. Faço um "grampo" preventivo: dali poderia sair uma boa declaração. Surpreendentemente afável para quem tinha fama de inacessível, Ernesto Geisel explica por que não daria entrevista. Recorro a um argumento que pode dar resultado: uma entrevista poderia, quem sabe, dar origem a um livro sobre o governo Geisel.

Guardo a fita do "grampo" em meus arquivos implacáveis. Assim o general reagia, quando ouvia um pedido formal de entrevista:

(...) Olhe aqui: por enquanto, não dou entrevista. Não dou nada sobre o meu governo. Quanto às coisas do meu governo, estou me reservando para escrever umas memórias. Você pode entrevistar os ministros. Procure os ministros. Você tem o ministro Reis Velloso, o Simonsen, o Nascimento Silva e o Silveira – das Relações Exteriores... Todos estão aí.

É indispensável ter pelo menos um depoimento curto do senhor...

Eu sei, mas olhe aqui: vários jornalistas, amigos meus, inclusive, querem entrevista. Sempre digo a eles que não. Digo: "Quando der alguma coisa, darei em primeiro lugar a vocês, que são meus amigos". Mas tenho recusado sistematicamente. Que você queira escrever um livro, muito bem! Se você quiser me mostrar depois o que você escreveu para eventualmente eu apontar coisas que precisam ser retificadas, estarei pronto a fazê-lo. Isso você pode fazer. Terei muito prazer em colaborar no sentido de mostrar coisas que, talvez, não estejam muito certas ou estejam diferentes. Mas eu responder a questionário e dar entrevista... Não dou. Não é pelo fato de ser você. É como uma regra, como conduta minha.

Uma pergunta: o senhor já vem escrevendo um livro?
Estou escrevendo algumas coisas.

Já tem idéia de quando termina?
Ah, não... essas coisas a gente vai fazendo muito devagar...

O senhor concorda que há um grande interesse de todo mundo sobre aquela época...
Não. Não, não creio, não. Agora há outros problemas...

Fico na esperança de que o senhor mude de idéia um dia...
Faça isto: procure os ministros, fale com eles. Depois, se quiser, mostre um projeto de livro. Poderei retificar, se for o caso. Possivelmente não haverá nada para retificar. Mas, se houver alguma coisa, estarei pronto para colaborar dessa maneira. Mas não para responder questionário ou dar entrevista propriamente. Não quero fugir da linha de conduta que tenho adotado.

E se a gente fizer uma gravação...
Não, não, não, não. Porque aí fico mal com os outros, que são meus amigos, aos quais sempre recusei.

Termina a abordagem telefônica. Ouço o rumor da torcida imaginária bradando um "uh...", aquele som intraduzível que as arquibancadas produzem quando a bola bate na trave. Quase, quase. Como diria o locutor da Copa do Mundo de 1970, "por pouco, pouco, pouco, muito pouco, pouco mesmo..."

Um gesto de Geisel dá a medida da extrema reserva que ele impunha a si mesmo nos contatos com repórteres: entre 1984 e 1986, o ex-presidente teve cerca de vinte conversas gravadas com

o jornalista Elio Gaspari. Eram amigos há anos. Gaspari conversava com o general, mas ia para casa de mãos vazias: Geisel ficava com as fitas. Somente depois da morte de Geisel as gravações foram entregues ao jornalista pela filha do general, Amália Lucy. As doze fitas, cada uma com 90 minutos, foram fundamentais para Gaspari traçar o perfil definitivo do ex-presidente, no livro *A Ditadura Derrotada – O Sacerdote e o Feiticeiro*, lançado pela Companhia das Letras em 2003.

Procurei, então, os ex-auxiliares diretos do presidente Geisel. Gravei depoimentos dos ex-ministros Azeredo da Silveira (Relações Exteriores), João Paulo dos Reis Velloso (Planejamento) e Armando Falcão (Justiça). Os três descreveram cenas dos bastidores do governo Geisel para o livro que jamais escrevi. Uma sucessão de desencontros empurraria para o mausoléu dos projetos irrealizados a entrevista exclusiva com o general.

Enquanto Geisel exibia discrição e porte intimidador, o general que o sucedeu na presidência, João Baptista Figueiredo (1979-1985), não media palavras. Beirava o boquirroto. Produzia manchetes em série. Ei-lo: as pernas arqueadas pareciam atrapalhar-lhe a caminhada. Duas outras particularidades físicas de Figueiredo chamavam a atenção. Quando se sentava para atender aos repórteres, como aconteceu numa viagem a Campina Grande, no interior da Paraíba, o general entrelaçava as mãos, pousava-as sobre a mesa e ficava esfregando a ponta de um polegar contra o outro, enquanto olhava nos olhos do autor da pergunta. O tique parecia denotar impaciência. Os olhos, permanentemente irritados, lacrimejavam.

Não tinha medo de gafes. Quando um grupo de deputados lhe pediu que posasse para uma foto a ser usada na campanha eleitoral, o general foi logo avisando: "Tiro fotos com todo mundo. Mas, se a Arena perder, venho aqui cobrar as fotografias!" Os

bajuladores morriam de rir, claro. A Arena, a Aliança Renovadora Nacional, era o partido que dava sustentação aos governos militares no Congresso. O Figueiredo que então fazia piadas com deputados e se irritava com repórteres ainda não tinha assumido a presidência: era o candidato indicado por Geisel para a sucessão. Iria enfrentar o adversário alternativo lançado pelo MDB, o general Euler Bentes Monteiro.

Figueiredo abastecia os blocos de anotações e os gravadores dos repórteres com declarações intempestivas. Um exemplo: a duas semanas da reunião do Colégio Eleitoral, pergunto a ele se já se considerava eleito. (Confesso solenemente: o que eu queria ali era provocar uma declaração que deixasse clara a ausência de uma disputa real naquela eleição sem povo.) Figueiredo me olha com ar de espanto: "... Mas eu me considero eleito já há uns quatro ou cinco meses!" A declaração foi para a primeira página dos jornais no dia seguinte, 16 de setembro de 1978.

O general boquirroto deveria ser sucedido na presidência da República pelo ex-senador e ex-governador de Minas Gerais Tancredo Neves, que, como se sabe, foi eleito pelo Colégio Eleitoral mas morreu antes de tomar posse. Um ano e meio antes do fim do governo Figueiredo, o Brasil inteiro já sabia que Tancredo Neves poderia ser candidato a presidente da República. Mas, no melhor estilo das raposas mineiras, o principal interessado no assunto dissimulava.

Testemunhei uma cena que foi um primor na arte da dissimulação. Tancredo participaria de uma eleição simulada para presidente da República, na sede da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Candidatíssimo, faz de conta que nem pensa no assunto. O sociólogo Gilberto Freyre, autor do clássico *Casa Grande & Senzala*, faz as vezes de anfitrião. Um espectador da visita provoca o presidenciável mineiro: que tal se Gilberto Freyre fosse

Tancredo Neves faz de conta que não é candidato: diz que votou em Ulysses Guimarães numa eleição simulada para presidente.

nomeado ministro da Educação do presidente Tancredo? Repito a pergunta, com a câmera ligada. Tancredo afirma: "Não tenho nenhuma possibilidade de vir a ser sequer candidato a presidente da República". Pergunto a Freyre, então, se ele aceitaria ser ministro, se convidado por Tancredo. "Deus me livre!", responde o sociólogo, historicamente arredio a convites para cargos públicos.

Quando se dirige à cabine para participar da eleição simulada, Tancredo termina cometendo três erros. Primeiro, preenche a cédula fora da cabine. Em seguida, não acerta onde depositá-la. Por fim, revela o voto, que deveria ser secreto. Cometo uma pequena indiscrição: pergunto se Tancredo tinha votado em Tancredo para presidente. "Votei para presidente em Ulysses Guimarães! Não sou candidato. Não tenho possibilidade nenhuma", nega, novamente. Pode até ter votado em Ulysses, na época comandante do PMDB – mas, no fundo, sabia que era um piada dizer que não tinha "possibilidade alguma" de ser presidente. O encontro entre a raposa Tancredo e o vaidosíssimo Freyre respingaria no repórter. A cena: vítima de um acesso de tosse durante a rápida entrevista que me concedeu, o mestre Gilberto Freyre me alveja acidentalmente com uma escarrada no peito. Tancredo testemunha o incidente, mas dissimula outra vez – impassível, faz de conta que nada viu.

Tancredo Neves sonhava com a presidência, mas negava, para não parecer açodado. Tive a chance de entrevistar um futuro presidente que, àquela altura, poderia sonhar com tudo – menos, com o cargo máximo da República.

O sobrenome não era um sobrenome. Era uma profissão: metalúrgico. O nome não era um nome. Era um apelido: Lula. A combinação esquisita de um nome que era apelido e um sobrenome que era uma profissão servia para identificar aquele sindicalista que despontava para a fama: Lula Metalúrgico. Era assim que nós,

repórteres que cobríamos a visita do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva ao Recife, no remoto ano de 1979, o chamávamos. Lula já tinha sido capa de uma revista semanal. Começava a atrair a atenção do Brasil como o primeiro líder sindical surgido sob o regime militar. Fazia, ali, a primeira visita a Pernambuco depois de ficar conhecido. Ainda não era uma celebridade.

BIBLIOTECA SESC SANTO AMARO

Quem poderia imaginar que aquele pernambucano que voltava ao Recife para defender um "novo sindicalismo" iria, um dia, subir a rampa do Palácio do Planalto como presidente? Ninguém. O Partido dos Trabalhadores não existia. Era apenas uma idéia na cabeça daquele sindicalista, que, ao abrir a boca diante de platéias, subtraía o "s" do plural das palavras com a mesma desenvoltura com que soltava imprecações contra governos militares que manipulavam os índices de inflação.

O Lula que desembarcou no Recife era um líder sindical que resistia às cantadas para se engajar em partidos políticos – não importa quais fossem. Descubro em meus arquivos uma gravação em que ele avisa: "Não sou filiado a partido político algum. Não sou filiado à Arena, não sou filiado ao MDB. Fui contra o bipartidarismo quando ele foi instituído. Por uma questão pessoal, enquanto houver bipartidarismo, não vou me filiar a partido político algum. Quem sabe, um dia, surja um partido em que os trabalhadores tenham voz, onde os trabalhadores sejam maioria. Quando surgir esse partido, serei – não tenham dúvida – um dos filiados".

O sindicalista Lula estava a um milhão de anos-luz do candidato Lula que, quase um quarto de século depois, seria capaz de dar bom-dia a poste em troca de um voto – como faz todo candidato que se preza. O Lula Metalúrgico pichava gente da Arena e do MDB, dispensava a ajuda de estudantes que se ofereciam para distribuir panfletos a operários, acabrunhava-se com a intro-

"Lula Metalúrgico" faz uma confissão: "Não tenho vocação política".

missão de intelectuais na atuação do sindicato, fazia restrições à ótica das pastorais operárias da Igreja Católica, esculachava a conduta da chamada "grande imprensa". Aos que tentavam sondar seus planos futuros, oferecia uma resposta que, hoje, soa como curiosidade arqueológica. Lula dizia que, simplesmente, não tinha vocação política. Dava-se por satisfeito no exercício da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos.

O então presidente da seção estadual do MDB – Jarbas Vasconcelos, oposicionista brigão que, duas décadas depois, se elegeria duas vezes governador de Pernambuco – é o cicerone na visita que o sindicalista barbudo faz ao arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. O arcebispo vivia numa casa modestíssima, nos fundos da Igreja das Fronteiras, no bairro das Graças, no Recife. Um pôster de Martin Luther King – com a inscrição "Eu tenho um sonho" – ornamentava a parede da sala. Lula troca gentilezas com Dom Hélder. Diz que a trajetória do arcebispo servia de exemplo para os trabalhadores. Dom Hélder ouve o elogio com um meio-sorriso nos lábios. Lula apresenta aos anfitriões o filho caçula, um menino de um ano e poucos meses: "Ele tem esse nome de costureiro, Sandro, mas é macho!" Dom Hélder, Jarbas Vasconcelos e a mulher de Lula, Marisa, riem.

Aquela viúva que atraíra os olhares do também viúvo Luiz Inácio Lula da Silva se tornaria, tanto tempo depois, a primeira-dama do País. O primeiro marido de Marisa, um motorista de táxi, morreu assassinado num assalto. A primeira mulher de Lula morreu de parto – junto com o primeiro filho do casal.

Depois da visita a Dom Hélder, a estrela emergente do sindicalismo brasileiro faz uma pausa no périplo recifense para conversar com os repórteres. Hoje a cena seria impensável, mas na época era assim que acontecia: em vez de convocar a imprensa para o local da entrevista, Lula é que se dava ao trabalho de ir a uma

redação. O "sapo barbudo" (apelido que ganharia dez anos depois, durante a campanha presidencial de 1989) revisita, então, memórias distantes:

Em que situação você saiu de Pernambuco para morar em São Paulo?

Não me lembro se foi em 1951 ou 1952. Mas saí de Pernambuco para não morrer de fome. Fui com toda a família. Meu pai já estava lá. Minha mãe tinha um pedaço de terra em Garanhuns, trabalhava na roça e não conseguia sustentar a família. Então, a única forma que ela encontrou para sobreviver – na época, eu era criança – foi ir embora, para onde estava o marido, para poder tentar cuidar dos filhos. Eu tinha uns 6 anos.

Quando você começou a trabalhar em São Paulo?

Comecei a trabalhar em 1958, com 13 anos de idade. Trabalhava como tintureiro, numa tinturaria. Trabalhei quase três anos como tintureiro. Depois, entrei numa empresa metalúrgica. Trabalho hoje nas Indústrias Villares.

Como é que você entrou no sindicato?

Eu entrei no sindicato em 1969. Um dia, fui lá ver uma assembléia, gostei e fiquei.

Você reconhece que é o primeiro líder político que surgiu fora do âmbito parlamentar nesses últimos tempos?

Nem me considero uma liderança. Eu me considero, muito mais, um elemento que conseguiu captar os desejos de uma classe. Tentei levar os desejos dessa classe adiante e transformá-los numa bandeira de luta. Acho que a sociedade inteira tem muita responsabilidade – como os estudantes, com aque-

les movimentos de 1977 – e os intelectuais. Nós, os trabalhadores, somos um dos setores que entraram na briga.

Você se considera, então, um resultado da abertura comandada pela sociedade civil?

Exatamente. Porque faço parte dessa sociedade.

Além da circunstância política concreta da abertura, o fato de você ter conseguido se tornar porta-bandeira de uma classe pode ser atribuído a quê? Haveria uma vocação pessoal ou foram apenas as circunstâncias políticas que favoreceram?

Já começa a ficar difícil falar da gente... Gostaria que, aí, você colocasse de sua cabeça como é que você vê a coisa. Porque, para mim, fica muito difícil falar...

Alguma experiência passada de partidos políticos no Brasil entusiasmou você?

Não. Lamentavelmente, nenhuma.

Que experiência chegou perto do que você espera de um partido representativo?

Nenhum partido me entusiasmou. O Partido Comunista, por exemplo, sucumbiu da mesma forma que nasceu. Quer dizer: nasceu e morreu. Não foi obra dos trabalhadores. Veio de cima para baixo, um negócio imposto à classe trabalhadora. Alguns partidos que se diziam representantes da classe trabalhadora, como o PTB, o PC e o próprio Partido Socialista, nunca foram legitimamente representantes dos trabalhadores, porque não nasceram da classe trabalhadora. Foram impostos à classe.

Quais são, afinal, os planos de Lula na política?

Não sei. Não pensei ainda. Deixe contar uma coisa: toda essa vida que tenho levado tem me afastado muito de minha mulher e dos meus filhos. Hoje, praticamente, não disponho de um horário para minha família. Não posso permitir que minha mulher fique sozinha na hora de cuidar da família. A única coisa de que tenho certeza é que, no dia 25 de abril de 1981, eu me desligo do sindicato. O que vai acontecer depois daí só vou saber a partir do dia 25. Não tenho vocação política. Por enquanto, o que pretendo é continuar o trabalho no sindicato.

Vinte e três anos depois dessa entrevista, eis Luiz Inácio Lula da Silva aos primeiros minutos de um sábado, véspera da eleição presidencial de 2002. Diante de uma massa compacta de fotógrafos, repórteres e cinegrafistas, ele faz, num púlpito, um pequeno pronunciamento sobre o debate com José Serra, o candidato do PSDB. Depois dos agradecimentos de praxe, volta a exercitar o humor que, há tempos, diante de Dom Hélder, levou-o a brincar com o nome do filho Sandro.

Lula pede uma trégua de "seis horas" aos repórteres e fotógrafos. Diz que, ao final da campanha, já não agüenta encarar microfones e máquinas fotográficas de manhã, à tarde e à noite. "Depois de uma campanha como essa, sou capaz de pegar o barbeador para fazer a barba de manhã e começar a falar, porque vou pensar que o barbeador é microfone. Um candidato pode abrir a geladeira para pegar água: quando a luz da geladeira acender, ele vai fazer uma declaração, porque vai pensar que a luz é de uma câmera..."

De fato: os momentos de solidão de Lula foram raríssimos naquela campanha. Quem observou com atenção o balé dos can-

didatos durante o debate nos estúdios da Central Globo de Produção flagrou uma imagem rara. Minutos antes de serem chamados ao palco, ambos se concentravam longe dos olhos do público, numa espécie de baia, em extremidades opostas do palco. José Serra trocava confidências com assessores. Num espaço de tempo que deve ter parecido uma eternidade para um homem assediado a cada aparição pública, Lula vivia seus três minutos de solidão. Caminhou de um lado para o outro, no espaço exíguo. Olhava para o chão. Em que estaria pensando?

O líder sindical que em 1979 se incomodava com a falta de tempo para se dedicar à família transformara-se no candidato que, em 2002, clamava por uma trégua no bombardeio dos *flashes* fotográficos. Eleito presidente, ele teria de aprender a ser observado o tempo todo – pelo resto da vida, como acontece com todos os que um dia subiram a rampa com a faixa no peito.

QUEM É QUEM

A

Afif Domingos, Guilherme 69
Alfonsín, Raúl 25, 26
Amaral Peixoto, Cecília do 232
Arinos, Afonso 58, 59
Azeredo da Silveira, Antônio Francisco 243, 245

B

Bayma Denis, Rubem 24
Behring, Mário 50
Bernardes, Arthur 55, 56, 176
Bertholdo, Arno 24
Blair, Cherie 216
Blair, Tony 216
Bonaparte, Napoleão 55, 156
Bornhausen, Jorge 50, 52
Brady, Nicholas 92
Braga, Ney 50
Brito, Antônio 209, 226
Britto, Romero 72
Brizola, Leonel 15, 68, 69, 81, 82, 94, 148
Brossard, Paulo 28, 155
Bush, George 34, 75

C

Caiado, Ronaldo 69
Caldeira, Rafael 174
Callado, Antônio 20

Câmara, Hélder 251, 251
Campos, Roberto 116, 230
Capanema, Gustavo 166
Cardoso de Mello, Zélia 104, 113
Cardoso, Augusto Inácio do Espírito Santo 210
Cardoso, Ciro do Espírito Santo 210
Cardoso, Fernando Henrique 10, 72, 93, 94, 100, 135, 138, 142, 150, 152, 155, 158, 159, 162, 163, 176, **182-237**, 196
Cardoso, Leônidas Fernandes 210
Cardoso, Ruth 216, 217, 222
Carter, Jimmy 17, 44
Caruso, Chico 59
Carvalho, Clóvis 206
Castelo Branco, Humberto de Alencar 45, 116
Castro, Fidel 117, 119
Cecília de Arapiraca 103
Chaves, Aureliano 38, 42, 45, 50, 69
Chiarelli, Carlos 223
Chirac, Jacques 216
Christopher, Warren 195
Clinton, Bill 10, 152, 193, 195, 216
Collor de Mello, Fernando 10, 25, 39, 53, **64-125**, 129, 132, 148, 149, 154, 156, 166, 176, 223
Collor, Leda 69
Collor, Lindolfo 72, 114
Collor, Pedro 69, 103, 113
Collor, Rosane 103
Costa e Silva, Artur da 35, 207
Costa e Silva, Yolanda 35
Cotten, Joseph 70
Covas, Mário 69, 94, 148, 224

D
De Gaulle, Charles 141
Descartes, René 168
Dirceu, José 170
Dornelles, Franscisco 45
Durante, Mauro 131

F
Falcão, Armando 245
Falcão, Cleto 85, 86, 106
Falcão, João Emílio 155
Farias, Paulo César 69, 85, 86
Fernandes, Nelson Gomes 207
Figueiredo, João Baptista de Oliveira 17, 24, 25, 45, 52, 111, 210, 212, 245, 246
Fonseca, Deodoro da 56
Fragelli, José 48
Franco, Gustavo 199
Franco, Itália Cautiero 149
Franco, Itamar 10, 11, 93, 94, 95, 99, 102, **126-181**, 195, 198, 209, 227
Freire, Roberto 69
Freyre, Gilberto 246, 248
Fukuyama, Francis 60
Funaro, Dílson 32
Furtado, Celso 222, 223

G
Galloti, Luiz 48
García Márquez, Gabriel 16
Garcia, Hélio 94

Gaspari, Elio 73, 245
Geisel, Amália Lucy 245
Geisel, Ernesto 35, 38, 144, 212, 229, **238-246**
Gomes, Ciro 150, 152, 159, 189, 198, 224, 226
Gomes, Eduardo 56
Gonçalves, Leônidas Pires 44, 48, 49
González, Felipe 102, 119, 215
Gorbachev, Mikhail 16, 21, 30, 32, 33
Goulart, João 8, 55, 56
Gouveia de Bulhões, Otávio 116
Guimarães, Ulysses 15, 38, 49, 54, 55, 68, 69, 102, 148, 154, 155, 247, 248

H
Haddad, Jamil 155
Haddad, Paulo 138, 150, 152, 158, 160
Hargreaves, Henrique 141, 148
Herzog, Vladimir 229
Hitchcock, Alfred 70
Homem de Carvalho, Agenor 79

J
Jaguaribe, Helio 100
Jango *ver* Goulart, João
Jereissati, Tasso 213, 223, 224
João Paulo II 16, 75, 122, 174, 187, 203
João VI 55
Juan Carlos I 170
Junot, Andoche 55

K
Kirchner, Néstor 134
Kohl, Helmut 31, 192, 193
Krause, Gustavo 138, 150, 152, 158, 160, 162
Kubitschek, Juscelino 6, 16, 20, 34, 39, 55, 114, 116, 149, 166, 167, 207, 209, 210, 222
Kubitschek, Márcia 94
Kubitschek, Sara 167

L
Lampreia, Luiz Felipe 192
Lamy, Pascal 176
Latino 72
Leitão de Abreu, João 45
Lessa, Ronaldo 70
Lima, Otávio Moreira 45
Lobato, Elvira 24
Luís XVI 39
Lula da Silva, Luiz Inácio 38, 69, 75, 83, 84, 93, 94, 106, 110, 111, 122, 148, 152, 160, 170, 174, 185, 189, 198, 199, 203, 204, 207, 209, 215, **248-255**
Luther King, Martin 251

M
Machado, Sérgio 224
Maciel, Marco 42, 43, 50, 185
Magalhães, Juracy 98
Magalhães, Luís Eduardo 213
Magalhães Pinto, José de 17, 168
Malan, Pedro 206
Maluf, Paulo 18, 20, 69, 199

Maranhão, Ney 148, 149, 156, 166
Marcílio, Flávio 18
Marinho, Lily 72
Martins, Luciano 222
Martins, Paulo Egydio 229, 230
Mattos, Délio Jardim de 45
Mello, Arnon de 72, 98
Mendes, Ivan de Souza 35
Millôr Fernandes 59
Mitterrand, François 16
Mondale, Walter 44
Monteiro de Carvalho, Joaquim 95
Monteiro, Euler Bentes 246
Montenegro, Carlos Augusto 110
Montoro, Franco 15, 185
Moraes, Djalma 160
Morelli, Mauro 175
Motta, Sérgio 199

N
Nascimento e Silva, Luiz Gonzaga do 243
Netto, Delfim 130, 153, 154
Neves, Tancredo 15, 17, 18, 20, 33, 42, 43, 44, 45, 48, 50, 52, 54, 55, 111, 130, 155, 246, 247, 248
Nogueira, Otaciano 89

O
Oliveira, José Aparecido de 99, 148
Ortega, Daniel 29

P
Paiva, Rubens 229
Palmeira, Guilherme 52
Paz, Octavio 16
Pelé 73
Peres, Omar 130
Peres, Shimon 31
Pessoa, Epitácio 59
Pinheiro, Ibsen 102

Q
Quadros, Jânio da Silva 6, 35, 45, 56, 98, 99, 100, 210, 230, 231

R
Ramalho, Thales 73, 120
Ramos, Lilian 170
Reagan, Ronald 16, 30, 31, 32, 33
Régis, Edson 207
Reis Velloso, João Paulo dos 243, 245
Resende, André Lara 100
Resende, Eliseu 142, 150, 152, 158, 162
Ricúpero, Rubens 150, 152, 158, 159
Rocha, Glauber 188
Rodrigues Alves, Francisco de Paula 59, 222
Rodrigues de Oliveira, José Pedro 179
Rodrigues, Sérgio 134
Romário 117

S
Salles, Campos 59, 222

Salles, Mauro 33
Sanches, Sydney 48
Sangalo, Ivete 72
Santos, Edison 241
Santos, Murilo 45
Sarney, José 10, **12-63**, 99, 111, 155, 176, 227
Sarney, Kiola 18
Sarney, Marly 28
Sarney, Roseana 18
Sayad, João 32, 53
Schmidt, Helmut 31
Schultz, George 32
Seixas Corrêa, Luiz Felipe de 176
Serra, José 213, 254, 255
Silva, Marisa Letícia da 251
Simon, Pedro 155
Simonsen, Mário Henrique 212
Siqueira, Deoclécio Lima de 45
Stepanenko, Alexis 142

T
Thatcher, Margareth 72, 92, 93, 192
Toledo, Roberto Pompeu de 131, 187
Tourinho, Daniel 156, 166

V
Vargas, Getúlio 55, 56, 57, 58, 59, 81, 114, 116, 166, 210, 22, 232
Vasconcelos, Jarbas 251
Veloso, Caetano 186
Vilela, Teotônio 155

Créditos da série "DOSSIÊ BRASÍLIA - OS SEGREDOS DOS PRESIDENTES",

levada ao ar no Fantástico (Rede Globo de Televisão, domingo, 20:30h) durante o mês de agosto de 2005

Entrevista com o ex-presidente José Sarney
Gravação: Senado Federal, Brasília, 24.02.05
Imagens: Marcione Santana (Brasília), José de Arimatéa (Rio)
Assistente: Giuliano Clay
Edição de imagens: Roberto Cavalcanti
Narração: Berto Filho
Arte: Fabrício Baessa, Thiago Pires
Pesquisa de imagens: Rita Marques
Digitalização de imagens:
Flávio Fernandes
Decupagem: Bernardo Tabak

Entrevista com o ex-presidente Fernando Collor
Gravação: Sede das Organizações Arnon de Mello, Maceió, 09.05.05
Imagens: Eduardo Riecken (Maceió), Luiz Quilião (Rio)
Assistentes: Tony Abreu, Antônio Paiva
Edição de imagens: Roberto Cavalcanti
Narração: Berto Filho
Pesquisa de imagens: Ana Paula Mandina
Digitalização de imagens: Fabrício Baessa
Decupagem: Bernardo Tabak

Entrevista com o ex-presidente Itamar Franco
Gravação: Sede da TV Panorama, Juiz de Fora, 24.06.05
Imagens: Guilherme Azevedo (Juiz de Fora)
Assistente: Robson Alves
Produção: Leia Paniz, Celso Lobo
Edição de imagens: Roberto Cavalcanti
Narração: Berto Filho
Pesquisa de imagens: Rita Marques
Digitalização de imagens: Fabrício Baessa
Decupagem: Bernardo Tabak

Entrevista com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso
Gravação: Sede do Instituto Fernando Henrique, São Paulo, 01.03.05
Imagens: Edson Só (São Paulo), José de Arimatéa (Rio)
Assistentes: Eduardo Rodrigues, Gilberto Carvalho
Produção: Fabiana Godoy
Edição de imagens: Roberto Cavalcanti
Narração: Berto Filho
Pesquisa de imagens: Rita Marques
Digitalização de imagens: Fabrício Baessa
Decupagem: Bernardo Tabak

OBRAS DO AUTOR

Caderno de confissões brasileiras [Dez depoimentos, palavra por palavra: Antônio Callado, Ariano Suassuna, Caetano Veloso, Carlos Diegues, Fernanda Montenegro, Ferreira Gullar, João Câmara, Joaquim Cardozo, Nélson Rodrigues, Oscar Niemeyer e Fernando Gabeira]. Editora Comunicarte, Recife, 1983.

Cartas ao planeta Brasil [Entrevistas com Anthony Burgess, Arnaldo Jabor, Daniel Cohn-Bendit, Francisco Julião, Gilberto Freyre, Gilberto Gil, Gregório Bezerra, Henfil, Dom Hélder Câmara, João Cabral de Melo Neto, João Saldanha, Luiz Gonzaga, Pete Best, Roberto Carlos, Caetano Veloso e Ronald Edwards]. Editora Revan, Rio de Janeiro, 1988.

Hitler/Stalin: o pacto maldito [em parceria com Joel Silveira]. Editora Record, Rio de Janeiro, 1990.

Nitroglicerina pura [em parceria com Joel Silveira]. Editora Record, Rio de Janeiro, 1992.

O dossiê Drummond – A última entrevista do poeta. Editora Globo, São Paulo, 1994.

Dossiê Brasil – As histórias por trás da história recente do País. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1997.

Dossiê 50 – Os onze jogadores revelam os segredos da maior tragédia do futebol brasileiro. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2000.

Dossiê Moscou – Um repórter brasileiro acompanha em Moscou o desfecho da mais fascinante reviravolta política do século 20: o dia em que começou uma nova utopia. Geração Editorial, São Paulo, 2004.

BIBLIOTECA
SESC
SANTO AMARO

Copyright © 2005 by Editora Globo S.A. para a presente edição
Copyright © do texto 2005 by Geneton Moraes Neto
Copyright © 2005 TV Globo

Copydesk e revisão de texto: Kanji Editoração

Foto de capa: Palácio do Planalto – Cedoc Ed. Globo (Sergio Dutti)

Fotos: Reprodução/TV Globo

Coordenador da TV Globo para a série Fantástico: Alberto Villas

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – por qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

EDITORA GLOBO S.A.
Av. Jaguaré, 1485 – São Paulo, SP, Brasil
www.globolivros.com.br

1ª edição
2ª reimpressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moraes Neto, Geneton
Os segredos dos presidentes: Dossiê Brasília/
Geneton Moraes Neto. -- São Paulo: Globo, 2005.

ISBN 85-250-4058-4

1. Brasil – Política e governo 2. Brasil – Presidentes
3. Cardoso, Fernando Henrique, 1931 – Entrevistas
4. Fantástico (Programa de televisão)
5. Franco, Itamar, 1930 – Entrevistas
6. Mello, Fernando Collor de, 1949 – Entrevistas
7. Sarney, José, 1930 – Entrevistas I. Título.

05-5750 CDD-070.44

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: Presidentes: Entrevistas: Jornalismo 070.44
2. Presidentes: Entrevistas: Brasil: Jornalismo 070.44